



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

**Percursos de sustentabilidade:
políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento
turístico no Município de Sines**

Mónica Belchior Morais de Brito

2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS

**Percursos de sustentabilidade:
políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento
turístico no Município de Sines**

Dissertação de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, especialidade em Turismo e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Fernanda Delgado Cravidão

Mónica Belchior Morais de Brito

2012

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce...

Fernando Pessoa *in* Mensagem

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
AGRADECIMENTOS.....	10
INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	20
1.1. Turismo sustentável: considerações sobre a teoria e a prática.....	20
1.1.1. O percurso histórico e conceptual.....	20
1.1.2. O turismo na perspectiva da sustentabilidade	28
1.1.2.1. A conceptualização da sustentabilidade.....	28
1.1.2.2. Turismo e sustentabilidade.....	34
1.1.2.3. A dimensão humana do turismo sustentável	43
1.2. O planeamento do desenvolvimento turístico sustentável	57
1.2.1. As razões para o planeamento turístico	57
1.2.2. Do planeamento ao planeamento turístico: o percurso evolutivo	64
1.2.3. Novas tendências em planeamento turístico	68
2. OPÇÕES E PRÁTICAS METODOLÓGICAS.....	80
2.1. O enquadramento.....	80
2.2. O paradigma: qualitativo ou quantitativo?	82
2.3. O estudo de caso: uma justificação para a escolha	86
2.4. A recolha da informação não disponível	90
2.4.1. O inquérito por questionário.....	91
2.4.2. O inquérito por entrevista	92
3. O CASO DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE SINES	97
3.1. O território.....	97
3.2. A história até ao séc. XX.....	101
3.2.1. Um olhar abrangente	101
3.2.1.1. Da pré-história ao séc. XIX	101
3.2.1.2. O séc. XX	102
3.2.2. Um olhar retrospectivo pelo turismo: o séc. XX	108
3.3. A actualidade e o seu diagnóstico	112
3.3.1. A demografia	112
3.3.2. A socioeconomia	114
4. O PLANEAMENTO DO TURISMO EM SINES: APLICAÇÃO DO MODELO DA “TERCEIRA VIA PARA O PLANEAMENTO TURÍSTICO”	119
4.1. Da teoria à prática: uma explicação sumária sobre a operacionalização do modelo	119
4.2. O diagnóstico	129
4.2.1. O sistema turístico no Município de Sines	129
4.2.1.1. Os recursos turísticos.....	130
4.2.1.2. A oferta turística	142
4.2.1.3. A procura turística	147
4.2.2. O enquadramento técnico-jurídico	156
4.2.2.1. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	162
4.2.2.2. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	165
4.2.3. Os investimentos de proximidade: os turísticos e os de impacte turístico	172
4.2.3.1. Acessibilidades.....	172
4.2.3.2. Regeneração urbana.....	177
4.2.3.3. Projectos de valorização territorial.....	180
4.2.3.4. Projectos de requalificação e valorização do litoral	186

4.2.3.5. Projectos turísticos do Alentejo Litoral.....	191
4.2.4. Os visitantes e as suas percepções.....	194
4.2.4.1. Quem são os visitantes?	195
4.2.4.2. Qual a relação dos visitantes com o Município de Sines?	201
4.2.4.3. Como avaliam o turismo no Município de Sines?	206
4.2.4.4. Qual a visão prospectiva dos visitantes sobre o Município de Sines?	209
4.2.5. A percepção dos <i>stakeholders</i>	215
4.2.5.1. Análise SWOT do sistema turístico no Município de Sines	215
4.2.5.2. Conceptualização do desenvolvimento turístico no Município de Sines.....	218
4.2.5.3. Definição de políticas e práticas conducentes ao desenvolvimento turístico sustentável no Município de Sines.....	220
4.2.5.4. Identificação dos principais actores e dos papéis que devem assumir no âmbito do processo de planeamento e desenvolvimento turístico.....	222
4.3. A leitura e as interpretações do diagnóstico	225
4.3.1. Síntese do sistema turístico do Município de Sines	225
4.3.2. Que produtos turísticos?	228
4.3.2.1. Turismo Costeiro.....	229
4.3.2.2. <i>Meeting Industry</i>	236
4.3.2.3. Turismo de Saúde e de Bem-estar	241
4.3.2.4. Turismo Industrial	250
4.4. O planeamento	262
4.4.1. Promoção do relacionamento institucional e o envolvimento dos actores	262
4.4.2. Visão, objectivos e horizonte temporal.....	266
4.4.3. Definição de estratégias e práticas de desenvolvimento turístico	275
4.4.4. Espacialização territorial dos produtos turísticos potencialmente sustentáveis	279
4.4.5. Identificação do perfil da procura turística	281
4.4.6. Monitorização do desenvolvimento turístico	285
CONCLUSÃO.....	294
BIBLIOGRAFIA.....	303
ANEXO I – FORMULÁRIO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	321

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I – O prisma da sustentabilidade	29
Figura II – Ciclo de vida dos destinos turísticos	59
Figura III – Esquema da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”	75
Figura IV – O Município de Sines e o seu posicionamento relativo	97
Figura V – O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	99
Figura VI – A evolução da ocupação do território em Sines: de finais do séc. XIX à 1ª década do séc. XXI	100
Figura VII – Fábrica Júdice Fialho, década de 60	103
Figura VIII – Solar de São Rafael, nos anos 50	110
Figura IX – Banhos Quentes, Praia de Sines 1940	111
Figura X – Aplicação ao Município de Sines do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”	120
Figura XI – Área de jurisdição da Administração do Porto de Sines	123
Figura XII – Lógica “matrioska” na definição de objectivos	124
Figura XIII – Fluxograma dos Recursos Turísticos do Município de Sines	131
Figura XIV – Praia de Morgavel	134
Figura XV – Ilha do Pessegueiro	135
Figura XVI – Castelo de Sines	137
Figura XVII – Capela de Nossa Sra. Das Salas	138
Figura XVIII – Forte do Pessegueiro	139
Figura XIX – Largo Marquês de Pombal – Porto Covo	140
Figura XX – Centro de Artes de Sines	141
Figura XXI – Terminal de gás	142
Figura XXII – Instrumentos de Gestão Territorial e Documentos de Orientação Estratégica aplicáveis ao Município de Sines	157
Figura XXIII – Zonas passíveis de construção turística (fora dos perímetros urbanos) no Município de Sines	170
Figura XXIV – Rede rodoviária estruturante – proposta da Associação de Municípios do Litoral Alentejano	173
Figura XXV – IP8 – Santo André-Sines-Beja (concessão rodoviária Baixo Alentejo)	174
Figura XXVI – Troço Sines - Porto Covo - Vila Nova de Milfontes	175
Figura XXVII – Área de influência do aeroporto de Beja	177
Figura XXVIII – Análise resumo dos inquéritos por questionário, na perspectiva dos objectivos	213
Figura XXIX – Análise categorial da Dimensão II: conceitos sobre o desenvolvimento turístico no Município de Sines	219
Figura XXX – Análise categorial da Dimensão IV: actores e papéis no planeamento e desenvolvimento turístico no Município de Sines	223
Figura XXXI – Diagrama de conteúdo do Turismo Costeiro	230
Figura XXXII – O Turismo de Saúde e de Bem-estar no âmbito da procura turística	245
Figura XXXIII – Lógica hierárquica dos objectivos de desenvolvimento turístico para o Município de Sines	269
Figura XXXIV – Especialização dos produtos turísticos	280
Figura XXXV – Eixos tipológicos da procura do Município de Sines	284

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Chegadas de turistas internacionais – taxa de crescimento médio anual (%)	34
Quadro II – A evolução do turismo entre 1950 e 2000	35
Quadro III – O percurso evolutivo dos modelos de planeamento turístico	69
Quadro IV – Abordagem bipolar do planeamento turístico	73
Quadro V – Paineis de entrevistados	94
Quadro VI – As distâncias de Sines a cidades de referência	97
Quadro VII – A evolução da população de Sines: 1853-1991	106
Quadro VIII – População e território: a evolução no séc. XXI	112
Quadro IX – Retrato demográfico do Município de Sines	113
Quadro X – Indicadores económicos no Município de Sines vs o contexto	115
Quadro XI – Evolução do número de desempregados no Município de Sines 2011-2012	117
Quadro XII – Indicadores socioculturais no Município de Sines vs o contexto	118
Quadro XIII – Análise descritiva dos Recursos Turísticos do Município de Sines	132
Quadro XIV – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros 2000-2010	143
Quadro XV – Capacidade de alojamento 2000-2010	143
Quadro XVI – Camas turísticas no Município de Sines – 2010	144
Quadro XVII – Camas turísticas no Município de Sines – 2010: resumo	145
Quadro XVIII – Camas turísticas previstas no médio prazo	145
Quadro XIX – Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros 2000-2010	147
Quadro XX – Hóspedes Entrados em Estabelecimentos Hoteleiros de Sines, segundo o País de Residência Habitual, 2000-2010	150
Quadro XXI – Matriz de objectivos dos Instrumentos de Gestão Territorial e dos Documentos de Gestão Estratégica aplicáveis ao Município de Sines	159
Quadro XXII – Linhas orientadoras para a Região do Alentejo	164
Quadro XXIII – Opções Estratégicas de Base Territorial	166
Quadro XXIV – Operações no âmbito do Programa de Regeneração Urbana	179
Quadro XXV – Matriz estratégica do PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina – Prioridades Estratégicas (EP) e Operações (OP)	180
Quadro XXVI – Projectos no âmbito do PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina com impacto no Município de Sines	183
Quadro XXVII – Projectos/acções no âmbito do POLIS LITORAL – Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	187
Quadro XXVIII – Projectos/acções no âmbito do POLIS LITORAL – Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	188
Quadro XXIX – Oferta turística e residencial prevista para o Municípios de Grândola e Alcácer do Sal	191
Quadro XXX – O país de origem dos visitantes do Município de Sines	196
Quadro XXXI – A situação face ao emprego dos visitantes do Município de Sines	198
Quadro XXXII – O perfil dos visitantes do Município de Sines	200
Quadro XXXIII – Motivos para não regressar ao Município de Sines	208
Quadro XXXIV – Comentários dos visitantes do Município de Sines	212
Quadro XXXV – Análise categorial da Dimensão I: análise SWOT do sistema turístico do Município de Sines	216
Quadro XXXVI – Análise categorial da Dimensão III: políticas e práticas para o desenvolvimento turístico sustentável no Município de Sines	221
Quadro XXXVII – Análise SWOT do sistema turístico do Município de Sines	226
Quadro XXXVIII – Avaliação global do Município de Sines	227
Quadro XXXIX – Expressões de Turismo Costeiro	234
Quadro XL – Expressões da <i>Meeting Industry</i>	238

Quadro XLI – Análise SWOT do Município de Sines, na perspectiva dos produtos turísticos.....	259
Quadro XLII – Estratégias e práticas genéricas de desenvolvimento turístico.....	275
Quadro XLIII – Estratégias e práticas restritas de desenvolvimento turístico.....	277
Quadro XLIV - Indicadores de sustentabilidade turística, segundo a WTO.....	290
Quadro XLV – Indicadores sobre políticas de sustentabilidade, segundo a VISIT.....	291
Quadro XLVI – Indicadores de desempenho ambiental, segundo a VISIT.....	291
Quadro XLVII – Indicadores de desempenho social e cultural, segundo a VISIT.....	292
Quadro XLVIII – Indicadores de desempenho económico, segundo a VISIT.....	292

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – A evolução do n.º de habitantes em Sines: 1853-1991	106
Gráfico II – Número de pessoas ao serviço no Alojamento, Restauração e Similares 2000-2009 – Município de Sines.....	146
Gráfico III – A evolução no n.º de hóspedes no Município de Sines 2000-2010	148
Gráfico IV – A evolução no n.º de hóspedes no Município de Sines 2000-2010.....	148
Gráfico V – Turistas estrangeiros vs nacionais: % no Município de Sines 2000-2010.....	149
Gráfico VI – A estrutura por nacionalidade dos turistas no Município de Sines 2000-2010.....	150
Gráfico VII – Tempo de estada dos turistas 2000-2010	151
Gráfico VIII – Nº de visitantes, por mês, ao PIT de Sines 2009-2011	153
Gráfico IX – Nº de visitantes, por mês, ao PIT de Porto Covo 2005-2011	154
Gráfico X – Visitantes do Município de Sines, por género	195
Gráfico XI – Visitantes do Município de Sines, por grupo etário.....	195
Gráfico XII – A região de origem dos visitantes do Município de Sines	197
Gráfico XIII – Habilitações literárias dos visitantes do Município de Sines	197
Gráfico XIV – Estado civil dos visitantes do Município de Sines.....	198
Gráfico XV – N.º de elementos do agregado familiar dos visitantes do Município de Sines	199
Gráfico XVI – Rendimento do agregado familiar dos visitantes do Município de Sines.....	200
Gráfico XVII – Primeira visita ao Município de Sines.....	201
Gráfico XVIII – Periodicidade da visita ao Município de Sines.....	202
Gráfico XIX – Meios de tomada de conhecimento do Município de Sines	202
Gráfico XX – Duração da estada dos visitantes	203
Gráfico XXI – Local de alojamento dos visitantes.....	203
Gráfico XXII – Propriedade de 2ª habitação no Município de Sines.....	204
Gráfico XXIII – Motivos da visita ao Município de Sines.....	204
Gráfico XXIV – Características justificadoras da visita ao Município de Sines.....	205
Gráfico XXV – Aspectos negativos no Município de Sines.....	206
Gráfico XXVI – Regresso ao Município de Sines	207
Gráfico XXVII – Avaliação global do Município de Sines	208
Gráfico XXVIII – A percepção sobre o futuro turístico do Município de Sines	209
Gráfico XXIX – Melhorias a implementar no Município de Sines.....	210
Gráfico XXX – Actividades de animação turística a desenvolver no Município de Sines	211

RESUMO

Esta é uma investigação centrada nas questões que envolvem o planeamento e o desenvolvimento turístico sustentável, num contexto territorial específico que é o Município de Sines, objecto do estudo de caso. Numa tentativa de compreender os contornos desta relação tridimensional, abordamos a realidade a partir de um quadro teórico encimado pelos conceitos de turismo sustentável, desenvolvimento turístico e planeamento turístico, apresentando e partilhando os contributos teóricos avançados por inúmeros autores contemporâneos, e elegendo a “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, da autoria de BURNS (2004a), como paradigma norteador da abordagem empírica.

O envolvimento dos visitantes, empresários e gestores públicos, entre os demais agentes, no processo de planeamento e desenvolvimento, característica diferenciadora do paradigma de referência, contribui para a responsabilização com o processo e com os resultados, facilitando igualmente a monitorização e a avaliação. O reflexo deste princípio nas opções metodológicas, feitas no contexto da presente investigação, traduz-se na aplicação de um inquérito por questionário aos visitantes e na realização de entrevistas a um painel de *stakeholders*, garantindo-se a recolha da informação não disponível, mas igualmente a participação dos diferentes actores.

A leitura e interpretação do diagnóstico, compreendendo os recursos turísticos, os instrumentos de gestão territorial e os documentos de orientação estratégica aplicáveis ao Município de Sines, os investimentos de proximidade, e a percepção dos visitantes, dos agentes públicos e privados e de especialistas, em associação com os resultados da reflexão teórica, permitiram-nos identificar quatro produtos turísticos, o Turismo Costeiro, a *Meeting Industry*, o Turismo de Saúde e de Bem-estar e o Turismo Industrial, cuja natureza particular e a intercomplementaridade poderão contribuir para a operacionalização de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável.

Este exercício deu forma à primeira das etapas do modelo da “Terceira Via”, antecedendo uma dimensão mais prática, da qual resultou um conjunto de propostas concretas e operacionalizáveis, entre as quais se destacam: estruturas formais concebidas para reflectir, planear, monitorizar e avaliar o desenvolvimento turístico, objectivos, estratégias, e práticas de desenvolvimento turístico, um modelo de espacialização dos produtos turísticos e a tipificação da procura turística, tendo sempre como referência o conceito de turismo sustentável.

ABSTRACT

This is a research focusing on issues surrounding the planning and sustainable tourism development in a specific territorial context that is the municipality of Sines, the subject of case study. In an attempt to understand the three dimensional borders of this relationship, we evaluated the reality from a theoretical framework connected by the concepts of sustainable tourism, tourism development and tourism planning, presenting and sharing the theoretical contributions advanced by many contemporary authors and selecting the "Third Way Planning for Tourism ", by BURNS (2004), as the guiding paradigm of the empirical approach.

The involvement of visitors, entrepreneurs and public agents, among others involved in the process of planning and development, distinguishing feature of the paradigm of reference, contributes to the accountability with the process and the results, also facilitate the monitoring and evaluation. The repercussion of this principle in the methodological choices, made in the context of this research, is reflected in the application of a questionnaire survey to visitors and in interviews to a panel of respondents, ensuring the collection of not available information, but also ensuring the participation of different actors.

The extrapolation of the results of the theoretical reflection to the territorial unit under study, together with the contributions from some of the stakeholders involved in tourism planning and development and with the potential of the territory, allowed us to identify four tourism products, the coastwise tourism, the Meeting Industry, the health and wellness tourism and the industrial tourism, whose particular nature and complementarity, may contribute to the implementation of a sustainable tourism development model.

A diagnosis including the tourism resources, the territorial management instruments and the strategic guidance documents applicable to the Municipality of Sines, the proximity investments, and the perception of visitors, the public and private agents and the experts, formed the first stages of the "Third Way" model, preceding a more practical dimension, which resulted in a set of concrete and actionable proposals, among which are: formal structures designed to reflect, plan, monitor and evaluate the development of tourism, goals, strategies and practices of tourism development, a spatialization model of tourism products and the classification of tourist demand, always with reference to the concept of sustainable tourism.

AGRADECIMENTOS

Ainda que as palavras sejam levadas pelo vento, as ditas, as escritas perduram para a posteridade e se sabem bem a quem as lê, na maioria das vezes, sabem ainda melhor a quem as escreve. Neste momento formal não vou usar palavras vãs, nem subjugar-me às convenções sociais, vou apenas dirigir-me a quem entendo merecer uma palavra sentida de agradecimento, àqueles a quem em muitos outros momentos informais já demonstrei os meus sentimentos, mas que ora entendo registar.

À minha família, marido e filho, agradeço as horas roubadas ao nosso convívio familiar, em nome deste projecto aparentemente egoísta, a motivação nas horas de desalento, e a consciência de que seria um caminho a percorrer no interesse do nosso futuro comum. Ainda assim, independentemente dos resultados deste empreendimento, e dos sentimentos que suportaram esta minha longa caminhada, nunca esquecerei que as primeiras palavras e os primeiros passos do meu filho acompanharam a escrita das primeiras linhas, num real conflito de disponibilidade, de sentimentos e de vontades.

À Prof.^a Doutora Fernanda Cravidão, minha orientadora, mais do que o apoio técnico e científico, formal pela sua natureza institucional, agradeço o seu voto de confiança. Cara Professora, por muitas e eloquentes palavras que utilize, nunca serão suficientes para traduzir a gratidão que sinto pela sua atitude, prova do equilíbrio do universo, em que as más acções de uns são sempre compensadas pela bondade de outros.

Não pretendo olvidar ninguém que tenha contribuído para o término deste projecto, opto, conscientemente, por não personalizar mais nenhum agradecimento. Outros houve que me apoiaram, colaboraram e estimularam para que fosse bem-sucedida neste projecto, pequenas ou grandes acções facilitadoras da minha investigação, que encurtaram distâncias, reduziram tempos, eliminaram obstáculos, tornando mais eficiente a minha prestação e mais confortável o meu percurso.

A última palavra vai para o meu pai, homem visionário, grande empreendedor, que viveu uma vida de projectos, que me legou esta vontade imensa de alcançar os meus objectivos, de progredir, de conceptualizar o sucesso e de, passo a passo, ultrapassando os obstáculos, percorrer os seus trilhos na senda da realização pessoal e profissional.

INTRODUÇÃO

O Município de Sines é uma unidade territorial atípica no contexto do território nacional, distanciando-se de igual forma do contexto regional em que administrativamente se encontra inserida. Uma situação nascida da relação entre a terra e o mar, que marca profundamente a socioeconomia, a demografia e a cultura das suas gentes, conferindo-lhe o privilégio de poder assentar o seu desenvolvimento num modelo tetradimensional, tão sustentável quanto os estrategas e os decisores o consigam conceber, tão eficiente quanto os executores o queiram operacionalizar.

O mar, a localização geográfica, a história e as pessoas permitem que a pesca, o turismo, a indústria e a logística, na sua relação com o porto, sustentem, ainda que em diferentes proporções, o desenvolvimento deste território. Uma relação aparentemente incoerente, até inviável para alguns, que tem amadurecido dando forma a uma realidade fluorescente, em termos económicos, mas também nas outras dimensões comportadas pelo conceito de sustentabilidade. Não é uma coexistência de todo pacífica, mas ainda assim comprovadamente possível, constituindo a sua dimensão tangível, mas sobretudo a intangível, um desafio cujo sucesso depende da capacidade dos agentes para construir uma realidade, mas sobretudo uma imagem, marcada pelo equilíbrio entre os quatro pilares do desenvolvimento. Neste contexto, a maior de todas as conquistas será a de casar numa relação harmoniosa o desenvolvimento turístico com o desenvolvimento industrial, não comprometendo as potencialidades do território, as necessidades presentes das gentes, mas também os direitos das gerações vindouras.

Na consciência da necessidade de pensar estrategicamente estas questões, surge a vontade, explícita nesta investigação, de dar um contributo científico para o desenvolvimento sustentável deste território, enfatizando-se o papel do turismo, ainda que na sua relação com as restantes dimensões. Nasce então o presente estudo, intitulado ***“Percursos de sustentabilidade: políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento turístico no Município de Sines”***, que recai sobre o planeamento e desenvolvimento do turismo no Município de Sines, numa abordagem que contraria a imagem redutora de pólo exclusivamente industrial, que evidencia o passado e o presente da sua actividade turística, e que propõe caminhos de sustentabilidade para o seu futuro.

No domínio da produção teórica, a concepção deste trabalho alicerça-se nas questões que envolvem o turismo, no seu dinamismo global, e nos seus impactes para as comunidades anfitriãs. Percepcionado por uns como um domínio de inovação e de oportunidades empresariais, por outros como uma ameaça à identidade e ao património dos destinos,

trata-se de uma actividade cada vez mais presente na vivência quotidiana das comunidades (emissoras e receptoras), na economia dos países e na vivência quotidiana de cada um de nós. Pela sua multidimensionalidade e onnipresença, requer uma reflexão técnico-científica aprofundada, que motive a operacionalização de um modelo de desenvolvimento que garanta às gerações vindouras as mesmas oportunidades, a este nível, que têm as presentes. Esta última premissa, uma premissa de sustentabilidade, conduz-nos à questão dos paradigmas do planeamento turístico e da necessidade de planear para o desenvolvimento turístico sustentável. Planeamento e desenvolvimento turístico, uma relação que se quer de proximidade, e que é cada vez mais exigente pela dimensão que o fenómeno e o processo adquirem no mundo actual, pelos valores que a pós-modernidade lhe imputou e pela sua própria capacidade de autodestruição.

No sentido de responder a um conjunto de inquietações que esta trilogia (planeamento, desenvolvimento turístico e sustentabilidade) nos desperta, e também às preocupações com o rumo do desenvolvimento turístico do Município de Sines, a nossa investigação é norteada por um quadro conceptual encimado pelo(s) conceito(s) de turismo sustentável e pelo modelo de planeamento turístico defendido por BURNS (2004a). Uma análise que antecede e serve de suporte a um estudo de caso que visa apresentar o passado, diagnosticar o presente, e dar um contributo, ao nível do planeamento, para o futuro desta unidade territorial. Trata-se de um estudo com uma natureza estratégica e prospectiva, cuja finalidade é dar um contributo para o planeamento e desenvolvimento turístico do Município de Sines, num contexto de imponderabilidades, decorrente das descontinuidades globais, da juventude do fenómeno turístico, e perante os sinais evidentes de que esta é uma actividade cujo protagonismo é cada vez mais saliente a nível mundial, nacional e regional, mas que nesta unidade territorial pode entrar em colisão ou coabitar pacificamente com outros sectores de actividades, nomeadamente com a indústria.

Na realidade, desde há muito que a localização geográfica deste território e as suas características naturais lhe conferem uma predisposição para a convivência pacífica, e até equilibrada, entre vários sectores de actividades, numa lógica favorecedora do desenvolvimento socioeconómico e da qualidade de vida das populações. Actualmente, o desenvolvimento assenta em quatro pilares fundamentais: a indústria, o porto/logística, a pesca e o turismo, ambicionando-se, mais do que a coexistência, uma complementaridade, em que cada um dos sectores gere sinergias que potenciem e aumentam as vantagens competitivas dos restantes, num contexto de sustentabilidade. Independentemente da perspectiva da abordagem, este será sempre um modelo que pressupõe uma visão estratégica, holística e participada, materializado numa gestão integrada que viabilize a rentabilização multisectorial dos recursos, quiçá propícia à própria inovação no turismo.

O turismo contemporâneo entendido, em termos estritos, como um processo que faz circular anualmente milhões de pessoas pelo planeta, movidas por um vasto conjunto de motivações e que, porque cada vez mais sofisticadas, informadas, experientes e exigentes, procuram a qualidade nos serviços, a qualidade nos destinos e a qualidade na experiência turística. A Europa, embora esteja a perder posição no contexto mundial, continua a ser o principal destino turístico mundial, Portugal encontra-se na vigésima posição no *ranking* mundial (WTO, 2005), e o Alentejo tem vindo a conquistar protagonismo no contexto nacional, atraindo cada vez mais turistas nacionais e internacionais, enquadrando-se o Município de Sines nesta região. Esta procura crescente, associada aos investimentos previstos a curto e médio prazo, faz-nos prever um vasto conjunto de oportunidades e o desenvolvimento da região e, consequentemente, desta unidade territorial, mas simultaneamente deixa-nos preocupados pela inexistência de uma estratégia clara, integrada e global, de uma visão prospectiva e de uma postura de desenvolvimento intersectorial assente no pressuposto de que para o desenvolvimento turístico sustentável é necessário um desenvolvimento coerente de outros sistemas, como o da saúde, transportes, segurança, entre outros.

De um relevante protagonismo no passado, o turismo no Município de Sines vive um presente marcado por recursos turísticos de alguma singularidade e qualidade, cuja rentabilização se vê limitada pelas ferramentas de planeamento e ordenamento do território e pela imagem de um território fortemente industrializado. O enquadramento desta unidade territorial no Alentejo Litoral, que procura a sua afirmação enquanto destino turístico nacional e sobretudo internacional, estando previstos inúmeros projectos de grande envergadura para esta NUT III, torna este o tempo cronológico ideal para pensar no modelo de desenvolvimento pretendido para esta unidade territorial. Acreditamos que todos os intervenientes consideram que o turismo sustentável é a via para um sucesso e para uma competitividade continuada, mas cremos igualmente que este é um debate ainda apenas iniciado e que antes da acção é necessário pensar e (re)pensar os conceitos, definir o modelo, distribuir e assumir papéis, e sobretudo definir o(s) futuro(s) que se pretende(m) para esta unidade territorial, para se possa caminhar eficientemente na direcção entendida como a mais promissora.

As preocupações, as inquietações e os pressupostos expostos, justificam a escolha do tema desta investigação. Um trabalho que será desenvolvido com o objectivo de dar resposta às seguintes questões: (1) Qual o modelo de planeamento e desenvolvimento turístico conducente ao turismo sustentável? (2) Que políticas e práticas poderão conduzir ao desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, tendo em conta o seu percurso histórico e a sua actual situação?

Estas duas questões constituem o fio condutor da presente investigação, cujos objectivos gerais de estudo são:

1. Compreender o desenvolvimento turístico sustentável na sua relação com o paradigma de planeamento em que se contextualiza, com base num quadro conceptual encimado pela definição de turismo sustentável.
2. Apontar caminhos para o desenvolvimento turístico do Município de Sines, aplicando o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, de Peter Burns, cuja principal característica diferenciadora é o envolvimento de todos os *stakeholders*.

Para dar resposta às perguntas de partida e atingir os objectivos gerais, percorremos os caminhos secundários que nos conduzem ao conceito e à operacionalização da relação entre o turismo sustentável e o modelo de planeamento e desenvolvimento turístico, apontando os seguintes objectivos específicos:

1. Conceptualizar o turismo sustentável, identificando as dimensões subjacentes à sua operacionalização.
2. Articular o desenvolvimento turístico sustentável com um modelo de planeamento turístico que viabilize a sua concretização.
3. Analisar diacronicamente o turismo do Município de Sines ao longo do séc. XX.
4. Realizar o diagnóstico do actual sistema turístico do Município de Sines.
5. Propor políticas e práticas para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, tendo como referência teórica o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, de Peter Burns.

O trabalho a desenvolver no sentido de dar forma à investigação, de responder às questões de partida e de atingir os objectivos definidos, baseia-se numa perspectiva conceptual plural, embora com particular enfoque na geografia, na sociologia do desenvolvimento e do planeamento, sem descurar contudo o contributo de outras áreas como a gestão e a economia, concretizado através de uma abordagem metodológica ecléctica, com recursos a uma técnica qualitativa e outra quantitativa, num contexto metodológico de estudo caso.

A investigação será desenvolvida em torno da unidade geográfica que é o Município de Sines, através de um estudo de caso único (RAGIN e BECKER 1992; YIN 1994) do turismo e das suas múltiplas dimensões. Trata-se de um estudo de caso com características prospectivas, numa abordagem associada ao planeamento estratégico, utilizada numa perspectiva operacional e que permite propor políticas e práticas que, com base no presente, possibilitam rumar em direcção ao futuro considerado mais promissor.

Ainda na dimensão metodológica, há a referir que, para além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, permitidas pela informação disponível, foram aplicados inquéritos por questionário aos visitantes do Município de Sines, e por entrevista aos actores directamente ligados ao desenvolvimento turístico ou com um conhecimento profundo sobre este processo.

Cientes de que o eixo nuclear deste estudo se centra na definição de políticas e práticas emanadas de um modelo de planeamento holístico e participado, conducente ao desenvolvimento turístico sustentável, organizámos a estrutura formal da presente dissertação em quatro pontos distintos, os quais se subdividem internamente de forma a conferir coerência ao conteúdo e a facilitar a sua compreensão, procurando traduzir e reflectir os momentos fulcrais da investigação realizada. Trata-se de um modelo organizacional que pretende responder aos objectivos específicos definidos, de forma a cumprir os objectivos gerais, e a responder, na conclusão, às perguntas de partida norteadoras de toda a investigação.

Na **INTRODUÇÃO** é feita uma apresentação sintética do modelo tetradimensional que alicerça o desenvolvimento do Município de Sines, evocando-se as razões justificadoras da presente investigação ao enfatizar-se o protagonismo e as potencialidades do turismo, na sua relação com os restantes sectores de actividade, ainda que não se constituindo como objecto de planeamento e sendo o seu desenvolvimento tendencialmente arbitrário. Perante o reconhecimento do actual papel do turismo e face aos caminhos que os recursos turísticos diagnosticados permitem calcorrear, evidenciamos a premência de operacionalizar um modelo de planeamento turístico, propondo o da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, de BURNS (2004a), conducente ao desenvolvimento turístico sustentável desta unidade territorial. Sumariamente descrevemos a abordagem conceptual e metodológica que suportou a investigação, definindo as perguntas de partida, e os objectivos gerais e específicos que a nortearam, de forma a clarificar o nosso campo teórico-metodológico.

O primeiro ponto, 1. **CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA**, subdivide-se em dois pontos: **1.1. TURISMO SUSTENTÁVEL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA**, **1.2. O PLANEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL**, que, genericamente, versam sobre as questões epistemológicas e teóricas que envolvem o planeamento e o desenvolvimento turístico num contexto de sustentabilidade.

Apresentam-se, no primeiro subponto, numa abordagem sintética, os antecedentes históricos e as questões conceptuais inerentes ao turismo e à sua evolução, com o objectivo de contextualizar no tempo e no espaço o fenómeno que constitui o cerne da presente investigação, desenvolvendo-se também uma reflexão sobre o conceito de

sustentabilidade e sobre a sua extrapolação para o universo do turismo, na medida em que o eixo dominante, mais do que a singularidade do turismo, é a multidimensionalidade do turismo sustentável. Salienta-se ainda a dimensão humana do turismo sustentável, na perspectiva da comunidade anfitriã, dos profissionais do turismo e dos turistas, concluindo-se que o comportamento de cada uma das dimensões condiciona largamente a operacionalização de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável.

No segundo subponto, a percepção de que o desenvolvimento turístico sustentável é o resultado inequívoco da operacionalização de um paradigma de planeamento, concebido em função das especificidades do turismo, leva-nos a adoptar, no âmbito da presente investigação, o referencial teórico proposto por BURNS (2004a), no pressuposto de que este modelo, o da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, se distancia dos demais no que respeita à promoção do turismo sustentável. Apresentamos as razões que fundamentam a escolha, assentes numa análise exaustiva do percurso do planeamento, da sua aplicação restrita ao turismo, dos modelos que se sucederam, e das características diferenciadoras que separam o modelo adoptado face aos restantes, quanto ao processo e aos resultados.

O segundo ponto, **2. OPÇÕES E PRÁTICAS METODOLÓGICAS**, integra quatro subpontos distintos: **2.1. O ENQUADRAMENTO**, **2.2. O PARADIGMA: QUALITATIVO OU QUANTITATIVO?**, **2.3. O ESTUDO DE CASO: UMA JUSTIFICAÇÃO PARA A ESCOLHA**, **2.4. A RECOLHA DE INFORMAÇÃO NÃO DISPONÍVEL**, cujo conteúdo explicita e fundamenta as escolhas metodológicas feitas no âmbito da presente investigação, na sua interligação com as perguntas de partida e com os objectivos que a norteiam.

No primeiro subponto é feito um enquadramento do qual consta as questões de partida, os objectivos gerais e os objectivos específicos, salientando-se a preocupação em preservar a coerência entre estes e os métodos e técnicas seleccionados para operacionalizar a componente prática da investigação. Ainda que estes elementos sejam mencionados na presente introdução e que a sua resposta seja apresentada no âmbito da conclusão, pareceu-nos fundamental fazer um ponto de situação, nesta fase de transição entre as dimensões teórica e prática. Nos restantes subpontos fundamenta-se a natureza do estudo, entre o quantitativo e o qualitativo numa abordagem algo eclética, justifica-se a pertinência do estudo de caso, e descreve-se pormenorizadamente a operacionalização dos métodos e técnicas utilizados para recolher a informação não disponível, nomeadamente o inquérito por questionário e por entrevista, sempre numa abordagem crítica.

O terceiro ponto, **3. O ESTUDO DE CASO: O MUNICÍPIO DE SINES**, inicia a componente prática da presente investigação, desdobrando-se em três subpontos: **3.1. O TERRITÓRIO**, **3.2. A HISTÓRIA ATÉ AO SÉC. XX**, **3.3. A ACTUALIDADE E O SEU DIAGNÓSTICO**,

direccionados para uma caracterização pormenorizada do território, do seu passado e do seu presente, e ainda que o turismo não seja objecto de destaque, toda a abordagem foi estruturada no sentido de valorizar as dimensões que, directa ou indirectamente, condicionam o seu desenvolvimento sustentável.

No primeiro subponto, recorrendo a informação de origem diversa, contextualiza-se geograficamente o Município, enfatizando-se a sua relação com a envolvente, as potencialidades subjacentes à sua localização geográfica, face ao território nacional e ao mapa-mundo, bem como o processo progressivo de ocupação do território protagonizado pela cidade de Sines, e para o qual a relação do território com o mar foi determinante.

A pré-história, a história, as alterações administrativas, a evolução sócio-demográfica e económica, constituem o objecto do segundo subponto, no âmbito do qual considerámos pertinente uma referência explícita à evolução do turismo durante o séc. XX. Trata-se de um olhar retrospectivo, cujo limite temporal se perde no tempo, na medida em que a ocupação deste território pelo homem, de acordo com os inúmeros vestígios que perduram até à actualidade, remonta à pré-história, mas que recai sobretudo sobre o séc. XX, período de grandes mudanças, em que à pesca e ao turismo se veio se associar a indústria, no seu formato actual.

O último dos três subpontos recai sobre uma abordagem contemporânea e pormenorizada do Município, na perspectiva demográfica e socioeconómica, fundamentada em informação estatística, justificada por ser este o território sobre o qual recai o estudo de caso que constitui a dimensão prática desta investigação, palco do desenvolvimento e objecto dos percursos sustentabilidades a propor para o turismo.

O quarto ponto, o último, **4. O PLANEAMENTO DO TURISMO EM SINES: APLICAÇÃO DO MODELO DA “TERCEIRA VIA PARA O PLANEAMENTO TURÍSTICO”**, compreende quatro subpontos: **4.1. DA TEORIA À PRÁTICA: UMA EXPLICAÇÃO SUMÁRIA SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO**, **4.2. O DIAGNÓSTICO**, **4.3. A LEITURA E AS INTERPRETAÇÕES DO DIAGNÓSTICO**, **4.4. O PLANEAMENTO**, nos quais se reflecte e se operacionaliza o modelo de planeamento que, no nosso entender, poderá ser conducente ao desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines.

O primeiro subponto tece algumas considerações teóricas sobre o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” de BURNS (2004a), na sua adaptação ao caso em estudo e com a introdução de algumas alterações decorrentes da nossa postura crítica face à proposta do autor. Na realidade, trata-se de uma explicação que legenda a operacionalização do modelo, tendo como objectivo facilitar a compreensão do processo, mas igualmente demonstrar uma perspectiva analítica crítica face ao quadro teórico, materializada em algumas *nuances* de inovação.

O diagnóstico do Município de Sines constitui o segundo subponto, recaindo sobre o sistema turístico, através da análise dos recursos, da oferta e da procura, sobre o enquadramento técnico-jurídico, traduzido nos instrumentos de gestão territorial e nos documentos de orientação estratégica, sobre os investimentos de proximidade, os turísticos e os de impacto turístico, e sobre a percepção dos diferentes actores, visitantes, agentes de desenvolvimento e especialistas, aferida através da aplicação de inquéritos, por questionário e por entrevista.

O terceiro subponto recai sobre a leitura e as interpretações do diagnóstico, uma abordagem teórico-prática, decorrente da natureza circular que reconhecemos num processo de investigação. A informação analisada, a disponível e a provocada, origina uma análise SWOT de natureza transversal, precedida por uma avaliação global, realizada na perspectiva de alguns factores-chave, com a qual se remata a síntese do diagnóstico turístico desta unidade territorial. Para além deste exercício de súpula, a análise da informação induz-nos a ensaiar a identificação dos produtos turísticos que, na nossa perspectiva e no entendimento dos interlocutores inquiridos, podem constituir vias para o desenvolvimento turístico sustentável desta unidade territorial. Neste contexto, surgem o Turismo Costeiro, a *Meeting Industry*, o Turismo de Saúde e de Bem-estar e o Turismo Industrial, na consciência de que o Município possui recursos que rentabilizados na perspectiva do turismo, poderão dar azo a uma diversidade complementar que, na sua interacção, tende a esbater a sazonalidade, a contribuir para a coexistência pacífica dos diferentes sectores de actividade, num cenário de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida das populações. Trata-se de uma construção teórica-prática em torno de vias de sustentabilidade para o turismo, que antecede a sua introdução ao nível das políticas e práticas que sugeriremos para o futuro desta unidade territorial, e que culmina com uma análise SWOT na perspectiva dos produtos turísticos identificados, com a qual se cumpre a primeira fase do planeamento segundo o modelo de BURNS (2004a), estando reunidas as condições para caminhar rumo às etapas mais operacionais.

No quarto subponto aplica-se o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” (BURNS, 2004a) ao Município de Sines, com o objectivo de propor políticas e práticas para o desenvolvimento turístico desta unidade territorial, através da operacionalização de um processo que poderá ser uma via para a sustentabilidade, pela sua natureza participada, pela defesa da coerência entre os vários níveis de objectivos e pela preocupação contínua com a monitorização e avaliação. Nesta materialização do paradigma, personalizamos os interlocutores, denominamos as estruturas e caracterizamo-las, definimos os objectivos, as estratégias e os perfis dos turistas, espacializamos os quatros produtos turísticos, concebemos processos para a monitorização, assegurando-nos que a realidade, ainda mais que o modelo, é conducente ao turismo sustentável.

Por último, a **CONCLUSÃO**, em que procuramos evidenciar a concretização dos objectivos, gerais e específicos que nortearam a investigação, e responder de forma assertiva às perguntas de partida, fechando desta forma o círculo da investigação e finalizando o empreendimento a que nos propusemos.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

1.1. Turismo sustentável: considerações sobre a teoria e a prática

1.1.1. O percurso histórico e conceptual

O conceito de turismo sustentável obriga-nos a uma reflexão, ainda que sumária, sobre o passado conceptual e prático do próprio turismo. Não poderemos falar deste conceito, e da sua ligação às exigências de um determinado modelo de desenvolvimento turístico, sem previamente referir o próprio conceito de turismo, e também as dinâmicas da actividade turística, cujo comportamento evolutivo ascendente conduziu a uma dimensão justificadora das preocupações subjacentes ao repensar as práticas turísticas e, por inerência, dos conceitos a elas associados. Perante esta constatação, pensemos o conceito de turismo, ou mais especificamente o seu plural, na medida em que o trajecto evolutivo do fenómeno turístico evidencia uma multiplicidade de distintas concepções, que reflectem os valores, o modelo societal vigente em cada época, e também o quadro epistemológico das áreas científicas de onde provêm.

Inicialmente entendido como de fácil definição, é actualmente percebido na sua complexidade, como atesta a inúmera literatura produzida em torno deste tema, sendo que um dos maiores problemas desta conceptualização reside no facto da maioria das pessoas pensar o turismo enquanto sinónimo de viagem de lazer ou de férias. No entanto, o conceito é muito mais abrangente e pode ser interpretado sob inúmeras perspectivas académicas e técnicas (HALL e LEW, 2009:5-6)

A palavra “turismo”, de acordo com a análise etimológica, tem a sua origem no latim derivando de *tornus* (torno), como substantivo, *tornare* (redondear, tornear, girar), como verbo, referindo-se o sufixo *ismo* à acção que é realizada por um grupo de pessoas. Comum a ambos os termos latinos é a ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida, pelo que etimologicamente se pode definir o turismo como uma acção praticada por pessoas que viajam com a intenção de regressar à sua residência habitual (MOESCH, 2002: 10; BLANCO, 1992:29-30).

O que se pensa ser um dos primeiros registos da palavra turismo e do seu respectivo conceito é encontrado no *Pequeno Dicionário de Inglês de Oxford*, que data de 1950, e refere “*Turismo: a teoria e prática de viajar, deslocar-se por prazer. Uso, depredação*” (MOESCH, 2002:10). No entanto, esta pode ter sido a primeira de um sem número de

definições, pois constata-se que não existe uma definição única de turismo, mas antes uma variedade de conceitos e de definições emanada do intenso debate académico em torno da delimitação conceptual deste fenómeno. A corroborar esta ideia de múltipla heterogeneidade surge MORLEY (1990:3) salientando que apesar da crescente importância do turismo e do trabalho realizado pelos seus estudiosos, o turismo continua a ser deficientemente entendido e definido, sendo que, segundo ele, os esforços para encontrar uma definição datam de 1933, e que inúmeras têm sido as tentativas emergentes do campo da sociologia, da economia, entre outros, ditadas inclusive pela necessidade de uniformizar critérios que dêem origem a estatísticas fiáveis sobre a actividade. Esta é uma dinâmica que se reflecte também nas sucessivas e distintas definições apresentadas pela Organização Mundial de Turismo, ao longo da sua existência, algumas coexistindo temporalmente dada a sua complementaridade.

Apesar do reconhecimento da multiplicidade e diversidade que caracteriza esta questão, e embora consideremos que o estudo dos conceitos derivados da investigação desenvolvida por inúmeros autores¹ seja de primordial importância para quem se dedica ao estudo do turismo, independentemente da abordagem privilegiada, consideramos que os objectivos do presente estudo não nos impõem a sua explanação exaustiva. Face a esta opção, ditada pela própria delimitação dimensional do objecto de estudo, optámos apenas por elencar o conceito formalmente definido pela Organização Mundial de Turismo, sem por isso deixarmos de considerar, ainda que implicitamente, quer o percurso conceptual quer as inúmeras definições a que este fenómeno tem dado origem.

Na realidade, todos os esforços desenvolvidos na percepção e na conceptualização do turismo intervieram decisivamente na definição adoptada pela Organização Mundial de Turismo (OMT) em 1991, no âmbito da Conferência Internacional de Estatísticas de Turismo e Viagens, que decorreu em Ottawa, e que estabelece que “*o turismo compreende as actividades realizadas durante as viagens e estadas, em lugares distintos da residência habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, para ócio, negócios e outros*” (OMT, 1998:44). Esta definição foi posteriormente, em 1993, adoptada pela Comissão Estatística das Nações Unidas, e é utilizada para definir e classificar as actividades turísticas internas e internacionais.

O grande número de definições, produto do esforço de todos os que têm reflectido epistemologicamente sobre o turismo, não significa o completo afastamento conceptual, pois a sua análise comparativa, de acordo com a OMT (1998:45), permite detectar alguns denominadores comuns:

¹Outros conceitos de turismo encontram-se em: FUSTER, 1974; BURKAT e MEDLIK, 1981; MATHIESON e WALL, 1982; HUNT e LAYNE, 1991; DE LA TORRE, 1992; MCINTOSH e GOELDNER, 2000; WEAVER e OPPERMAN, 2000 e MOESCH, 2002; entre outros.

- (1) A deslocação de pessoas para fora do seu local de residência habitual;
- (2) A estada no destino por um período limitado de tempo, não permanente;
- (3) Compreende as actividades lúdicas realizadas durante a estada, para além da viagem até ao destino;
- (4) Qualquer que seja a motivação para viajar, o turismo integra os produtos e os serviços criados para satisfazer as necessidades dos turistas.

Perante estes quatro eixos, a sua interacção, e a sua confluência na definição avançada pela OMT em 1991, torna-se fundamental uma análise mais pormenorizada de alguns factores básicos na actividade turística: a procura, a oferta, o espaço geográfico e os operadores turísticos. Na procura integram-se a totalidade dos consumidores dos bens e serviços oferecidos pelo turismo, que podem ser integrados, de acordo com as suas características, nas categorias de viajantes, visitantes, turistas e excursionistas². Da combinação entre a origem dos turistas e o destino eleito surgem três tipos de turismo: (1) o *turismo doméstico ou interno*, empreendido pelos residentes na visita ao seu próprio país; (2) o *turismo receptor*, operacionalizado pelos não residentes oriundos de um determinado país; (3) o *turismo emissor*, quando os residentes de um país se deslocam para outros países. Por sua vez, estas três formas de turismo podem combinar-se em (1) *turismo interior*, que compreende o doméstico e o receptor; (2) *turismo nacional*, que abarca o doméstico e o emissor; (3) *turismo internacional*, que integra, em simultâneo, o emissor e o receptor (OMT, 1998: 51).

O segundo elemento básico da actividade turística é a oferta turística, que se define como o conjunto de produtos turísticos e serviços colocados à disposição do utilizador turístico num determinado destino, para seu usufruto e consumo, e que integra os serviços, os produtos, a imagem e o ambiente, entre outros elementos. O terceiro elemento básico é o espaço geográfico, definido como o espaço físico em que ocorre a conjunção entre a oferta e a procura e onde está fixada a população residente que, embora não constitua em si mesmo um elemento turístico, é considerada um importante factor de coesão ou de desagregação, consoante o seu grau de intervenção na planificação da actividade turística. Por último, surge o conceito de operador turístico, que são os agentes participantes na actividade turística, na qualidade de intermediários entre o consumidor final (o turista, a procura turística) e o produto turístico (o serviços, o destino turístico), podendo eventualmente

² De acordo com a OMT (1998:46-47) *viajante* é “qualquer pessoa que viaja entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades do país em que reside habitualmente”. O conceito de *visitante* refere-se a “todos os tipos de viajantes relacionados com o turismo”. O termo *turista* engloba “o visitante que permanece pelo menos uma noite num alojamento privado ou colectivo do país visitado” e o *excursionista* é o “visitante que não pernoita em nenhum alojamento privado ou colectivo do país visitado”.

estender a sua acção intermediária à oferta complementar (restauração, hotelaria...) (OMT, 1998:47).

A vigência, já comprovada anteriormente, de inúmeras definições de turismo atesta a complexidade do fenómeno e do seu estudo e a polémica que o envolve. A ausência de consenso entre os investigadores sobre as suas inúmeras dimensões, tem conduzido o turismo ao protagonismo de uma série de conflitos e debates, nomeadamente no campo epistemológico. A concessão de um estatuto constitui igualmente um ponto de divergência, questionando-se se deverá ser considerado uma ciência, uma técnica, ou uma área de aplicação das inúmeras ciências que o têm abordado (sociologia, economia, gestão, antropologia, geografia...) (cfr. MORLEY, 1990; ECHTNER e JAMAL, 1997; TRIBE, 1997 e 2006; GASTAL, 2002; FILHO, 2003; NETTO, 2005). À semelhança do sucedido com a definição de turismo, também inúmeros são os autores que se têm debruçado sobre esta questão, posicionando-se de forma extremada ou assumindo posturas mais moderadas. No actual contexto, não iremos discorrer sobre o assunto, porque os nossos objectivos de investigação não nos impelem nessa direcção, contudo considerámos que esta questão seria digna de nota, dado que atesta a dinâmica pouco consensual que caracteriza a teoria sobre o turismo, e que se reflecte na análise da sua prática nomeadamente nas questões do planeamento e desenvolvimento, essas sim directamente relacionadas com a abordagem que fazemos ao turismo, enquanto nosso objecto de estudo.

Em suma, o turismo reflecte as dinâmicas sociais, políticas, económicas e naturais, pelo que dificilmente se poderá falar de um conceito de turismo, sendo imprescindível a admissão do plural quando se conceptualiza e se estuda esta temática. As inúmeras definições comprovam a existência de uma postura pró-activa perante a necessidade de uma busca incessante de um conceito que defina plenamente o fenómeno no seu dinamismo, e que promova a construção de uma estrutura identitária que permita a afirmação do seu estatuto. Numa lógica circular, esta heterogeneidade condiciona e é condicionada pela própria percepção do turismo enquanto prática, influenciando a identificação das dimensões do turismo, a atitude dos inúmeros *stakeholders* envolvidos no processo turístico, e os próprios modelos de planeamento e desenvolvimento turístico, que se modificam continuamente, tentando responder aos condicionalismos que a realidade impõe, mas também ao próprio dinamismo epistemológico.

Após esta reflexão sumária sobre o(s) conceito(s) de turismo, consideramos que é pertinente lançar um olhar, ainda que de relance, sobre a sua génese e evolução, pois apesar do estudo do turismo constituir um passo da pós-modernidade, a sua origem perde-se no tempo, embora com contornos muito distintos dos que actualmente o transformam num dos fenómenos mais globalizados neste mundo de globalizações.

A árvore genealógica do turismo inicia-se nas viagens concretizadas pelos povos antigos, numa atitude de resposta às mais diversas aspirações. O ser humano começou por deslocar-se induzido por motivos comerciais, na busca de novos mercados, viajou na busca de novas terras, na mira da sua ocupação e exploração, e a motivação religiosa ofereceu uma justificação para grandes viagens na Idade Média. O Turismo de Negócios, o Turismo de Aventura, o Turismo Religioso e o Turismo de Saúde (entre os romanos as viagens às termas constituíam um procedimento comum) são tipos de turismo cuja génese remonta à antiguidade, e embora, obviamente, com contornos muito distintos de actuais, e com base em narrativas da época, se enquadram nas definições actualmente vigentes. Também o turismo ligado à prática de desporto emergiu na civilização helénica, com a realização de jogos olímpicos. O hábito de viajar, pelos motivos mais diversificados, constitui um fenómeno antigo na história da humanidade, tendo surgido na civilização babilónica, por volta de 4.000 a.C. (cfr. BURKART e MEDLIK, 1990; TOWNER, 1994; CUNHA, 1997).

Na civilização grega, os homens livres realizavam viagens por terra e pelo Mediterrâneo estimulados pela vontade de conhecer outras culturas e aumentar os seus conhecimentos, e dedicavam-se à contemplação ociosa (*skholé* grega). No Império Romano foi introduzido o ócio de massas, a partir do pressuposto que o tempo destinado ao descanso do corpo e à distracção do espírito era imprescindível para a produtividade do trabalho (QUINTANA, 2002).

As investigações de MAZÓN (2001) permitiram-lhe encontrar a génese do turismo residencial no Império Romano, tendo proliferado, também, nesta época os estabelecimentos termais, frequentados pelos romanos mais distintos, numa modalidade actualmente enquadrada no Turismo de Saúde e no Turismo de Bem-estar. De igual forma, o património cultural, reconhecido por THOBURN (1986) como uma das mais antigas e importantes fontes geradoras de turismo, constituiu também nesta época um móbil para as viagens, pois à semelhança dos gregos também os romanos das classes mais altas se deslocavam com o objectivo de visitarem centros de interesse histórico e cultural.

Na Idade Média, o clima de insegurança contribuiu para um decréscimo significativo das viagens. As cruzadas, grandes expedições consecutivamente organizadas para visita aos grandes centros religiosos da Europa, e para libertação de Jerusalém que se encontrava sob o domínio dos árabes, constituíam as únicas excepções, podendo eventualmente ser consideradas como a génese do turismo de grupos e do turismo religioso (TOWNER, 1994).

Os séculos XV e XVI foram marcados pelas grandes navegações, como as de Fernando Magalhães, as de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral. Estas viagens, que envolviam centenas de pessoas e se estendiam por vários meses, podem ser consideradas

as grandes precursoras dos grandes cruzeiros marítimos da actualidade (IGNARRA, 2003:5)

No séc. XVII, o aumento da segurança e o desenvolvimento da rede viária estimularam fortemente as viagens, realizadas sobretudo por motivos religiosos, comerciais e educativos. O *Gran Tour*, viagem realizada pela classe aristocrática jovem e por elementos da burguesia emergente, era destinado, à semelhança do que acontecia na sociedade romana, ao conhecimento de outras culturas e à aquisição de conhecimentos em países mais evoluídos nos campos da ciência e das artes. Os destinos eram os principais centros culturais, políticos, económicos e religiosos do Sul e do Este da Europa, tal como Londres, Paris, Amesterdão, Roma, Veneza, Turim e Madrid (cfr. TOWNER, 1985 e QUINTANA, 2002).

Inúmeros autores defendem que o início do turismo, numa versão muito próxima da actual, se deu no séc. XVII, associado aos primeiros indícios de crescimento industrial, que revolucionou a estrutura e o funcionamento social instalados desde há séculos. O aumento da riqueza, o redimensionamento da classe dos comerciantes, e a secularização da educação, despertaram o desejo de conhecimento de outras culturas, e a percepção da dimensão educacional das viagens (IGNARRA, 2003:4).

O advento do capitalismo, os primeiros passos da Revolução Industrial, e a criação de extensas vias de circulação ao logo do território europeu, contribuíram para a vulgarização das viagens. As grandes feiras de troca de mercadorias e as viagens profissionais e informativas, mencionadas por QUINTANA (2002), podem eventualmente ser consideradas os antepassados do que é actualmente considerado o turismo de negócios.

A partir da segunda metade do séc. XVIII, ocorreu um forte desenvolvimento turístico impulsionado pela emergência do barco a vapor e do comboio. As viagens marítimas tiveram um enorme incremento, e as travessias intercontinentais passaram a ser economicamente viabilizadas por este novo meio de transporte surgindo, consequentemente, um forte intercâmbio turístico, sobretudo entre a Europa e os restantes continentes. Nesta mesma época, com a consolidação do capitalismo, o hábito de viajar para estações de águas, inicialmente no interior e posteriormente no litoral dos países, vulgarizou-se, com vista à promoção da saúde mas também ao entretenimento. Estes centros constituíam a realidade mais aproximada do que actualmente se entende como destino turístico de lazer (IGNARRA, 2003).

A segunda etapa da evolução do turismo, que se estende do séc. XIX até à primeira metade do séc. XX, corresponde a uma transição entre o turismo de elites e o turismo de massas, registando-se um forte impulso no turismo residencial, nas suas múltiplas vertentes. As mudanças e transformações impostas pelas revoluções políticas, científicas,

culturais e sociais, que culminaram no modelo da sociedade industrializada, reflectiram-se numa melhoria da qualidade de vida para a população em geral, e no acesso a bens e serviços até então exclusivos para os estratos sociais mais altos. Ao rápido crescimento da população, ao desenvolvimento económico e às transformações laborais, associaram-se a evolução dos transportes e o nascimento de um sistema bancário eficaz, dando um grande impulso nos fluxos turísticos nacionais e internacionais. Este processo dá origem a um novo sector empresarial ligado ao turismo, em que os pioneiros foram Thomas Cook e Baedeker ao realizarem a primeira viagem turística organizada (cfr. QUINTANA, 2002; IGNARRA, 2003).

A terceira etapa, o período do *boom*, decorre entre 1945 e 1990, representando a época dourada do turismo de massas. O crescente acesso de todas as classes sociais ao turismo e a aquisição de uma dimensão universal constituem duas das principais características desta época. O desenvolvimento da aviação comercial, um dos marcos na história do turismo, a revolução tecnológica nos vários sectores e o seu impacte ao nível da criação de riqueza e da dinâmica social, obrigou a repensar não só o processo mas sobretudo o conceito de turismo. Após a estagnação completa do turismo durante a Segunda Guerra Mundial, a posterior modernização da sociedade fomentou o aumento dos recursos económicos e do tempo para as actividades turísticas. Entre 1950 e 1975, sobretudo, ocorre um impressionante desenvolvimento turístico à escala mundial, impulsionado pela recuperação económica dos países, pela emergência da vontade política para a promoção do seu desenvolvimento, pelas transformações sociais, pelo desenvolvimento dos meios de transporte, pelas novas técnicas comerciais e de *marketing*, pelas recomendações da Aliança Internacional de Turismo, pela definição de mapas de estradas a nível mundial, e também pelo crescente protagonismo dos organismos ligados ao sector, nomeadamente da Organização Mundial de Turismo (QUINTANA, 2002).

Actualmente constata-se que as principais características da indústria turística, vigentes nas últimas três décadas do séc. XX, estão a esbater-se e a desaparecer. Na perspectiva de POON (1993), a nova era do turismo é marcada por novos consumidores, novas tecnologias, necessidade de novas e mais flexíveis formas de produção e de mudanças no meio ambiente. Na realidade, e de acordo com FAYOS-SOLÁ (1994), as formas inovadoras do paradigma empresarial, vigente na nova era do turismo, centram-se na flexibilidade das férias, nas exigências individuais dos consumidores, na diversidade dos mercados, na consideração pelo ambiente e pela cultura local, e nas novas tecnologias de informação e de comunicação.

A análise diacrónica do turismo, apesar de se fazer por etapas circunscritas no tempo, deve ter presente a ideia de que a sua história não cabe na periodização historiográfica clássica do positivismo, feita de épocas, séculos e datas, numa neutralidade apartada da vida social.

O turismo surge associado à conquista e manutenção do território, não só enquanto processo sociopolítico, mas sobretudo na dimensão simbólica inerente ao poder e ao prestígio, característicos do mundo moderno ocidental (SANTOS, 2002).

Em suma, o turismo, na sua evolução epistemológica e operacional, alcançou progressivamente um relevo que atesta a sua complexidade e a sua importância crescente para as sucessivas sociedades. No entanto, não pode ser entendido de forma descontextualizada, a sua percepção global só pode ser feita no entendimento das dimensões que o envolvem e a sua evolução analisada na relação, circular ou não, das condições que a impulsionam. Cada salto evolutivo do turismo surgiu associado a condições socioeconómicas específicas e aos grandes avanços tecnológicos que marcaram a história da humanidade. Neste contexto de evolução, poderemos entender o turismo como um direito do homem moderno, resultante da inter-relação entre a produção e os serviços prestados, integrando simultaneamente uma dinâmica sociocultural e reflectindo, enquanto um seu produto, as flutuações da sociedade. Apesar dos seres humanos desde sempre terem sentido a necessidade de diversão e de evasão da vida quotidiana, só a partir da segunda metade do séc. XX é que o turismo emergiu como um fenómeno social de massas, captando a atenção dos investigadores e assumindo o estatuto de objecto de investigação de uma multiplicidade de ciências. Esta dimensão e os seus respectivos impactos sociais, culturais, económicos e ambientais, despertaram para o facto de que turismo, ainda que benéfico sob inúmeras perspectivas, poderia ser fonte de consequências irremediáveis, pondo em causa o próprio acesso aos recursos naturais mas também socioculturais, por parte das gerações vindouras. Esta constatação conduziu, a partir da década de 90, à associação entre o turismo, enquanto fenómeno, actividade, indústria, e as questões da sustentabilidade, sendo que actualmente existe uma percepção, quase generalizada, de que planear e gerir o turismo apenas faz sentido no contexto de um modelo de desenvolvimento sustentável. Na dimensão conceptual e operacional, implícita ou explicitamente, turismo hoje é, ou deverá ser, sinónimo de turismo sustentável, pelo que consideramos imprescindível analisar o turismo na perspectiva da sustentabilidade, um exercício a que dedicaremos o próximo ponto desta dissertação.

1.1.2. O turismo na perspectiva da sustentabilidade

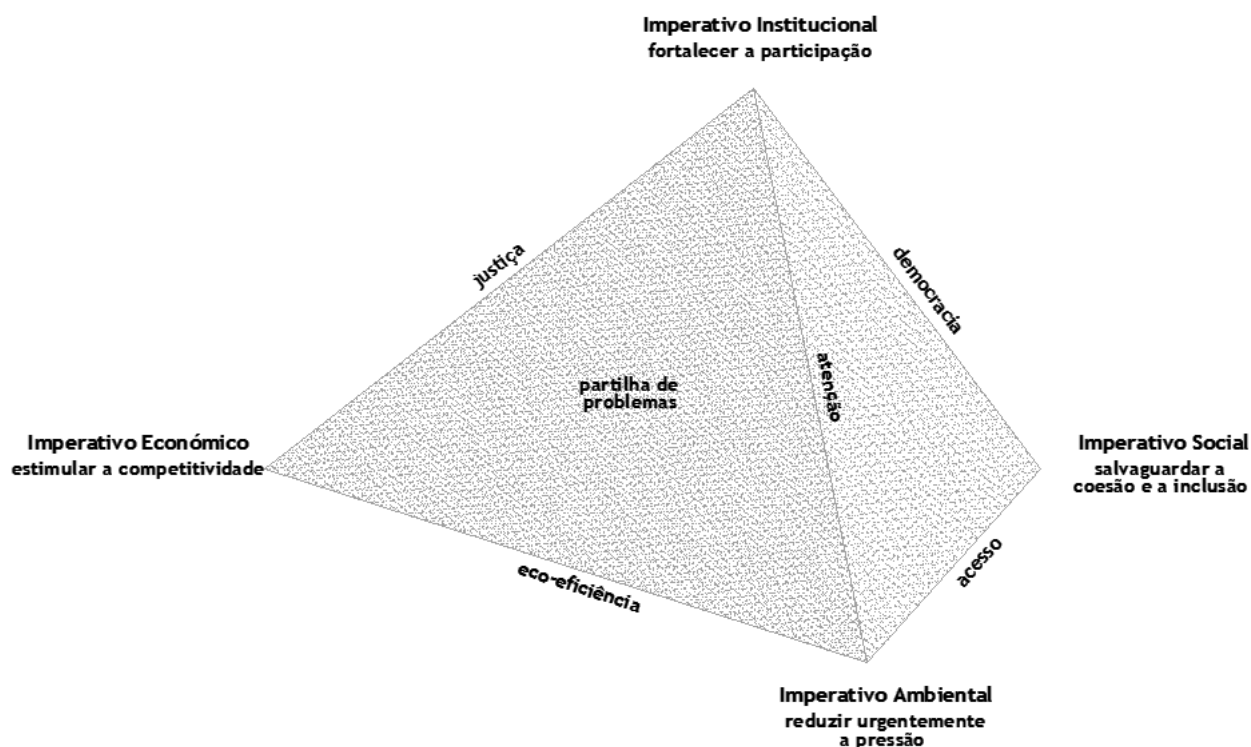
1.1.2.1. A CONCEPTUALIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade surgiu associado ao de desenvolvimento, invadindo o discurso académico e político, e introduzindo-se gradualmente na linguagem quotidiana. A apropriação generalizada do termo pode significar uma partilha massificada das preocupações e da cooperação com vista à sua promoção, mas pode igualmente contribuir para a sua banalização e consequente esquecimento. BENI (2004:1) refere que *“a palavra sustentabilidade pretende reflectir uma política e estratégia de desenvolvimento económico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente, e dos recursos naturais, de cuja qualidade depende a continuidade da actividade humana e do desenvolvimento”*.

O prisma da sustentabilidade evidencia as dimensões do processo, as interligações entre estas e os imperativos necessários à sua concretização (vd Figura I). O objectivo fulcral do paradigma da sustentabilidade, dotado de uma forte componente ética, é garantir que toda a gente, em toda a parte, tenha sempre a oportunidade de ter acesso a uma vida digna. Esta pretensão inclui um padrão de vida aceitável, a coesão social, uma participação generalizada e um meio ambiente saudável (SPANGENBERG, 2004:75). Neste contexto, os vários objectivos específicos encontram-se subordinados à vertente social, evidenciando-se a necessidade de existir um equilíbrio na evolução e na interacção de todas as componentes, com o objectivo de promover o desenvolvimento global da sociedade.

Os imperativos nucleares, representados graficamente na Figura I, derivam da identificação de áreas problemáticas e da necessidade de encontrar respostas para a sua resolução. O *imperativo ambiental* visa a salvaguarda do ambiente a longo prazo, o *imperativo social* está direccionado para a coesão e para a justiça social, entre os indivíduos, os países, as comunidades e os grupos sociais, enquanto o *imperativo institucional* assegura a participação no processo de tomada de decisão política, constituindo um pré-requisito para uma resolução pacífica dos conflitos. O *imperativo económico* assume um estatuto diferente, na medida em que os objectivos económicos não constituem um desafio por si só, podendo funcionar simultaneamente como uma fonte de problemas ou como a via para a sua resolução. Uma economia saudável não é um objectivo, mas é considerada essencial para satisfazer a longo prazo as necessidades materiais, assegurando emprego, rendimentos, segurança social e oportunidades de consumo. O exposto justifica a conceptualização da sustentabilidade como uma optimização dinâmica de quatro dimensões: social, ambiental, económica e institucional (SPANGENBERG, 2004:75).

Figura I – O prisma da sustentabilidade



Fonte: VALENTIN e SPANGENBERG, 2000 *apud* SPANGENBERG, 2004:76

As políticas para a promoção da sustentabilidade exigem a integração dos objectivos económicos, sociais, ambientais e institucionais numa estratégia coerente que salvide os interesses de cada dimensão, a (re)introdução de orientações normativas para promover a justiça nos e entre os países, no que concerne às políticas económicas, sociais, comerciais, da saúde e do desenvolvimento, entre outras, e por último, uma perspectiva abrangente no tempo e no espaço, contemplando regiões distantes e gerações futuras. A educação, formação, rendimento, relações sociais, comunicação e participação, constituem, numa perspectiva micro, o núcleo da sustentabilidade social (HEDIGER, 2000), enquanto a perspectiva macro contempla também a distribuição equitativa dos rendimentos e dos recursos. A sustentabilidade ambiental pressupõe a definição de um quadro normativo que regule as causas dos actuais problemas ambientais, com vista à sua redução ou eliminação futura, e que a longo prazo diminua o peso dos recursos físicos na economia. Por último, a componente institucional, que de acordo com o definido na Agenda 21, é constituída por um núcleo de objectivos que se traduzem fundamentalmente no *empowerment* da sociedade civil, e no acesso generalizado ao conhecimento e à formação. Implicitamente estes objectivos reflectem a interligação entre a dimensão institucional e as três outras dimensões da sustentabilidade, tal como com a saúde, o emprego, a distribuição

dos rendimentos e os direitos dos trabalhadores, integrados na dimensão social (SPANGENBERG, 2004).

Este novo conceito e as preocupações e atitudes a ele associadas foram o culminar de uma série de iniciativas de âmbito internacional, que se desenrolaram ao longo dos anos sob o patrocínio da ONU – Organização das Nações Unidas. Mais de três décadas separam a actualidade do momento em que as questões da sustentabilidade, na óptica do desenvolvimento, começaram a emergir, impulsionadas pelos impactes de modelos demasiado facciosos e direccionados para o crescimento económico. O final da década de sessenta e início dos anos setenta foram marcados por discussões inflamadas sobre a insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento até então preconizados, nomeadamente no âmbito ambiental. Na sequência desta movimentação, a questão ambiental foi sendo gradualmente incorporada nos programas dos governos nacionais, no sistema político-partidário e na agenda dos organismos internacionais, despoletando uma série de acções, entre as quais se salienta a Conferência da Biosfera em Paris, em 1968, e que originou o encontro de Estocolmo (BENI, 2004).

Em 1972, a ONU promoveu a *1ª Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano*, em Estocolmo na Suécia. Esse evento contribuiu sobretudo para evidenciar a componente ambiental enquanto parte integrante das relações políticas, económicas e sociais, tendo dado origem ao PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e a diversos outros programas de índole ecológica (BENI, 2004). Neste mesmo ano, o Clube de Roma divulgou o *Relatório dos Limites do Crescimento*, também conhecido como *Relatório Meadows*, que numa abordagem extremamente pessimista, previa um colapso ecológico nos próximos 100 anos caso não se verificasse uma mudança no paradigma de desenvolvimento económico.

Em 1974, Ignacy Sachs e a sua equipa interdisciplinar, sedeadada no CIRED – *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement*, reelabora a questão do eco desenvolvimento, iniciada em 1972 em Estocolmo, ampliando e diversificando os seus horizontes. Também em 1974, na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento foi realizada uma reunião do Programa de Meio Ambiente para as Nações Unidas, e elaborada a *Declaração de Cocoyoc*. Esta declaração aprofunda o modelo de eco desenvolvimento, alertando para a explosão demográfica mundial, para a pobreza, para a degradação ambiental, e para a responsabilidade dos países desenvolvidos no crescimento desmesurado destes problemas, devido a seu alto nível de consumo, desperdício e poluição, sendo os seus argumentos reforçados no *Relatório Que Faire* apresentado pela *Fundação Dag-Hammarskjold*, no final de 1974. Em 1982, em Nairobi, no Quénia, sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizou-se uma reunião comemorativa do 10º aniversário da Conferência de Estocolmo, onde se procedeu à

avaliação dos resultados alcançados e ao exame da mudança de percepção da problemática ambiental (BENI, 2004).

Em resposta a uma decisão da Assembleia-geral da ONU, foi criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objectivo de analisar as questões ambientais e do desenvolvimento. Em 1987, esta comissão, presidida pela Sra. Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra norueguesa, elaborou um documento denominado “Nosso Futuro Comum”, onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento económico e social em conformidade com a preservação ambiental. Neste documento, também conhecido como *Relatório Brundtland*, foi apresentado a definição oficial do conceito de desenvolvimento sustentável e os métodos para enfrentar a crise pela qual o mundo passava. Neste contexto, o desenvolvimento sustentável é definido como o “desenvolvimento que faz face às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND COMMISSION, 1987:54).

O *Relatório Brundtland* materializou algumas preocupações com o meio ambiente, que começavam a emergir na sociedade, e definiu novos paradigmas de interacção humana, na medida em que a sustentabilidade do desenvolvimento pressupõe uma mudança nas relações económicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas. Desta forma, a componente ambiental passa a ser percepcionada como parte integrante de um sistema que originalmente era cíclico, excluindo o comportamento predador do modelo desenvolvimentista predominante. Para a construção desse conceito foram considerados os cinco elementos indicados na Conferência de Ottawa em 1986: integração da conservação e do desenvolvimento, a satisfação das necessidades humanas básicas, alcance da equidade e da justiça social, provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e manutenção da integridade ecológica (cfr. BRUNDTLAND COMMISSION, 1987).

A comissão autora do *Relatório Brundtland*, após a sua publicação, influenciou a Assembleia-geral das Nações Unidas a realizar, em 1990, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que veio a concretizar-se em 1992 no Rio de Janeiro. Essa conferência ficou conhecida como Conferência da Terra, Conferência do Rio ou como Rio-92 e deu origem a uma importante panóplia de compromissos e orientações, entre os quais se destacam a *Agenda 21* e a *Carta da Terra*, entre outros (BENI, 2004).

A *Agenda 21* e a *Carta da Terra* definiram políticas essenciais para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável que obstasse às necessidades dos países pobres, balizando o desenvolvimento, no sentido da satisfação das necessidades globais. Sem descurar os interesses económicos incorporou-se simultaneamente a dimensão ambiental e humana, no

sentido do equilíbrio do sistema global. No caso concreto da *Agenda 21* trata-se de um programa de acção adoptado por cento e oitenta e dois governos, internacionalmente consensual, assente num modelo participativo de mudança de atitudes em relação ao meio ambiente, que surgiu da necessidade se transformar compromissos abstractos em acções de nível nacional e local. Cada país apropria-se internamente da *Agenda 21* de forma que sejam respeitadas as suas necessidades socioeconómicas, ambientais e culturais.

Nas duas décadas que separam a Conferência de Estocolmo (1972) e a Conferência do Rio (1992) assiste-se a um longo percurso estimulado pela polarização desenvolvimentista, entre a riqueza dos países desenvolvidos ou industrializados do Norte, e a pobreza dos países em desenvolvimento ou do terceiro mundo do sul. Foram introduzidos novos conceitos, estimuladas novas atitudes nos indivíduos, nas empresas, nos governos, com o objectivo de atenuar as assimetrias existentes à escala mundial e de promover a vertente humana, social e ambiental do desenvolvimento (BENI, 2004)

Apesar dos resultados relativamente positivos a que conduziu o longo percurso percorrido, existe a consciência por parte da comunidade internacional, da necessidade de intensificar as acções no sentido da operacionalização plena do modelo de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, em 1997, com o objectivo de avaliar a implementação da *Agenda 21*, foi realizada a Rio + 5, uma sessão extraordinária da Assembleia-geral das Nações Unidas, que reforçou a necessidade de ratificação e de operacionalização mais eficiente do crescente número de convenções e acordos internacionais referentes ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Foram igualmente reconhecidas as dificuldades acrescidas dos países em vias de desenvolvimento para promover a equidade social e reduzir a pobreza, resultado da diminuição da ajuda financeira internacional e do aumento das dívidas externas.

Em 2002, sob proposta da CDS – Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, foi realizada, na cidade de Joanesburgo, uma conferência mundial, conhecida como Rio + 10 ou Cúpula do milénio, com o objectivo de implementar a Agenda 21 mundial e dar continuidade ao processo de perseguição do desenvolvimento sustentável, num cenário global de explosão demográfica e de crescente procura e utilização de recursos naturais.

BENI (2004) considera que SACHS (2000) defende que o desenvolvimento sustentável deve ser norteado por uma metodologia de planeamento que seja um espaço de aprendizagem social, equidistante das tradições tecnicista e políticas, e que reflecta uma síntese pedagógica. Ao reunir estas características, o planeamento oferece um novo modelo para as políticas governamentais, subjacente a estratégias concretas de intervenção correctiva, baseadas em postulados interdependentes de eficiência económica, equidade social e prudência ecológica. Acrescenta simultaneamente um novo critério de

racionalidade social baseada na crítica ao efeito de externalização dos custos sócio-ambientais, ao modelo puramente económico vigente, sobretudo quando o processo de planeamento é participado e com uma visão comprometida com o meio ambiente.

O planeamento participado pressupõe o envolvimento do cidadão na elaboração das estratégias de desenvolvimento, que visam, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (*apud* SACHS, 2000:85-88), a promoção das múltiplas dimensões da sustentabilidade:

- *Sustentabilidade social* – criação de um processo de desenvolvimento baseado no *ser*, direccionado para uma maior equidade na distribuição dos recursos e para a redução das assimetrias entre os padrões de vida.
- *Sustentabilidade económica* – possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos e permite um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é de cariz macro social, e permite a redução dos custos sociais e ambientais, ao contrário da lógica economicista.
- *Sustentabilidade ecológica* – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando a utilização dos recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, limitando o consumo, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada protecção ambiental.
- *Sustentabilidade espacial* – voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva nas áreas urbanas, processos de colonização descontrolados, promoção de projectos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.
- *Sustentabilidade cultural* – engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais, e até mesmo a pluralidade das soluções particulares.
- *Sustentabilidade política* – privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global.

A sustentabilidade só poderá ser promovida através da operacionalização de um modelo de planeamento que privilegie todas as suas dimensões, de acordo com o evidenciado por SACHS (2000:85-88), possibilitando a concretização dos objectivos que ao longo de décadas têm sido definidos nas várias iniciativas implementadas sob a égide da ONU. O

planeamento é a ferramenta que permite a transposição das directivas supranacionais para a realidade nacional, regional e local, viabilizando a correcção de desequilíbrios e promovendo o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável originou um novo paradigma sobretudo na última década, constituindo-se talvez, na sua multidimensionalidade, como o maior desafio político alguma vez surgido, e estendendo-se a inúmeras outras áreas, nomeadamente à do turismo, na qual assume um papel cada vez mais relevante face à intensificação continuamente da actividade turística (cfr. SPANGENBERG, 2004).

1.1.2.2. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Paralelamente, e enquanto a problemática da sustentabilidade era pensada e discutida num plano essencialmente supra sectorial, no turismo assistia-se a uma intensificação da actividade, e gradualmente as atenções começaram a vislumbrar os impactes negativos deste sector como uma séria ameaça à sustentabilidade sobretudo em áreas ambiental e sócio culturalmente frágeis.

Quadro I – Chegadas de turistas internacionais – taxa de crescimento médio anual (%)

	Mundo	África	Américas	Ásia e Pacífico	Europa	Médio Oriente
1950-2000	6,8	8,3	5,8	13,1	6,5	10,1
1950-2005	6,5	8,1	5,4	12,5	6,1	10,1
1950-1960	10,6	3,7	8,4	14,1	11,6	12,3
1960-1970	9,1	12,4	9,7	21,6	8,4	11,5
1970-1980	5,3	11,6	4,0	13,9	4,7	14,3
1980-1990	4,7	7,8	4,1	9,3	4,1	3,1
1980-1985	2,9	6,1	0,9	7,4	2,7	2,7
1985-1990	6,5	9,5	7,3	11,3	5,4	3,5
1990-2000	4,6	6,4	3,3	7,0	4,1	9,6
1990-1995	4,2	6,1	3,3	8,0	3,5	7,3
1995-2000	4,9	6,7	3,3	6,0	4,7	12,0
2000-2005	3,3	5,7	0,8	7,1	2,2	10,0

*Dados recolhidos em Novembro de 2006

Fonte: WTO, 2006

Nos Quadros I e II caracteriza-se, quantitativa e qualitativamente, a evolução do turismo entre 1950 e 2000, sendo evidente que nesta metade de século o crescimento do turismo internacional, traduzido numa variação relativa de 2.615%, conduziu a uma mudança drástica no seu entendimento, pelo seu significado económico mas também, gradualmente, pelas suas consequências no comprometimento do usufruto, por parte das gerações

vindouras, do património tangível e intangível. O comportamento desregrado dos promotores e dos próprios turistas, desprovidos de visão prospectiva, transformaram-se em sérias ameaças para a qualidade da experiência turística e para o próprio desenvolvimento turístico, o que conduziu à emergência de grupos defensores da aplicação do modelo de desenvolvimento sustentável a esta realidade muito particular, a do turismo.

Quadro II – A evolução do turismo entre 1950 e 2000

Década	Nº de chegadas de turistas internacionais (milhões)	Comportamento do turismo
1950	25,3	O turismo internacional é circunscrito a uma pequena elite. Verificam-se níveis elevados de participação no turismo doméstico.
1960	69,3	Aceleração do ritmo de participação em massa nas expressões internacionais de turismo; algumas preocupações sobre as consequências ambientais do desenvolvimento turístico.
1970	165,8	Percepção nos meios académicos de que o turismo não é uma “indústria não poluidora”; a OCDE cria um comité para tratar das questões do turismo e do ambiente.
1980	278,1	Continua o crescimento e a expansão espacial do turismo na Ásia e no Pacífico; turismo de massas nas Caraíbas; no fim da década de 80 a procura turística direcciona-se para locais como a Costa de Espanha, vistos como ultrapassados e subdesenvolvidos; o turismo é visto cada vez mais como uma via para o desenvolvimento de países menos desenvolvidos. São fundados grupos de pressão tais como o <i>Tourism Concern</i> (Reino Unido) e a <i>Ecotourism Society</i> (EUA).
1990	439,5	No Colorado desenvolve-se um <i>target</i> turístico denominado “Eco-guerreiros”. Cada vez mais turistas adquirem consciência ambiental. A indústria turística começa a responder às preocupações com as questões ambientais. “Ecoturismo”, “turismo verde” e turismo sustentável tornam-se frases populares.
2000	687,0	A imprensa está cada vez mais atenta ao contributo da aviação para o aquecimento global. As companhias aéreas angariam fundos juntos dos clientes para compensação do carbono produzido. Crescem o conhecimento na indústria turística e nos governos sobre as consequências das alterações climáticas no sucesso de alguns destinos turísticos, sobretudo em pequenas ilhas ameaçadas pela subida do nível do mar, e nas estâncias de <i>ski</i> a baixa altitude, onde a neve irá escassear.

Fonte: WTO, 2006 e HUDMAN, 1991 *apud* HOLDEN, 2008:71-72

Ao serem extrapoladas para o turismo, as questões que envolvem a sustentabilidade ganham uma nova dimensão distanciando-se do carácter genérico que inicialmente caracterizava este conceito e a sua operacionalização, para recaírem sobre uma realidade muito específica e também muito recente. Os impactes da actividade turística conduziram à percepção de que é imperioso repensar o turismo numa perspectiva assente no binómio qualidade/continuidade, consequentemente num modelo de sustentabilidade. Ainda que o conceito de “turismo sustentável” seja relativamente recente, emergindo a sua discussão na década 90, a sua base teórica está relacionada com o conceito mais amplo de “desenvolvimento sustentável” constante no *Relatório Brundtland*, redigido em 1987, e cuja emergência e consolidação já foram anteriormente analisadas.

Esta visão emergente defende a impossibilidade de se vislumbrar perpetuamente o turismo como uma actividade comercial sem impactes no meio natural, *human-made* e sociocultural. A actividade turística tem que ser enquadrada no âmbito da indústria extractiva, na medida em que a intensidade com que se apropria dos recursos naturais e os transforma para os vender nos mercados consumidores, não difere grandemente da extracção de petróleo, das minas ou de outra indústria pesada, de cujos impactes ambientais se fala efusivamente (GARROD e FYALL, 1998:200).

A sustentabilidade aplicada ao turismo salienta os problemas da equidade intergeracional e intrageracional, no contexto da eficiência económica, enfatizando sobretudo aos impactes do turismo nos ambientes naturais e sociais. No entanto, a construção do conceito de turismo sustentável não assenta somente na importação da definição constante do *Relatório Brundtland* para o campo do turismo. MCKERCHER (1993 *apud* GARROD e FYALL, 1998:200-201), sobre o desenvolvimento do turismo australiano, menciona o conflito subjacente ao conceito de desenvolvimento sustentável e à implementação das suas estratégias, derivado de duas interpretações diferentes: uma perfilhada pela indústria do turismo, e que define como uma proposta de “desenvolvimento orientado”; a segunda, descrita como uma “perspectiva ecológica”, avançada pelos movimentos de conservação da natureza. De acordo com o autor, o resultado será a utilização do conceito tanto pela indústria como pelos movimentos de conservação da natureza para legitimar e justificar única e exclusivamente a as suas actividades políticas, numa postura demasiado radical e egocêntrica para resolver os conflitos subjacentes à relação desenvolvimento/conservação.

Este caso concreto ilustra a pluralidade existente no campo da conceptualização, e também da operacionalização do turismo sustentável. Não se pode falar de um conceito face à multiplicidade de definições, cuja existência simultânea nos alerta para a complexidade epistemológica e para as dificuldades subjacentes à uniformização de critérios, de estratégias, e de instrumentos avaliativos, que fomentem a coerência entre a teoria e a prática e entre planos de escalas diferentes numa óptica de racionalização dos recursos.

O crescente interesse dos teóricos sobre a área do turismo estimulou a definição e redefinição do conceito de turismo sustentável, e o debate sobre a dimensão do problema e sobre as suas consequências práticas. As definições de turismo sustentável elencadas, algumas entre muitas, atestam a diversidade conceptual existente neste campo, prova da sua subjectividade, mas também da sua amplitude.

O *English Tourist Board/Employment Development Group* percepçiona o turismo sustentável como uma abordagem positiva, que visa reduzir as tensões e fricções criadas pelas interacções complexas entre a indústria turística, os visitantes, o meio ambiente e as comunidades hospedeiras, e que implica o desenvolvimento de esforços para alcançar a

qualidade e a viabilidade tanto dos recursos naturais como dos humanos. Neste contexto, o turismo sustentável envolve a promoção de uma relação mais produtiva e harmoniosa entre o visitante, a comunidade receptora e o espaço físico. Um equilíbrio que deve ser alcançado e mantido sem delapidar os recursos, frustrar as expectativas dos visitantes e explorar as populações locais (GARROD e FYALL, 1998:201)

INSKEEP (1991a: 461) defende que o desenvolvimento sustentável do turismo pode ser visto como uma forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões hospedeiras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras, gerindo os recursos para que sejam satisfeitas as necessidades económicas, sociais e estéticas, e preservada a integridade cultural, os processos ecológicos básicos, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida.

No entender de BENI (2004), o turismo sustentável pressupõe a viabilidade económica e social, privilegiando simultaneamente o ambiente e a cultura local. Resulta de uma situação de compromisso entre o sucesso empresarial e económico, as limitações ambientais, a preservação e o desenvolvimento, e a responsabilidade social, três facetas interdependentes. Para este autor a sustentabilidade ecológica do turismo não pode ser confundida com turismo sustentável, na medida em que representa apenas um dos cenários de sustentabilidade do turismo, baseado no licenciamento ambiental, na qualidade ambiental, na gestão ambiental e no desenvolvimento ambiental sustentável

Para HARRIS e LEIPER (1995), o turismo depende da existência de um *stock* de atributos naturais, edificados e socioculturais. Face a esta relação de dependência, para que o desenvolvimento sustentável destes recursos ocorra, a sua gestão deve ser feita de maneira a satisfazer as necessidades económicas da indústria, as expectativas dos turistas, preservando simultaneamente a integridade cultural, a diversidade biológica e a manutenção dos sistemas de suporte à vida.

Enquanto a academia se debruçava sobre a discussão conceptual, a indústria turística reagia energicamente às exigências da sustentabilidade, e as organizações suas representantes conceberam uma colecção de códigos de boas práticas e de linhas orientadoras para desenvolver e gerir o turismo. No entanto, estes códigos e linhas orientadoras possuem limitações relacionadas com o próprio conceito de turismo sustentável, questionando-se quais os recursos que se enquadram no âmbito desta definição, podendo recair a selecção sobre o património natural, também sobre o edificado, e constituindo os recursos socioculturais uma outra opção (GARROD e FYALL, 1998:201).

PEARCE e TURNER (1993 *apud* GARROD e FYALL, 1998:203) relembram, no entanto, que definir sustentabilidade não significa que estejam criadas as condições necessárias e

suficientes para a alcançar. Consequentemente o próximo passo, após a conceptualização, é implementar o turismo sustentável, mais do que definir as condições para a sua realização. Estes autores, definindo a sustentabilidade como sinónimo de um bem-estar constante na população, defendem que o mercado livre não a assegura, na medida em que não garante uma distribuição equitativa dos recursos, sem a intervenção governamental. O sistema económico actua em resposta às necessidades actuais remetendo os custos da sua actuação para as gerações vindouras. Estes custos intergeracionais traduzem-se na degradação ou no esgotamento dos recursos, não só dos recursos naturais, também dos recursos socioculturais e dos recursos *human-made*.

A Organização Mundial de Turismo, em 1995, no âmbito da “Carta para um Turismo Sustentável” ou “Declaração de Lanzarote”, definiu turismo sustentável como um modelo de desenvolvimentos económico que permite simultaneamente:

- Melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã;
- Providenciar uma qualidade elevada na experiência do visitante;
- Manter a qualidade do ambiente da qual dependem tanto a comunidade anfitriã como o visitante;
- Assegurar uma distribuição equitativa tanto dos benefícios como dos custos;
- Encorajar a compreensão dos impactes do turismo nos ambientes material, cultural e urbano;
- Melhorar as infra-estruturas sociais e de cuidados de saúde;
- Melhorar a qualidade de vida com benefícios económicos e sociais para os residentes e empresas.

Em termos mais sintéticos, turismo sustentável é entendido pela OMT (1995) como aquele que é ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração no ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitos destinos turísticos, em particular as pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis.

SEATON (1991:712, *apud* RUSCHMANN, 2007:112) defende que a definição de turismo sustentável compreende um conjunto multidimensional de factores, condicionantes da actual utilização dos recursos, e defensores da sua originalidade e atractividade para as gerações futuras:

- *O respeito pelo meio ambiente*, o que significa que o turismo não pode colocar em o risco, ou até mesmo agredir de maneira irreversível o local e/ou região em que está sendo desenvolvido;

- *A existência de harmonia com a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora*, no sentido de não haver agressão nem transformações nefastas;
- *A distribuição equitativa dos benefícios da actividade* entre a comunidade receptora os visitantes e os empresários do sector;
- *A existência de turistas ou de visitantes mais responsáveis e atenciosos*, que sejam receptivos às questões de conservação ambiental, sensível às interações com o meio natural visitado e com as comunidades receptoras, e educado para ser menos consumista e adoptar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

KRIPPENDORF (2002:12) defende que a conexão entre o turismo e a sustentabilidade é clara: *“um local onde se possa viver, mas não se possa garantir o próprio sustento, está morto. Uma área de recreação que não seja, ao mesmo tempo, um local onde se possa viver e ganhar a vida, será estéril. Um local onde as pessoas garantam o seu sustento e não seja, também, um espaço onde possam viver, ameaça o ambiente e os recursos naturais”*. De acordo com este autor, é fundamental que as funções sociais da vida, o comércio, a indústria e o turismo alcancem um equilíbrio harmonioso, para que o potencial produtivo dos diversos recursos naturais (terra arável, florestas, recursos hídricos, etc.) seja assegurado a longo prazo e que, apesar da utilização da geração presente, eles continuem disponíveis para as gerações vindouras, garantindo-se a qualidade do ambiente natural, social e cultural.

Para além da definição do conceito e da sua operacionalização é igualmente necessário a construção de um referencial de avaliação que permita estabelecer o grau de sustentabilidade (GARROD e FYALL, 1998:201). A importância de encontrar regras objectivas para definir sustentabilidade é referida claramente por MCKERCHER (1993), que argumenta a necessidade de rapidamente se definirem objectivos mensuráveis, pois quanto mais tempo se utilizar um referencial subjectivo, maiores são as probabilidades deste ser interpretado de diferentes maneiras pelos diversos interventores na indústria turística, de acordo com a sua ideologia e os seus interesses. A multiplicidade de interpretações, ao invés de resolver a questão dos recursos, irá despoletar sérios conflitos, atitudes e acções díspares que legitimarão a actuação dos dissidentes, actuantes num cenário de ausência da uniformidade de critérios.

Neste contexto avaliativo da sustentabilidade, BENI (2004) refere que existe actualmente um consenso mundial sobre o facto de que o turismo tem que assentar em quatro pedras angulares:

- *A ambiental*, principal fonte de matéria-prima dos pólos de atracção turística;

- A *social*, que integra abrangentemente a comunidade receptora, o património histórico-cultural e a interacção com os visitantes, elevando em simultâneo o padrão de vida e a auto-estima da população receptora;
- A *económica*, que possibilita a definição de uma rede de empresas actuante de forma integrada, pró-activa e interactiva, num cenário de competitividade;
- A *política*, que se instrumentaliza mediante estratégias de gestão que possibilitam coordenar as iniciativas locais, estimulando a produção, num contexto de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, o turismo sustentável, na sua vasta e complexa abrangência, envolve: compreensão dos impactes turísticos, distribuição justa de custos e benefícios, geração de empregos locais directos e indirectos, fomento de negócios lucrativos, injeção de capital com consequente diversificação da economia local, interacção com todos os sectores e segmentos da sociedade, desenvolvimento estratégico e logístico de redes de transporte, encorajamento ao uso produtivo de terras consideradas marginais (turismo no espaço rural), e auxílio para os custos de conservação ambiental (BENI, 2004).

A construção de uma nova ética para o turismo, apoiada na sustentabilidade, deve contemplar fundamentalmente duas questões, que se revelam cada vez mais evidentes no contexto do fenómeno turístico. A primeira das questões está relacionada com o crescente interesse turístico de regiões privilegiadas do ponto de vista dos recursos turísticos, mas fragilizadas económica e socialmente, o que requer uma atenção especial para o rumo do desenvolvimento da actividade turística, para que esta não contribua para a exclusão social, para a degradação ambiental e para a descaracterização da cultura local. A outra questão prende-se com a urgência de reflectir sobre os novos padrões de consumo e desenvolvimento do sector, perante a expectativa de triplicação das viagens internacionais no período 2002-2020, de acordo com a informação contida no Relatório de Contribuição da OMT para o Encontro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em Joanesburgo no ano de 2002, uma evolução que inviabiliza o planeamento e a acção fora de uma estratégia sustentável.

A indústria turística, através dos seus inúmeros interventores, desempenha um papel fulcral na determinação do modelo turístico preconizado, podendo a sua motivação para aderir à causa da sustentabilidade ser despoletada por um conjunto diversificado de factores. Independentemente das pressões do mercado, a rendibilidade associada à sustentabilidade é um dos factores que justificam uma mudança na postura da indústria do sector. Um menor consumo energético, a reciclagem de algumas matérias e uma estrutura organizacional mais flexível e eficiente, constituem algumas consequências directas e/ou indirectas de alterações que, a médio ou longo prazo, se podem revelar extremamente

benéficas para a saúde económica dos intervenientes no processo. Para além destes aspectos, a melhoria das relações com as comunidades locais, consequência de um maior respeito da actividade turística pelo meio envolvente, pode contribuir para o enriquecimento das relações entre turista e residente, proporcionando uma maior qualidade da experiência vivida pelo turista, estimulando o desejo de repetir a experiência, e existindo a hipótese de publicitação através da transmissão de experiências individuais (WEAVER e OPPERMAN, 2000).

Por outro lado, existe uma apetência generalizada dos grandes grupos para adoptarem práticas ambientais. Os grandes grupos de empresas do sector turístico, pela sua estrutura e dimensão, estão bem posicionados para a implementação de práticas ambientais responsáveis. Isto porque as economias de escala lhes permitem afectar recursos, nomeadamente através da criação de postos de trabalho directamente ligados às questões ambientais, da promoção da formação contínua dos seus empregados, e da implementação de programas de educação pública e de auditorias ambientais. Pela sua dimensão, estas empresas têm capacidade de pressionar os seus fornecedores, no sentido da adopção de práticas igualmente sustentáveis. No entanto, de acordo com MIDDLETON e HAWKINS (1998), embora já não subsistam dúvidas sobre o facto de que, a médio e longo prazo, a sobrevivência das empresas e respectivos lucros dependerão da manutenção de uma envolvente saudável e atraente, e de que se podem obter consideráveis reduções de custos através da aplicação das novas tecnologias, que contribuem para a racionalização na utilização dos recursos naturais, estas vantagens ainda não foram percepcionadas pela maioria das empresas ligadas ao turismo. No final da década de 90, a cena internacional ainda não evidenciava sinais de que a generalidade das empresas do sector privado, interveniente no sector do turismo, já tivesse compreendido as vantagens inerentes à promoção da sustentabilidade nos destinos turísticos, considerando os autores que, sem uma clara mudança das suas atitudes, não será viável a adopção deste modelo de desenvolvimento turístico.

Um protagonismo, por parte das empresas de grande dimensão, contrário aos princípios da sustentabilidade, pode prejudicar seriamente a sua imagem e consequentemente o seu negócio, devido à sua forte exposição mediática. As empresas pequenas têm aparentemente menos estímulos para adoptarem práticas sustentáveis, na medida em que os seus impactes individuais menos significativos, associados a um papel mais discreto, não lhes concede um destaque que induza a uma mudança de postura. No entanto, no quadro de uma mudança global orientada pelos princípios da *Agenda 21 para as Viagens e Turismo*, ou futuramente pela *Agenda 21 Europeia para o Turismo*, e motivados por uma nova procura, protagonizada por um novo tipo de turista, até as pequenas empresas se verão motivadas para aderir, em nome da sua sobrevivência.

KIRK (1998) considera que existe, por parte da indústria turística, uma grande inércia no que concerne à adesão às práticas sustentáveis e que, mesmo nos casos em que se verifica uma postura activa, a motivação é o retorno económico e não uma verdadeira convicção sobre os princípios da sustentabilidade. Não obstante o reduzido impacte da actividade turística no ambiente, em termos de magnitude e natureza localizada da ocorrência, quando comparado com o provocado por outras indústrias mais pesadas, o certo é que o turismo assume uma muito maior dimensão quando considerada globalmente a sua dispersão e multiplicação geo-espacial, uma vez que constitui a maior indústria mundial, tendo por conseguinte um papel fulcral a desempenhar no âmbito do desenvolvimento sustentável.

A realidade evidencia o reduzido número de empresas que voluntariamente implementam práticas, para além das que lhe são legalmente exigidas, e aderem convictamente aos princípios da sustentabilidade. Neste contexto, o desafio é inverter esta situação e transformar a sustentabilidade num objectivo presente em todas as práticas, de uma forma rotineira e espontânea, no sentido do desenvolvimento de cada vez mais surgirem iniciativas e investimentos pautados pelos princípios da sustentabilidade.

Seja na perspectiva das organizações governativas, da indústria turística, dos consumidores ou até das populações receptoras, o novo conceito de turismo equaciona um conjunto de princípios que são actualmente entendidos como de fulcral importância para o sucesso das práticas turísticas: a localidade, o respeito pelas diferenças, a autenticidade das comunidades hospedeiras e a preservação do património tangível e intangível. Trata-se da promoção, em simultâneo, da sustentabilidade económica, ecológica e sociocultural, requisitos indispensáveis para a operacionalização do turismo sustentável, num processo fortemente marcado pela responsabilidade.

O turismo sustentável surge como sinónimo de turismo responsável na medida em que é entendido como adequado, preocupado, suave e não agressor, privilegiando o individual em detrimento do grupo estruturado e organizado, o operador local especializado, prestador de serviços personalizados, em vez do agente internacional responsável pelo processo de massificação. Emprega os recursos locais, normalmente geridos pela população hospedeira, privilegia o contacto directo e autêntico entre as populações locais e o visitante, valorizando o entendimento numa relação de reciprocidade de interesses, e privilegia o desenvolvimento das actividades sem pôr em causa o ambiente (JOAQUIM, 1997)

Em suma, consideramos que a multiplicidade de perspectivas, emergentes no percurso conceptual do turismo sustentável, apresenta como denominador comum a necessidade de rendibilização dos recursos para os turistas e para as populações hospedeiras, nas suas múltiplas vertentes, numa perspectiva de continuidade, que garanta às gerações vindouras

o usufruto dos mesmos, quer o seu estatuto seja o de hóspede ou de anfitrião. Por conseguinte no nosso entender, a sustentabilidade turística implica três aspectos interdependentes: o sucesso comercial e económico, a contenção, preservação e o desenvolvimento ambiental, e a responsabilidade para com a sociedade e os valores culturais. O equilíbrio da relação entre o sistema económico e a sua envolvente, integrando-se nesta a componente natural, sociocultural e edificada, é fundamental para garantir a utilização dos recursos por parte das gerações actuais. O uso contemporâneo é um direito que assiste às populações actuais, em nome do seu bem-estar e da qualidade de vida, mas que pressupõe uma racionalidade no uso que impeça o esgotamento e a degradação do património, evitando-se, desta forma, os custos intergeracionais e permitindo o acesso às gerações vindouras.

O respeito pelos valores e princípios anteriormente referidos pressupõe políticas e práticas de planeamento conducentes à sustentabilidade dos destinos turísticos, no âmbito de um modelo de desenvolvimento que garanta simultaneamente a sua competitividade. De acordo com GOELDNER e RITCHIE (2009:441), o bom planeamento deve ser baseado num profundo entendimento dos factores determinantes para o sucesso dos destinos, ao que acrescentamos que este apenas será possível no âmbito de um modelo que envolva todos os *stakeholders* e em que tanto os processos como os resultados sejam partilhados e aceites pela população, numa lógica que impeça a emergência de anti-corpos na comunidade anfitriã, devendo esta ser entendida como um recurso turístico e uma peça fundamental na qualidade da experiência turística. Por conseguinte, estamos perante um processo com uma componente humana muito intensa, o que justifica que dediquemos uma reflexão mais aprofundada à dimensão humana do turismo sustentável, na perspectiva da sua tridimensionalidade.

1.1.2.3. A DIMENSÃO HUMANA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

“Os recursos humanos são vitais para o desenvolvimento de qualquer território, não só na produção de riqueza mas também na estruturação de modelos culturais e identitários. Ora, a sociedade ocidental contemporânea está confrontada com problemas demográficos de natureza diversa, com repercussões territoriais multifacetadas” (PEREIRA, 2009a:87). O carácter universal desta relação remete-nos para a sua análise num contexto mais restrito, que é o do turismo.

A reflexão sobre a dimensão humana do turismo sustentável remete-nos para três dimensões distintas: a comunidade receptora, enquanto anfitriã, os profissionais do turismo e o turista, na sua qualidade de consumidor mas também de portador de valores e de atitudes. Seja qual for a abordagem, o turismo e o capital humano protagonizam uma

relação circular, pois o desenvolvimento turístico sustentável necessita de recursos humanos qualificados, com competências comportamentais e técnicas adequadas, de populações disponíveis para desempenharem o papel de anfitriãs e de turistas com uma postura sustentável. Apenas cumpridos estes requisitos, o sector contribuirá para a criação de emprego e riqueza, desempenhando um papel crescentemente mais determinante no desenvolvimento económico e social das regiões com vocação turística, e, consequentemente, para a qualidade de vida das pessoas.

BAUM (1995), em relação à dimensão humana do turismo, considera que a chave da sustentabilidade é o envolvimento do indivíduo no processo turístico, como visitante, fornecedor de serviços e anfitrião. É a sua consciência da sustentabilidade, as suas atitudes, percepções, sistema de valores, e expectativas que condicionam os impactes reais do turismo sobre os sistemas circundantes. Mesmo quando existem políticas e planos direccionados para a sustentabilidade, a sua extrapolação para a prática só é viável com o envolvimento e o compromisso das comunidades a todos os níveis. A corroborar esta perspectiva, surge PEARCE (1995), que ao analisar os impactes do desenvolvimento de recursos humanos na sustentabilidade do turismo, enumera a responsabilização dos visitantes, a formação dos profissionais do turismo, e a educação das comunidades hospedeiras como as estratégias para o desenvolvimento turístico sustentável. As atitudes, o sistema de valores, as expectativas, as experiências e sensibilidades destes grupos são variáveis importantes para assegurar um desenvolvimento turístico orientado para a sustentabilidade. Consequentemente, o desenvolvimento de recursos humanos direccionado para a sustentabilidade tem que adoptar uma abordagem tridimensional focada simultaneamente na comunidade hospedeira, enquanto anfitrião e fonte de mão-de-obra, e nos turistas, pelo que nos dedicaremos a analisar individualmente cada uma destas dimensões, embora na consciência de que uma linha de fronteira extremamente ténue impossibilita um tratamento estanque.

A comunidade anfitriã

O desenvolvimento de recursos humanos num contexto de sustentabilidade deve focalizar-se na preparação das comunidades hospedeiras para aceitarem, se ajustarem e beneficiarem do desenvolvimento turístico, constituindo esta a primeira das três dimensões anteriormente mencionadas. Como argumenta PEARCE (1995), a necessidade de manter a comunidade como suporte do turismo e de minimizar os impactes sociais negativos subjacentes ao contacto entre os turistas e as populações receptoras, deve estimular a concepção e operacionalização de programas de informação/educação/formação, enquanto via para a integração das comunidades hospedeiras no processo de desenvolvimento

turístico. Os alvos prioritários destes programas devem ser os segmentos das comunidades que têm contacto directo com os visitantes, na medida em que são os principais envolvidos na dinâmica entre visitante e anfitrião e, conseqüentemente, parcialmente responsáveis pela qualidade da experiência vivida pelo turista. No entanto, a generalidade dos habitantes das comunidades turísticas devem ser informados e formados no sentido do desenvolvimento de uma “consciência turística”, que permita a excelência da oferta mas também, em simultâneo, o usufruto e a rentabilização das mais-valias do processo. Uma comunidade ciente do seu papel de anfitriã pode participar activamente contribuindo para o planeamento e para o desenvolvimento turístico sustentável, dado que tem um conhecimento profundo das questões locais que requerem particular atenção.

Na sequência do anteriormente exposto surge a posição de BAUM (1995), que considera que uma das principais razões para o desenvolvimento não sustentável do turismo é a inabilidade da comunidade local para participar e beneficiar do turismo, uma vertente que se enquadra na sua dimensão económica e social. A ausência de iniciativas locais de desenvolvimento de recursos humanos conduz ao desempenho das funções por elementos externos à comunidade, o que ameaça a sustentabilidade económica local da indústria turística. A importação de mão-de-obra pode despoletar igualmente o ressentimento das comunidades locais, revelando uma ausência de consciência e de sensibilidade para os aspectos sociais, culturais e ambientais locais, e pondo em causa a sustentabilidade da indústria.

O desenvolvimento dos recursos humanos tem um papel fulcral na promoção da sustentabilidade, porque a educação e a formação permitem o seu entendimento, revelando uma imagem mais realista do turismo, através do contacto dos visitantes com os habitantes locais, e fomentando uma cultura de sustentabilidade nos profissionais do turismo. A exclusão da vertente dos recursos humanos, nas suas múltiplas dimensões, das estratégias de sustentabilidade, constitui um dos principais factores da sua ineficácia. Tanto na perspectiva do desenvolvimento como na da preservação, o desenvolvimento de recursos humanos constitui a chave da sustentabilidade, na medida em que ambos requerem qualidade, atitudes, sensibilidades e práticas responsáveis, adequadas ao ambiente, à comunidade local, à sua cultura e também ao seu crescimento económico (HULTSMAN, 1995).

O envolvimento da comunidade local pode contribuir para a sua responsabilização na promoção do turismo sustentável, tendo o investimento no capital humano o benefício de criar postos de trabalho e de remover a tradicional resistência cultural às profissões da indústria do turismo, o que nos remete para a análise mais pormenorizada da segunda das três dimensões elencadas.

O capital humano

A qualidade da experiência turística resulta do concurso de inúmeros factores, sendo que um dos principais, embora não menosprezando os restantes, é o serviço prestado aos visitantes pelos profissionais que, a diferentes níveis, contribuem para a satisfação das suas necessidades e para o seu conforto. Neste contexto, os profissionais do turismo devem ser percebidos como embaixadores do destino, contribuindo para a construção da sua imagem, numa perspectiva restrita ao próprio serviço turístico, mas sobretudo numa abordagem mais ampla, enquanto veículo de cultura e de informação.

Perante o reconhecimento do seu protagonismo e da importância do seu papel, pode-se considerar que a evolução e a qualidade do turismo podem ser comprometidas pela ausência ou insuficiência de profissionais devidamente qualificados para o exercício das profissões ligadas ao turismo, conducente a uma forte competição entre as organizações motivada pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura, sobretudo nos destinos turísticos emergentes. Esta carência crónica de mão-de-obra local qualificada pode conduzir a uma gestão de recursos humanos pouco sustentável, materializada na ocupação dos postos de trabalho mais qualificados por profissionais importados e os menos qualificados e menos remunerados pelos locais (ECHTNER, 1995). No entanto, contrariar a deslocalização dos benefícios do turismo pressupõe que as comunidades locais possuam os perfis de competências adequados, sendo que em muitos casos, no período de afirmação dos destinos, o paradigma de desenvolvido definido para a comunidade se revela incoerente com as exigências decorrentes dos padrões internacionais de qualidade dos serviços turísticos.

As deficiências do capital humano, nomeadamente a existência de excesso de mão-de-obra desqualificada para o mercado turístico os perfis profissionais desadequados e cristalizados constituem um dos principais obstáculos ao emprego da população hospedeira nos serviços turísticos. A estratégia resultante do desenvolvimento de recursos humanos (raramente presente nos planos de desenvolvimento turístico) é superficial, não contemplando a procura e as diversas oportunidades que o turismo pode trazer para um destino. Existindo, aparentemente, uma desvalorização da importância da relação que deve existir entre a educação, a competência para proporcionar uma experiência turística de qualidade e a necessidade de desenvolver sustentavelmente a indústria turística (cfr. BARRON e PRIDEAUX, 1998).

A apatia presente no processo de desenvolvimento dos recursos humanos no turismo explica-se, eventualmente, através de um conjunto de factores inerentes à sua própria natureza e dinâmica, entre os quais se salientam a crise de competências, a elevada rotatividade de mão-de-obra, a incapacidade para atrair pessoas qualificadas, a má imagem

da indústria turística enquanto entidade empregadora, as remunerações pouco atraentes e más condições de trabalho, os preconceitos culturais e religiosos em relação ao emprego no turismo, e a incapacidade do sistema de ensino para diagnosticar as necessidades da indústria turística e para reconhecer os benefícios a longo prazo em detrimento das prioridades a curto prazo, no que concerne aos recursos humanos (BAUM, 1994).

A respeito desta realidade, entendemos que o estágio de desenvolvimento dos recursos humanos neste contexto pode, igualmente, reflectir a divergência de pontos de vista dos vários intervenientes no processo: empregadores, formadores e profissionais. Os empregadores não vislumbram os benefícios empresariais do investimento nos seus colaboradores, que na maior parte dos casos são temporários, em *part-time* e com baixa qualificação, a população activa face à precariedade, aos horários e à imagem social das profissões ligadas ao turismo não demonstra uma postura pró-activa relativamente à sua própria qualificação, e as entidades formadoras disponibilizam planos formativos reactivos e pouco adequados às necessidades do mercado de trabalho. Esta falta de visão estratégica e desencontro de interesses tem manifestas consequências para a integração dos profissionais no mercado de trabalho, para o nível da qualidade dos serviços turísticos, para o nível de retorno das mais-valias do desenvolvimento turístico para as comunidades receptoras e compromete, consequentemente, a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento turístico (cfr. JITHENDRAN e BAUM, 2000)

Estas questões alertam para a necessidade de avaliar as potencialidades de emprego subjacentes ao desenvolvimento turístico, para prospectar o número e as competências exigidas aos recursos humanos, para que a sua evolução aconteça no mesmo sentido e ao mesmo ritmo. Neste contexto, os estudos sobre o emprego no turismo devem adquirir um maior refinamento e uma maior profundidade incluindo tópicos cuja natureza ajudam a que a percepção sobre o desenvolvimento de recursos humanos no turismo seja mais próxima da realidade. No entanto, apesar da importância dos recursos humanos numa indústria de pessoas como é o turismo, o sector é caracterizado por atitudes desconstructivas no investimento em capital humano, práticas de emprego inflexíveis e um sistema de educação e de formação de relevância duvidosa (cfr. PARSONS, 1996).

A reflexão teórica tecida em torno da problemática do capital humano no turismo é imposta pela própria realidade. A Europa, enquanto principal destino turístico mundial, e apesar da sua consolidação, materializa muitos dos problemas mas também das oportunidades subjacentes à dimensão dos recursos humanos no turismo. O reconhecimento do potencial do turismo para a resolução de um dos grandes problemas da Europa, o desemprego, levou a Comissão Europeia em 1998 a patrocinar a constituição do *Grupo de Alto Nível sobre Turismo e Emprego* (GAN), composto por profissionais do sector turístico dos vários Estados-membros. O trabalho desenvolvido por este grupo culminou num conjunto de

recomendações dirigidas aos parceiros sociais, nomeadamente às empresas, aos poderes políticos, aos organismos de desenvolvimento e promoção do turismo, e à própria União Europeia: (1) direccionar esforços no sentido da satisfação das necessidades dos turistas; (2) aperfeiçoar o funcionamento do mercado do turismo, através da melhoria do enquadramento das empresas; (3) modernizar e melhorar a eficiência das infra-estruturas de turismo; (4) melhorar os recursos humanos no domínio do turismo; (5) incentivar o desenvolvimento sustentável do turismo (COMISSÃO EUROPEIA, 1998).

A mudança de perfil dos turistas e da estrutura e organização das empresas estão a induzir ajustamentos no turismo europeu fundamentais para a sua afirmação face à concorrência, que devem ser acompanhados por alterações no mercado de trabalho. O GAN identificou esta realidade, na qual assentou o seu conjunto de propostas, bem como os problemas no sector que dificultam a resposta qualitativa e quantitativa às necessidades de recursos humanos impostas pelo seu desenvolvimento, entre os quais se salientam:

- A sazonalidade da actividade turística associada a uma elevada rotatividade de mão-de-obra, sobretudo em zonas onde as alternativas ao produto “sol e praia” são insuficientes ou inexistentes. Tal diminui largamente as possibilidades do turismo garantir um emprego duradouro e sustentado ao longo de todo o ano para o conjunto da sua força de trabalho na época alta, com os consequentes impactes na qualidade do emprego oferecido e no investimento que tantas entidades empregadoras como colaboradores estão dispostos a fazer para elevar o nível de qualificações;
- As remunerações praticadas no sector, aliadas às reduzidas hipóteses de progressão na carreira;
- O fraco prestígio social de alguma das profissões ligadas ao sector turístico, aliás uma análise SWOT feita ao sector turístico no âmbito da União Europeia menciona a “imagem negativa do emprego no turismo” como um dos seus pontos fracos (VALLES, 2001).

Os aspectos elencados, sobretudo a precariedade da oferta de trabalho, põem parcialmente em causa a “responsabilidade social” inerente ao turismo sustentável, cujo conceito refere que o desenvolvimento turístico deve responder às necessidades actuais dos turistas e das regiões de acolhimento, salvaguardando o futuro, constituindo uma forma de gestão dos recursos que permite a satisfação das necessidades económicas, sociais e estéticas, mantendo a integridade cultural e ambiental (OMT, 1993).

De acordo com a COMISSÃO EUROPEIA (1998), a rápida evolução das preferências dos turistas, o seu perfil, a estrutura e organização das empresas turísticas, tal como a aplicação de tecnologias de informação, têm um impacte significativo sobre a natureza, a quantidade e a qualidade dos empregos no turismo europeu. O turismo europeu conhece

actualmente mudanças profundas que são de importância fulcral para o aumento da competitividade, e que introduzem gradualmente modificações notáveis no mercado de emprego ligado a este sector, nomeadamente:

- Uma reorientação nas competências de base;
- Uma desqualificação das tarefas operacionais no âmbito de certos ramos do sector;
- O desenvolvimento de competências e de especializações sobretudo em grandes empresas e em organismos turísticos, bem como nos serviços complementares;
- A criação de novos perfis profissionais respondentes às necessidades e preferências dos turistas.

As empresas ligadas ao sector turístico têm que desenvolver estratégias para responderem aos problemas que surgem ao nível europeu e que estão relacionados com a estabilização de pessoal qualificado, com o carácter sazonal do turismo, com os baixos salários e com o prestígio limitado das profissões ligadas ao sector. Do ponto de vista da procura, as práticas de emprego são essencialmente determinadas pelo nível de sazonalidade e por outras formas de variação da procura que, salvo raras excepções, afecta a totalidade do sector. O turismo europeu revela dificuldades de oferecer um trabalho permanente e viável durante todo o ano. Esta situação reflecte-se largamente na qualidade do emprego oferecido, e no investimento que os empregadores e os trabalhadores estão dispostos a fazer para melhorar as competências e as qualificações. O trabalho sazonal pode permitir adquirir qualificações, por exemplo, durante a época baixa, uma possibilidade que nunca é exaustivamente explorada, sendo que a garantia de reemprego por muitas outras épocas pode igualmente melhorar as perspectivas de manutenção de pessoal especializado. O investimento e a inovação nos recursos humanos do sector turístico são tão importantes como nos outros sectores. Os exemplos dos investimentos feitos pelas grandes empresas ligadas ao turismo, mostram que o aumento mensurável dos lucros ligados à melhoria da qualidade dos serviços e à redução dos custos pode ascender ao triplo do investimento feito em formação. É essencial assegurar um salto qualitativo nesta matéria, através da concepção e da prática de políticas de recursos humanos renovadas que tenham em consideração a diversidade do mercado. Os responsáveis pelas empresas e os trabalhadores do sector turístico devem ser encorajados a participar numa verdadeira “ofensiva para a qualificação europeia” das profissões do turismo, tomando medidas mais eficazes que tenham em conta a evolução do turismo e a situação dos diversos subsectores e dos diversos destinos (COMISSÃO EUROPEIA, 1998).

Em Portugal, a actividade turística emprega cerca de 10% da população activa, o correspondente a mais de quatrocentos mil trabalhadores. No entanto, o sector turístico confronta-se com os problemas que decorrem dos baixos níveis de escolarização e de

qualificação, sendo as experiências vividas e os saberes adquiridos em contexto de trabalho, a principal fonte de conhecimento dos trabalhadores no sector turístico. Em resposta a esta situação, no Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), no âmbito do Eixo III – Qualificação de Recursos, um dos objectivos definidos é qualificar os recursos humanos, através de planos de formação para gestores e empresários, novas áreas de formação de excelência em produtos estratégicos, do programa *Inov Contacto*, intercâmbio com escolas de prestígio internacional e o reforço da ligação escola/empresa (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, 2007).

Ao nível mundial, na Europa, e consequentemente em Portugal, o protagonismo dos recursos humanos no desenvolvimento turístico sustentável, nomeadamente por constituírem um meio através do qual as mais-valias do processo podem reverter para a própria comunidade, deve ser um estímulo para que as entidades empregadoras e formadoras interajam no sentido de capacitar profissionais que contribuam para a competitividade dos destinos e para a sua diferenciação, porque favorecedores de uma experiência turística de elevada qualidade aos seus visitantes. A comunidade anfitriã, e de entre esta os profissionais do turismo, podem ser vislumbrados como um dos recursos mais valiosos entre os recursos turísticos de um determinado destino.

Os visitantes

A terceira e última dimensão humana do turismo são os visitantes, considerados os principais actores do processo turístico e frequentemente responsabilizados pela maioria dos impactes negativos do turismo, destacando-se entre estes os turistas pela estada mais prolongada no destino. Na realidade, a maioria dos visitantes desconhece a cultura das comunidades que visita, pelo que as ofensas ambientais e culturais que protagoniza são sobretudo induzidas pelo desconhecimento. Até mesmo actividades aparentemente inofensivas podem ter consequências indesejáveis, existindo, por vezes, a ideia deturpada de que certas comunidades receptoras admitem todo e qualquer tipo de comportamento, sobretudo em destinos do terceiro mundo ou com fortes características de ruralidade. Neste contexto, é importante informar o turista sobre o destino, o seu ambiente e os seus costumes, para que o seu comportamento seja responsável e em consonância com o perfil sociocultural da população hospedeira (INSKEEP, 1994). Este conhecimento prévio pode minimizar os impactes socioculturais e ambientais negativos e contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

PEARCE (1995) descreve o processo como o *empowerment* do visitante, através da melhoria das suas competências de contacto sociocultural, e considera-o como uma das principais estratégias do desenvolvimento dos recursos humanos. No entanto, BUTLER

(1991) considera inviável sujeitar os visitantes a este processo de educação, dado o curto período de tempo que permanecem nos locais e o objectivo da sua visita, sendo apenas possível a divulgação das regras por partes dos destinos turísticos, através de meios virtuais ou físicos. Neste contexto, e de acordo com KRIPPENDORF (1997), uma das tarefas mais complexas e prioritárias é a de educar os chamados turistas alternativos que diferem dos outros turistas por explorar os destinos mais preservados, abrindo caminho para o turismo de massa e para os seus impactes negativos. A educação/formação dos turistas devem ser sobretudo da responsabilidade da própria indústria turística, nomeadamente dos operadores, dada a proximidade que têm com os seus clientes. Como CATER E GOODALL (1997) sugerem, as empresas turísticas devem incentivar os seus clientes a respeitarem os sistemas ambientais, sociais e culturais dos destinos que visitam. As empresas turísticas, os operadores turísticos, o sector do alojamento, as linhas aéreas, podem auxiliar no desenvolvimento de uma “consciência turística” de uma forma consistente e contínua, nomeadamente através dos seus folhetos de divulgação e de outras ferramentas promocionais. A interacção entre os profissionais da indústria turística e os visitantes também poderá constituir uma via para a educação/formação, especialmente se adeptos da ética profissional e detentores de uma cultura de sustentabilidade (JITHENDRAN e BAUM, 2000)

A existência de um tipo de turistas que veja na sustentabilidade o referencial para a sua postura enquanto elemento activo do processo será, sem dúvida, um factor facilitador para o desenvolvimento turístico sustentável, devendo o projecto de sustentabilidade para o turismo considerar continuamente o facto de que a actividade turística e o comportamento do turista são particularmente frágeis, sujeitos a influências psicológicas e sociais, à sensibilidade pessoal e a reacções a curto prazo. Neste contexto, influenciar e convencer os consumidores a desenvolver uma mentalidade sustentável constitui a abordagem adequada para obter padrões de consumo sustentáveis, e propiciar alterações a nível da oferta de produtos. O comportamento sustentável dos turistas é fundamental para o turismo sustentável (COMISSÃO EUROPEIA, 2003).

RUSCHMANN (2007) evidencia, na sua definição de turismo sustentável, o facto da concretização desta modalidade de turismo pressupor a existência de turistas ou de visitantes mais responsáveis e atenciosos, que interajam de forma equilibrada com as comunidades receptoras, no campo social, ambiental e cultural. De igual forma, também o documento sujeito a discussão no âmbito do Fórum Europeu de Turismo, promovido pela Comissão Europeia, que decorreu em Bruxelas a 10 de Dezembro de 2002, refere que o comportamento sustentável dos turistas é a chave para o turismo sustentável. Estimular o pensamento sustentável dos consumidores é uma via para a indução de mudanças na forma de utilização dos produtos turísticos, existindo, contudo, um desfasamento temporal

entre o processo de mudança de mentalidades, que ocorre a longo prazo, e a exigência urgente de sustentabilidade no sector turístico.

Na realidade, a discussão conceptual e teórica em torno da problemática do turismo remete para o turista, enquanto sujeito operacionalizante, podendo por conseguinte estabelecer-se uma relação entre o tipo de turismo e o seu protagonista. As práticas turísticas têm evoluído ao longo do tempo de acordo com as mudanças ocorridas ao nível das motivações dos seus sujeitos. Após um período de massificação turística estimula-se actualmente o gosto por actividades e por modalidades turísticas contextualizadas no âmbito do turismo sustentável. Na realidade, pode-se falar da emergência de um paradigma societal, o da *Dream Society*, caracterizado por uma busca intensa de emoções, valores, histórias, conforto espiritual e autenticidade, uma busca que se reflecte no tipo de procura turística.

O Código de Ética Mundial para o Turismo, dando seguimento ao preconizado pela Carta do Turista e pelo Código do Turista, ambos aprovados pela OMT em 1985, em Sofia, debruça-se, entre outros assuntos, sobre o comportamento do turista e os factores a ele, directa ou indirectamente, associados. De acordo com este documento (art.1º, n.º 6), o turista responsável é aquele que se preocupa com a viagem no sentido de se informar acerca das características do país que vai visitar, no que concerne aos traços geográficos, ao clima, às condições sanitárias e de saúde pública, à fauna e flora existentes, à forma de organização social, à religião e práticas sociais, com o intuito de não degradar o ambiente mas também de respeitar os autóctones e de minimizar o risco para si próprio.

O papel dos agentes turísticos na afirmação do turista responsável é fundamental, na medida em que lhe cabe a disponibilização das informações necessárias sobre as características do país e da população hospedeira, para que o turista pode adequar a sua postura à envolvente receptora (art. 6º, n.º 1 do Código de Ética Mundial para o Turismo). Por outro lado, os agentes turísticos deverão zelar por um acolhimento hospitaleiro dos turistas, pela sua segurança (art. 1º, n.º 3 do Código de Ética Mundial para o Turismo), e fomentar, eles próprios, o respeito, a conservação e a preservação ambiental e cultural (art.6º, n.º2 do Código de Ética Mundial para o Turismo). As comunidades locais, por seu turno, deverão respeitar os modos de vida dos turistas, os seus traços culturais, gostos e expectativas para com o acolhimento hospitaleiro (art. 1º n.º 3 do Código de Ética Mundial para o Turismo). Os membros das comunidades receptoras constituem um dos actores envolvidos na prática responsável e sustentável do turismo, pelo devem intervir activamente na defesa da qualidade da oferta turística, quer no processo de planeamento quer na qualidade dos serviços prestados.

De acordo com VIEIRA (2004:137), “a melhoria das condições económicas, as profundas alterações demográficas, nomeadamente o aumento da esperança média de vida

associada a um prolongamento de actividade (o aumento dos chamados OPALS-older people with active lifestyle), e as alterações das motivações dos turistas, constituem os principais estímulos ao surgimento do novo turista, que se define principalmente seguinte leque de características:

- *Novos valores, como a preferência pelo autêntico e pelo natural.*
- *Novos estilos de vida, em que o tempo livre disponível pode constituir uma opção eleita em detrimento de um maior rendimento. A preferência pelo consumo de marcas com notoriedade, que conferem status, e a busca mais do que da qualidade, da excelência, são outras características desta nova perspectiva de vida.*
- *Novas motivações para a vivência de emoções cada vez mais fortes, proporcionadas pelas características dos recursos, transformando-se as férias numa extensão da vida activa e sendo ultrapassada o conceito de “tempo morto” dedicado a “fazer nada”.*
- *Novas atitudes perante os recursos naturais, culturais e artísticos.”*

O repensar do conceito de turista, a partir dos pressupostos teóricos subjacentes ao turismo sustentável, é um dos pré-requisitos para a operacionalização desta nova abordagem. No entanto, esta é uma questão circular, na medida em que à necessidade de um novo perfil de turista, requerido pelo turismo sustentável, associa-se a exigência de um novo tipo de turismo, requerido pela emergência de um novo tipo de turista, cada vez mais informado e exigente de qualidade. Por conseguinte, o novo turista é simultaneamente causa e consequência de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico, em que a qualidade se sobrepõe à quantidade do modelo massificado.

O novo turista, simultaneamente produto e produtor do turismo sustentável, pode ser percepcionado como o viajante, o indivíduo que se desloca espacialmente para visitar destinos diferentes da sua residência habitual, por períodos de tempo limitados e variáveis, em busca do lazer proporcionado pelo desenvolvimento de actividades conducentes ao conhecimento e ao enriquecimento pessoal, através de mecanismos de auto-aprendizagem, pelo contacto directo e alicerçado no respeito mútuo pelos povos, culturas e ambientes naturais. O turista-consumidor do futuro terá um perfil mais individualista, informado, sofisticado, multicultural e multiétnico, exigente, com menos tempo, mas com maior disponibilidade financeira, com preocupações ambientais e utilizador de novas tecnologias de informação e de comunicação. Valoriza a individualidade, a oferta da diversidade e da autenticidade e de experiências únicas/personalizadas. As suas preocupações são de ordem ambiental, cultural e étnica, não consumindo o que lhe oferecem, mas procurando incessantemente o que quer, e o que quer tem que ser único e autêntico.

A pertinência da análise do “turista sustentável” no contexto do desenvolvimento turístico sustentável assenta no facto de se entender que este é antes de mais uma atitude. Uma atitude de quem governa, de quem planifica, mas sobretudo uma atitude de quem acolhe e de quem visita. São também os turistas que, personalizando o lado da procura, determinam as características da oferta. Se os turistas, cada vez mais esclarecidos e exigentes, privilegiarem os destinos em que o desenvolvimento turístico promovido respeita os princípios da sustentabilidade, será mais óbvia, mesmo para os que vislumbram preferencialmente o lucro, a necessidade de responder crescentemente a um novo padrão de consumo, e será igualmente mais evidente para quem governa e para quem planifica a necessidade de optar por um modelo de planeamento conducente ao desenvolvimento sustentável, um tema sobre o qual nos debruçaremos no próximo ponto desta dissertação.

Em suma, nos países em vias de desenvolvimento, e apesar dos técnicos de planeamento e dos académicos reconhecerem que a participação das comunidades é essencial, sobretudo quando se pretende que estas beneficiem do desenvolvimento turístico, raramente são identificados e operacionalizados mecanismos para alcançar este objectivo. Nos países desenvolvidos, a estratégia de turismo implementada está subjacente ao modelo de desenvolvimento global, com as respectivas consequências ao nível do planeamento do capital humano no turismo. Por seu turno, as exigências em recursos humanos têm consequências ao nível da escolha do tipo de programas de desenvolvimento turístico. Neste contexto, as estratégias para a educação e formação em turismo, quando os planos turísticos visam o crescimento turístico em larga escala e assente no capital intensivo, são concebidas para responder às exigências inerentes a esse modelo de desenvolvimento, formando sobretudo profissionais para trabalhar por conta de outrem (ECHTNER, 1995).

A estandardização ao nível da educação e da formação resulta aparentemente da relutância dos técnicos de planeamento e dos formadores em turismo para planear medidas apropriadas para responder a necessidades diversificadas de mão-de-obra, adequadas às empresas de todas as dimensões, desde as grandes multinacionais até às empresas familiares. Resulta igualmente da inexistência de diagnósticos de necessidades de formação que atestem a necessidade de diversificar a formação e função das diferentes necessidades manifestadas pelas entidades empregadoras (LIU e WALL, 2006).

Neste conjunto de conclusões é igualmente necessário ressaltar o protagonismo dos recursos humanos no processo de planeamento turístico, sobretudo nos destinos em que o turismo surge como um catalisador da mudança socioeconómica. A realidade evidencia que poucos esforços têm sido desenvolvidos para situar a problemática dos recursos humanos no turismo no contexto das tendências políticas e na evolução dos paradigmas de planeamento. Estas deficiências nos planos de desenvolvimento turístico foram avaliadas e

as consequências nefastas desta lacuna foram identificadas sobretudo nos países que constituem destinos emergentes ou em vias de consolidação. No futuro, os planos turísticos devem contemplar aprofundadamente o desenvolvimento dos recursos humanos, o que contribuirá para colocar as comunidades locais numa posição mais privilegiada para participar e beneficiar do desenvolvimento turístico. Os esforços desenvolvidos ao nível do planeamento não se devem confinar a uma abordagem quantitativa direccionada para a satisfação numérica das necessidades dos estabelecimentos ligados ao turismo, orientados por objectivos restritos, definidos somente em função da satisfação das necessidades dos turistas através dos serviços prestados. Os objectivos no planeamento turístico, cumulativamente quantitativos e qualitativos, devem visar a formação técnica e comportamental dos profissionais do turismo no sentido de ser assegurado um serviço de qualidade de acordo com os padrões internacionais, de forma a responder às necessidades do mercado de trabalho, mas devem igualmente ser direccionados para a preparação da população no sentido do usufruto das mais-valias do processo de desenvolvimento turístico e para o desempenho do papel de comunidade anfitriã. (cfr. LIU e WALL, 2006).

O planeamento para o desenvolvimento de recursos humanos em turismo deve assentar no trinómio política-indústria-comunidade, o que compreende: a política de turismo e as prioridades do planeamento turístico, o interesse do emprego em turismo para uma economia em desenvolvimento, a natureza da participação da comunidade local, e a existência e a natureza das oportunidades de educação e formação em turismo. O planeamento deve deixar de perfilhar unicamente a filosofia do crescimento, associando orientações sobre as necessidades e as oportunidades para os recursos humanos. Se o turismo constitui na realidade um passaporte para o desenvolvimento, e um meio para melhorar a qualidade de vida das populações receptoras, o desenvolvimento de recursos humanos requererá uma cada vez maior adequação ao ritmo do desenvolvimento turístico. Caso esta articulação seja descurada, os estudos sobre as consequências do turismo nos destinos, sobretudo nos emergentes e em vias de consolidação, continuarão a constatar que a vida das comunidades locais é modificada pelo turismo, mas a maioria dos benefícios é usufruída por *outsiders* (cfr. LIU e WALL, 2006).

A realidade europeia e nacional revela a consciência generalizada de que o planeamento e desenvolvimento turístico encontram no desenvolvimento dos recursos humanos uma ferramenta para a construção do sucesso e para o aumento da competitividade num cenário fortemente marcado pela globalização. Simultaneamente, o turismo pode constituir um meio para o desenvolvimento económico e social das comunidades, nomeadamente através da criação de postos de trabalho, no aumento dos rendimentos das comunidades e da sua qualidade de vida. No entanto, para que esta relação ambivalente seja equilibrada, é necessário dar oportunidade às comunidades receptoras para participarem no processo de

desenvolvimento turístico, preparando-as para assumir sem resistência o papel de anfitriãs, e qualificando-as para adquirirem os perfis profissionais que viabilizem o seu ingresso na indústria turística. Paralelamente é necessário dignificar as profissões no turismo, diminuindo a rotatividade laboral, aumentando os salários e valorizando-as socialmente, de forma a aumentar a sua atractividade e a estimular o investimento dos profissionais e dos empregadores na formação inicial e contínua, garantindo a qualidade total dos produtos e dos serviços turísticos num processo que é feito por pessoas e para pessoas.

Por último, porque o turismo é basicamente uma indústria de pessoas, o desenvolvimento de recursos humanos deverá constar no núcleo das iniciativas que visam a promoção do desenvolvimento turístico sustentável. Sendo este o objectivo, é necessário valorizar os recursos humanos nas três vertentes identificadas: visitantes, profissionais do turismo, e comunidades, de forma a criar as condições necessárias para a educação/formação das gerações actuais e futuras. Este é um processo que está a impor-se gradualmente no turismo, devido ao crescimento do sector, à sua globalização enquanto actividade, e à universalização da formação/educação viabilizada pelas tecnologias de informação e comunicação.

Na realidade, o entendimento cada vez mais profundo das dinâmicas do turismo, e a cada vez maior experiência dos interventores no processo, têm transformado os recursos humanos numa das principais dimensões do planeamento e do desenvolvimento sustentável do turismo. Consciente desta realidade, a Comissão Europeia, ao determinar as orientações básicas para a sustentabilidade do turismo europeu, definiu a necessidade de mão-de-obra qualificada, na sua interligação com as condições sociais e profissionais do sector, como de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável do sector turístico, considerando as políticas e práticas de resposta a esta necessidade como prioritárias na acção das entidades públicas e privadas (COMISSÃO EUROPEIA, 2003).

A reflexão anterior evidencia que o sistema de valores e a postura dos protagonistas do turismo, comunidade anfitriã, profissionais e visitantes, são fundamentais para a promoção do turismo sustentável, sendo igualmente evidente que existe uma relação íntima entre o desenvolvimento turístico sustentável de uma determinada comunidade e o modelo de planeamento que lhe está subjacente. Esta relação justifica que o próximo passo nesta longa caminhada seja dado no sentido da reflexão sobre o planeamento turístico, sobre o seu percurso evolutivo, sobre os modelos e, sobretudo, sobre aquele que entendemos mais adequado aos princípios que defendemos e à realidade que constitui o nosso caso de estudo.

1.2. O planeamento do desenvolvimento turístico sustentável

1.2.1. As razões para o planeamento turístico

A turbulência que caracteriza o mundo contemporâneo contamina as dinâmicas territoriais e o próprio processo de planeamento, na medida em que o ritmo acelerado da mudança pode tornar rapidamente obsoletas as soluções, pode conduzir à perda de oportunidades não ponderadas, tornando fundamental uma monitorização constante e a introdução continuada dos resultados desse acompanhamento, no âmbito de uma postura pró-activa. *“Neste quadro de instabilidade, a cultura do planeamento ganha (mais) consistência: os territórios carecem de um projecto mobilizador e aglutinador dos interesses em presença, mas também de persistência na prossecução da execução dos seus elementos estruturantes, e pró-actividade nos (re) ajustamentos impostos/aconselhados pelas conjunturas que se vão sucedendo. Estas circunstâncias requerem atenção redobrada à gestão (à concretização ou não das acções e às implicações daí decorrentes) e à monitorização (avaliação das reconfigurações territoriais, dos processos que lhes dão origem e da capacidade de resposta adequada do plano). Este contexto de actuação, já complexo, é agravado pelas alternâncias do poder, que afectam a evolução do processo de planeamento: estando este associado a um ciclo longo, confronta-se com os ciclos curtos do poder político (aos níveis nacional, regional e local), muitas vezes desfasados, o que pode comprometer um projecto territorial (por abandono, adiamento, desarticulação ou amputação de elementos estruturantes) e, por arrastamento, o desenvolvimento desse território, caso aquele não esteja escorado em estruturas de governança territorial que lhe confirmem continuidade e solidez”* (PEREIRA, 2009b:819-820). Estas considerações, ainda que com uma natureza genérica, devem ser extrapoladas para o turismo e para o seu processo de desenvolvimento, sob pena de comprometer o seu sucesso e a sua sustentabilidade.

A decisão de desenvolver o turismo ou de intensificar o seu desenvolvimento numa comunidade, região ou país deve ser analisada profundamente, dado o poder dos seus impactes nas mais diversas dimensões. Ainda que o desenvolvimento do turismo se revele atraente tanto para os países desenvolvidos, como para os em vias de desenvolvimento, com determinados recursos e características, deve ser sempre resultado de um processo de planeamento, a médio e a longo prazo, que maximize as suas potencialidades e, simultaneamente, acautele os seus impactes negativos, norteado por uma visão estratégica partilhada (GOELDNER e RITCHIE, 2009).

Na realidade, o turismo é uma força dinâmica de homogeneização das sociedades, favorecedora do intercâmbio cultural, e que se constitui simultaneamente como fenómeno definido e definidor da própria cultura. É um meio eficiente de desenvolver a economia das

comunidades que perderam as suas indústrias tradicionais ou que simplesmente esperam melhorar as suas condições económicas. No entanto, historicamente o turismo nem sempre foi uma experiência positiva para todos os actores envolvidos no processo, na medida em geralmente enquanto as corporações e os empresários transnacionais beneficiam grandemente com o desenvolvimento turístico, as populações hospedeiras suportam os seus custos sem se verem recompensadas adequadamente pelos esforços e custos que lhe são imputados. Por conseguinte, o turismo tem impactes económicos, sociais, culturais e ambientais nas comunidades, que nem sempre são positivos, o que justifica a necessidade da sua operacionalização decorrer de um processo estruturado, reflectido, monitorizado e avaliado (cfr. REID, 2003).

O passado e o presente deste sector evidenciam que o turismo, na sua dimensão universal, tem as fragilidades características de um processo e de uma indústria, cujas matérias-primas são finitas e nalguns casos não renováveis. A limitação e a incapacidade de renovação, neste contexto, não se aplicam somente aos bens tangíveis mas também aos que, apesar da sua natureza intangível, são susceptíveis de ser adulterados e de sofrer mutações, por vezes irreversíveis. A incapacidade humana para repor os recursos turísticos naturais e patrimoniais, cuja criação levou séculos ou mesmo milénios, é pouco questionável, mas esta inabilidade também inviabiliza a reconstrução da identidade cultural de um povo, que pouco a pouco foi sendo contaminada e deturpada pela invasão, não planeada e desorganizada, dos que comercializam e dos que consomem a autenticidade e a unicidade.

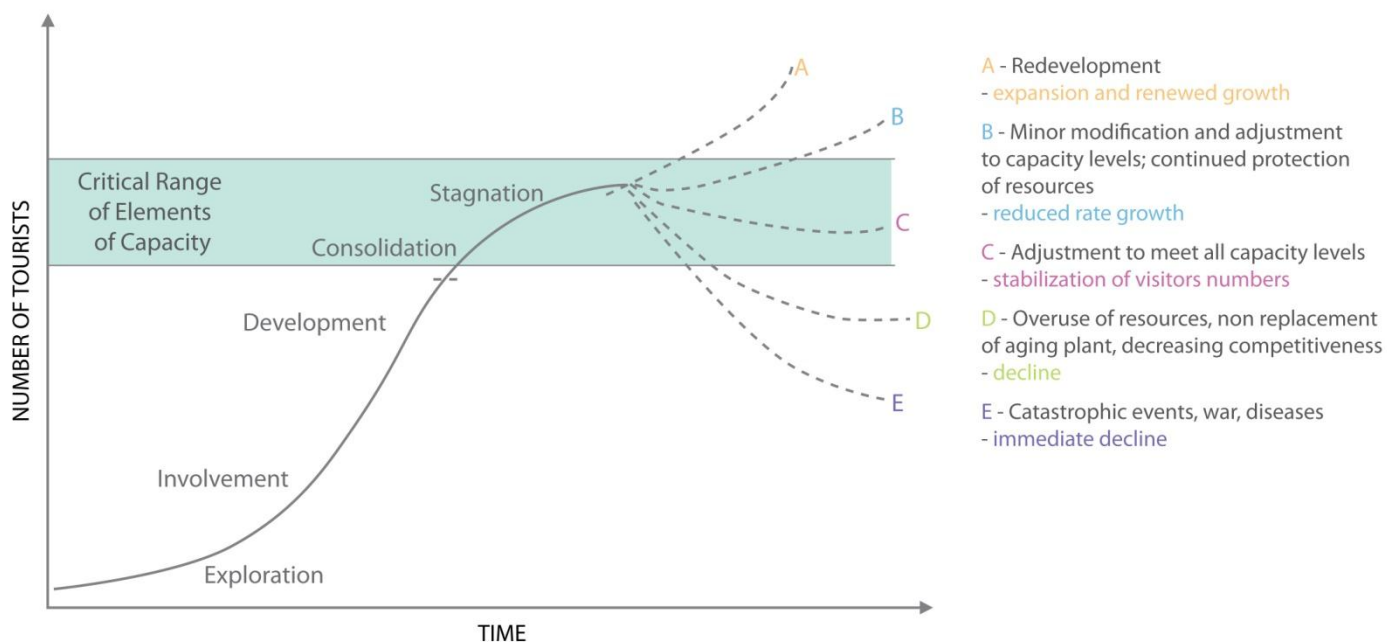
A ideia de que o turismo pode conduzir à sua própria destruição encontra na actual realidade algumas provas contundentes da sua veracidade. A existência de mecanismos de autodestruição podem eventualmente explicar a esterilidade turística de destinos que outrora encontraram neste processo o estímulo para o seu desenvolvimento. O próprio ciclo de vida do destino turístico³ (*Tourism Area Life Cycle* - TALC) definido e faseado de acordo com a evidência empírica, pressupõe a pós-estagnação como a última das fases do processo, admitindo a existência de autodestruição do produto turístico, na maioria dos casos, e a dificuldade da sua recuperação. A *estabilização* e o *rejuvenescimento*, cenários de viabilização da continuidade, pressupõem a diminuição das pressões ambientais, sociais e económicas, através de acções de planeamento e de ordenamento do território por parte das autoridades públicas. O *declínio*, por seu lado, é um cenário de ruptura, que não

³ A evidência empírica salienta que, de uma forma persistente, as vendas de um produto ou de indústria revelam, de uma forma padronizada, um comportamento faseado. Apesar de não existir, entre autores, um consenso quanto ao número de fases, as diferenças não são relevantes e é possível estabelecer um paralelismo entre elas. BUTLER (1980) aposta na existência de seis fases: 1ª fase – exploração; 2ª fase – envolvimento; 3ª fase – desenvolvimento; 4ª fase – consolidação; 5ª fase – estagnação; 6ª fase – pós-estagnação (estabilização, rejuvenescimento ou declínio).

permite nem a manutenção nem a renovação do número de turistas e pressupõe a reconversão das infra-estruturas para outros fins (BUTLER, 1980:6-9). O ciclo descrito encontra-se graficamente representado na Figura II.

Ainda relativamente ao modelo de BUTLER (1980), há que referir que apesar de ter mais de três décadas continua a ser aplicado, suportando inúmeras investigações sobre distintos destinos turísticos. COOPER (2011) analisou a longevidade e as recorrentes aplicações do TALC em diferentes estudos de caso, concluindo que não existe uma razão clara para a sua perpetuação, pois outros autores investigaram e teorizaram sobre o processo de desenvolvimento dos destinos turísticos, e embora tivessem influenciado o modelo de BUTLER (1980) não conseguiram afirmar-se e a sua aplicação posterior não originou, até à actualidade, propostas divergentes, ainda que alguns autores lhe tenham introduzido modificações (COOPER, 2011). A actualidade deste paradigma, ainda que concebido num contexto muito distinto do actual, comprova que os destinos, no passado como no presente, são tendencialmente perecíveis, o que impõe que o seu desenvolvimento se reja por pressupostos de sustentabilidade, sob pena de maus exemplos já vivenciados se repetirem, revelando uma opacidade à aprendizagem comprometedora do sucesso e da competitividade continuada.

Figura II – Ciclo de vida dos destinos turístico



BUTLER, 1980:7

As realidades cuja análise culminaram na conceptualização do TALC, bem como os inúmeros casos investigados na perspectiva deste paradigma, corroboram o processo de crescimento e maturação dos destinos turísticos, mas estimulam-nos a questionar o papel do planeamento na recuperação dos produtos/destinos que, através de um processo de saturação, perdem ou diminuem a sua capacidade de atrair os potenciais turistas. A manutenção e a valorização do património harmoniosamente aliada a um conjunto de equipamentos e de infra-estruturas, pode contrariar a teorização sobre o Ciclo de Vida do Destino Turístico, perpetuando no espaço e no tempo o seu valor e viabilizando ao nível económico, social, ambiental e cultural, a continuidade da sua exploração. Neste contexto, torna-se de fulcral importância um processo de planeamento que consiga promover a rentabilização dos recursos turísticos, de uma forma sustentada, transformando-os numa mais-valia para as populações hospedeiras e para os visitantes, através da identificação atempada das potencialidades e das fragilidades, numa atitude de concertação de interesses e de convergência de esforços, que viabilize o sucesso (BRITO e SILVA, 2005).

A ausência de uma estratégia de operacionalização e de desenvolvimento para o turismo, ou a existência de um conjunto de medidas avulsas e parciais, pode a curto prazo favorecer alguns dos intervenientes no processo. No entanto, a médio e a longo prazo, o sistema turístico só é viável se ao sucesso dos diversos actores se sobrepuser ao sucesso global, num contexto de equilíbrio social, cultural, ambiental e económico. Para KRIPPENDORF (2002), acreditar na auto-regulação do jogo livre das forças de mercado é não só ingénuo como perigoso: uma regulação do crescimento e do desenvolvimento do turismo é necessária. A questão que se coloca é o caminho que deverá seguir este processo de planeamento e as estratégias que deverá definir e operacionalizar.

De acordo com os registos históricos, existem indícios do que actualmente é entendido como turismo desde as primeiras civilizações, mas foi após a Segunda Guerra Mundial que o concurso de um conjunto de factores conduziu a uma transformação radical no sector. A expansão acelerada da economia mundial, o aumento do rendimento das populações, a redução do horário de trabalho, o crescimento e melhoria dos sistemas de transporte e comunicação (estradas, vias férreas, aviões a jacto para passageiros), contribuíram fortemente para uma maior disponibilidade de tempo e de recursos para o lazer, gerando um crescente fluxo de viagens regionais e internacionais, incrementando de forma acelerada o sector do lazer e do turismo (cfr. BURKART e MEDLIK, 1990; CUNHA, 1997; HOLLOWAY, 1998).

A dimensão alcançada por este fenómeno social, a importância da indústria que alimenta, e os impactes, negativos e positivos, que lhe estão subjacentes, empurra-nos para a verdade inatacável de que é fundamental que as políticas e práticas que lhe estão associadas sejam reflectidas, estruturadas e encimadas por uma visão estratégica e prospectiva, em suma,

sejam resultado de um processo de planeamento. Estol e Albuquerque (*apud* RUSCHMANN, 2007:84) entendem o planeamento como: “*Um processo que consiste em determinar os objectivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta das pessoas ou do grupo de pessoas que actuarão na execução dos trabalhos pretendidos seja racionalmente direccionada para alcançar os resultados pretendidos*”.

O planeamento é uma actividade estimulada por razões de ordem económica ou por motivos de natureza mais abrangente, tais como necessidades conjunturais, exigências de agências financiadoras, necessidade de administrar sustentadamente os recursos escassos e finitos, entre outros. No caso concreto do turismo, BARRETTO (2001) salienta uma outra motivação: a necessidade de adequação entre o fluxo turístico e o núcleo receptor, de forma a satisfazer as expectativas dos visitantes sem esquecer os direitos das populações hospedeiras, no que concerne aos aspectos urbanísticos, ecológicos e sociais.

HALL (2001) considera que, no contexto turístico, o planeamento não é uma panaceia para todos os problemas, podendo contudo minimizar os impactes potencialmente negativos, maximizando os retornos e estimulando uma reacção mais positiva da comunidade local. Apesar das limitações, o planeamento revela-se primordial para a sustentabilidade do turismo a médio e longo prazo, assumindo um papel fulcral na determinação e selecção de prioridades para a sua evolução harmoniosa, determinando os seus limites ideais, para que possa estimular, regular ou restringir a sua evolução. RUSCHMANN (2007) considera que o planeamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. GOELDNER (2002:338) afirma que “*o desenvolvimento do turismo deve ser guiado por uma política cuidadosamente planificada, construída a partir dos ideais e princípios de bem-estar e de felicidade humanos*”.

A forte relação entre o planeamento e o turismo sustentável, evidenciada pelos inúmeros autores, é dominante nos princípios emanados da *Globe’90 Conference “Tourism Stream: action strategy for sustainable tourism development”* realizada em Vancouver, no Canadá, em 1990. Nas conclusões deste evento é referido que o desenvolvimento do turismo sustentável pode satisfazer as necessidades económicas, sociais e estéticas mantendo, simultaneamente, a integridade cultural e ecológica. Pode ser benéfico para os anfitriões e para os visitantes protegendo simultaneamente as oportunidades futuras. No entanto, o desenvolvimento do turismo sustentável também envolve a tomada de medidas políticas vigorosas, baseadas em trocas complexas ao nível social, económico e ambiental. Requer uma visão que abranja um tempo mais alargado e um espaço mais abrangente do que

aquele que é tradicionalmente usado para planear e tomar decisões relacionadas com a comunidade. O decisor político deve adoptar uma visão mais holística nas políticas e práticas locais, considerando os seguintes princípios:

- O planeamento, desenvolvimento e operacionalização do turismo devem ser percepcionados como parte integrante de estratégias de conservação ou desenvolvimento sustentável para uma região, estado ou nação.
- O planeamento e a operacionalização do turismo devem ser intersectoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos, como forma de maximização dos benefícios.
- O turismo deve ser planeado e gerido de uma forma sustentável, tendo em conta a protecção adequada do ambiente natural e humano das áreas anfitriãs.
- É necessário incentivar a população local no sentido de assumirem cargos de liderança no planeamento e desenvolvimento, com a ajuda do governo, empresas, instituições financeiras e outros.
- Antes de dar início a qualquer projecto, devem ser efectuadas análises de diagnóstico económico, social e ambiental, conferindo especial atenção aos diversos tipos de desenvolvimento do turismo e às formas como estas podem se relacionar com as práticas actuais, formas de vida e questões ambientais.
- Durante todas as fases do desenvolvimento e operação do turismo, deve ser implementado um programa de avaliação, supervisão e medição cuidadoso de modo a permitir à população local tirar partido das oportunidades ou adaptar-se às alterações (OLIVEIRA, 2000:141-142)

A ausência ou deficiência do planeamento tem para a actividade turística graves consequências, na maioria dos casos irreversíveis. O crescimento descontrolado conducente à descaracterização e à perda de originalidade dos destinos turísticos constitui um dos seus impactes mais negativos. Perante esta relação mórbida, o planeamento turístico constitui uma via para a manutenção da atractividade dos locais turísticos, para a minimização dos impactes negativos na natureza e na comunidade local, para a maximização dos efeitos positivos e para o enriquecimento da experiência dos turistas, devendo o desenvolvimento turístico sustentável constituir um dos seus principais objectivos. RUSCHMANN (2007) defende que o planeamento do turismo sustentável surge como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, minimizando os custos sociais para as populações hospedeiras e optimizando os benefícios do desenvolvimento turístico.

O planeamento sustentável promove um turismo *soft*, qualitativo, alternativo, responsável, que prevê uma visão administrativa moderna, com uma rendibilidade moderada mas contínua no tempo, e com uma postura responsável face à envolvente social, ambiental e cultural. Este processo deverá ocorrer mediante uma mudança de mentalidade da comunidade, que permita o desenvolvimento de uma visão de longo de prazo. Simultaneamente, também nos turistas deverá ocorrer uma “reciclagem” de valores e atitudes, para que se estabeleça uma relação mais íntima com o local visitado, que evite a sua degradação ambiental e a alteração negativa das condições de vida das comunidades receptoras. De acordo com KRIPPENDORF (2001), há que associar ao planeamento turístico uma mudança de mentalidade dos turistas, no sentido destes também percepcionarem no turismo um campo de aprendizagem e de experiências, uma forma de enriquecimento interior, de compreensão mútua, de solidariedade. Neste contexto, o turismo pode ser visto não só como uma busca de prazeres e como uma fuga da realidade quotidiana, mas como um desejo compartilhado e profundo de conhecer os outros, com a hipótese recíproca de se auto-conhecer (MCKEAN, 1989). Face a estas perspectivas, a mudança de mentalidades de todos os intervenores no processo constitui a principal via para o desenvolvimento sustentável do turismo, devendo ser uma ferramenta de eleição do planeamento turístico.

O turismo é um fenómeno dimensional e pluriparticipado em que a harmonia sub-sistémica é fundamental. O planeamento da actividade turística deverá constituir uma plataforma de entendimento e de harmonização entre os objectivos e as necessidades de todos os intervenores no processo: população receptora, empresas, Estado e visitantes, num contexto de desenvolvimento sustentável. Apesar de teoricamente existir um grande consenso em torno das questões do planeamento turístico e da sua imprescindibilidade na promoção do turismo sustentável, a realidade encontra-se, na maioria das vezes, longínqua destes pressupostos, existindo uma longa incoerência quer nos caminhos seguidos quer nos resultados alcançados.

A juventude do fenómeno turístico surge já associada a inúmeros exemplos que atestam a necessidade de planear estrategicamente a utilização e a exploração dos recursos turísticos. Em Portugal e no Mundo, as consequências do desprezo pelas fragilidades do sistema turístico, não só ao nível dos recursos, mas também da sua sazonalidade e das suas consequências para as populações receptoras, impelem-nos no sentido da busca de um paradigma de planeamento turístico que possibilite, no futuro, não só uma adequação das políticas e das práticas à actualidade mas também a rectificação dos erros do passado (BRITO e SILVA, 2005).

Em suma, as razões para a necessidade de planear o desenvolvimento turístico prendem-se sobretudo com a premência de assegurar a sua sustentabilidade, garantindo que o elevado sucesso de hoje não compromete a existência no amanhã.

1.2.2. Do planeamento ao planeamento turístico: o percurso evolutivo

A preocupação com o planeamento turístico tem vindo a aumentar a um ritmo determinado pelo crescimento do significado social, económico, ambiental e político do turismo, embora continue a existir um desfasamento temporal entre ambos os processos. É cada vez mais premente a necessidade de compreender, acompanhar e avaliar continuamente, de forma a os seus impactes positivos prevaleçam sobre os negativos. Apesar desta consciência de que o planeamento turístico é um factor de fulcral importância para o sucesso dos destinos turísticos, da necessidade de um paradigma que possibilite o sucesso, e da sua constante procura, o caminho tem sido sinuoso. Ao longo do tempo, inúmeras e sucessivas abordagens, de natureza académica e política, têm sido concebidas e ultrapassadas, dando lugar a outras eventualmente mais próximas do paradigma ideal. O planeamento turístico surgiu muito recentemente enquanto especialização do planeamento urbano, continuando a inspirar-se nos seus princípios teóricos e metodológicos. Esta ausência de autonomia e de identidade própria encontra justificação na juventude do próprio fenómeno turístico e sobretudo do seu estudo e investigação.

De facto, o maior impulso no planeamento turístico deu-se nas décadas de 40 e 50 surgindo, em França e em Espanha, os primeiros projectos nacionais turísticos, induzidos pela necessidade ditada pelo intenso crescimento da actividade. A partir da década de 60, a maioria dos países europeus começou a conceber planos nacionais de desenvolvimento turístico, tal como alguns planos de incidência regional (HALLAL e MÜLLER, 2004). Em virtude da complexificação e crescimento da actividade turística na década de trinta e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o planeamento assume um papel de cada vez maior relevo na organização da actividade turística.

A intensidade e o ritmo de desenvolvimento do sector têm imposto a necessidade de organizar e de administrar no sentido da redução dos impactes negativos e da ampliação das suas mais-valias. O planeamento surge como uma resposta a esta exigência, sendo um processo dinâmico, que define os objectivos e o caminho para os alcançar, num contexto de constante avaliação, que permite reagir atempadamente às mudanças internas e externas.

Uma análise da evolução do planeamento urbano e do planeamento turístico salienta a existência de duas fases distintas:

1. O Planeamento Clássico - após a Revolução Industrial;

2. Planeamento Racional - após a Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento social, económico, político e tecnológico ocorrido nos anos 70, teve grande impacte na evolução do planeamento (urbano e turístico), ao nível do quadro conceptual e da sua operacionalização, durante os anos seguintes, questionando-se neste momento a emergência de uma nova abordagem, ou mesmo de um novo paradigma, neste campo (COSTA, 2001).

As preocupações com o planeamento não são exclusivas da sociedade moderna, no legado das antigas civilizações (Crescente Fértil, Maias, Grécia Antiga, Império Romano) são identificáveis acções de planeamento. De igual forma, os estilos arquitectónicos e a organização espacial do Renascimento, do Barroco, e de outros períodos, demonstram que esta é uma actividade cujas raízes se perdem no tempo. No entanto, considera-se que o planeamento moderno surgiu em Inglaterra após a Revolução Industrial, em reacção às consequências sociais de um processo de êxodo rural extremamente acelerado, conducente a um crescimento desmesurado e descontrolado das cidades. A escola do Planeamento Clássico (1850-1950) surgiu nesta fase, defensora da ideia de que a maioria dos problemas sociais resultava da ausência de qualidade de vida, de infra-estruturas e de equipamentos no modelo urbano. A associação entre os problemas sociais e a incapacidade de gerar estruturas físicas para absorver o número massivo de pessoas em deslocação das áreas rurais para as urbanas, constitui-se como postulado desta abordagem. Perante este diagnóstico, a solução, em termos de planeamento, encontrar-se-ia nas propostas avançadas pelos arquitectos e engenheiros, e que visavam aumentar a capacidade física das cidades para dar resposta a uma procura crescente. A inviabilidade de operacionalização da maioria destes planos e a sua incapacidade para dar resposta aos problemas sociais emergentes (desemprego, criminalidade, fome...), rapidamente demonstraram a sua inadequação e a necessidade de redimensionar o planeamento. No entanto, a realidade evidenciou as limitações do modelo do Planeamento Clássico, ao comprovar a inexistência de uma relação directa entre o modelo arquitectónico urbano, a forma de ocupação do espaço, e as condições de vida das populações. Para além da ausência comprovada desde determinismo físico, as soluções avançadas pelo Planeamento Clássico eram rígidas, não possibilitavam alternativas, e não eram adaptáveis a novas realidades (COSTA, 2001)

A génese do planeamento turístico, à semelhança do planeamento urbano, encontra-se associada ao desenvolvimento económico, social e urbano, promovido pela Revolução Industrial. O aumento dos rendimentos, a redução do horário de trabalho e a maior facilidade de deslocação e alojamento, induziram o crescimento das viagens, e fomentaram a emergência de estâncias turísticas, longe dos caos e da poluição urbana. No entanto, e apesar do desenvolvimento turístico, não se assiste nesta fase ao surgimento de uma

escola de planeamento turístico, com uma identidade própria, assente na exclusividade de conceitos e de objectivos. A explicação para esta ausência poderá eventualmente ser encontrada no facto da expansão do turismo ser inicialmente confundida com crescimento urbano ocorrido em zonas distantes dos tradicionais centros urbanos. Perante esta lógica, os problemas associados ao planeamento turístico, emergentes nesta fase, foram equiparados aos do planeamento urbano, traduzindo-se tal analogia na similitude do seu tratamento e também das suas soluções (COSTA, 2001)

De acordo com INSKEEP (1991b), a complexidade do sistema turístico era inicialmente reduzida a um simples processo de abertura de novos hotéis, de criação e manutenção do acesso aos destinos turísticos e de organização de campanhas de divulgação. A intervenção do Estado, nesta actuação triangular, era reduzida e as entidades privadas salientavam-se no protagonismo de uma actividade norteada pelos benefícios próprios.

A emergência de um campo autónomo do planeamento turístico ocorre a partir de 1920, com a publicação de legislação sistematizada sobre o turismo. No entanto, a maioria da legislação produzida nesta fase era direccionada para a protecção das áreas rurais, que sentiam a pressão de uma enorme procura turística. Na prática, esta intervenção traduziu-se mais em planeamento urbano do que num planeamento que obstasse às necessidades turísticas, dando origem a planos pouco direccionados para o turismo (COSTA, 2001).

O pouco sucesso alcançado pelo paradigma defendido pela Escola Clássica, no âmbito do planeamento urbano e do planeamento turístico, impulsionou a emergência do Paradigma do Planeamento Racional (1950-1970). A emergência, desenvolvimento e consolidação deste modelo resultaram de um conjunto múltiplo e diversificado de factores, entre os quais se salientam:

- Incapacidade do anterior paradigma para responder aos múltiplos e complexos problemas urbanos, consequência do seu recurso a um número limitado de disciplinas (Arquitectura e Engenharia Civil);
- Surgimento, após a Segunda Guerra Mundial, de novas filosofias e de novas escolas, entre elas a Escola de Chicago, considerada responsável pelas mudanças ao nível do planeamento, ao acrescentar-lhe novas variáveis (políticas, sociológicas, antropológicas, psicológicas, etc.);
- Convicção de que o planeamento e o ordenamento urbanístico podia ser feito automaticamente, em resultado do desenvolvimento tecnológico;
- Crença de que o novo tipo de planeamento, firmado em inúmeras disciplinas, possuía o perfil adequado para coordenar a reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial.

A estas justificações para o sucesso do Paradigma do Planeamento Racional acresce-se a difusão da ideia de que a abordagem compreensiva, racional, neutra e baseada em métodos científicos, subjacente a este tipo de planeamento, o transformava numa actividade científica capaz de encontrar soluções correctas para os problemas. Esta ideia ganhou força nos anos 60, com a expansão dos modelos quantitativos e positivista, e o planeamento ganhou uma nova dimensão, transformando-se num quarto poder para os agentes de governação. A partir de 1970, o Planeamento Racional começou a receber inúmeras críticas. Os académicos e os executores começaram a demonstrar que havia uma grande incoerência entre a concepção teórica e a prática do planeamento. A investigação da realidade demonstrou que a neutralidade e a cientificidade, supostamente subjacentes a este modelo, indutoras do seu sucesso inicial, não se verificavam integralmente na prática (COSTA, 2001).

No campo do turismo, o período entre 1950 e 1970 caracterizou-se por uma rápida expansão das viagens e do mercado turístico. O desenvolvimento da aviação comercial, associado a significativas melhorias socioeconómicas (aumento dos salários, do rendimento disponível, do nível educacional das populações) e à emergência de uma indústria estruturada (operadores turísticos, agências de viagens, e linhas aéreas) despoletou a banalização do turismo, surgindo o conceito de “turismo de massa” (RUSCHMANN, 2007).

A expansão da indústria turística nesta fase ocorreu de forma rápida e descontrolada, contribuindo para uma mudança gradual no aspecto e no ritmo de desenvolvimento das áreas com potencial turístico. As consequências negativas deste processo foram enfatizadas pela ausência de um planeamento turístico, conceptual e metodologicamente autónomo, que promovesse o desenvolvimento equilibrado e sustentável das zonas turisticamente atraentes. Apesar da situação, o planeamento turístico continuava na sombra do planeamento urbano, acreditando-se na viabilidade da extrapolação de princípios teóricos e de objectivos, dado que continuava a vigorar a ideia de que a expansão turística seria semelhante ao crescimento urbano.

A ausência de instrumentos próprios do planeamento turístico, capazes de coordenar e regular o crescimento deste sector e actantes no sentido da convergência de interesses, deixou a sua expansão à mercê de entidades privadas. No entanto, era evidente a despreocupação destas face aos impactes sociais, culturais, ambientais do turismo, e também perante a necessidade de sustentabilidade económica a longo prazo das áreas de destino. A Organização Mundial do Turismo responsabiliza a ausência de controlo específico, a inadequação da legislação e a carência de organização, pela ineficácia do planeamento turístico nesta fase. Esta organização internacional demonstra, a partir da análise dos planos executados, a existência de uma evidente incoerência entre a teoria e a prática do planeamento, a dimensão reducionista, reflectida em planos rudimentares de

infra-estruturas e equipamentos, e a lógica economicista ausente de preocupações sociais, culturais e ambientais (COSTA, 2001).

A evidente incoerência entre a teoria e a prática pôs em causa a validade dos princípios que suportaram o planeamento nos anos 70. Por outro lado, também a ocorrência à escala mundial de relevantes acontecimentos sociais, económicos e tecnológicos, contribuiu para a decadência do Paradigma Racional de Planeamento, vigente nas décadas anteriores. A emergência do neo-liberalismo, reflectido numa maior possibilidade de intervenção individual na tomada de decisão e na acção decorrente, dotou os cidadãos de ferramentas para uma intervenção mais activa no processo de planeamento, contrariando a responsabilidade solitária nas decisões e na sua operacionalização, típica do estado social. Por outro lado, o processo de globalização introduziu uma nova perspectiva dos sistemas local, nacional e internacional, conferindo uma nova dimensão ao sistema económico, que passou de uma dependência exclusiva do estado nacional para a jurisdição de organizações supranacionais (COSTA, 2001).

Este conjunto de alterações introduziu um debate sério em torno das questões do planeamento, que se traduziu em profundas alterações tanto no quadro conceptual como na intervenção prática, abrindo caminho para a autonomia e para a emergência de uma nova identidade ou talvez de um novo paradigma de planeamento.

1.2.3. Novas tendências em planeamento turístico

A actual situação da maioria dos contextos turísticos foi-nos revelando progressivamente o insucesso dos modelos de planeamento preconizados no passado, e estimulou a emergência de novos paradigmas que possibilitam corrigir o ainda corrigível e conduzem a boas práticas no presente e no futuro.

A realidade impôs a necessidade de abordagens alternativas que colmatassem as sucessivas falhas ao nível do planeamento turístico, sendo que COSTA (2001) elenca alguns dos sucessivos modelos que foram surgindo e os seus contributos científicos para a construção de um modelo adaptado e adaptável à realidade, ao que acrescentamos os modelos introduzidos por outros autores, sendo que este olhar sobre o estado da arte se encontra sintetizado no Quadro III.

Quadro III – O percurso evolutivo dos modelos de planeamento turístico

<i>Data</i>	<i>AUTOR(ES)/ORIGEM</i>	<i>Contributo científico</i>
1977→1982	BAUD-BOVY E FRED LAWSON (COSTA, 2001: 430-431)	PASOLP (<i>Product's Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning</i>). Defendem o desenvolvimento do turismo numa perspectiva integrada, em que os objectivos económicos sejam definidos em consonância com a estrutura e as características do país e dos recursos turísticos.
1985	MILL E MORRISON (COSTA, 2001:437)	Sugerem linhas de orientação para o futuro do planeamento turístico, deslocando o seu objecto da "actividade de fazer planos" para a "planeamento estratégico", e sugerindo implicitamente que a sua finalidade deve ser a resolução estratégica de problemas, ao invés do caminho normativo (planeamento físico). Perante esta proposta, defendem que seja conferido um papel de relevo ao planeamento no âmbito das políticas do turismo, de forma a zelar pelas especificidades de cada local, respeitando simultaneamente o mercado e a população. Ambos os modelos concordam que é impossível alcançar estes objectivos recorrendo à utilização de "soluções técnicas puras", porque o planeamento de um destino tem que ser feito de acordo com as características externas e internas do sistema.
1986	GETZ (COSTA, 2001:431)	Propõe um esquema científico em cuja estrutura se identificam as seguintes fases: compreensão, descrição, modelo, operacionalização e a implementação de estratégias de controlo. O modelo proposto assenta na noção de sistema e defende claramente que o estudo e o planeamento do sector turístico não devem somente contemplar a sua dimensão económica, mas também a social, a ambiental e a cultural.
1997	RUSCHMANN (2007:85-86)	Modelo regido fundamentalmente pelos seguintes objectivos: definir políticas e processos de implementação de equipamentos e actividades; coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; promover incentivos para estimular a implantação de equipamentos e serviços turísticos; maximizar os benefícios socioeconómicos e minimizar os custos, visando o bem-estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do sector; minimizar a degradação dos locais e recursos estruturantes do turismo e proteger os que são únicos; capacitar os vários serviços públicos para a actividade turística; garantir a introdução e o cumprimento de padrões reguladores da actividade privada; garantir que a imagem do destino reflecta a protecção ambiental e a qualidade dos serviços; e integrar o turismo com outras actividades económicas.
2009	GOELDNER E RITCHIE (2009: 450-451)	Modelo centrado nos resultados e no processo que permite a sua concretização, obedecendo à seguinte sequência: (1) Definir o sistema; (2) Recolher informação; (3) Analisar e interpretar; (4) Criar um plano preliminar; (5) Aprovar o plano; (6) Criar o plano final; (7) Implementar o plano

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA (2011) com base em COSTA, 2001; RUSCHMANN, 2007; GOELDNER e RITCHIE, 2009

Impõe-se que os contributos dos diversos autores, anteriormente sintetizados, sejam acompanhados de algumas reflexões e comentários. A propósito dos modelos de Baud-Bovy e Fred Lawson, e de Getz, COSTA (2001:432) considera que contribuíram decisivamente para mudar a perspectiva excessivamente economicista que imperou na teoria e na prática do planeamento turístico durante os anos 70, introduzindo uma visão sistémica que estimulou o redimensionamento plural deste processo.

Por outro lado, há que salientar a influência das questões da sustentabilidade na emergência de novos paradigmas de planeamento, pois à semelhança do que aconteceu no campo do planeamento urbano, também o conceito de desenvolvimento sustentável se

instalou no planeamento turístico, sendo consensual a necessidade de um novo paradigma, adequado à nova realidade económica, social e tecnológica, e à intensificação do fenómeno turístico. O conceito de desenvolvimento sustentável, introduzido pelo *Relatório Brundtland*⁴, em 1987, e consolidado em 1992 na Agenda 21⁵, introduziu profundas alterações na percepção do desenvolvimento e consequentemente do processo de planeamento. Esta nova perspectiva rapidamente ganhou popularidade entre os diversos sectores, impulsionando o aparecimento de novas abordagens de planeamento, entre as quais a do “planeamento ambiental” avançada pela *British Town and Country Planning Association*. O desenvolvimento sustentável, que promove simultaneamente o crescimento económico e a conservação ambiental, é o produto de um planeamento com uma natureza mais social do que técnica, de acordo com um trabalho publicado por Patsy Healey. Para esta autora, os técnicos de planeamento têm que conceber uma estrutura institucional promotora da inter-relação entre os cidadãos e os sistemas social, político, económico e o ambiental (COSTA, 2001:435).

O novo paradigma de planeamento turístico, actualmente com contornos já definidos, deve assumir uma natureza multidisciplinar, e assentar num conjunto de pressupostos, fundamentais para a sua versatilidade e adequação à dimensão e profundidade e universalidade do fenómeno turístico. Em primeiro lugar, as políticas não podem ser definidas num contexto artificial de gabinete, por profissionais distantes da realidade, imunes aos sinais emitidos pela envolvente social. O planeamento tem ser visto como um processo social de construção, alicerçado numa perspectiva holística, e considerando as características sociais, económicas e físicas de cada local (MILL e MORRISON, 1985; MURPHY, 1985 *apud* COSTA 2001:438). Em segundo lugar, a eficiência do planeamento turístico depende da evolução conceptual e prática, mas também da adaptação e versatilidade das organizações que idealizam e implementam os planos, sendo que uma organização eficiente promove as interacções laterais, coordena os *stakeholders* e fomenta o desenvolvimento de ligações entre as diversas organizações (públicas, privadas e sem fins lucrativos). A substituição das abordagens formais, hierárquicas, por outras de estilo horizontal mais flexíveis, é de particular importância para o desenvolvimento de políticas

⁴ Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ONU), presidida pela Sra. Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, elaborou um documento denominado ‘Nosso Futuro Comum’, onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento económico e social em conformidade com a preservação ambiental. Neste documento, que também ficou conhecido como ‘Relatório Brundtland’, foi apresentada a definição oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável e os métodos para enfrentar a crise pela qual o mundo passava. Neste âmbito foi definido o Desenvolvimento Sustentável como o “desenvolvimento que faz face às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND COMMISSION, 1987).

⁵ Em 1992, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro uma conferência, conhecida como Rio/92 ou Eco/92, que elaborou um documento denominado Agenda 21, contendo a estratégia de acção, com os princípios básicos para a construção de uma sociedade sustentável. Entre estes princípios estavam a preservação e o respeito por todos os seres vivos; a preservação da diversidade e vitalidade dos sistemas ecológicos; a preservação dos recursos não-renováveis; e a melhoria da qualidade de vida do homem.

mais criativas e inovadoras (AMABILE *et al*, 1996; DRUCKER, 1998 *apud* COSTA 2001:43). Em terceiro lugar, o planeamento deve ser uma actividade direccionada para a descoberta de soluções inteligentes no campo da tomada de decisão, da acção e da coordenação dos interventores (mediação), estimulando a criatividade e a avaliação constante dos recursos. Em quarto lugar, o planeamento tem que ser um processo participado, existindo uma proporcionalidade directa entre o nível de participação do público e a probabilidade de sucesso a curto prazo. Os planeadores devem fomentar a criação de grupos de trabalho, onde estejam equilibradamente representados todos os *stakeholders*, actuantes ao nível do processo de tomada de decisão (COSTA, 2001: 438). Em quinto lugar, e também de acordo com BARRETTO (2001), a concepção e operacionalização do planeamento deve considerar os seus princípios orientadores: a inerência: o planeamento é indispensável; a universalidade: considera as várias opiniões e tenta prever todas as variáveis e todas as consequências; a unidade: abrange várias dimensões, numa perspectiva integradora; a previsão; a participação: pois requer o envolvimento de todos os sectores. Por último, é fundamental a tomada de consciência, por parte dos planeadores, de que a globalização afecta a definição das políticas e a sua operacionalização. As estratégias são condicionadas pelas directivas dos governos nacionais e das organizações supra nacionais, e os actores, interventores no processo turístico, competem simultaneamente com a concorrência local e global e, neste cenário de globalização, as alianças e as parcerias têm que assumir um carácter universal (COSTA, 2001: 438-439)

O planeamento, numa postura de profissionalismo e de respeito pelos lugares e pelas suas gentes, é uma ferramenta fundamental para a continuidade do turismo numa óptica de qualidade. A análise diacrónica concretizada evidencia a preocupação crescente de construção de um modelo flexível, adaptado à realidade, que viabilize economicamente o turismo para as populações receptoras, possibilite o usufruto dos recursos por parte dos visitantes, e garanta a sustentabilidade e a longevidade do próprio sistema. Esta é a única via disponível para impedir que o próprio sistema turístico se autodestrua, na medida em que apenas uma utilização racional dos recursos poderá possibilitar uma utilização duradoura, com elevado nível de qualidade, que permita contrariar as evidências empíricas que levaram à estandardização do ciclo de vida do produto turístico.

Entre as consequências negativas do turismo salientam-se a deterioração e o esgotamento dos recursos, amplamente elencados pelos seus impactes ambientais. No entanto, a sazonalidade e exclusividade de certos produtos constitui também, a curto e a médio prazo, um problema de grande amplitude para alguns destinos, impossibilitando o desenvolvimento consistente das actividades, directa ou indirectamente, relacionadas com o turismo. Uma reflexão estratégica sobre os recursos disponíveis e a sua versatilidade, no sentido da diversificação da oferta, poderá contribuir para diminuir os impactes da

sazonalidade, através da supressão dos laços de dependência em relação a produtos temporalmente limitados, e possibilitando o desenvolvimento sustentável dos destinos. Estas questões surgem obrigatoriamente num contexto em que a inevitabilidade do crescimento turístico é irrefutável, e em que o insucesso surge aliado à intervenção desorganizada e imoderada por parte dos interventores, traduzida num conjunto de acções e de medidas avulsas, isentas da visão holística que o fenómeno turístico impõe.

Os resultados da ausência de planeamento ou da ineficácia de um processo desadequado são potenciados quando as populações receptoras apresentam carências que simultaneamente, incrementam a sua fragilidade, diminuem a sua capacidade de apropriação das mais-valias do turismo, e as torna menos participativas. Nestas situações, e na ausência de monitorização, existe uma maior predisposição para os mecanismos de autodestruição do turismo serem accionados, na medida em que as entidades promotoras e utilizadoras são geralmente forasteiras, visam o crescimento acelerado e o rápido retorno do investimento, descurando a envolvente social, ambiental e cultural. BURNS (2004a) menciona que a inaptidão do turismo para gerar benefícios para as populações hospedeiras, incapazes de rentabilizar o processo a seu favor, constitui o principal alvo de crítica a esta actividade. No entanto, o autor defende que a intervenção governativa, nomeadamente na dimensão técnica do planeamento, se pauta pela orientação política e não pelas necessidades económicas e sociais das populações, conduzindo involuntariamente à marginalização das facções mais desfavorecidas da sociedade.

HALL (2001) salienta que a relação harmoniosa entre a população local e o turismo depende da sua participação efectiva no processo de planeamento e do seu contributo evidente para a promoção da sustentabilidade do local. Mas por outro lado, consideramos que também a qualidade de vida das populações pode contribuir para o aumento da atractividade turística de um local. Os problemas sociais (desemprego, fome, criminalidade, ausência de infra-estruturas básicas), ainda que associados a atraentes recursos turísticos, constituem factores de repulsa para os turistas, que procuram, para além da qualidade da experiência, a beleza da imagem e das recordações que transportarão *a posteriori* para os seus países de origem. Neste contexto, consideramos que a actuação do planeamento turístico transcende o próprio turismo, na medida em que ao constituir-se a qualidade de vida um dos pré-requisitos do desenvolvimento da actividade turística, será também da sua responsabilidade contribuir para a sua promoção.

A imprescindibilidade do planeamento turístico, enquanto ferramenta de gestão do próprio turismo e meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações hospedeiras, constitui um facto redundantemente consensual. No entanto, a definição do modelo a preconizar é um processo complexo, marcado por profundas divergências e conducente a extremismos que impossibilitam o consenso necessário ao sucesso. A

bipartição, entre os que incondicionalmente defendem o desenvolvimento sustentável, numa perspectiva holística, e os que defendem uma abordagem economicista, constitui uma prova flagrante da dificuldade de encontrar uma via para o planeamento turístico, sendo que a disparidade entre estas duas visões antagónicas é perceptível no Quadro IV.

Quadro IV - Abordagem bipolar do planeamento turístico

<i>Perspectiva Holística</i>	<i>Perspectiva Economicista</i>
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento humano sustentável - Turismo como um sistema - Turismo como cultura - Sistemas mundiais modernos - Periferia - Subdesenvolvimento - Holísticos <p>Defende a independência, a diferenciação de destinos e a dependência mínima de um núcleo. Focada em objectivos de desenvolvimento humano sustentável, definidos pela população e conhecimento locais. A questão chave que conduz o processo é: “O que é que o turismo nos pode dar sem nos prejudicar?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento económico - Turismo como indústria - Turismo como consumismo - Globalização - Núcleo - Modernização - Economicistas <p>Defende a maximização do lucro através da massificação do produto, indiferenciação, homogeneização do produto e dependência de um núcleo. Objectivos direccionados para os investidores externos e para a indústria turística internacional.</p>

Fonte: BURNS, 2004a: 26

A perspectiva “Economicista” é acusada de promover unicamente o crescimento económico em detrimento do desenvolvimento, de acordo com os críticos desta abordagem de planeamento. Para além dos impactes ambientais e culturais que inviabilizam o futuro do turismo, este modelo não promove uma distribuição equitativa dos benefícios pelas populações hospedeiras. No entanto, a defesa *in extremis* do desenvolvimento sustentável, promovida pela abordagem “Holística”, pode conduzir à mumificação das populações e da sua cultura, com o intuito de preservar a exclusividade e a identidade dos destinos para turistas de elite. Neste contexto, o turismo de massa nunca constitui uma opção, mesmo em caso das populações o pretenderem e identificarem mercado para o seu desenvolvimento (BURNS, 2004b).

As falhas e contradições destas abordagens evidenciam a necessidade de repensar o planeamento turístico num contexto de pós-modernidade, no sentido do aparecimento de um novo paradigma, que simultaneamente reúna os aspectos positivos dos modelos vigentes e ultrapasse as suas limitações, num exercício de criatividade exequível. COSTA (2001) questiona a emergência de um novo paradigma de planeamento após os anos oitenta, definindo as características fundamentais para a sua adaptação às novas exigências do mundo e do sector turístico. De acordo com este autor, para além da adaptação a uma nova realidade a nova abordagem de planeamento turístico deverá ultrapassar as falhas típicas da concepção tradicional de planeamento:

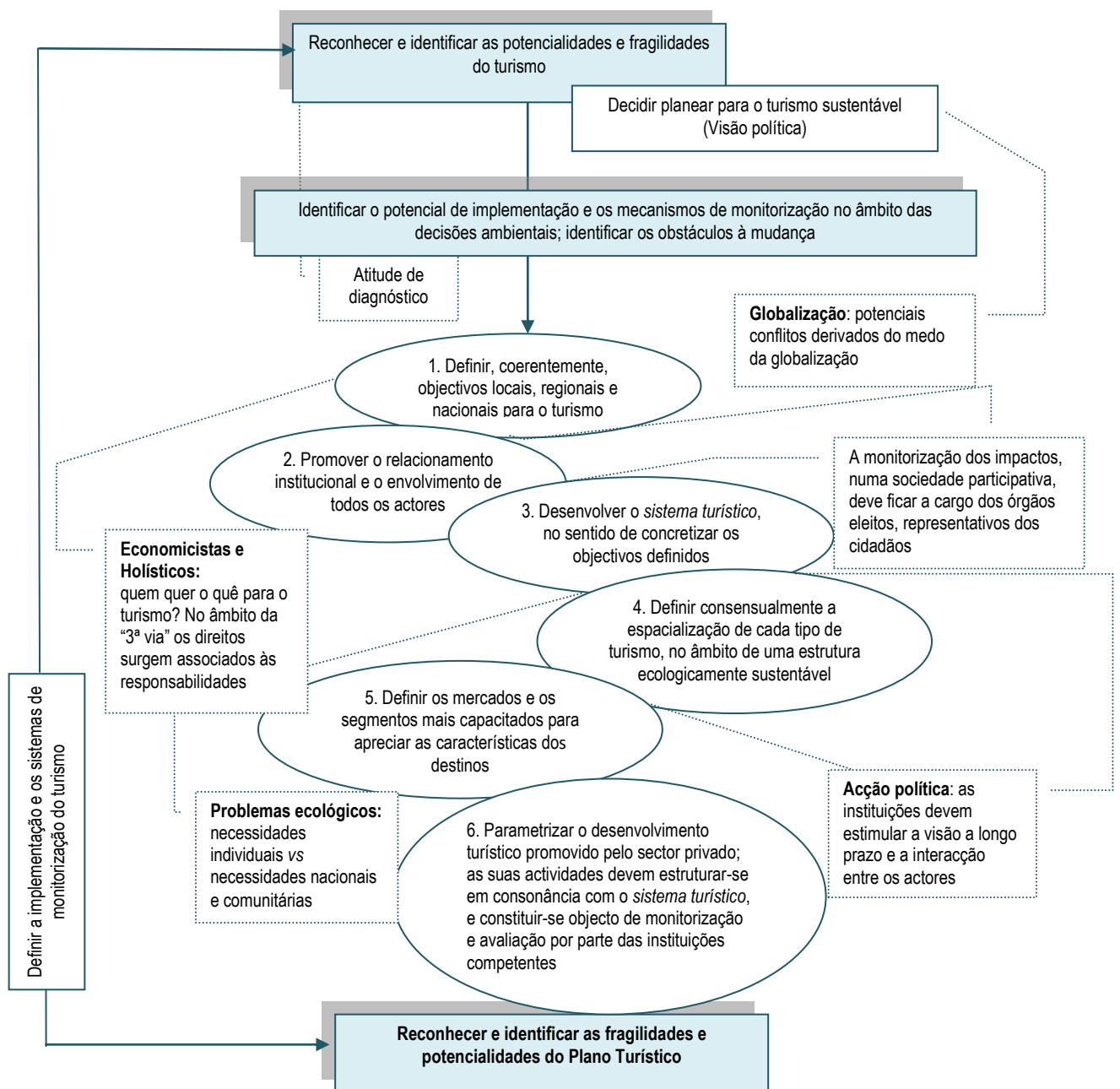
- A excessiva carga burocrática que complica o processo, dificultando-o e aumentando as exigências de recursos.
- A natureza reducionista e uniformizadora dos planos produzidos sob esta cultura, em que os destinos são desenvolvidos em função das exigências dos segmentos de mercado.
- A ausência ou insuficiência de uma cultura cívica de participação, em relação à tomada de decisão e ao processo de operacionalização das medidas.
- A inexistência de uma visão global. Os planos nacionais são limitados pelas fronteiras de cada país, estimulam a competição inter-países e raramente consideram as vantagens subjacentes à cooperação internacional. A planificação, no contexto do turismo, deve considerar as tendências globais, pois dificilmente um plano nacional, por si só, corresponde aos interesses das linhas aéreas multinacionais e dos fornecedores de serviços de actuação universal.

Na sequência da percepção destas limitações ao nível do planeamento, e da evidente necessidade de definir um novo modelo aplicado ao sector turístico, surge a “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, inspirado talvez por alguns dos modelos que começaram a surgir a partir da década de 80, já referidos sumariamente (vd Figura III). No âmbito desta nova abordagem as contradições e as limitações têm que ser entendidas e resolvidas num contexto de desenvolvimento sustentável, visando ultrapassar as falhas típicas da concepção tradicional de planeamento.

O novo paradigma do planeamento, representado graficamente na Figura III, salienta a necessidade de coerência e de interdependência entre os objectivos emanados de várias fontes (locais, regionais e nacionais) e a imprescindibilidade da intervenção de todos *stakeholders* (actores directa ou indirectamente ligados aos turismo: decisores políticos, instituições sociais, ONG's, operadores turísticos nacionais e internacionais) (BURNS, 2004a). Nesta mesma linha, RUSCHMANN (2007) refere que o planeamento apresenta vários objectivos envolvendo localidades, regiões, países e continentes, indicando onde se quer chegar, numa expressão qualitativa que envolve organismos públicos e empresas privadas.

A “Terceira Via para o Planeamento Turístico” defende uma fase de pré-planeamento, no âmbito da qual deverá ser feito um profundo diagnóstico de pormenor para inventariação dos recursos disponíveis, caracterização do contexto social e antropológico e aferição das necessidades, dos objectivos e da disponibilidade dos vários grupos. BARRETTO (2001) acrescenta que para além da exaustividade do estudo de diagnóstico é necessário contextualizar a região no Ciclo de Vida do Produto (BUTLER, 1980), para que os objectivos sejam definidos de acordo com a fase em questão.

Figura III – Esquema da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”



Fonte: BURNS, 2004a:32

A participação constante, nas várias fases do processo de planeamento, de todos os actores, com uma postura pró-activa face aos objectivos definidos e a hipótese de apresentação de cenários alternativos, é outro dos aspectos veementemente defendidos pelo novo paradigma. O envolvimento dos *stakeholders* no planeamento e desenvolvimento do sector turístico, à semelhança do que pode acontecer em outros sectores, contribui para a estabilidade a longo prazo e aumenta a sua responsabilização, inviabilizando o processo

de heteroculpabilização, em caso de insucesso das medidas preconizadas. LUCHIARI (2000) considera fulcral a participação dos vários segmentos da sociedade na promoção e na implementação de directrizes para o desenvolvimento turístico.

No âmbito do novo modelo, cada decisão deve ser tomada tendo em conta as quatro componentes do turismo contemporâneo: o processo, o produto, o sistema e os resultados. Desta forma, os sistemas e os processos com os parceiros e o relacionamento entre os países emissores e os receptores devem ser enquadrados politicamente no âmbito das estruturas capitalistas (BURNS e HOLDEN, 1995).

O produto turístico deve despertar o interesse de vários *stakeholders* e pode constituir uma base para as populações receptoras, sendo para tal necessário a coincidência entre os objectivos das instituições governamentais (incluindo as que defendem os interesses ambientais e culturais) e os dos vários operadores turísticos. O sistema deve ser concebido e planeado no respeito dos interesses de todos os intervenientes e não somente dos interesses de algumas elites e actores internacionais. COSTA (2006) defende que os destinos turísticos devem ser planeados e geridos por modelos que privilegiem a actuação articulada do sector público e privado, nomeadamente no processo de tomada de decisão, e em que os cidadãos, residentes e turistas, sejam auscultados e constituam o centro do processo de planeamento e desenvolvimento turístico.

Os resultados devem ser planeados e monitorizados de forma a evitar as mudanças desnecessárias. A comunidade, principal receptora dos impactes, e as instituições relacionadas com o ambiente natural e cultural, detentoras do saber técnico, devem ser os principais intervenientes nesta etapa. Os lucros devem ser reinvestidos na preservação ambiental, em formação e em infra-estruturas, que possibilitem um outro nível de turismo, valorizando o investimento dos turistas (BURNS, 2004a).

A “Terceira Via para o Planeamento Turístico” defende um planeamento em que os direitos se aliem às responsabilidades, para que esta indústria contribua fortemente para os processos de desenvolvimento, e em que o sistema turístico e as instituições desenvolvam redes e parcerias locais e globais, com vista a um equilíbrio na exploração e à minimização dos impactes nos destinos. Sugere igualmente planos participados com um horizonte de cerca de vinte anos, e requer o trabalho conjunto de todos os actores, agregados num grupo coeso e trabalhando em torno de um único objectivo, exigindo simultaneamente novas interpretações e a compreensão de que, para além dos interesses do sector turístico, há que considerar as dinâmicas sociais locais (BURNS, 2004a). Como já foi anteriormente referido, existe uma relação circular entre o turismo e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, pois o turismo deve promover a qualidade de vida das populações

hospedeiras, mas simultaneamente o seu desenvolvimento depende da verificação deste pré-requisito.

Esta nova abordagem do planeamento turístico tem potencial para amenizar a tendência dos planos directores para a marginalização dos pequenos negócios, para o aumento da tecnologia, da energia e da dependência das importações. Simultaneamente tenta corrigir a predisposição que estes mesmos planos têm para subvalorizar o papel do turismo no desenvolvimento local, regional e nacional, defendendo a criação de uma plataforma para o crescimento sustentável e para o desenvolvimento humano. Defende um modelo dinâmico, que envolve várias etapas, promovendo a mudança no contexto alvo, a qual deve ser monitorizada e avaliada continuamente e, quando necessário, reestruturada. A participação de todos os actores no processo é imprescindível, uma vez que o desenvolvimento da localidade turística envolve os interesses do Estado, dos empresários, dos turistas e da comunidade. Deste modo, o planeamento não constitui um fim em si mesmo, sendo um processo facilitador do desenvolvimento turístico, com o objectivo de maximizar os seus impactes positivos e diminuir ou eliminar os negativos.

De acordo com RUSCHMANN (2007), uma das principais dificuldades para a implantação de um projecto global de desenvolvimento turístico nas comunidades receptoras, é a total ausência de encadeamento e de uma gestão local da actividade que coordene a acção dos agentes de turismo, públicos e privados, convertendo a localidade em empresa. A localidade transforma-se no produto comercializado, sem se considerarem os seus recursos e infra-estruturas de forma isolada e exclusiva, o que pode dificultar o desenvolvimento equilibrado das partes. Esta questão conduz-nos a uma outra de natureza interna, na medida em que o planeamento e o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos, embora constituindo uma perspectiva fundamental, não podem camuflar a necessidade de auto-sustentação dos próprios destinos, sendo que os diferentes níveis de governo devem actuar no sentido do turismo ser cada vez mais sustentável, competitivo e rentável, devendo a auto-sustentação ser uma prioridade no *design* dos modelos de planeamento turístico (cfr. COSTA, 2006)

Independentemente do modelo operacionalizado e das suas consequências a primeira mudança recomendada no processo de planeamento, e a mais simples, é passar da ausência de planeamento à decisão de planificar (BARRETTO, 2001). A assumpção da necessidade de planificar foi um passo que, no campo do turismo, foi dado há já algumas décadas, embora nem sempre o caminho seguido tenha conduzido aos melhores resultados. Na realidade, os sucessivos modelos de planeamento, surgidos ao longo do tempo, com o objectivo de coordenar a exploração dos destinos turísticos, nem sempre foram estimulados pela intenção de inviabilizar o mórbido processo de autodestruição do turismo.

A consciência da limitação dos recursos turísticos e da possibilidade de deterioração do património apenas se começou a evidenciar, face aos interesses instalados de determinados grupos, quando a realidade comprovou que uma utilização abusiva significava a média e longo prazo a inviabilidade da exploração e, por conseguinte, da rendibilidade exigida ao processo. A matéria-prima da indústria turística, materializada no património natural e edificado mas também na identidade e na cultura dos povos, e que possibilita a emergência de um pólo turístico, rapidamente perde a sua capacidade de atracção caso não seja utilizada numa óptica de racionalidade que previna a sua adulteração, podendo actuar, a média e a longo prazo, como factor de repulsão. Existem alguns exemplos, no passado recente do nosso país, que comprovam o quão fácil e rápida pode ser a passagem de um extremo ao outro deste binómio de atracção/repulsão, quase sempre associada à ausência de planeamento ou à implementação de planos desadequados da realidade social, económica e cultural das regiões-alvo, ou orientados para objectivos facciosos, longínquos dos interesses das populações locais e da sustentabilidade que lhes assegura o retorno das mais-valias do turismo e, por conseguinte, a auto-sustentação.

A questão dos recursos turísticos, na sua relação com o desenvolvimento turístico, remete-nos para a questão dos produtos turísticos, para o seu enquadramento e rentabilização num contexto de sustentabilidade, no que respeita ao modelo que preside à sua concepção e utilização, mas também à complementaridade e ao contributo colectivo que dão para a diminuição da sazonalidade, um dos grandes obstáculos ao turismo sustentável, na maioria dos destinos. O desenvolvimento e consolidação dos produtos turísticos estão intimamente ligados aos recursos turísticos de um determinado território, sendo que a sua natureza deslocalizável, sinónimo de diferenciação, impede que exista, na maioria das situações, uma intervenção humana ao nível da escolha. Ainda assim, existem produtos turísticos cujos recursos que lhe dão origem, longe dos convencionais, resultam sobretudo da criatividade humana e da necessidade de conceber estratégias que aumentem a atractividade do destino durante todo o ano. Nestes casos, o planeamento revela-se imprescindível, pois só no âmbito de um processo holístico que promova a complementaridade entre produtos, zeze pela qualidade das infra-estruturas, equipamentos e serviço, pode existir uma solução de sucesso.

Face ao exposto podemos sublinhar que as especificidades de cada território, os factores tangíveis e intangíveis que o diferenciam e influenciam, são fundamentais para o seu posicionamento global, para o seu sucesso, mas igualmente para a determinação das vias para o desenvolvimento turístico sobretudo num contexto de sustentabilidade.

Com esta reflexão encerramos a primeira parte da nossa dissertação, dedicada à contextualização teórica, à análise do estado da arte, no âmbito da qual tecemos

considerações, cientificamente suportadas, sobre o turismo sustentável, analisámos os modelos de planeamento turístico, elegendo a “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, como paradigma norteador do desenvolvimento turístico sustentável e consequentemente, como suporte para definição da nossa proposta de políticas e práticas de desenvolvimento turístico para o Município de Sines, palco territorial do estudo em curso. O cumprimento desta etapa permitiu a consecução de um dos objectivos gerais definidos, encontrando-se resposta para a primeira das duas perguntas de partida, na medida em que se identificou um modelo de planeamento turístico conducente ao turístico sustentável, criando-se uma almofada epistemológica que norteará a componente empírica. Por conseguinte, estão reunidas as condições para iniciar uma nova etapa, na qual serão apresentadas as opções metodológicas, justificadas as escolhas e explicada a sua operacionalização, um processo que antecede a dimensão empírica da presente investigação.

2. OPÇÕES E PRÁTICAS METODOLÓGICAS

2.1. O enquadramento

As escolhas metodológicas realizadas no âmbito de uma investigação, ainda que aparentemente arbitrárias, pautam-se por critérios rigorosos no que respeita à sua coerência com as questões de partida e os objectivos que presidem ao seu desenvolvimento. A sua conjugação com os restantes factores, o tempo, o espaço, os recursos e as características dos interlocutores, acabam por empurrar os investigadores numa determinada direcção, embora em dado momento exista aparente liberdade de escolha, perante a existência de vários percursos para um mesmo destino.

Face ao exposto, consideramos ser este o momento de referir novamente as perguntas de partida, os objectivos gerais e específicos que norteiam a presente investigação, ainda que estes tenham sido apresentados numa fase introdutória, com o propósito de zelar pela sua coerência com as opções metodológicas.

As questões de partida:

1. Qual o modelo de planeamento e desenvolvimento turístico conducente ao turismo sustentável?
2. Que políticas e práticas poderão conduzir ao desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, tendo em conta o seu percurso histórico e a sua actual situação?

Os objectivos gerais:

1. Compreender o desenvolvimento turístico sustentável na sua relação com o paradigma de planeamento em que se contextualiza, com base num quadro conceptual encimado pela definição de turismo sustentável.
2. Apontar caminhos para o desenvolvimento turístico do Município de Sines, aplicando o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, de Peter Burns, cuja principal característica diferenciadora é o envolvimento de todos os *stakeholders*.

Os objectivos específicos:

1. Conceptualizar o turismo sustentável, identificando as dimensões subjacentes à sua operacionalização.

2. Articular o desenvolvimento turístico sustentável com um modelo de planeamento turístico que viabilize a sua concretização.
3. Analisar diacronicamente o turismo do Município de Sines ao longo do séc. XX.
4. Realizar o diagnóstico do actual sistema turístico do Município de Sines.
5. Propor políticas e práticas para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines tendo como referência teórica o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, de Peter Burns.

Até ao presente momento, o trabalho desenvolvido permite-nos responder à primeira das perguntas, estando já atingido o primeiro objectivo geral e os primeiros dois específicos, pois é na componente teórica que encontramos os elementos necessários para a sua concretização. A componente prática, que agora se inicia, será direccionada no sentido da operacionalização dos restantes objectivos, para que subsequentemente se encontre a resposta para a outra das perguntas.

As múltiplas opções que os elementos norteadores nos possibilitam, impelem-nos a uma reflexão profunda sobre a natureza do paradigma e os métodos e técnicas a utilizar, numa perspectiva de justificação das escolhas realizadas perante as escolhas possíveis. Ainda assim, estamos conscientes que as opções metodológicas realizadas são passíveis de suscitar dúvidas, de serem contrapostas e de comprovadamente serem apontados caminhos de maior eficiência, pelo que nos sentimos obrigados a partilhar o processo e os resultados na senda do rigor científico.

2.2. O paradigma: qualitativo ou quantitativo?

A investigação é um caminho sinuoso cujas constantes encruzilhadas exigem ao investigador um sentido de orientação e uma capacidade de escolha que lhe permita atingir eficazmente os objectivos, ultrapassando os obstáculos que gradualmente vão surgindo ao longo da sua pesquisa. No campo do turismo propriamente dito, os desafios assumem a dimensão ditada pela nebulosidade epistemológica e metodológica que envolve o estudo deste fenómeno e sobre a qual já discorremos anteriormente. Neste contexto, a escolha fundamentada do paradigma, sendo apanágio de qualquer investigação, torna-se essencial em turismo, na medida em que se trata de um campo em que se busca a construção de uma tradição investigativa.

O reconhecimento da crescente importância desta temática motivou a realização de um simpósio subordinado ao tema “*Paradigmas na Investigação em Turismo*”, em 1996, na Finlândia. Este evento desenrolou-se em torno da discussão dos principais paradigmas que influenciam a investigação e dos vários métodos utilizados na construção do conhecimento em turismo, tendo como principal objectivo a promoção de um diálogo inspirador da emergência de abordagens alternativas no estudo deste campo (RILEY e LOVE, 2000).

Em termos metodológicos a primeira opção que se impõe é sobre a natureza do estudo: qualitativo ou quantitativo? Em termos genéricos, RICHARDSON (1989) considera que a principal diferença reside na forma de se abordar o problema, sendo fundamental a coerência entre a natureza do problema e o(s) método(s) escolhido(s). Por seu lado, MINAYO (1994) salienta que a pesquisa qualitativa se propõe responder a questões muito particulares, dedicando especial atenção a níveis da realidade que não podem ser quantificados (motivos, crenças, valores, significados e aspirações). No entanto, considera que a informação qualitativa e quantitativa é complementar, interagindo dinamicamente.

No universo da investigação social identificam-se abordagens qualitativas e quantitativas, sendo ambas consideradas úteis e legítimas. No entanto, desde a Segunda Guerra Mundial que se assiste ao domínio dos métodos quantitativos, atribuindo à investigação qualitativa a responsabilidade de gerar hipóteses, posteriormente testadas e validadas por modelos e métodos quantitativos. Uma tendência generalizada que contaminou a produção teórica em disciplinas como a sociologia e permitiu às disciplinas práticas, como a gestão e o *marketing*, transformar o conhecimento teórico em modelos práticos (WALLE, 1997).

O saber em turismo, porque desenvolvido num quadro de multidisciplinaridade, reflecte esta predisposição para a utilização dos métodos quantitativos. No âmbito do estudo da indústria hoteleira, LEWIS, CHAMBERS e CHACKO (1995) concluem que geralmente o objectivo da investigação qualitativa é providenciar informação para o desenvolvimento posterior da investigação quantitativa.

WALLE (1996) defende que a eleição do paradigma, entre o qualitativo e o quantitativo, deverá ser feita no âmbito de cada investigação, de acordo com os seus objectivos. A opção pela abordagem quantitativa deverá ser o resultado de uma reflexão profunda e não uma atitude imediatista destinada a salvar as aparências e a garantir a cientificidade do estudo em curso. O autor considera que apesar da reconciliação de várias disciplinas com o paradigma qualitativo, o positivismo lógico, a investigação estatística e o método científico continuam a dominar a investigação, embora se reconheça a desumanização deste modelo investigativo em paralelo com o seu contributo para a redução do enviesamento e para o aumento do rigor. Na perspectiva deste autor, as ciências procuram o incremento do seu poder metodológico ao tentarem produzir resultados inatacáveis, através da utilização de modelos e de técnicas de investigação enquadrados no paradigma quantitativo. Em contrapartida, este comportamento inviabiliza a abordagem qualitativa, mesmo quando os temas e/ou as perspectivas de análise a isso aconselham.

O método científico defende que o fenómeno em estudo deve ser verificável empiricamente tanto pelo próprio investigador como pela comunidade científica. Com base nestes pressupostos, HUNT e LAYNE (1991) defendem que a crescente importância económica do turismo, obriga à utilização de uma terminologia cada vez precisa. No entanto, apesar das técnicas quantitativas constituírem uma importante ferramenta de investigação, um caminho muitas vezes conducente a resultados produtivos, o investigador pode, ao preconceber a sua infalibilidade, destruir o significado da investigação em curso. Um erro potencialmente fatal é a adopção do paradigma quantitativo em situações a que este não se adequa e em que a rigidez metodológica e tipológica cria um vácuo intelectual. O turismo é um campo de investigação que se tem ressentido da adopção de tipologias contraproducentes, por parte dos investigadores (WALLE, 1997).

A abordagem eclética, assente na complementaridade entre as abordagens quantitativa e qualitativa, surge como uma via para alcançar uma maior e mais profunda compreensão dos fenómenos em estudo. Por exemplo, a disciplina de *marketing*, para lidar mais correctamente com a sua multiplicidade de problemas e temas de investigação, tornou-se extremamente eclética, legitimando inúmeros métodos e estratégias de investigação. Os investigadores do turismo necessitam de adoptar uma postura que lhes permita desenvolver e utilizar metodologias e estratégias de investigação adequadas ao seu objecto de estudo, inspirando-se, se necessário, no comportamento assumido por outras disciplinas que lidaram com problemas semelhantes. A investigação aplicada tem motivado os estudiosos, nomeadamente no campo do turismo, a reconsiderarem o recurso a uma ampla variedade de estratégias de investigação, complementando as ferramentas estatísticas com técnicas qualitativas, na medida em que o modelo quantitativo se tem vindo a revelar insuficiente para resolver os problemas com que se deparam. Consequentemente, uma variedade de

técnicas qualitativas ganhou prestígio na investigação em áreas como o turismo. O amadurecimento do turismo enquanto campo de investigação exige o desenvolvimento de um quadro que justifique a adequação de determinadas estratégias de investigação a certas situações/temas, e determine os riscos envolvidos na adopção de um modelo de investigação específico. A sua construção deverá resultar (1) da exploração sistemática e avaliativa das diversas ferramentas e técnicas de investigação; (2) da compreensão de que apenas o desconhecimento sobre o que são na sua essência os métodos nas ciências sociais, justifica a eleição cega de um único em detrimento dos restantes; (3) da selecção adequada dos paradigmas face aos temas/situações objecto de investigação (cfr. WALLE, 1997).

Na investigação em turismo, a busca da exactidão e do rigor metodológico são prioridades manifestas numa tendência generalizada para a quantificação. Esta opção revela-se especialmente adequada quando a informação necessária possui o rigor e a exactidão requeridos, e os problemas podem ser analisados e resolvidos através da aplicação de técnicas quantitativas. A intuição e a compreensão em estudos desta natureza não desempenham um papel importante, embora seja exigido aos investigadores a flexibilidade necessária para decidirem quais as variáveis intervenientes no processo turístico. No entanto, a complexidade do fenómeno turístico ultrapassa a simples interacção quantificável entre as populações hospedeiras, os turistas e o ambiente, exigindo por conseguinte o recurso a análises qualitativas que avaliem os impactes do seu desenvolvimento e auxiliem nos processos de planeamento.

Na senda de outros campos do conhecimento, o turismo pode igualmente importar para a sua investigação modelos qualitativos, desde que estes sejam coerentes com os objectivos e a natureza dos temas em análise. A investigação qualitativa surge como uma abordagem metodológica alternativa que ganhou aceitação em inúmeras áreas, como a educação, a sociologia e a antropologia. Os investigadores destas disciplinas desafiaram o paradigma positivista, acrescentando novas dimensões ao conhecimento nos respectivos campos (RILEY e LOVE, 2000).

O realce concedido ao paradigma qualitativo não visa menosprezar as qualidades que reconhecemos na abordagem quantitativa, pois a investigação social na sua generalidade, e em particular a pesquisa em turismo, necessita do concurso de uma vasta gama de especialidades. No entanto, defendemos que a utilização exclusiva de informação passível de análise quantitativa e a análise das suas dimensões quantificáveis pode limitar a apreensão plena dos fenómenos e tende a simplificar a realidade, minimizando a percepção da sua complexidade. A multidimensionalidade do turismo e o facto de entendermos que se pode tratar de área de estudo em construção leva-nos a considerar que uma postura ecléctica é a que talvez mais se adeque às características do objecto de estudo.

A análise do confronto paradigmático e dos motivos que o têm alimentado permite-nos concluir que independentemente da abordagem adoptada, o núcleo do problema centra-se na coerência entre o tema da investigação, os seus objectivos e o tipo de métodos utilizados para a sua prossecução. Tanto os paradigmas qualitativos quanto os quantitativos constituem caminhos legítimos de investigação desde que escolhidos adequadamente e não em consequência do que podemos chamar de modas científicas, inflexíveis e inibidoras da pluralidade metodológica. Por outro lado, a opção pelo estudo de caso, posteriormente justificada, por si só não condicionava a escolha de um dos paradigmas, na medida em esta técnica permite a utilização de evidências qualitativas e quantitativas e, consequentemente o recurso a ambos os modelos de investigação (YIN, 1994).

Na investigação em curso, e assumindo desde o início uma postura ecléctica que nos permitiu ponderar todas as hipóteses viáveis, considerou-se que a abordagem mista era o caminho mais adequado ao tema e aos objectivos do estudo. A informação quantitativa foi valorizada no diagnóstico, para uma caracterização profunda e objectiva do contexto de partida, nomeadamente para análise da realidade socioeconómica e demográfica e para a auscultação da percepção dos visitantes, sendo que considerámos que a definição de políticas e práticas, subjacentes ao acto de planeamento, não dispensa técnicas de cariz qualitativo, que recolham a informação não disponível, num contexto exploratório, apenas viabilizado pelo recurso a técnicas com o cariz do inquérito por entrevista. Na realidade, identificámos um conjunto de factores que tornavam imprescindível um modelo em que a abordagem qualitativa estivesse igualmente presente no desenho da investigação: (1) o turismo é uma temática relativamente recente, enquanto objecto de estudo; (2) pelas suas características, trata-se de um sector fortemente sujeito a mudanças estruturais nos factores determinantes das tendências futuras, admitindo-se descontinuidades no ambiente e no processo em si; (3) a vertente em estudo, a do planeamento turístico, numa óptica de determinação de políticas e estratégias conducentes ao futuro desejável, não se revela uma área propensa à operacionalização de um modelo quantitativo.

RILEY e LOVE (2000), nas conclusões do seu estudo, apontam o turismo como um reduto de análises quantitativas. No entanto, estes mesmos autores relembram que, apesar do turismo apresentar uma certa predisposição para a quantificação, sobretudo devido à sua relevância económica, existem simultaneamente outras dimensões para explorar e compreender cuja investigação impõe o recurso à investigação qualitativa. No nosso entendimento, a dimensão do planeamento e desenvolvimento turístico é uma das dimensões que, pelas características específicas do fenómeno, requer uma abordagem simultaneamente quantitativa e qualitativa, sobretudo quando se pretende definir políticas, estratégias e práticas presentes que viabilizem um futuro de sustentabilidade.

2.3. O estudo de caso: uma justificação para a escolha

O estudo de caso é uma metodologia amplamente utilizada na investigação e no ensino do turismo, tendo sido adoptada numa época em que a sua validade era questionada e era rotulada de opção metodológica simplista (BEETON, 2005). Foi utilizado por inúmeros investigadores: RAPOPORT E RAPOPORT (1975), CRAIK (1991), MURPHY (1991), HARRIS e LEIPER (1995), SINGH e SINGH (1999), BURNS e SANCHO (2003), e BRITO (2004), sem que se revele a preocupação de discutir os seus prós e contras. A ausência desta reflexão pode assentar no pressuposto de que o estudo de caso é cientificamente aceite, e a sua adopção não necessita de justificação ou, em contrapartida, resultar de uma excessiva dependência do estudo de caso que impede, por receio de se provar a sua não-cientificidade, um debate mais profundo sobre a sua essência e operacionalização. JENNINGS (2000) clarifica esta questão ao considerar que o turismo é um campo demasiado complexo para ser metodologicamente singular, pelo que se deve considerar a observação participante, as histórias e etnografias, tal como o estudo de caso, entre as possíveis metodologias de investigação.

O estudo de caso tem a vantagem de se adequar aos paradigmas quantitativos e aos qualitativos, demonstrando uma flexibilidade que não é evidente na maioria das outras alternativas metodológicas (JENNINGS, 2000). Em consequência desta versatilidade, este método é largamente utilizado na investigação em turismo, o que contribui para validar esta opção no âmbito de futuras investigações.

A tradição da aplicação do estudo de caso às investigações em turismo, apesar de importante, não justifica por si só a nossa opção. Continua a impor-se uma reflexão mais profunda que comprove a sua integração no *design* da nossa investigação, sendo este entendido como uma sequência lógica que liga os dados empíricos às questões iniciais de estudo da pesquisa e, por fim, às suas conclusões (YIN, 1994). Os argumentos para a nossa escolha encontram-se nas características *sui generis* deste método de investigação e na sua flexibilidade, evidenciada no seu uso recorrente pelas ciências humanas e sociais

Um “caso” pode ser uma pluralidade de unidades ou de situações, compreendendo desde o indivíduo até uma unidade territorial coincidente com um país, mas pode igualmente ser um processo, uma política ou uma prática, sendo que as considerações tecidas em torno do “caso”, enquanto objecto de estudo, constituem um antecedente necessário à abordagem teórica do estudo de caso considerado por YIN (1994:13) como “*um estudo empírico que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto real; quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são bem definidas (...) em que múltiplas fontes de evidência são usadas*”.

Inúmeras são as definições existentes para esta abordagem metodológica, sendo que, no

entender de COUTINHO e CHAVES (2002:224), existem alguns denominadores comuns entre elas: (1) O caso é “um sistema limitado”, competindo ao investigador definir as fronteiras do “seu” caso de forma clara e precisa; (2) o caso é sobre “algo”, que há que identificar para conferir foco e direcção à investigação; (3) tem que haver sempre a preocupação de preservar o carácter holístico do caso; (4) a investigação decorre em ambiente natural; (5) o investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de recolha muito diversificados: observações directas e indirectas, entrevistas, questionários, narrativas, registos audio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outras.

Na defesa da nossa opção metodológica, para demonstração do cumprimento dos requisitos supra mencionados, devemos referir que o nosso “caso” é constituído pelo turismo no Município de Sines, na perspectiva do planeamento e desenvolvimento turístico, de forma a identificar políticas e práticas conducentes ao turismo sustentável, sendo a investigação realizada no contexto real, recorrendo-se à pesquisa documental e bibliográfica, ao inquérito por questionário e por entrevista, enquanto fontes de informação disponível e não disponível, respectivamente.

Na realidade, o turismo no Município de Sines é um caso que entendemos poder ser construído através da delimitação empírica, mas sustentada teoricamente, na aceitação da evidência das suas singularidades e dos seus processos holísticos e complexos, e ainda da consideração da existência de uma configuração pertinente e verdadeira, com os contornos característicos de um caso passível de ser estudado. Por outras palavras, assumimos que o turismo, e o seu desenvolvimento, existem no Município de Sines, resultando da acção dos agentes públicos e privados ligados, directa e indirectamente ligados ao sector, podendo o seu planeamento sustentável assumir uma expressão mais formal através da definição estruturada de política e práticas, materializadas num plano. Neste âmbito, YIN (1994) defende que o caso é um fenómeno que ocorre naturalmente e cuja existência é anterior e posterior à investigação. Defendemos, igualmente, que se trata de um caso sustentado teórica e empiricamente, na medida em o turismo e o seu planeamento, independentemente da escala a que acontece, reflecte o modelo teórico adoptado pelo sistema turístico, e traduz-se num conjunto de políticas, estratégias, práticas e resultados que determina o rumo do desenvolvimento turístico.

O caso pode ser norteado no sentido de descrever, explorar, explicar, ou ainda avaliar: (1) descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu; (2) explorar aquelas situações onde as intervenções não possuem resultados claros e específicos; (3) explicar relações causais nas intervenções da vida real que são muito complexas para serem abordadas pelos *survey* ou pelas estratégias experimentais (4) fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada (YIN, 1994). No caso da nossa investigação, consideramos que estamos perante uma situação mista, na medida em que

procedemos a uma análise descritiva no âmbito caracterização do Município, nas suas múltiplas vertentes, e do diagnóstico do sistema turístico, avaliamos as intervenções já realizadas e exploramos as políticas e práticas futuras no âmbito do planeamento e desenvolvimento turístico.

De acordo com YIN (1994:39) existem dois tipos de estudos de caso, contendo cada um, dois níveis analíticos: (1) estudo de caso único, com um e/ou vários níveis de análise; (2) estudo de caso múltiplo com um e/ou vários níveis de análise. Na presente investigação, estamos perante um estudo de caso único, na medida em se circunscreve ao turismo no Município de Sines, com vários níveis de análise, dado que a complexidade do objecto obriga à sua divisão em várias subunidades, considerando-se os recursos turísticos, a oferta e a procura turística, a partir de uma pluralidade de perspectivas.

Na apologia do estudo de caso, subscrevendo, entre outras, as teses de YIN (1994) e RAGIN e BECKER (1992) sobre o caso, recorremos simultaneamente a uma metodologia qualitativa (WALLE, 1997) e quantitativa para diagnosticarmos o sistema turístico, e propormos políticas e práticas de desenvolvimento turístico para o Município de Sines. A opção por esta via, já anteriormente justificada, foi o caminho que nos pareceu mais correcto para a consecução dos objectivos que norteiam a presente investigação. Procurámos, efectivamente, entre as técnicas que permitissem cruzar as perspectivas e os interesses individuais e colectivas de todos os *stakeholders* e que, simultaneamente, não obrigassem a ignorar as descontinuidades, as rupturas, os retrocessos, resultantes dos factores exógenos ao sector do turismo, mas que exercem sobre ele uma forte influência.

A adopção do modelo de estudo de caso simples, com *nuances* prospectivas subjacentes a um exercício de planeamento estratégico, justifica-se essencialmente pela natureza dos objectivos de estudo, pela especificidade do próprio caso e pelo tipo de informação que pretendemos recolher e analisar, circunscrita a um espaço sociogeográfico, e recolhida junto de distintos interlocutores, representantes da procura e da oferta, sendo estes últimos, oriundos de vários sectores, ligados a organizações distintas e detentores de perspectivas de análise díspares.

Apesar da nossa opção, estamos conscientes das diversas críticas que são imputadas a este procedimento metodológico, e que passam pela falta de rigor, pela influência do investigador (falsas evidências, visões deturpadas), pela ausência de consistência para generalizações e pela sua extensão e difícil conclusão. No entanto, há que salientar face às críticas feitas que existe a possibilidade de recurso a diversos processos de evidência da validade e da fiabilidade, que existem técnicas de recolha de dados que são relativamente rápidas na aplicação, e que no que respeita à generalização dos resultados, não é esse o

objectivo deste tipo de pesquisa, mas sim a produção de conhecimentos sobre objectos singulares (SILVA *et al.*, 2002).

Na realidade, a definição de critérios para avaliar a credibilidade do estudo de caso, e mais abrangentemente toda a investigação qualitativa, não se traduz na sua aplicação universal, contrariamente ao que acontece com os estudos quantitativos, pois estamos perante duas formas distintas, incomparáveis, de investigar e produzir conhecimento, exigindo estratégias diferenciadas para a avaliação da qualidade científica do trabalho científico a que conduzem (BRAVO, 1998 *apud* COUTINHO e CHAVES, 2002:235). No entanto, esta aparente tolerância, não dispensa que o investigador que recorre ao estudo de caso esteja muito consciente da necessidade de ser extremamente cuidadoso no desenho e implementação do seu estudo, de forma a ultrapassar as tradicionais críticas ao método (YIN, 1994: 1).

2.4. A recolha da informação não disponível

A presente investigação, pelos objectivos que a norteiam, fundamenta-se na análise documental de livros, artigos científicos e sítios na internet, mas necessita igualmente de informação que, pela sua natureza, não se encontra disponível e que, consequentemente, tem que ser provocada. Nesta última tipologia integra-se a informação relativa ao perfil dos visitantes do Município de Sines, às suas motivações e percepções sobre este destino, tal como o entendimento individual e colectivo de vários *stakeholders* ligados ao planeamento e desenvolvimento, sobre o presente e o futuro do turismo nesta unidade territorial, bem como as políticas e as práticas a operacionalizar no hiato que medeia estes momentos temporais.

A população residente não foi inquirida, na medida em que na perspectiva do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” de BURNS (2004a), a representação e a defesa dos interesses da população são assegurados através dos órgãos democraticamente eleitos. De acordo com a nossa leitura, a extrapolação deste conceito para a realidade portuguesa, na dimensão municipal, materializa-se na Câmara Municipal, sendo que com a introdução no painel de inquiridos do Presidente da Câmara Municipal de Sines, pretende-se salvaguardar a representatividade da população local. Esta decisão, ainda que possa ser contravversa, podendo-se argumentar que o contributo de uma invidualidade, não pode substituir a opinião plural dos residentes, para além da fundamentação teórica alicerça-se igualmente num facto pragmático de natureza operacional. Na realidade, noutros momentos em que a população foi convidada a exercer o seu direito de participação cívica, a sua adesão foi nula ou muito reduzida, citemos a título de exemplo as reuniões realizadas com vista à revisão do Plano Director Municipal ou para elaboração do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Aliás, muitos dos particulares contactados no âmbito da presente investigação, na qualidade de agentes turísticos, remeteram para a Câmara Municipal o desígnio de actuar a este nível, demitindo-se da sua função.

Aliando estes antecedentes ao resultado de um contacto informal tido com alguns residentes, num momento exploratório que antecedeu o desenho metodológico da presente investigação, optámos por não auscultar a população residente na fase de diagnóstico, considerando-se que esse envolvimento poderá ocorrer no âmbito do processo de monitorização, aquando da avaliação dos impactes das políticas e práticas preconizadas.

Face ao exposto, a recolha da informação não disponível assentará numa dicotomia metodológica, constituída pelo inquérito por questionário e pelo inquérito por entrevista. A razão desta diversidade assenta na natureza dos interlocutores e também na natureza da informação, sendo que o questionário se revela mais adequado para provocar informação

nos visitantes, e a entrevista para recolher contributos sobre o turismo no Município de Sines junto de um conjunto de interlocutores relacionado, sob inúmeras formas, com o turismo e com o seu planeamento e desenvolvimento, suportando a definição de políticas e de práticas para o desenvolvimento turístico sustentável desta unidade territorial. Cada uma destas técnicas, bem como a sua operacionalização no âmbito da presente investigação, será seguidamente objecto de uma análise pormenorizada e cientificamente sustentada.

2.4.1. O inquérito por questionário

O inquérito por questionário revela-se adequado aos objectivos da presente investigação, na recolha de informação necessária junto dos visitantes, na medida em que é uma técnica que permite o preenchimento autónomo, o que face ao local de aplicação era uma característica importante, é um instrumento que permite aferir variáveis mensuráveis e, acima de tudo, permite recolher objectivamente informação tratável, junto de um número alargado de inquiridos, o que se tornava fundamental, pois ainda que o grupo de respondentes fosse imprevisível, a intenção era alcançar uma taxa de resposta elevada, a calcular com base na informação estatística sobre o número de visitantes aos Postos de Turismo de Sines e do Porto Covo durante o período de aplicação (FREIXO, 2009).

Esta técnica foi escolhida para recolher informação sobre os visitantes do Município de Sines, tendo sido aplicado com os seguintes objectivos:

1. Caracterizar o perfil da procura;
2. Conhecer a relação dos visitantes com o Município de Sines;
3. Avaliar o turismo no Município de Sines na perspectiva dos seus visitantes;
4. Prospectar o desenvolvimento turístico do Município de Sines com base na opinião dos visitantes.

A partir dos objectivos elencados construímos um questionário em torno de três dimensões e que culminou no formulário presente no Anexo I, do qual foi também elaborado uma versão em inglês, constituído por perguntas de facto, entendidas como as que respeitam a informação detida pelos sujeitos mas que pode ser conhecida através de outros meios, que não o questionário, e perguntas de opinião, direccionadas para as opiniões, atitudes, preferências, e cujo conteúdo de resposta é impossível de conhecer através de outros meios (GHIGLIONE e MATALON, 1993).

Relativamente à forma, as perguntas formuladas são sobretudo fechadas, ainda que quase todas possuam uma categoria de resposta que permite acrescentar informação não elencada, muitas de escolha múltipla, sendo que as de escolha simples correspondem a

solicitação de informação que, pela sua natureza, não deve dar azo a mais do que uma resposta (HILL e HILL, 2000).

O instrumento de colecta de informação foi aplicado aos visitantes do Município de Sines que visitaram os Postos de Turismo de Sines e do Porto Covo entre o dia 1 de Setembro de 2010 e o dia 31 de Agosto de 2011. A população-alvo é constituída por todos os visitantes desta unidade territorial, sendo que o questionário foi aplicado a uma amostra não probabilística accidental constituída por 208 indivíduos. Trata-se de uma amostra não probabilística na medida em que os elementos da população não possuem a mesma probabilidade de serem seleccionados aquando da sua constituição, sendo accidental porque a sua presença no grupo está relacionada com a sua presença num determinado local e num determinado momento, mais concretamente nos Postos de Turismo de Sines e de Porto Covo, no período temporal referido (FREIXO, 2009).

A aplicação definitiva do questionário foi antecedida pela realização de um pré-teste, em que foi aplicado o instrumento a 12 indivíduos, no mesmo contexto da aplicação definitiva, sendo que os resultados alcançados não revelaram necessidades de reformulação, por via da linguagem utilizada, nem de acréscimo de categorias de resposta, com vista ao aumento da exaustividade, o que levou à sua integração na amostra global.

A informação provocada através da aplicação do questionário foi introduzida em SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), permitindo-nos, a partir do tratamento estatístico das inúmeras variáveis, sintetizar respostas em ordem à consecução dos objectivos que presidiram à sua elaboração e, consequentemente, aos que norteiam a presente investigação. Os resultados alcançados, de acordo com a sua natureza, serão utilizados ao longo da dissertação, nos contextos que tornam pertinente a sua apresentação, mas sobretudo no capítulo dedicado às percepções dos visitantes.

2.4.2. O inquérito por entrevista

O recurso à entrevista neste estudo, enquanto meio de recolha de informação não disponível, justifica-se pela capacidade que esta técnica tem de induzir uma abordagem em profundidade sobre as temáticas em análise. O recurso ao modelo semi-directivo, mais adequado a um estudo de natureza exploratória, permitiu aos interlocutores disponibilizar informação sem os limites impostos por um guião estruturado o que, embora dificulte a *posteriori* o tratamento da informação, enriquece grandemente o conteúdo.

A entrevista, enquanto relação verbal directa entre o investigador e o investigado, provocada pelo primeiro com a finalidade de obter informação para uma determinada investigação, de acordo com a perspectiva de Danniell Rugoy (ALBARRELLO *et al.*, 1997),

obedece a determinadas regras metodológicas e levanta alguns problemas de natureza prática. Em termos latos, pode-se referir que esta é uma técnica que, face à sua adaptabilidade, permite a clarificação e o aprofundamento das respostas, sobretudo quando o guião tem um carácter semi-estruturado, mas que levanta problemas ao nível do tempo de realização e da subjectividade, dado que assenta no diálogo directo entre o investigador e os actores (BELL, 1993)

O paradigma da investigação justifica a construção da amostra, na medida em, de acordo com RUQUOY, *“Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação”*. (ALBARELLO et. al. 1997:103).

Perante o requisito metodológico anteriormente referido, optou-se pela construção de uma amostra arbitrária, integrada por personalidades que, a título individual ou em representação organizacional, detêm um aprofundado conhecimento sobre as questões do planeamento e do desenvolvimento turístico no Município de Sines, em sentido lato, ou com uma perspectiva mais sectorial, na qual os agentes públicos integrados foram seleccionados de acordo com a definição do Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto. De acordo artigo 17.º deste diploma, consideram-se agentes públicos do turismo todas as entidades públicas centrais, regionais e locais com atribuições no planeamento, desenvolvimento e concretização das políticas de turismo, nomeadamente: o membro do Governo responsável pela área do turismo, a autoridade turística nacional, as entidades regionais de turismo, as direcções regionais de economia, as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, as regiões autónomas e as autarquias locais. Na construção da nossa amostra, seleccionaram-se os agentes públicos que, à partida, detinham, por questões de proximidade institucional, um conhecimento mais profundo sobre o Município de Sines, dado o carácter específico do contributo pretendido.

Na selecção dos agentes privados, teve-se igualmente a preocupação de serem integrados representantes de fornecedores de produtos e serviços turísticos, segundo a definição presente no artigo 18.º do mesmo diploma, que os entende como as pessoas singulares ou colectivas que exerçam uma actividade organizada para a produção, comercialização, intermediação e gestão de produtos e serviços que concorram para a formação de oferta turística nacional, nomeadamente as agências de viagens e turismo, as empresas ou entidades exploradoras de empreendimentos turísticos, as empresas de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, as empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos, os estabelecimentos de restauração e bebidas, as empresas concessionárias de jogos de fortuna e azar, as entidades prestadoras de serviços na área do turismo social, as

empresas de transporte aéreo, rodoviário, ferroviário e marítimo de passageiros e entidades gestoras das respectivas infra-estruturas de transporte, bem como os estabelecimentos de alojamento local, as empresas organizadoras de eventos, congressos e conferências, bem como os agentes económicos que, operando noutros sectores de actividade, sejam responsáveis pela gestão e exploração de equipamentos e recursos turísticos. Relativamente a este grupo, a sua representatividade foi condicionada pela existência dos diferentes tipos na unidade territorial em análise, ou seja muitos dos grupos elencados no diploma não têm representantes no Município de Sines.

Aos critérios expostos associou-se a preocupação com o equilíbrio quantitativo entre os representantes de instituições públicas e privadas, entre promotores e decisores, entre teóricos e operacionais.

A conjugação dos dois factores elencados traduz-se no seguinte painel de informantes:

Quadro V – Painel de entrevistados

Entidade	Interlocutor	
Entidade Regional de Turismo do Alentejo	Vítor Seia da Silva	Presidente
Pólo de Desenvolvimento Turístico do Litoral Alentejano Turismo do Alentejo Litoral	Carlos Silva	Vice-Presidente Executivo
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Fátima Bacharel	Directora de Serviços de Ordenamento do Território da CCDRA
Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP - Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	José Paulo Fonseca	Supervisor
Câmara Municipal de Sines	Manuel Coelho Carvalho	Presidente
	Pedro Martins	Chefe da Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente
Administração do Porto de Sines	Lídia Sequeira	Presidente da Administração
Equipa de Revisão do PDM do Município de Sines	Manuel Reis Ferreira	Consultor para o turismo
Associação de Operadores de Animação Turística da Costa Alentejana	Joaquim Parrinha	Representante
EmViagem – Agência de Viagens	João Raposo	Director Geral

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

O painel elencado no Quadro V foi inquirido através de uma entrevista semi-directiva, cuja operacionalização foi norteada por duas grandes dimensões: o presente e o futuro, e em que foram abordados os seguintes temas, de acordo com um guião semi-estruturado subordinado às seguintes dimensões:

1. Análise SWOT do sistema turístico no Município de Sines
2. Conceptualização do desenvolvimento turístico no Município de Sines

3. Definição de políticas e práticas conducentes ao desenvolvimento turístico sustentável no Município de Sines
4. Identificação dos principais actores e dos papéis que devem assumir no âmbito do processo de planeamento e desenvolvimento turístico.

A coincidência entre as entrevistas solicitadas e as realizadas não é total, na medida em que não houve por parte de algumas entidades disponibilidade para, no cumprimento dos prazos do plano de investigação, disponibilizar a informação em tempo útil. Por outro lado, por parte dos privados, nomeadamente de representantes da Hotelaria e da Restauração, não houve uma colaboração efectiva, não por falta de interesse ou disponibilidade, mas por considerarem que as temáticas em estudo deveriam ser abordadas com as “entidades com responsabilidade sobre o turismo no território”, remetendo-nos para a abordagem sobretudo à Câmara Municipal de Sines, na medida em que consideram que os agentes operacionais não têm papel ao nível do planeamento e do desenvolvimento turístico. Tal postura, ainda que a entendamos, pode ser reveladora do papel passivo que os agentes privados têm neste contexto, e ainda que esta possa ser conjunturalmente imposta, afigura-se-nos que é também comodamente assumida, numa atitude que tanto pode ser de conformismo como de desresponsabilização.

As entrevistas foram registadas através de gravação em áudio, mediante autorização prévia dos interlocutores, transcritas na íntegra, passando os textos por pequenas correcções linguísticas, preservando-se, no entanto, o carácter espontâneo das respostas

Posteriormente foram sujeitas a uma análise exaustiva de conteúdo, construindo-se uma matriz de análise, sendo que para o tratamento dos dados recorreremos à técnica categorização que, de acordo com BARDIN (2009:153), se baseia em operações de desmembramento do texto em unidades, através da descoberta de diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, realizando posteriormente o seu reagrupamento em classes ou categorias. As categorias são entendidas como classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, em resultado de um agrupamento efectuado em função de elementos comuns. Na presente análise de conteúdo, utilizaremos o critério semântico para procedermos à categorização, construindo categorias temáticas, não existindo à partida um sistema de categorias, resultando este da classificação analógica e progressiva dos elementos, um procedimento por «acervo», em que o título conceptual de cada categoria apenas é definido no final da operação (BARDIN, 2009:147).

O rigor metodológico que queremos imputar ao processo de categorização impele-nos no sentido de garantir a qualidade das categorias, traduzida num conjunto de características, nomeadamente na *exclusão mútua*, o que significa que cada um dos elementos não pode

existir em mais do que uma divisão, *homogeneidade*, decorrente de um único princípio de classificação, *pertinência*, ou seja adaptada ao material de análise, *objectividade* e *fidelidade*, traduzidas num mesmo resultado ainda que em contextos analíticos distintos, e *produtividade*, sendo que um conjunto de categorias é produtivo quando fornece resultados exactos (BARDIN, 2009:147-148).

O processo e os resultados obtidos irão dar origem a uma matriz por cada dimensão da entrevista, que permitirá a inferência e a interpretação da informação. O tratamento do conteúdo permitirá a posterior definição de políticas e práticas para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, com base no entendimento, percepções e opiniões dos *stakeholders* entrevistados.

Por último, há que referir que a introdução desta técnica no âmbito da presente investigação visa, para além dos propósitos já elencados, analisar a percepção de um conjunto de actores públicos e privados, materializando implicitamente o princípio do planeamento participado, e recolhendo informação com vista à elaboração do diagnóstico e à definição de estratégias, políticas e práticas, de acordo com o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, concebido por BURNS (2004a).

3. O CASO DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE SINES

3.1. O território

O Município de Sines situa-se entre a serra e o mar, tem na sua retaguarda as Serras de Grândola e do Cercal, faz fronteira, a poente, com o Oceano Atlântico e tem a Norte as lagoas da Sancha, Santo André e Melides. É um dos cinco pertencentes ao Alentejo Litoral, apresentando uma costa com 53 km e uma superfície de 203 km², que compreende as freguesias de Sines e de Porto Covo, sendo o mais pequeno da NUT III a que pertence. Situa-se no centro da faixa costeira do Alentejo, 150 km a Sul de Lisboa e 80 km a Sul de Setúbal, a cujo distrito pertence. Confinha a Norte e Este com o Município de Santiago do Cacém e a Sul com Município de Odemira.

Numa outra perspectiva, há que evidenciar a sua localização entre o Oceano Atlântico e Espanha, entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve, uma posição privilegiada, nomeadamente no que toca às redes de infra-estruturas e equipamentos. Há ainda que ponderar a ligação funcional portuária entre o Tejo, o Sado e Sines, complexo que poderá revelar-se de grande importância futura para a região. A sua localização geográfica e o seu posicionamento relativo têm-se constituído como factores de atracção para inúmeros sectores de actividade, conferindo a este Município um protagonismo crescente no contexto nacional e internacional.

Quadro VI – As distâncias de Sines a cidades de referência

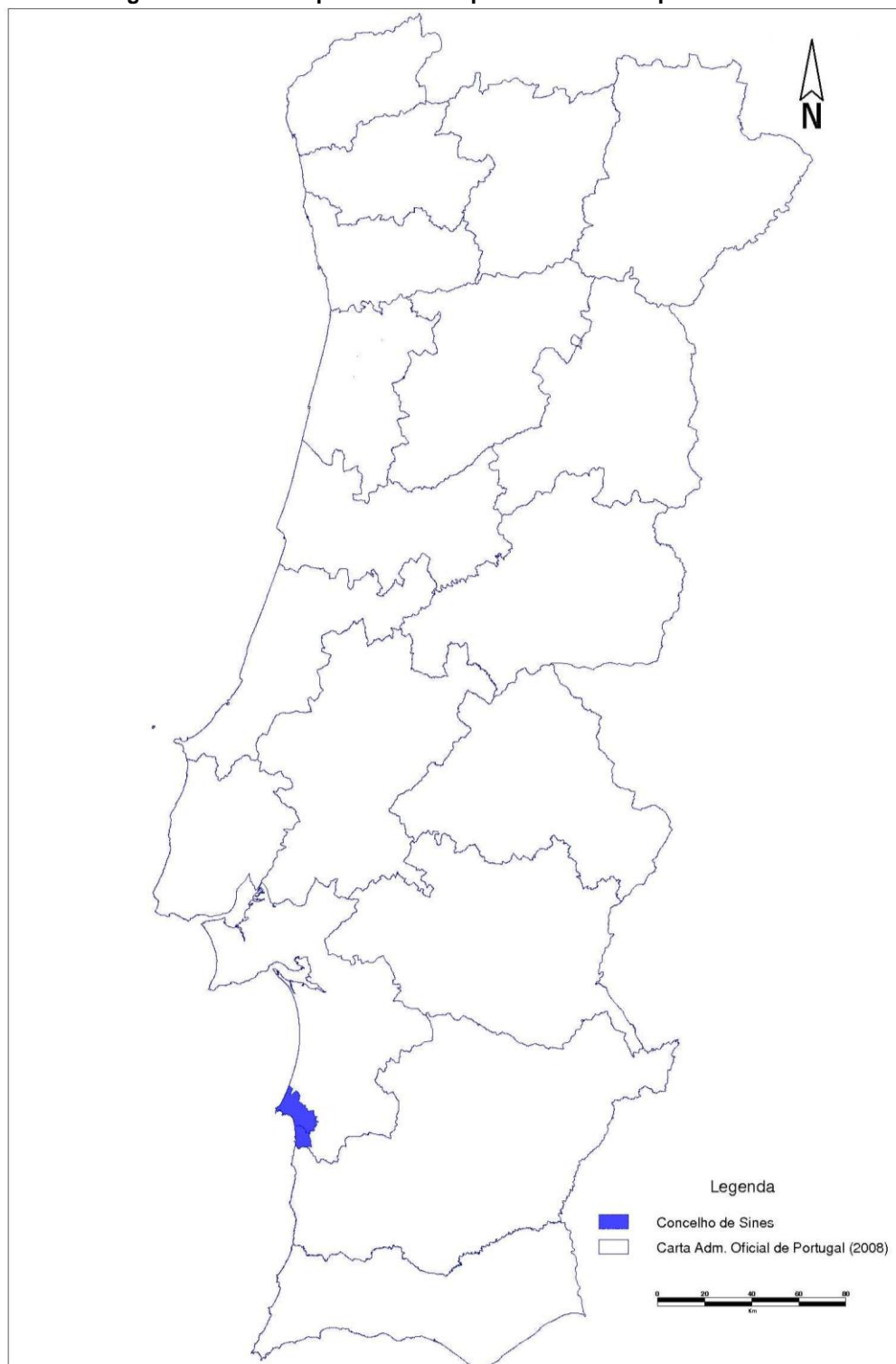
Cidades	Distância a Sines
Lisboa	150 Km
Beja	124 Km
Évora	172 Km
Setúbal	80 Km
Faro	223 Km
Madrid	671 Km
Sevilha	337 Km

Fonte: INE, 2010a

Outra importante característica deste Município, pelo estatuto que lhe confere, mas também pelo contributo que dá para a preservação das suas mais-valias naturais, é o facto de pertencer, parcialmente, ao Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Este território protegido, criado em 1995, situa-se entre a Ribeira da Junqueira, Santo Torpes (Município de Sines), e a praia da Boca de Rio (Município de Vila do Bispo), numa área de 75.000 ha, que entra pelo mar adentro (2 km), ao longo de 100 km da costa do Sudoeste de

Portugal, albergando um valioso património natural e uma grande diversidade paisagística, pontuada por dunas e arribas (vd Figura V).

Figura IV – O Município de Sines representado no mapa de distritos



Fonte: NÚCLEO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SINES, 2012

Figura V – O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina



Fonte: DIVISÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO
TERRITÓRIO E AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SINES, 2010

O território actual resultou de um processo de ocupação gradual, no sentido da costa para o interior, sem ignorar a faixa litoral que foi roubada ao mar e que actualmente é palco das infra-estruturas portuárias e da avenida marginal. Na sequência deste processo, passou-se de uma vila piscatória, circundante de uma fortaleza da primeira metade do séc. XV, para uma cidade industrial fundeada no chamado “complexo industrial de Sines”, iniciado no princípio da década de 70 do séc. XX.

A mudança de paradigma económico atraiu população e consequentemente intensificou o ritmo de ocupação do território cuja evolução entre os finais do séc. XIX e a primeira década do séc. XX se encontra graficamente representada na Figura VI.

Figura VI – A evolução da ocupação do território em Sines: de finais do séc. XIX à 1ª década do séc. XXI



Sem escala. Cartografia de base: ortofotomapas à escala 1:10 000 (IGP, 2005)

Fonte: DIVISÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO TERRITÓRIO E AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SINES, 2010

3.2. A história até ao séc. XX

3.2.1. Um olhar abrangente

3.2.1.1. DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉC. XIX

Um olhar sobre a história do Município de Sines revela que a atracção desta parcela de território sobre as pessoas e os investimentos no presente é uma repetição do que aconteceu no passado. Na realidade, os vestígios da primeira presença humana, junto das Ribeiras de Morgavel, Junqueira e Bolbulgão, datam do Paleolítico, considerando-se plausível que os recursos disponibilizados pelo mar, peixe e marisco, tenham contribuído para a fixação das primeiras comunidades no Neolítico (SILVA e SOARES, 1981).

Os Púnicos (Cartagineses) terão começado a utilizar a Ilha do Pessegueiro como zona portuária, sendo também provável que um grupo Celta, os Cinetos, tenha vivido na região e, eventualmente, a sua denominação se constitua como raiz etimológica do actual nome “Sines”. Uma outra hipótese será a do étimo latino para baía - “sinus” Mais tarde, com os Romanos, Sines tornou-se o porto da cidade de Miróbriga, cidade romana que precedeu a actual Santiago do Cacém, sendo visíveis até a actualidade inúmeros vestígios romanos, em Sines e na freguesia de Porto Covo, mais concretamente na Ilha do Pessegueiro (SOLEDADE, 1999 e SILVA e SOARES, 1993). Os Visogodos, chegados no séc. V, e os Mouros no Séc. VIII, também deixaram neste território vestígios da sua presença, sendo que os últimos terão permanecido por estas paragens até 1217, ano em que, no reinado de D. Afonso III, foi conquistada pela Ordem de Santiago de Espada, tendo sido doada a esta Ordem como paga pelos serviços prestados no combate aos Mouros (SILVA e SOARES, 1993).

No séc. XIV, mais precisamente em Novembro de 1362, Sines passa a ter autonomia administrativa, com a sua elevação a vila, pela concessão da Carta Foral. Este estatuto, conferido por D. Pedro I, é o reconhecimento da sua importante função defensiva da costa, impondo-se, por este motivo, a construção da fortaleza, construída na primeira metade do séc. XV (QUARESMA, 1988 e SILVA e SOARES, 1998).

Em 1469, Sines vê nascer um dos seus mais ilustres filhos, Vasco da Gama, considerado um dos maiores navegadores da história do Mundo, e em 1512 D. Manuel I concede a Sines nova Carta de Foral, designada de Foral Novo. No séc. XIX, com o Liberalismo, o Município de Sines deixa de pertencer à Ordem de Santiago, chegando a ser extinto em 1855 (SOLEDADE, 1999 e 2002). Tal como no presente, também no passado as actividades marítimas, nas suas múltiplas vertentes, constituíram uma força propulsora do

desenvolvimento deste território, e é neste contexto que, no fim do séc. XVIII, é fundado o Porto Covo por Jacinto Bandeira, membro da burguesia mercantil, com o intuito de ser construído um grande porto de pesca e outro de comércio. No final do séc. XVIII, o Porto Covo não tinha mais do que quatro fogos junto ao pequeno porto de pesca. Na primeira metade do séc. XIX, o Porto Covo contava com 50 fogos e na segunda metade desse mesmo século contabilizou mais quatro fogos, totalizando 192 habitantes. Cem anos mais tarde o panorama demográfico pouco ou nada se alterou (LOPES, 1985).

O séc. XIX foi fortemente marcado pela instabilidade política e ficou conhecido como o século da ocupação inglesa, das revoluções liberais, dos Setembristas, do rotativismo, da regeneração, do ultimato britânico e da tentativa de instalar o primeiro regime republicano no país. Paralelamente aos vórtices políticos do país, o liberalismo permitiu uma maior abertura social para a Europa. Este cenário convidativo atraiu alguns empresários estrangeiros, que vinham maioritariamente com interesses económicos. Assim através de capitais ingleses surgiram as primeiras indústrias corticeiras, estreando-se no séc. XIX, sendo que em meados desse mesmo século já laboravam três fábricas, as quais empregavam 72 operários que conseguiam carregar vinte navios com cerca de 19.400 toneladas (LOPES, 1985).

As evoluções político-ideológicas elencadas influenciaram o desenvolvimento do litoral alentejano, e nomeadamente do Município objecto do estudo em curso, criando o cenário ideal para um conjunto de acontecimentos que viriam a surgir com o advento do séc. XX.

3.2.1.2. O séc. XX

Em 1914, Sines retoma o seu estatuto de Município, apresentando características socioculturais e paisagísticas bastante semelhantes a qualquer outra localidade do Alentejo, distribuindo-se sua população essencialmente pela pesca, indústria e agricultura (MADEIRA, 1991), e vivendo num contexto sociocultural que não se distanciava do que caracteriza as regiões limítrofes mas também o restante país. Neste âmbito, procederemos a uma análise mais pormenorizada sobre a economia e a sócio-demografia desta unidade territorial ao longo do séc. XX.

A economia

No âmbito da actividade das corticeiras, iniciada em Sines no séc. XIX, pode-se referir que, na primeira década do séc. XX, inúmeras eram as empresas que faziam parte do tecido industrial corticeiro de Sines (CAVALINHOS, s.d). Em 1911, o sector ocupava cerca de um terço da população activa, e em 1912 os registos contabilizam nove fábricas, sendo quatro

delas de pequena dimensão (MADEIRA, 1991). Em 1919, a carga de cortiça significava 12,2% da carga total saída do porto de Sines, apesar das restrições de laboração trazidas pela guerra (FOLHA DE SINES, 1919).

Para além das corticeiras, é de salientar o sector piscatório, que integrava os pescadores das armações, os pescadores por conta própria, os carregadores, os descarregadores e a tripulação das embarcações. O desenvolvimento desta indústria favorecia o desenvolvimento de fábricas de conserva de peixe, que se instalaram na vila a partir de finais do séc. XIX (MADEIRA, 1986). Uma das armações mais antigas, a Nossa Senhora das Sallas, existia desde 1899 e empregou cerca de 33 operários entre 1922 e 1950 (GUIMARÃES, 2006)

Figura VII – Fábrica Júdice Fialho, década de 60



Fonte: ARQUIVO PARTICULAR DE CÁRMEN BATALHA

Além das indústrias referidas, existiam outros pequenos focos de exploração artesanal registados até meados dos anos 50, entre os quais se integravam a actividade de moagem desenvolvida em torno de moinhos de vento, actualmente desactivados, oficinas de sapateiro, de carpintaria, de abegão e ainda uma casa de fotografias datada de 1931 (PATRÍCIO, 2008). Apesar da dinâmica industrial, nas décadas de 50 e 60, sentia-se uma fragilidade no sector industrial da cortiça, e o tecido industrial em Sines caracterizava-se por um carácter quase artesanal. A moagem, a carpintaria e a serração dominavam a periferia industrial (PATRIARCA, 2000).

O precoce desenvolvimento da actividade turística, e mais tarde o desenvolvimento do complexo industrial, constituíram factores que viriam a diferenciar esta vila das restantes

localidades do Litoral Alentejano, a partir da década de 60. A plataforma industrial veio alterar por completo o panorama do Município, registando-se profundas alterações a nível económico, cultural, ambiental, social, industrial e paisagístico, que teve profundos impactes no estilo de vida da população deste território. No final dos anos 60, princípios de 70, a decisão do governo, liderado por Marcello Caetano, de criar em Sines um complexo industrial e um porto comercial com o objectivo de tornar Portugal mais autónomo em sectores fundamentais como o da energia e o da transformação de matérias-primas, mudou radicalmente a economia e a paisagem do Município. A população aumentou e diversificou-se, surgindo as grandes indústrias que geram outros serviços complementares, desenvolvendo-se paralelamente a actividade portuária. O desenvolvimento deste projecto foi dificultado por factores externos a Sines, nomeadamente pelo choque petrolífero de 1973, e pela alteração do regime político em Portugal, em 1974, ocorrências que atrasaram a sua implementação e que contribuíram para a instalação de um clima de cepticismo (cfr. LOBO, 2009:20).

De acordo com o Relatório do *Master Plan* elaborado pela FBO Consultores, empresa do Grupo DHV, para a Zona Industrial e Logística de Sines, este Complexo de Indústrias (segundo um Relatório de Localização do STPC elaborado em Abril de 1971 pelo grupo de trabalho criado para esse fim) tinha como base a refinação de petróleos e o aproveitamento das pirites de Aljustrel, propondo uma estrutura empresarial nos moldes seguintes:

1. Um terminal petroleiro que recebesse navios com pelo menos 300.000 TEU's de capacidade;
2. Uma refinaria de petróleo para tratar cerca de 6 milhões de toneladas/ano de ramas que se poderiam ampliar até 10 milhões;
3. Uma petroquímica de olefinas com uma capacidade de produção de etileno pelo menos de 200.000 t/ano;
4. Um conjunto de indústrias químicas para aproveitar as pirites, fabricar adubos, cloro e soda.

A gestão do complexo industrial deu origem à criação do Gabinete da Área de Sines (GAS)⁶, e o projecto iniciou-se com a construção do Terminal Petroleiro, da Refinaria e da 1ª fase da Petroquímica. No entanto, o projecto relacionado com as pirites alentejanas, que iria implicar a criação de um Complexo químico-metalúrgico para valorização do cobre e enxofre, não foi concretizado e os concentrados de cobre das minas de Neves Corvo são, actualmente, exportados através do Porto de Setúbal (LOBO, 2009:21).

⁶ Toda a informação relativa ao Gabinete da Área de Sines tem como fonte os inúmeros relatórios de gestão e demais documentos produzidos por esta instituição e cujas referências bibliográficas se encontram na Bibliografia.

No âmbito do complexo, projectara-se que, durante a década de 70, seriam integradas, para além das indústrias já referidas, um maior número de base petroquímica e uma Central Térmica de 300/400 MW, projectos que viriam a ser concretizados até aos anos 80. Em 1986, o GAS, órgão governamental criado inicialmente para implementar o próprio empreendimento de Sines, foi extinto e a gestão das várias infra-estruturas do Complexo foi atribuída a diversas entidades. Foi elaborado o Plano Estratégico para a Área Industrial de Sines que continha um *Master Plan* para ordenar as indústrias dessa área e foi criada a empresa PGS – Promoção e Gestão de áreas Industriais, SA, para gerir a Área industrial e implementar o plano. No final dos anos 80, estavam ocupados cerca de 600ha (ou seja 15% da área total) com indústrias fundamentais para o País, como a Central Termoeléctrica a carvão, a Refinaria da Petrogal e a Petroquímica da Repsol (LOBO, 2009:22)

Nos anos 90, os investimentos foram mais moderados, sendo necessário aproveitar e potenciar as infra-estruturas construídas pelo GAS. A gestão das várias componentes de infra-estruturas do Complexo baseou-se no Plano Estratégico para a Área Industrial de Sines, que cabia à PGS implementar e nesse sentido procedeu-se à infra-estruturação de alguns lotes, caso do “loteamento E” (actual Zona 1A+1B, onde se localiza a Ibera e onde estão em fase de construção, a Enerfuel e BET) e realizou-se a recuperação parcial do edifício da ex-CNP onde se instalaram os serviços da PGS e um Centro de Negócios. No final da última década do séc. XX e início do séc. XXI, assistiu-se a um relançamento do complexo industrial, em especial na componente portuária, com a construção de um porto de contentores e de um terminal de gás natural liquefeito (cfr. LOBO, 2009:24).

Apesar das grandes transformações sofridas na actividade da pesca que existia em Sines, resultado não só da localização das grandes indústrias mas das recentes políticas nacionais e europeias, a pesca continua a ser um dos pilares da economia local, ainda que tenha vindo gradualmente a perder protagonismo, e na zona sul do Município ainda existem pequenos núcleos de pescadores que praticam a pesca costeira lançando os covos (feitos de arame) para capturar a navalheira, a moreia e o safio.

A sócio-demografia

A análise sócio-demográfica a que nos propomos neste momento reporta-se apenas ao séc. XX, sendo que no diagnóstico a realizar no âmbito do paradigma da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, nos debruçaremos de uma forma mais pormenorizada e com informação mais actual sobre os indicadores relacionados com esta dimensão. Assim sendo, numa lógica diacrónica, há que referir que no séc. XIX Sines era uma vila pouco habitada, num levantamento feito a 20 de Outubro de 1849, registaram-se cerca de 677 fogos e 2631 almas (LOPES, 1985). Até 1950, por conseguinte durante cerca de um século,

a população sineense foi continuamente aumentando, tendo-se verificado um crescimento relativo de 250,4%, como poderá ser constatado na análise do Quadro VII.

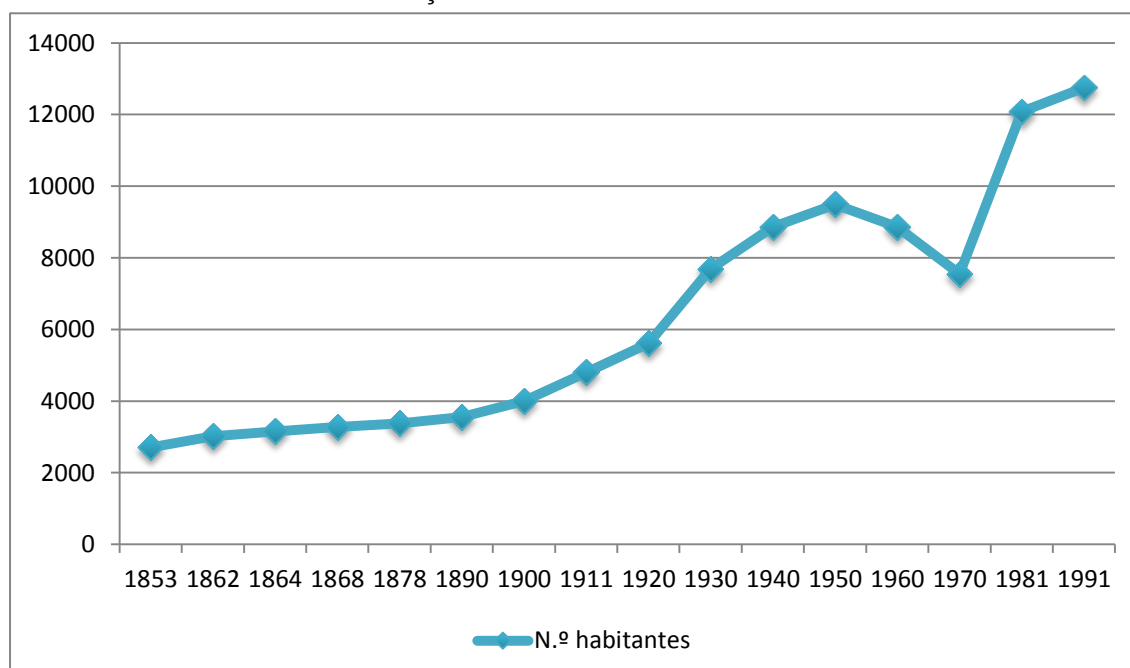
Quadro VII – A evolução da população de Sines: 1853-1991

Anos	Fogos	Habitantes	Anos	Fogos	Habitantes
1853	677	2708	1920	1254	5613
1862	769	3019	1930	1695	7695
1864	785	3148	1940	1935	8859
1868	819	3276	1950	2722	9490
1878	854	3374	1960	2746	8866
1890	873	3558	1970	-	7550
1900	983	3998	1981	-	12075
1911	1145	4794	1991	5389	12750

Fonte: SOLEDADE, 1999

Entre 1950 e 1970, a população do Município decresceu para cerca de 7.600 habitantes, dos quais 4.200 residiam na Vila de Sines, um fenómeno justificado por movimentos migratórios e emigratórios, protagonizados pela população residente.

Gráfico I – A evolução do n.º d e habitantes em Sines: 1853-1991



Fonte: SOLEDADE, 1999

A partir de meados da década de 70, o cenário demográfico inverte-se, assistindo-se a um aumento significativo da população motivado pelo desenvolvimento do complexo industrial. Entre 1970 e 1981, o crescimento relativo da população foi de 60%, um incremento bastante acentuado num curto período cronológico, que espelha a forte dinâmica que caracterizou este território nesta década, tal como se pode constatar pela análise do Quadro VII e do Gráfico I.

O Município de Sines tem uma forte capacidade de atracção sobre imigrantes, migrantes e turistas, o que acresce à população presente cerca de 5 mil habitantes flutuantes. A forte presença industrial e o seu património natural têm vindo a constituir, ao longo do tempo, as motivações para esta dinâmica populacional que, ao que tudo indica, tende a acentuar-se progressivamente, e que o transforma num Município em expansão demográfica (situação que ainda hoje o distingue da maioria dos Municípios alentejanos). Entre 1970 e 1981, a população da área de Sines aumentou 60%, em consequência da imigração, do rejuvenescimento e das suas consequências: maiores taxas de fecundidade e natalidade, menor taxa de mortalidade, como se pode constatar pela análise do Quadro VII. Um aumento verificado nos centros urbanos (Sines e Porto Covo) enquanto se assistia ao despovoamento rural devido à atracção urbana e às expropriações (MUNICÍPIO DE SINES, 2011a).

A nova população era maioritariamente masculina composta por técnicos (vindos de Lisboa e da zona de Setúbal) e operários não qualificados (originários do interior do Município e do Alentejo), sendo que a sua permanência temporária, destinada a construir as infra-estruturas do complexo, não se traduziu num acréscimo real da população residente. A partir de 1974, assistiu-se à vinda de um contingente importante de população proveniente de África (portugueses regressados das ex-colónias e cabo-verdianos) (MUNICÍPIO DE SINES, 2011a).

Ainda que a dinâmica populacional tenha sido apanágio deste Município desde a década de 50 do séc. XIX até à última década do séc. XX, apenas interrompido pelas décadas de 50 e 60, as condições sociais estavam longe de acompanhar este fulgor. Na realidade, o aumento da população até 1950 foi uma consequência directa do desenvolvimento que a indústria corticeira sofreu durante a primeira metade do séc. XX, assente sobretudo na exploração de mão-de-obra barata num modelo intensivo.

Por outro lado, o elevado analfabetismo que caracterizava o país no início do séc. XX estendia-se até este recanto do território. Depois do regime republicano se instalar, cerca de $\frac{3}{4}$ da sua população portuguesa não sabia ler nem escrever, valor superior ao dos restantes países do Sul da Europa e muito distante da realidade do Norte da Europa, onde

esse problema estava controlado desde o início do séc. XX. Neste domínio contávamos mais de um século de atraso em relação à Europa mais evoluída (INE, 2009a).

Em meados do séc. XIX, a população Sineense era, à semelhança da do resto do país, maioritariamente analfabeta. Num universo de mais de 2500 habitantes cerca de 250 sabiam ler e escrever “*e destes ainda o maior número apenas fará mal o seu nome*”. O núcleo letrado era muitíssimo restrito, confinando-se a uma elite que ocupava cargos maioritariamente administrativos, militares ou industriais (LOPES, 1985).

O ensino primário oficial em Sines iniciou-se em 1856, apenas para rapazes, sendo que anteriormente o ensino apenas existia através de aulas particulares, privilégio apenas dos filhos das famílias mais abastadas. Em 1865, de acordo com os registos existentes, foi instituído o primeiro sistema educacional nocturno, sendo as aulas, inicialmente, leccionadas no Castelo e mais tarde no actual edifício dos Paços do Concelho. Meio século depois, o panorama educacional em Sines continuava a desenvolver-se lentamente, entre 1930 e 1940 ergueram-se as primeiras Escolas Primárias Oficiais na Vila de Sines, em Porto Covo e nas zonas rurais. Os alunos completavam a 4ª classe e se quisessem e pudessem prosseguir com os seus estudos teriam que se deslocar para Santiago do Cacém. Em 1966, é criado um Posto da Telescola - Ciclo Preparatório T.V. que foi extinto em 1976, sendo que no final do séc. XX, a já então cidade dispunha de infra-estruturas e equipamentos que permitiam a conclusão do ensino secundário.

A história do Município de Sines, sobretudo a do séc. XX, revela que este território, para além dos recursos naturais potenciadores de uma intensa actividade económica multidimensional, foi pela sua localização e por outros factores de ordem vária alvo de investimentos que lhe permitiram alcançar uma posição de destaque no panorama nacional, adquirindo um grau de urbanidade que, para o bem e para mal, o distancia dos Municípios limítrofes e o aproxima da realidade que caracteriza os grandes centros urbanos.

3.2.2. Um olhar retrospectivo pelo turismo: o séc. XX

Sines foi desde cedo um destino turístico para as famílias do Alentejo, numa época em que do Algarve não se ouvia falar e o turismo internacional era uma miragem desencorajado pelas políticas do Estado Novo.

Desde o séc. XIX que a Vila de Sines era percepcionada como uma praia de banhos apetecível. Francisco Luís Lopes descreve Sines, em 1850, como “*o único ponto commodo de banhos para o Alentejo*.” Chegavam banhistas alentejanos, mudando a face de Sines no Verão: “*De verão há mais animação na Villa, especialmente d’Agosto a Novembro, pela concorrência de gente que vem aos banhos. Uma centena d’Alemtejanos e Alemtejanas,*

vem aqui annualmente apagar no mar os ardores do sertão. A maior parte por doença – poucos por dandysmo. Chegão a armar-se na praia 20 barracas de banhistas. Les baigneuses em geral apresentam-se pela manhã a tomar os banhos sans costumes.”. Os logares mais frequentados são os semi-circulos acima mencionados: o pontal, saliência de rocha, que fecha a enseada pelo sul; a Senhora das Sallas, que está ao poente da Villa, a Silveira, onde estão umas águas férreas; algumas fasendas de transito areiento, e os penedos sitos no principio do caminho, que leva á ribeira, que são o belveder dos marítimos.” (Breve Notícia de Sines, 97-99, apud PATRÍCIO, 2008).

Na década de 50, Sines procurava afirmar-se como um ponto turístico nacional e internacional. A praia de Sines foi citada na revista *Life* de 1949 como a mais bela praia portuguesa, juntamente com a praia da Rocha, no Algarve. Perante este reconhecimento e consciente do potencial turístico, a Câmara Municipal preparou reportagens de “propaganda turística” publicadas em jornais regionais e nacionais. Em Maio de 1958, foi publicada uma separata especial no Distrito de Setúbal (PATRÍCIO, 2008).

Outra forma de publicidade era a participação de Sines nas exposições fotográficas do Serviço Nacional de Informação: *“Por isso haverá toda a vantagem, que se solicite o secretariado Nacional de Informação, para que seja feita uma intensa propaganda da praia de Sines, por meio de fotografias a expor pelo mesmo secretariado.”* (Livro de Actas da Câmara Municipal de Sines, livro nº11, Acta de 20 de Maio de 1958, apud PATRÍCIO, 2008).

A Câmara Municipal procurava limitar as actividades fabris de conserva de peixe e arranjo de redes na praia. Em 1958, a Sociedade de Pesca Nossa Senhora das Salas transfere a caldeira de fogo directo que instalara na esplanada da praia de banhos para a barroca. Em 1961, as casas, onde residiam vários marítimos e pescadores, e as instalações da antiga fábrica de preparação de peixe de Frank Pidwell são demolidas (PATRÍCIO, 2008).

O mesmo objectivo turístico estimulou o desenvolvimento das vias de acesso e do sistema de transportes para Sines. Na década de 50, além das estradas para Santiago do Cacém, Odemira e sul do país, já tinha sido inaugurado o ramal de caminho-de-ferro da linha do Vale do Sado. Em 1927, o Guia de Portugal assinala ainda “carreiras de iates de cabotagem para Lisboa”. Em Agosto reforçava-se a rede de transportes rodoviários, com linhas especiais de Santiago a Sines (Acta da Vereação de 21 de Julho de 1958). Em Agosto aumentava-se também a oferta alimentar na praia de banhos. António da Silva Lobo recebe autorização para instalar a ligação de energia eléctrica à sua barraca de venda de fruta, bolacha americana e gelados (PATRÍCIO, 2008).

Até 1961, a oferta de alojamento turístico em Sines materializava-se na Pensão Carvalho, na Pensão Clemente e no Solar de São Rafael. Sobre este último, que mais tarde se viria a

tornar numa pousada, diz-se que foi o primeiro palácio de Vasco da Gama, mas não existem provas concretas (Inspector Chefe da Inspeção dos Espectáculos do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, 1948-1957). Embora se saiba que Vasco da Gama, entre 1504 e 1507, revolucionou a construção urbanística em Sines, com a construção do seu palácio (SOLEDADE, 1999). A partir da década de 60 do séc. XX, surgem novos estabelecimentos hoteleiros, nomeadamente a Casa dos Hóspedes de Maria dos Santos Paulo que em 1961 recebe o seu alvará sanitário. Nesse mesmo ano vários empresários mostram interesse em abrir estalagens junto à Costa do Norte. Uma deles, de Mathieson Lda., teria 15 quartos, restaurante e piscina (PATRÍCIO, 2008)

Figura VIII – Solar de São Rafael, nos anos 50



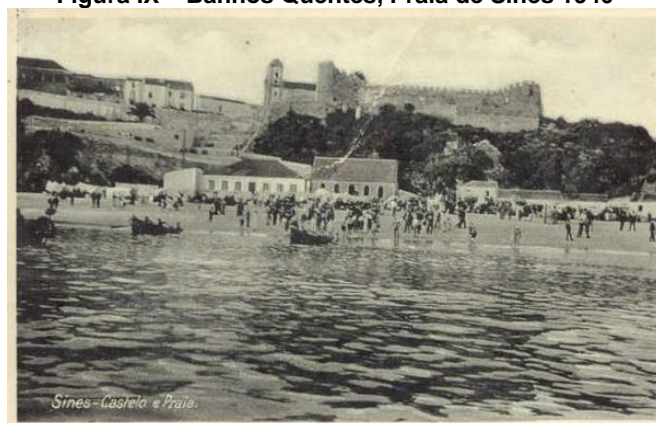
Fonte: ARQUIVO PARTICULAR DE CÁRMEN BATALHA

No âmbito da oferta turística, na década de 50, Sines disponibilizava aos visitantes, na época denominados de “banhistas”, vários acontecimentos: espectáculos de teatro amador, touradas no recinto de Castelo, bailes no Centro Recreativo Sineense, e na Sociedade Recreativa Sineense, cinema e espectáculos na Esplanada Alentejana. O cinema Vasco da Gama projectava filmes desde 1932, e em 1957 substituiu-se o ecrã de sistema plano por outro maior para exhibir filmes dos sistemas “Panorâmico, vistavision e cinemascope” (PATRÍCIO, 2008).

Uma outra atracção turística deste Município era os banhos quentes, que de acordo com a actual classificação dos produtos turísticos, se enquadraria no Turismo de Saúde e Bem-estar. Não se sabe ao certo a data da inauguração desta estância termal, embora se saiba que constituía um pólo importante de atracção de visitantes. De acordo com o relato de uma habitante: “*Os banhos quentes eram uma casa grande e bonita. Á entrada existia um*

aparelho muito bonito que tocava música, no interior do edifício existiam alguns quartos, mais propriamente umas separações, e cada uma delas tinha uma banheira de pedra forrada, uma cadeira e um cabide para os banhistas pendurarem as suas roupas. A água salgada vinha por umas torneiras e era arrefecida com água doce. No piso superior existia um grande terraço onde as pessoas podiam tomar banhos de sol. Este estabelecimento tinha dois ou três funcionários a fim de efectuar a sua manutenção diária.” (CAMPOS, 2010:10).

Figura IX – Banhos Quentes, Praia de Sines 1940



Fonte: ARQUIVO PARTICULAR DE CÁRMEN BATALHA

De acordo com LOPES (1985), este edifício foi provavelmente construído nos finais do séc. XIX, princípios do séc. XX. Os banhos quentes eram uma atracção que trazia anualmente a Sines cerca de uma centena de visitantes, após a conclusão do ciclo agrícola. Em 1941, Sines foi alvo de um terrível ciclone que destruiu por completo o estabelecimento de banhos quentes assim como todos os edifícios em seu redor.

A capacidade de atracção turística de Sines revelou-se prematuramente, sobressaindo num contexto nacional em que a prática do turismo era apenas privilégio de um grupo restrito. Ao contrário do que acontece na actualidade, em que é sobretudo a aldeia de Porto Covo, divulgada por uma conhecida canção, que é conotada com turismo e lazer, no início do séc. XX era Sines, então vila, que assumia este privilégio. Tal não significa que a actual cidade de Sines não atraia turistas, mas fá-lo por outros motivos, e mais excursionistas do que turistas, por factos e razões a que nos dedicaremos na terceira parte desta dissertação.

3.3. A actualidade e o seu diagnóstico

3.3.1. A demografia

A análise da evolução dos indicadores relacionados com a população e o território, entre os dois momentos censitários do séc. XXI, permite-nos constatar que houve no Município de Sines um aumento da população residente de cerca de 5%. Uma situação contrária à que caracteriza as NUT's II e III em que se encontra contextualizado, onde se verificou, no período homólogo, uma redução populacional.

Quadro VIII – População e território: a evolução no séc. XXI

Indicadores	Unidade territorial	2001	2011	Var.01-11
População residente	Portugal	10 356 117	10 561 614	2,0%
	Alentejo	776 585	757 190	-2,5%
	Alentejo Litoral	99 976	97 895	-2,1%
	Sines	13 577	14 238	4,9%
População residente 0-14 anos	Portugal	1 656 602	1 572 546	-5,1%
	Alentejo	106 645	102 795	-3,6%
	Alentejo Litoral	13 102	12 411	-5,3%
	Sines	2 108	2 069	-1,9%
População residente 15-24 anos	Portugal	1 479 587	1 145 770	-22,6%
	Alentejo	100 507	73 637	-26,7%
	Alentejo Litoral	13 320	9 213	-30,8%
	Sines	1 990	1 584	-20,4%
População residente 25-64 anos	Portugal	5 526 435	5 820 794	5,3%
	Alentejo	395 932	396 882	0,2%
	Alentejo Litoral	51 933	52 678	1,4%
	Sines	7 382	8 058	9,2%
População residente 65 e mais anos	Portugal	1 693 493	2 022 504	19,4%
	Alentejo	173 501	183 876	6,0%
	Alentejo Litoral	21 621	23 593	9,1%
	Sines	2 097	2 527	20,5%
Densidade Populacional	Portugal	112,38	114,5	-
	Alentejo	24,58	24,0	-
	Alentejo Litoral	18,85	18,4	-
	Sines	66,99	70,0	-

Fonte: INE,2001a; INE 2001b; INE, 2011a

O comportamento desta variável em 2011, relativamente ao censo transacto, vem confirmar o percurso ascendente iniciado em 1970. Trata-se uma situação eventualmente explicada

pelo posicionamento geográfico desta unidade territorial, junto ao litoral, mas sobretudo pela forte presença da indústria, sinónimo de emprego, que constitui uma âncora para a manutenção dos residentes, para um saldo natural positivo e para a atracção e fixação de novos residentes.

A estrutura etária da população é igualmente reveladora de uma evolução global entre 1991 e 2001, bem como das dissemelhanças entre o Município de Sines e as unidades territoriais estatísticas em que se encontra integrado. O decréscimo populacional verificado no escalão dos 0 aos 14 anos foi inferior ao verificado no país, no Alentejo e no Alentejo Litoral, tal como no escalão subsequente. Nos dois últimos grupos etários, houve um aumento transversal às diferentes unidades territoriais, embora muito mais significativo no Município de Sines, tal como se pode constatar no Quadro VIII.

O retrato demográfico do Município de Sines, com base na informação constante no Anuário Estatístico de 2011 e nos resultados provisórios dos Censos 2011 (vd Quadro IX), evidencia igualmente um distanciamento da situação que caracteriza o Alentejo e o Alentejo Litoral, sendo que a maioria dos indicadores revela uma situação mais positiva nesta unidade territorial, e simultaneamente uma realidade mais “urbana” no que concerne a indicadores como a taxa bruta de divórcio, os nados vivos fora do casamento e a proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros.

Quadro IX – Retrato demográfico do Município de Sines

Indicadores	UNIDADE TERRITORIAL			
	Sines	Alentejo Litoral	Alentejo	Portugal
Índice de Envelhecimento (2011a)	122,1	190,1	178,9	128,6
Índice de dependência de idosos (2011a)	26,2	38,1	39,1	29,0
Índice de longevidade	42,5	51,4	52,2	47,4
Relação de masculinidade (2011a)	97,5	98,6	93,9	91,5
Taxa de crescimento efectivo (%)	0,03	-0,69	-0,58	-0,01
Taxa de crescimento natural (%)	-0,06	-0,46	-0,55	-0,04
Taxa bruta de natalidade (‰)	11,1	8,7	8,5	9,5
Taxa bruta de mortalidade (‰)	11,4	13,3	14,0	10,0
Taxa bruta de nupcialidade (‰)	3,4	3,1	3,2	3,8
Taxa bruta de divórcio (PO) (‰)	2,9	2,1	2,4	2,6
Taxa de fecundidade geral (‰)	47,4	41,4	39,1	39,8
Nados vivos fora do casamento (%)	56,6	54,5	48,4	41,3
Proporção de casamentos entre portugueses e estrangeiros (%)	27,7	12,2	8,9	10,8

Fonte:INE, 2011a; INE, 2011b

A população residente apresenta um perfil relativamente jovem, tal como atesta o valor do índice de envelhecimento, indicador que relaciona a população idosa e a população jovem, e que no caso do Município de Sines se traduz na existência de 122,1 idosos para cada 100 jovens, um valor que embora elevado, se encontra muito aquém do registado no Alentejo, no Alentejo Litoral e a nível nacional. No mesmo sentido aponta o índice de dependência de idosos, que reflecte a relação entre a população idosa e a população em idade activa, sendo que no Município de Sines existem 26,2 idosos por cada 100 pessoas em idade activa, o que é igualmente um valor inferior ao verificado nas restantes unidades geográficas de comparação. Também o índice de longevidade, que relaciona a população mais idosa, com 75 ou mais anos, com a população idosa, com 65 ou mais anos, confirma esta situação, na medida em este indicador assume, no Município de Sines, um valor inferior ao nacional e também ao verificado no Alentejo e Alentejo Litoral.

No que respeita à taxa bruta de mortalidade, que traduz o número de óbitos ocorridos durante um ano civil por cada mil habitantes, o valor registado em 2010 no Município de Sines é inferior aos verificados no Alentejo e no Alentejo Litoral, embora superior ao homólogo nacional, o que se pode entender como um reflexo directo das características da pirâmide demográfica desta unidade territorial. Em contrapartida, a taxa bruta de natalidade no Município de Sines é superior à registada nas restantes NUT's analisadas, sendo que, no ano de 2010, o número de nados vivos, por cada 1000 habitantes, foi de 11,1. Igualmente superior é a taxa de fecundidade geral, que relaciona o número de nados vivos com as mulheres em idade fértil (15-49 anos).

As dinâmicas demográficas que caracterizam o Município de Sines traduzem-se numa situação relativamente favorável, quando comparada com a das NUT II e III em que se insere e, nalguns casos, com a nacional. Mais uma vez, poder-se-á relacionar esta situação com a própria dinâmica de emprego, decorrente da forte industrialização deste território e que, não só atrai população jovem, como lhe proporciona um nível e qualidade de vida que poderá, eventualmente, estimular a própria natalidade. Esta última relação de causa efeito poderá ser corroborada pela análise da situação socioeconómica.

3.3.2 A socioeconomia

No Quadro X estão patentes indicadores que, *per si*, ou em comparação com as NUT's que os contextualizam, retratam a realidade socioeconómica deste Município, evidenciando que esta unidade territorial assume um comportamento distante do Alentejo Litoral, do Alentejo e até mesmo do país, encontrando-se, genericamente, numa situação privilegiada. Relativamente à selecção de indicadores, de entre os inúmeros possíveis, há que referir que são apresentados os que, simultaneamente, são essenciais para caracterizar

globalmente o Município, permitem uma comparação com as restantes unidades de análise, e estão relacionados com as dimensões do desenvolvimento sustentável e/ou com os pressupostos que suportam os produtos turísticos anteriormente apresentados como sustentáveis.

No que concerne aos indicadores económicos, há que salientar o elevado número de empresas por Km², corroborando o grau de industrialização mencionado ao longo deste estudo e comprovando, ainda que indirectamente, a existência de “matéria-prima” para o turismo industrial, enquanto produto turístico num contexto de sustentabilidade. Comparativamente às restantes unidades de análise, o valor deste indicador no Município de Sines afasta-se grandemente do que caracteriza o Alentejo Litoral e o Alentejo, aproximando-se da realidade nacional.

Quadro X – Indicadores económicos no Município de Sines vs o contexto

Indicadores	Unidade Territorial			
	Sines	Alentejo Litoral	Alentejo	Portugal
Densidade de empresas (n.º/Km2) (1)	6,9 (2010)	1,6 (2010)	2,1(2010)	11,5(2010)
Ganho médio mensal (€) (1)	1519,4 (2010)	1057,4 (2010)	921,1 (2010)	1034,2 (2010)
Poder de compra <i>per capita</i> (2)	127,61 (2009)	90,53 (2009)	87,33 (2009)	100,0 (2009)
Factor dinamismo relativo de poder de compra (2)	-0,651 (2009)	-0,138 (2009)	-0,329 (2009)	-0,215 (2009)
Taxa de actividade (15 e mais anos) (3)	49,8(2001)	45,4(2001)	45,4(2001) 57,7(2011)	48,1(2001) 61,3(2011)
Taxa de emprego (15 e mais anos) (3)	52,9(2001)	47,1(2001)	48,2(2001) 50,6(2011)	53,4(2001) 53,5(2011)
Taxa de desemprego (3)	10,2(2001)	9,7(2001)	8,4(2001) 13,1 (4º sem. 2011)	6,7(2001) 14,0 (4º sem. 2011)

Fonte: ⁽¹⁾ INE, 2011b
⁽²⁾ INE, 2010c
⁽³⁾ INE, 2012, 2010b e 2001b

Relativamente aos indicadores que reflectem o poder de compra concelhio, há que referir que o indicador *per capita* do poder de compra, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (100,0) (INE, 2010c:17) do Município de Sines diverge positivamente do valor nacional, enquanto o Alentejo e o Alentejo Litoral estão aquém deste mesmo valor. Em contrapartida, o factor dinamismo relativo (FDR), que mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal, (INE, 2010c:17) é extremamente negativo no Município de Sines, o que revela uma situação desfavorável do ponto de vista

turístico, na medida em que indicador está relacionado com o poder de atracção dos destinos, encontrando-se os valores mais elevados nalguns dos municípios algarvios, e apresentando o Algarve, enquanto NUT II, o valor mais elevado na sua tipologia e Albufeira na qualidade de município (10,7). Ainda assim, e atendendo a que o valor registado em Lisboa (NUT II) é de -0,624, valor muito próximo do que caracteriza o Município de Sines, poder-se-á considerar que reflecte, em termos de sustentabilidade, uma situação socioeconómica muito positiva, sobretudo quando conjugado com o poder de compra *per capita*.

O ganho médio mensal é outro indicador que revela o distanciamento do caso em estudo relativamente às unidades de comparação. Em média, o montante ilíquido mensal pago aos trabalhadores que exercem a sua actividade profissional no Município de Sines é significativamente superior ao auferido a nível nacional, no Alentejo e no Alentejo Litoral.

Para os indicadores que caracterizam o mercado de trabalho, taxa de actividade, de emprego e desemprego, não existem valores actualizados para o Município, nem para o Alentejo Litoral, porque resultam de apuramentos censitários e apenas os resultados dos Censos de 2011 poderão revelar a actual realidade. Ainda assim, e relativamente ao Município de Sines, a dinâmica actual do mercado de trabalho leva-nos a crer que a taxa de actividade, relação entre a população activa e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade), bem como a taxa de emprego, relação entre a população empregada e a população em idade activa (população com 15 e mais anos de idade), apresentarão valores acima dos registados no Alentejo, no Alentejo Litoral, à semelhança do registado em 2001, e quiçá no país.

Embora esta seja uma situação que possa vir a ser confirmada pelos resultados dos Censos 2011, não podemos descurar que o número de desempregados no Município de Sines tem vindo a aumentar significativamente, de acordo com a informação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, tal como se pode constatar no Quadro XI. Na realidade, entre Janeiro de 2011 e Março de 2012 houve uma variação relativa de 103,3% no número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Sines, residentes nesta unidade territorial. O percurso ascendente deste indicador é igualmente verificado no número de desempregados residentes e inscritos no Alentejo, contudo a variação relativa nesta NUT II foi muito inferior, situando-se nos 26,5%.

Actualmente existem grandes investimentos no Município de Sines, com a consequente criação de emprego, no entanto a maior parte dos postos de trabalho criados têm um carácter temporário, sendo que a necessidade de mão-de-obra varia ao longo do ciclo dos projectos, e a fase intensiva, na maioria deles, já foi ultrapassada, libertando muitos dos colaboradores contratados.

Quadro XI – Evolução do número de desempregados no Município de Sines 2011-2012

Ano	Mês	N.º Desempregados	
		Sines	Alentejo
2011	Janeiro	553	23 692
	Fevereiro	554	23 969
	Março	569	24 126
	Abril	510	22 912
	Maio	522	21 630
	Junho	515	20 684
	Julho	523	21 047
	Agosto	507	21 726
	Setembro	647	23 346
	Outubro	729	24 473
	Novembro	815	24 888
	Dezembro	913	25 829
2012	Janeiro	1 044	28 118
	Fevereiro	1 118	29 107
	Março	1 124	29 979
Variação relativa		103,3%	26,5%

Fonte: IEFP, 2012

Os valores assumidos pelos indicadores de natureza social e cultural também discriminam positivamente o Município de Sines. No contexto da educação, a taxa bruta de escolarização no ensino básico, que traduz a proporção da população residente que está a frequentar o ensino básico, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino, coloca esta unidade territorial numa posição privilegiada face ao Alentejo Litoral e ao Alentejo, ainda que fique aquém do valor nacional. Relativamente à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, o valor que caracteriza o Município de Sines é inferior ao verificado no Alentejo e no Alentejo Litoral, ainda que superior ao nacional.

Na dimensão cultural e desportiva, analisando as despesas do Câmara Municipal de Sines com actividades deste cariz por habitante, em 2009, conclui-se que é inequívoca a aposta desta Município nestes sectores, pois o valor ultrapassa largamente os registados nas restantes unidades de análise. Esta constatação remete-nos para a importância da cultura e dos desportos, nomeadamente os náuticos, no desenvolvimento turístico sustentável deste território.

Apenas os valores relacionados com a saúde revelam alguma debilidade relativamente aos valores homólogos do país, do Alentejo e do Alentejo Litoral. Ainda assim, há que referir que o Município de Sines se integra na área de influência do Hospital do Litoral Alentejo,

situado no Município de Santiago Cacem, a cerca de 15 km, o que se traduz numa assistência médica de proximidade.

Por último, há que referir que o índice de desenvolvimento social corrigido do Município de Sines apenas é suplantado pelo de Santiago do Cacém, de entre os que integram o Alentejo Litoral. Este índice, de natureza censitária de cada município e de cada NUT III, é elaborado com base na esperança de vida à nascença, no nível educacional e no conforto e saneamento, sendo que o apurado a nível nacional (0,915) é superior ao verificado no Município de Sines.

Quadro XII – Indicadores socioculturais no Município de Sines vs o contexto

Indicadores 2010	Unidade Territorial			
	Sines	Alentejo Litoral	Alentejo	Portugal
Taxa bruta de escolarização no ensino básico	110,6	105,3	135,3	127,1
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	167,4	175,9	154,4	146,2
Despesas das câmaras municipais em actividades culturais e de desporto por habitante	120,5	96,0	121,2	67,8
Enfermeiros por 1000 habitantes	1,8	3,4	5,0	5,9
Médicos por 1000 habitantes	2,0	1,3	2,1	3,9
Índice de Desenvolvimento Social do Município Corrigido 2004 (1)	0,882	-	-	0,915

Fonte: INE, 2011b

¹PORTARIAN.º200/2004, DE 4 DE FEVEREIRO

Procedemos sumariamente à caracterização do passado e do presente do Município de Sines. Uma análise resumida, evidenciando apenas os aspectos entendidos como mais relevantes, mas que teve como único objectivo retratar o território, objecto da presente investigação, e sobre o qual irá ser pensado o planeamento e o desenvolvimento turístico. Não se dedicou ao turismo senão um breve trecho sobre a sua história, uma actuação intencional, na medida em que a análise pormenorizada irá ser realizada na quarta parte do estudo, tornando-se redundante qualquer abordagem mais profunda.

Com a conclusão desta etapa da investigação estão reunidas as condições teórico-práticas para a operacionalização do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” de BURNS (2004a), aplicado ao Município de Sines, com o objectivo de descortinar caminhos conducentes ao desenvolvimento sustentável.

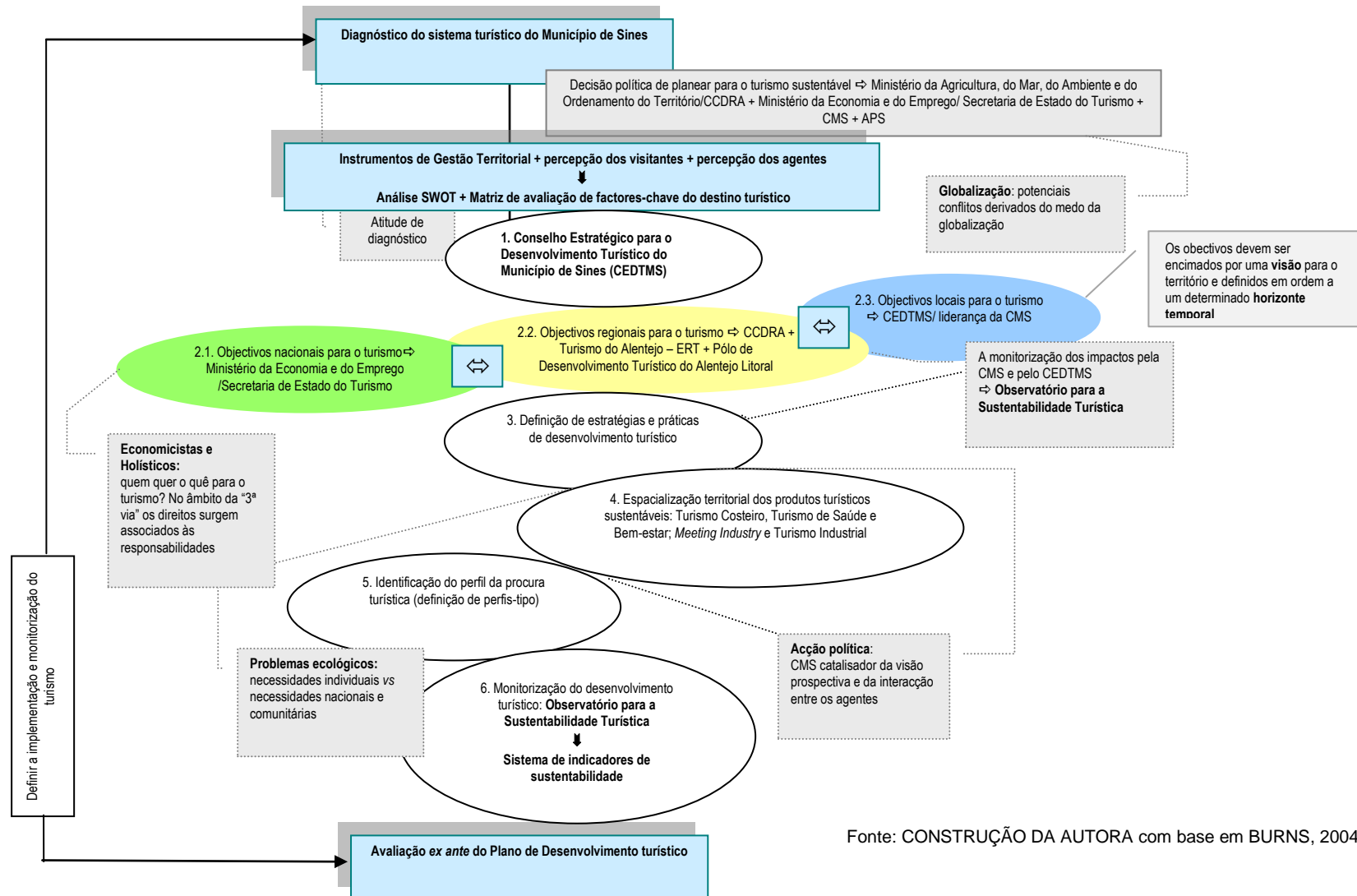
4. O PLANEAMENTO DO TURISMO EM SINES: APLICAÇÃO DO MODELO DA “TERCEIRA VIA PARA O PLANEAMENTO TURÍSTICO”

4.1. Da teoria à prática: uma explicação sumária sobre a operacionalização do modelo

O modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” da autoria de BURNS (2004a:32), constitui o paradigma da presente investigação, suportando teoricamente os seus resultados práticos, materializados numa proposta de políticas e práticas para o desenvolvimento turístico do Município de Sines, que poderão constituir o suporte a um plano de desenvolvimento turístico, mas simultaneamente a uma ferramenta para potenciais investidores e promotores turísticos. Este paradigma subentende uma dimensão tangível visível nas diversas etapas operacionais, e uma dimensão intangível relacionada com as ideologias, os valores, os processos reflexivos, e as atitudes que as antecedem e acompanham.

A aplicação do modelo teórico ao caso de estudo encontra-se esquematicamente representada na Figura X, deixando as etapas tangíveis e algumas das preposições intangíveis de pertencerem ao domínio do genérico para se transformarem em acções concretas e em protagonistas, singulares ou plurais, devidamente identificados. Estes processos, de materialização e de personalização, permitirão uma compreensão holística da componente prática da presente investigação, dando coerência ao todo sem comprometer a importância de cada uma das partes.

Figura X – Aplicação ao Município de Sines do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA com base em BURNS, 2004a

Ainda que nas representações gráficas, do modelo e da sua aplicação, seja evidente a destriça que irá orientar a própria estruturação da investigação, entendemos pertinente especificar e explicar cada uma das etapas operacionais (dimensão tangível) que constituem o todo deste paradigma, da sua aplicação, e cada um dos processos ideológicos e reflexivos (dimensão intangível) inerentes:

Diagnosticar

A primeira etapa, comum a todos os modelos de planeamento e igualmente defendida por Peter Burns, materializa-se no diagnóstico, que se consubstancia na caracterização exaustiva do sistema turístico, através da recolha de informação sobre os recursos turísticos, a oferta e a procura turística, os documentos de orientação estratégica, e a identificação do normativo jurídico-legal, nomeadamente dos instrumentos de gestão territorial que, a várias escalas, condicionam o plano e a estratégia de acção, os investimentos de proximidade, e outros elementos igualmente relevantes. Nesta etapa, revela-se igualmente relevante a análise da percepção dos turistas, inquiridos através de inquérito por questionário, sobre este destino turístico, nas suas múltiplas dimensões, e das percepções dos agentes públicos e privados ligados ao turismo, ao seu planeamento e desenvolvimento.

A prática supra referida, decorrente de uma atitude de diagnóstico, já reflecte a visão política subjacente ao paradigma de desenvolvimento visado. No caso da aplicação da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” à investigação em curso, a decisão inerente a esta atitude será a de planear para o turismo sustentável, um modelo cujos contornos teóricos já foram anteriormente referidos e sustentados cientificamente. O impacto desta visão política numa fase tão precoce do processo é justificável pela saliência conferida às múltiplas dimensões que constituem o conceito de turismo sustentável, e que seriam eventualmente dispensáveis no âmbito de outras perspectivas.

No caso particular do Município de Sines, a decisão de planear para o turismo sustentável terá que ser multicéfala, na medida em que envolve várias entidades, ainda que com graus e tipos de intervenção distintos: Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, tutelada pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, pelo Turismo de Portugal, pela Turismo do Alentejo – ERT e pelo Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alentejo Litoral, consequentemente pelo Ministério que tutela estas entidades públicas nacionais e regionais, pela Câmara Municipal de Sines e ainda pela Administração do Porto de Sines, na medida em que a faixa contígua ao mar é administrada por esta entidade, nomeadamente o porto de recreio e a praia Vasco da Gama, como se constata na análise da Figura XI.

Para além dos *stakeholders* supra referidos, cuja responsabilidade é explícita, directa e determinante, existem outros actores no Município, cujo protagonismo é mais discreto, mas que condicionam muitas vezes o rumo do desenvolvimento, nomeadamente do turístico. Neste grupo enquadram-se as grandes empresas sedeadas em Sines, que patrocinam a construção de infra-estruturas, e a organização de eventos de natureza cultural ou desportiva, ainda que promovidos por terceiros, nomeadamente pelo Município e que, quer por via da sua concretização, quer por alguns condicionalismos subjacentes ao seu apoio, acabam por intervir no processo de planeamento e desenvolvimento turístico.

Ao nível do diagnóstico, e ainda na dimensão intangível, existe igualmente uma percepção, um preconceito até, relacionados com os produtos turísticos que potencialmente podem ser desenvolvidos no Município de Sines. Estes estão superlativamente mencionados nos vários instrumentos de gestão territorial, mas também em plano estratégicos delineados para o Alentejo Litoral, e sempre centrados no produto “Sol e Mar” e na sua exploração mais convencional, a banhar. Ainda que reconhecendo que este produto é uma mais-valia, acreditamos que existem outros, ainda que de identificação menos imediata, que podem igualmente constituir um forte potencial de desenvolvimento. Até mesmo o produto “Sol e Mar” numa utilização menos ortodoxa, e eventualmente conjugada com outros recursos, poderá ser inovador e um factor de diferenciação desta unidade territorial.

Após estas considerações de carácter mais genérico, há que referir que o diagnóstico do sistema turístico do Município de Sines será fundamentalmente construído com base em informação disponível, de natureza estatística e outras, de fontes diversas. No que concerne à visão política que norteia o modelo de desenvolvimento turístico, para além de eventual informação disponível que nos permita, directa ou indirectamente, perceber esta dimensão intangível, confiaremos na provocada através de inquérito por entrevista para a sua aferição.

O diagnóstico será concluído através da leitura e interpretação da informação recolhida, culminando numa análise SWOT e numa matriz de avaliação global, em resultado de um exercício de síntese cujo principal objectivo será o de identificar os catalisadores e os obstáculos ao desenvolvimento turístico sustentável nesta unidade territorial. Deste exercício resultará igualmente a identificação dos produtos turísticos, reconhecidos como viáveis e potencialmente sustentáveis para este território, apresentados num contexto teórico-prático que visa a sua fundamentação teórica, precedida de uma análise SWOT realizada na perspectiva de cada um desses produtos. Desta forma, dá-se cumprimento à primeira das etapas do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”.

Figura XI – Área de jurisdição da Administração do Porto de Sines (APS)



Sem escala. Base cartográfica: cartografia à escala 1:10 000 (IGP, 1995)

— Limite de jurisdição da APS

Fonte: DIVISÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

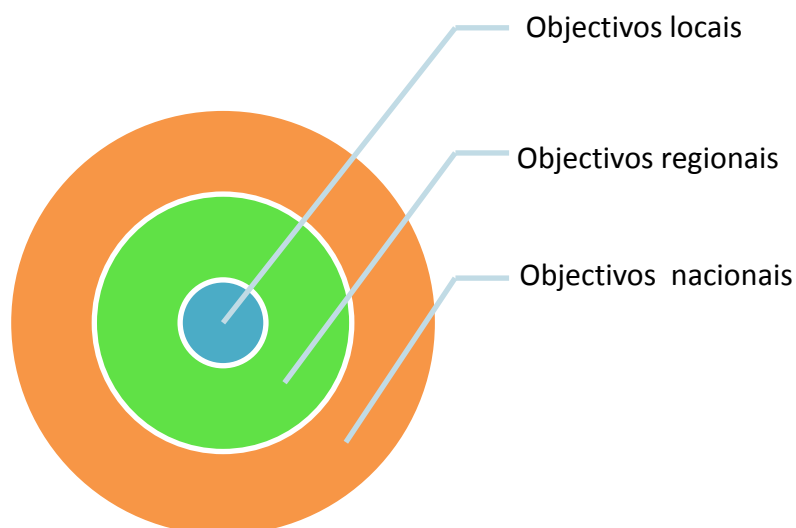
Planear

No caso em estudo, há que reconhecer, numa primeira instância, que esta unidade territorial é *sui generis* ao conjugar num mesmo espaço geográfico, mas igualmente político e estratégico, uma dimensão industrial, com destaque para a indústria pesada relacionada com a química e com a petroquímica, e uma dimensão turística assente num território preservado, parcialmente integrado num parque natural, e cuja capacidade de atracção tem vindo gradualmente a aumentar. Esta coabitação sectorial, ainda que podendo levantar algumas reservas aos mais cépticos quando se aborda a questão do planeamento e desenvolvimento turístico, pode constituir uma fonte de oportunidades, como aliás iremos evidenciar decurso da presente investigação. Tendo em consideração este contexto e cumpridos os trâmites do diagnóstico, estão reunidas as condições para avançar para o planeamento, sendo esta fase composta por inúmeras etapas, dando forma ao modelo de BURNS (2004a).

1. Definir objectivos locais, regionais e nacionais para o turismo

A definição de objectivos nos três níveis, nacional, regional e local, de forma coerente, pressupõe uma lógica a que chamaremos de lógica de “matrioska” representada graficamente na Figura XII, e que à semelhança deste brinquedo russo, pressupõe uma inclusão baseada na dimensão, sendo o de maior nível a conter em si o seguinte, numa lógica decrescente.

Figura XII – Lógica “matrioska” na definição de objectivos



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Aparentemente, o respeito por esta lógica é intuitivo, ainda assim há que ressaltar a sua aplicação, porque a análise dos inúmeros instrumentos de gestão territorial revela aparentes contradições, como se pode constatar na matriz de análise cruzada.

Tendo os objectivos nacionais e regionais para o turismo um carácter mais abrangente, e sendo estes definidos por órgãos hierarquicamente superiores, há então que zelar para que os objectivos locais se enquadrem nestes, aquando da sua definição. Há a ressaltar neste contexto que, pela sua natureza, os objectivos nacionais e regionais possuem um carácter mais macro, consequentemente mais abrangente, sendo que os locais terão um carácter mais operacional, não devendo contudo materializar uma contradição.

A definição dos objectivos locais para o desenvolvimento turístico no Município de Sines será feita após a identificação e análise dos objectivos nacionais e regionais, e na sequência da análise de conteúdo das entrevistas, em que os vários *stakeholders* deram um contributo neste sentido. Esta definição deverá ser antecedida pela definição da visão estratégica para o turismo, que deverá nortear toda a actuação e conferir-lhe coerência e racionalidade, e em ordem a um determinado horizonte temporal.

Relativamente aos aspectos intangíveis desta etapa, há que referir que é justamente aqui se confrontam as diferentes perspectivas de desenvolvimento, Economicistas vs Holísticos (BURNS, 2004a:26). Uma dicotomia já analisada na primeira parte desta dissertação, com base na pureza de cada dos perfis, a que a realidade pode dar um toque de hibridez, mas que ainda assim corresponde à ideologia, aos valores e aos interesses de cada *stakeholder*, reflectindo a sua relação com o território e com os restantes actores.

No âmbito da actual proposta, ainda que admitindo que esta bipolaridade tende a esbater-se na operacionalização, a via será a da perspectiva Holística, que privilegia o desenvolvimento turístico sustentável, em detrimento de um crescimento desmesurado suportado por interesses apenas económicos. Aliás, outro caminho revelar-se-ia incompatível com os princípios subjacentes ao modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, e com a regulamentação presente nos vários instrumentos de gestão territorial que vinculam este território e os seus gestores.

2. Promover o relacionamento institucional e o envolvimento de todos os actores

Esta etapa começa na própria concepção do plano e na metodologia que a preside. A escolha do inquérito por entrevista como técnica de recolha de informação não disponível, entre outras hipóteses plausíveis revela a intencionalidade de envolvermos os diferentes *stakeholders*, públicos e privados, num processo que culminará numa proposta de políticas e de práticas de desenvolvimento turístico. Esta participação plural, embora feita através de

contributos singulares, poderá constituir o embrião de uma plataforma para o desenvolvimento turístico do Município, envolvendo organizações públicas e privadas, e individualidades representativas dos inúmeros interesses, directos e indirectos, no sector. Ainda que neste contexto seja de referir que existe uma relativa passividade dos agentes privados, e a consequente responsabilização dos agentes públicos, o que compromete a eficiência do processo, num contexto em que, crescentemente, o investimento e a dinamização do sector deverão ser assumidos pelos privados, competindo aos agentes públicos o papel de facilitação, regulação e monitorização, e de preservação da sustentabilidade.

A promoção deste contacto, e o fomento da criação de uma plataforma, remete-nos novamente para as questões imateriais relacionadas com as concepções de desenvolvimento perfilhadas por cada um dos envolvidos. Evidentemente que existem interesses conflituantes, que existem valores e ideologias aparentemente incompatíveis, ainda assim o entendimento será possível se existir um interlocutor que assuma o papel de mediador, devendo este ser um profundo conhecedor do território e das suas dinâmicas, não se configurando como um representante de interesses individuais ou institucionais, de forma a ser um garante da imparcialidade que deverá nortear a análise destas questões. Se em sede de investigação académica, uma presença desta natureza é importante, mais o será no âmbito de uma possível futura plataforma para o desenvolvimento turístico do Município de Sines.

A diversidade de opiniões, de posições e de papéis poderá encontrar um denominador comum no âmbito de um Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Município de Sines, uma estrutura representativa dos agentes públicos e privados, que funcione como catalisador, e que envide esforços no sentido de promover o desenvolvimento turístico sustentável deste território.

3. Desenvolver o sistema turístico, no sentido de concretizar os objectivos definidos

O planeamento do desenvolvimento do sistema turístico no sentido da consecução dos objectivos previamente definidos pressupõe a definição de estratégias e acções coerentes com a visão estratégica, com os recursos disponíveis, com o horizonte temporal do plano, e no respeito pelo determinado pelos inúmeros Instrumentos de Gestão Territorial que visam este Município.

Nesta etapa dever-se-á prever os possíveis impactes das estratégias e acções definidas, de forma a zelar pelo património comum, pela qualidade de vida dos cidadãos, em suma pela sustentabilidade. De acordo com o modelo de BURNS (2004a:32), um exercício desta natureza deverá ser feito pelos órgãos eleitos, representativos dos cidadãos, com actuação

ao nível local, consequentemente pela Câmara Municipal de Sines, enquanto órgão executivo que reúne os requisitos elencados.

4. Definir a espacialização de cada tipo de turismo, no âmbito de uma estrutura ecologicamente sustentável

A espacialização de cada produto turístico está condicionada pelos recursos turísticos que o suportam e que, na maioria das vezes, são deslocalizáveis. No caso particular do Município de Sines, as reduzidas dimensões do território e a proximidade física das freguesias que o compõem permitem a complementaridade entre produtos, sem que a distância constitua um entrave significativo ou incontornável.

5. Definir os mercados e os segmentos-alvo

A informação recolhida nos Postos de Informação Turística de Sines e do Porto Covo, conjugada com a informação resultante da aplicação do questionário, permite-nos definir os mercados e os segmentos que constituem tendencialmente a procura do Município de Sines enquanto destino turístico, sendo que em termos prospectivos há que analisar se, estrategicamente, a aposta dever-se-á focar nos mercados e segmentos tradicionais ou se, a partir da identificação de fragilidades de destinos concorrentes, será possível investir em novos mercados e/ou segmentos. Para facilitar a actuação, nomeadamente no que concerne à adequação da oferta e ao *marketing*, optámos pela definição de perfis-tipo, cujas características puras, ainda que não contemplem a totalidade dos perfis da procura, permitem a adequação da oferta à procura e auxiliam na focagem das estratégias de *marketing*.

6. Monitorizar e avaliar o desenvolvimento turístico

O modelo de BURNS (2004a) impõe a monitorização e avaliação contínua do plano e do desenvolvimento turístico, sendo os resultados integrados na acção, de forma a corrigir a eventual desadequação do plano à realidade, bem como os seus impactes negativos, em tempo útil. Esta dinâmica, que contraria as lógicas convencionais do planeamento, em que a avaliação é uma fase posterior à implementação do plano, para além de possibilitar uma actuação correctiva, confere uma maior eficiência aos processos, possibilitando uma postura pró-activa face aos imponderáveis, tão frequentes no sector do turismo, e que tendem a modificar o contexto de actuação. Estas características do modelo são tão mais valiosas quanto extenso o horizonte temporal do plano.

A responsabilidade destes processos, de acordo com o proposto por BURNS (2004a), numa sociedade participativa, deve ser dos órgãos eleitos, representativos dos cidadãos. Neste contexto, competirá às instituições públicas, nomeadamente à Câmara Municipal de Sines, em articulação com as demais, a construção do sistema de monitorização e avaliação, bem como o tratamento da informação, e a tomada de decisão no sentido da correcção dos desvios em tempo útil. Aos restantes *stakeholders* competirá a disponibilização da informação relativa aos indicadores definidos, de acordo com um cronograma previamente definido, e a adequação da sua atitude e desempenho, sempre que se revelar necessário repensar as estratégias e as acções.

4.2. O diagnóstico

4.2.1. O sistema turístico no Município de Sines

A actividade turística em Portugal caracteriza-se por um dinamismo crescente, e por um evidente protagonismo económico e social. O país revela uma cada vez maior vocação para o turismo apostando crescentemente numa oferta turística diversificada e de qualidade. Ainda assim, o comportamento deste processo ao longo do território é díspar, pelas suas próprias características endógenas, pelas opções políticas, ou pelas limitações impostas pelos instrumentos de gestão territorial de que se constitui área de jurisdição.

O Município de Sines, integrado no Alentejo Litoral, teve um passado turístico relativamente preponderante numa perspectiva regional, sendo que o seu desenvolvimento industrial, a partir do início da década de setenta, veio questionar o modelo de desenvolvimento e suscitar dúvidas sobre a compatibilidade entre dois sectores aparentemente tão antagónicos. Mais tarde, uma célebre canção interpretada por um músico português veio despertar a atenção dos portugueses sobre uma pequena aldeia piscatória, uma das duas freguesias deste Município, e hoje volta-se a questionar a conjugação das múltiplas dimensões económicas desta unidade territorial, tolerada por uns e defendida por outros, numa perspectiva de complementaridade. No entanto, pensar o futuro obriga a uma reflexão profunda sobre o presente, e é nesse sentido que nos propomos a realizar um diagnóstico exaustivo na óptica do turismo e das actividades conexas a ele associadas.

O potencial turístico ou os elementos que configuram um destino turístico dependem, basicamente, da quantidade e qualidade dos recursos turísticos que nele se localizam, ainda que existam outros aspectos, como as acessibilidades ou os equipamentos, que contribuem igualmente para este potencial. Podemos então dizer que a caracterização de um destino, para além de avaliar o que se conhece em matéria de recursos, analisa também o espaço geográfico que configura a base desse território, que deve ser considerado, ao mesmo tempo, como recurso e como factor de localização daquelas actividades (PARDELLAS e PADIN, 2001).

A resposta à procura encontra-se no concurso equilibrado entre quatro elementos distintos:

- Recursos Turísticos – constituem a parte fundamental da oferta, podendo ser construídos ou naturais;
- Infra-estruturas – construções subterrâneas e de superfície, tais como redes técnicas e acessibilidades, essenciais ao suporte da actividade turística;

- Super-estruturas – constituídas por equipamentos que respondem directamente às necessidades da procura turística, entre eles o alojamento e os restaurantes;
- Acessibilidades e transportes – dos quais são parte integrante as vias de comunicação, assim como os meios de transporte e a sua organização;
- Hospitalidade e acolhimento – as condições com que se recebe os visitantes podem constituir um factor de diferenciação e atractividade no turismo;
- Recursos Humanos – indivíduos com formação adequada e fundamental para o desenvolvimento da actividade turística de forma sustentável.

As dimensões referidas constituem, directa ou indirectamente, subsistemas de um sistema mais amplo que é o turístico, ainda que a sua apresentação possa respeitar outras lógicas de agregação, mais adequadas ao objecto de estudo ou ao modelo que preside à investigação.

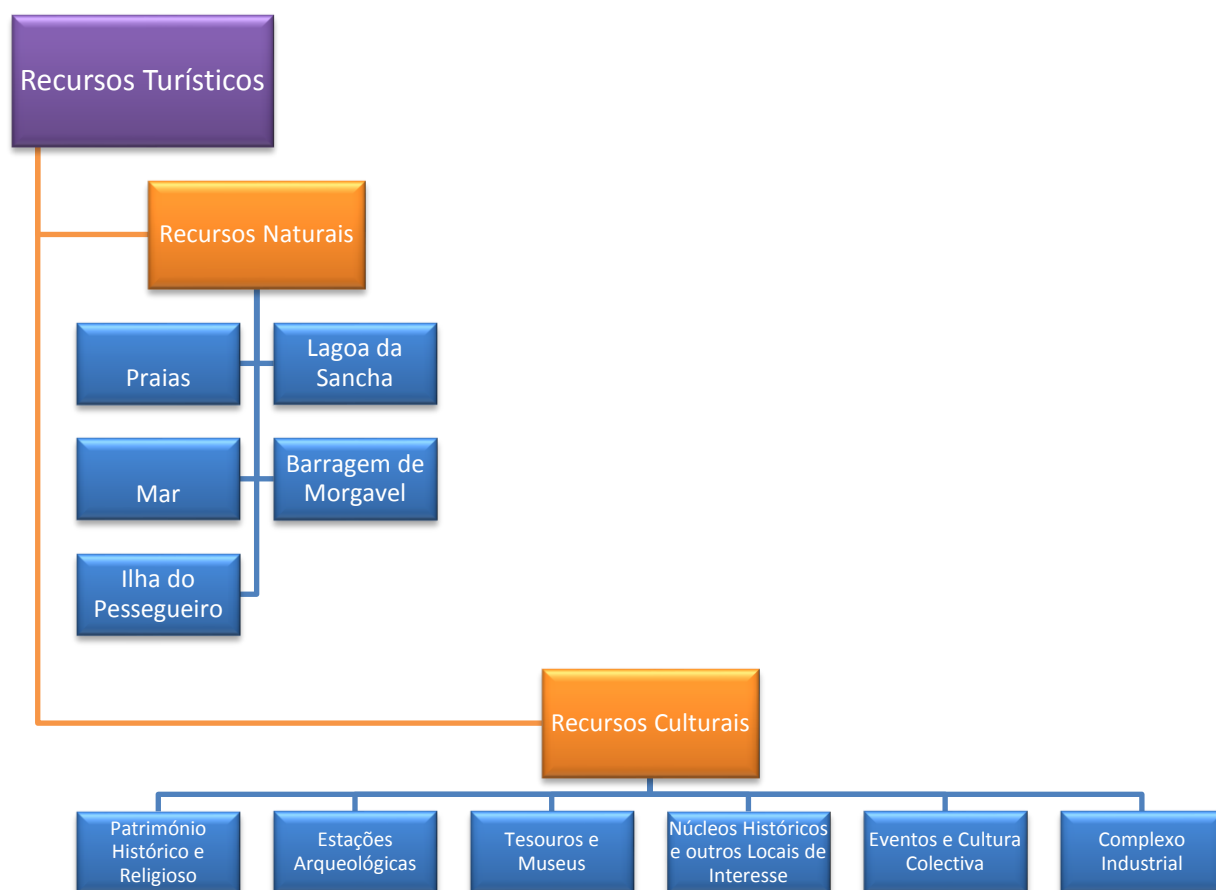
A análise do sistema turístico no Município de Sines, uma das componentes do diagnóstico que integra qualquer modelo de planeamento e igualmente o da “Terceira Via” defendida por BURNS (2004a), pressupõe, mais do que um exercício, uma atitude que permita, para além da caracterização da realidade, uma leitura interpretativa que percepcione para além do tangível.

A análise do sistema turístico no Município de Sines irá ser norteadada por três perspectivas distintas: os recursos turísticos, a oferta turística e a procura turística, discriminando, sempre que possível, os dados por Freguesia (Sines e Porto Covo), comparando com as unidades territoriais mais abrangentes, e recorrendo às séries temporais entendidas por pertinentes.

4.2.1.1. OS RECURSOS TURÍSTICOS

Os recursos turísticos, uma das dimensões do sistema turísticos, são, por conseguinte, o resultado da interacção entre os recursos naturais, culturais, sociais e económicos, constituindo um campo de estudo abrangente, complexíssimo e pluricausal (BENI, 1997:18). Os recursos turísticos constituem a matéria-prima a partir da qual se pode pensar, ou repensar, o planeamento e o desenvolvimento turístico numa determinada unidade territorial, constituindo o móbil para a deslocação de pessoas, sem o intuito de desenvolverem uma actividade remunerada.

Figura XIII – Fluxograma dos Recursos Turísticos do Município de Sines



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

O Município de Sines, apesar da sua reduzida dimensão territorial, é rico em património natural, cultural e arquitectónico, constituindo estes importantes recursos turísticos, ainda que em estádios de rentabilização distintos. Apesar desta diversidade, é indiscutível que a mais-valia desta unidade territorial, no que concerne aos seus recursos turísticos, e não só, decorre da sua posição geográfica e sobretudo da sua relação com o mar. Esta relação que, tanto no passado como no presente, tem sido determinante para as actividades económicas que têm suportado as gentes deste território (pesca, logística...), constitui um dos factores mais atraente do ponto de vista turístico, nomeadamente através dos pontos onde o mar cede espaço à terra, pontecendo a paisagem de inúmeras praias. A natureza desta investigação impele-nos a fazer uma descrição mais pormenorizada desses mesmos recursos, cujo enquadramento tipológico, feito na perspectiva do fluxograma anterior, se encontra no Quadro XIII.

Quadro XIII – Análise descritiva dos Recursos Turísticos do Município de Sines

Tipologia	Recurso
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Praias <ul style="list-style-type: none"> – Praia da Costa do Norte – Praia Vasco da Gama – Praia de S. Torpes – Praia de Morgavel – Praia da Vieirinha – Praia da Samoqueira – Praia do Cerro da Águia – Praia Grande do Porto Covo – Praia do Banho de 29 – Praia da Ilha do Pessegueiro
	<ul style="list-style-type: none"> • Mar
	<ul style="list-style-type: none"> • Ilha do Pessegueiro
	<ul style="list-style-type: none"> • Lagoa da Sancha
	<ul style="list-style-type: none"> • Barragem de Morgavel
Recursos Culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património Histórico e Religioso <ul style="list-style-type: none"> – Castelo de Sines – Igreja de São Salvador (Igreja Matriz) – Capela de Nossa Sra. das Salas – Igreja de Nossa Senhora da Soledade (Porto Covo) – Forte do Revelim – Forte do Pessegueiro – Estátua de Vasco da Gama
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estações Arqueológicas <ul style="list-style-type: none"> – Estação Arqueológica da Palmeirinha – Fábrica de Salga de Sines – Fábrica de Salga do Pessegueiro
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tesouros e Museus <ul style="list-style-type: none"> – Museu de Sines – Casa Vasco da Gama
	<ul style="list-style-type: none"> – Tesouro de Nossa Senhora das Salas
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Núcleos Históricos e Outros Locais <ul style="list-style-type: none"> – Centro Histórico de Sines – Centro Histórico de Porto Covo
	<ul style="list-style-type: none"> – Porto de Pesca de Sines – Porto de Pesca de Porto Covo
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventos e Cultura Colectiva <ul style="list-style-type: none"> – Festival Músicas do Mundo – Sines em Jazz – Carnaval de Sines – Procissão de Nossa Senhora das Salas – Procissão de Nossa Senhora da Soledade – Centro de Artes de Sines – Escola das Artes – Centro Cultural Emérico Nunes
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Complexo Industrial <ul style="list-style-type: none"> – Indústria Química e Petroquímica (GALP, REPSOL, ARTLANT) – Central Termoeléctrica (EDP) – Porto de Sines (APS, PSA, REN)

Fonte: SERVIÇO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

Recursos Naturais

Os recursos naturais são constituídos por elementos do meio natural passíveis de serem utilizados para satisfação de necessidades humanas. Porém, o facto de existir um elemento natural não lhe confere o estatuto de recurso, sendo necessário existir uma intervenção do homem de forma a capacitá-lo para a satisfação das necessidades humanas, através da sua divulgação e preservação, no âmbito de um modelo de sustentabilidade.

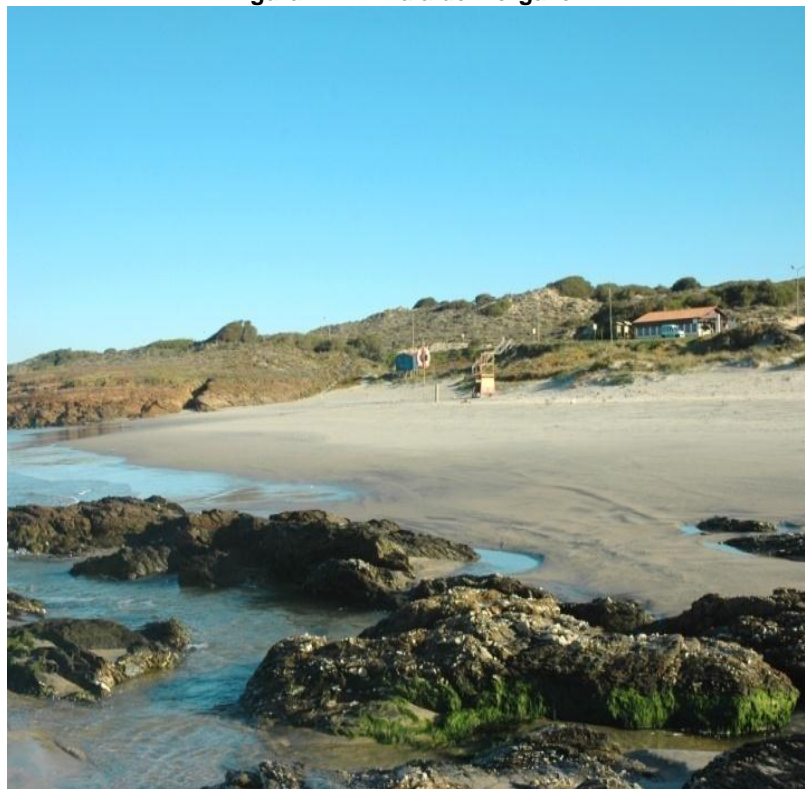
O Município de Sines tem uma componente rural, coincidente com o interior do seu território e com características particulares, contudo é o mar que domina a paisagem, sendo na costa que se encontram os elementos estéticos diferenciadores, *per si* e na relação que estabelece com a terra. Pelo reconhecimento do protagonismo deste elemento, a análise das atracções naturais debruçar-se-á fundamentalmente sobre as praias, e demais características relacionadas com a costa, sendo que a maioria permanece num estado semi-selvagem, embora com acessibilidades que permitem a visita e usufruto por parte dos visitantes. A cidade de Sines possui duas praias distintas, a Praia Vasco da Gama e a Praia da Costa do Norte, sendo que a primeira se encontra sobre a jurisdição da Administração do Porto de Sines, tendo um perfil mais cosmopolita e sendo sobretudo frequentada pelos residentes.

Ao longo de toda a costa, para Sul, encontram-se praias com características que atraem na época banhar residentes e visitantes, que se distribuem de forma equilibrada pelas inúmeras reentrâncias das arribas, algumas dotadas de infra-estruturas que permitem o acesso e a permanência, embora poucas sejam as que possuem, em permanência, meios de salvamento. A primeira dessas praias, e a que apresenta um mais longo areal, é a Praia de São Torpes, onde conta a lenda, terá dado à costa o corpo martirizado deste santo no primeiro século da Era Cristã.

A Ribeira da Junqueira, que desagua no final da Praia de São Torpes, constitui o ponto de referência para o início do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, sendo que a partir daqui o Município, para além da subordinação a outros instrumentos de gestão territorial, também se encontra sujeito às directivas que regem esta área protegida.

Até à aldeia de Porto Covo surge um sem número de praias preservadas, nomeadamente a Praia de Morgavel, que recebeu em 2001, pela primeira vez o galardão da Bandeira Azul, a Praia da Vieirinha, com características naturais vocacionadas para a prática de desportos náuticos, nomeadamente *bodyboard* e *surf*, e a Praia da Samoqueira, com uma beleza natural muito particular que lhe é conferida pelas escarpas que a rodeiam e por uma cascata de água doce.

Figura XIV – Praia de Morgavel



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

O Porto Covo, para além de outros recursos patrimoniais, possui igualmente três praias, sendo que uma delas, a Praia Grande, tem um areal extenso, relativamente às demais, possuindo meios de salvamento em permanência, boas acessibilidades e um apoio de praia, o que lhe confere características mais urbanas. Pela sua localização geográfica, junto à povoação, estas praias são sobretudo procuradas pelos turistas e residentes que se deslocam a pé, nomeadamente os escalões etários mais jovens.

No entremeio da povoação e do limite do Município, surge a Praia da Ilha do Pessegueiro, em que a beleza paisagística, proporcionada pela ilha e sua envolvente, catalisa as fortes potencialidades balneares.

Ao conjunto de praias anteriormente referido, juntam-se inúmeras outras de pequenas dimensões, que pontuam a costa, e que permitem aos visitantes a opção entre o desfrute colectivo ou experiências mais isoladas. A Câmara Municipal de Sines, no reconhecimento da importância destes recursos para o desenvolvimento desta unidade territorial, tem dotado de acessos algumas das praias, independentemente da sua dimensão, e construído protecções às arribas, de forma a aumentar a sua atractividade.

Figura XV – Ilha do Pessegueiro



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

A Ilha do Pessegueiro é outro dos recursos naturais desta unidade territorial, constituindo um elemento estético, mas proporcionando igualmente oportunidades de animação turística, na medida em que constitui um destino de passeios de barco e de exploração arqueológica. O canal da Ilha do Pessegueiro foi usado como porto de abrigo dos Cartagineses e Romanos na difícil subida da costa alentejana, existindo na ilha vestígios, a descoberto, de uma fábrica de salga de peixe romana (será de peixe, “piscis”, que deriva o nome da ilha, e não da árvore de fruto). No séc. XVIII, houve planos para usar a ilha para um grande porto de mar (ainda são visíveis os blocos que atestam o início da sua construção).

Recursos culturais

Os recursos culturais constituem, em primeira instância, a “matéria-prima” para o Turismo Cultural, ou quando a sua expressão quantitativa e/ qualitativa não é, por si só, justificativa para a prática deste tipo de turismo, complementam outros produtos turísticos, contribuindo para aumentar a atractividade do local.

As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, definindo-se o turismo cultural como o que tem por objectivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem (BARRETO, 2008:22). As motivações para a prática do turismo estão a assumir na pós-modernidade novas formas, sendo que o património cultural, tangível e intangível, está a aumentar o seu protagonismo, constituindo-se crescentemente, como objecto de itinerários e roteiros culturais.

Neste contexto, a cultura e o património cultural constituem, cada vez mais, recursos para o desenvolvimento turístico, gerando empregos e impulsionando, de forma directa e indirecta, o crescimento económico. Simultaneamente, a cultura e o património cultural contribuem para a criação de imagens-icone de territórios, espaços e cidades em declive ou em processo de recuperação e/ou transformação.

No que respeita ao Município de Sines, há que referir que nos últimos anos a Câmara Municipal tem apostado na cultura enquanto força propulsora do desenvolvimento. Ainda que esta unidade territorial não tenha um património cultural que, só por si, a diferencie enquanto destino cultural, a construção de infra-estruturas como o Centro de Artes, a organização de eventos como o Festival Músicas do Mundo, e a preenchida agenda cultural anual, desperta cada vez mais o interesse de visitantes, contribuindo para aumentar a atractividade do destino e para a sua consolidação.

A análise dos recursos patrimoniais e culturais do Município de Sines obedece a uma agregação tipológica que visa facilitar a percepção global e o entendimento particular, na perspectiva do seu uso turístico. Entre estes recursos destacam-se, pelo seu significado histórico, mas igualmente pelo seu estado de conservação e pelo âmbito geográfico do seu protagonismo, o Castelo de Sines, a Igreja de São Salvador (Igreja Matriz), a Capela de Nossa Sra. das Salas, a Igreja de Nossa Senhora da Soledade (Porto Covo), o Forte do Revelim, o Forte do Pessegueiro e a Estátua de Vasco da Gama, os quais serão objecto de uma apresentação mais pormenorizada.

No âmbito do património histórico há que destacar o Castelo de Sines, imóvel classificado de interesse nacional, construído na primeira metade do séc. XV e recuperado recentemente, albergando desde 2008 na sua Torre de Menagem, a Casa de Vasco da Gama, que evoca a vida do navegador português nascido nesta localidade. Sendo este o seu presente, o seu passado cruza-se com a necessidade de proteger o povoado e com uma imposição de D. Pedro I para elevar Sines a vila em 1562 (MUNICÍPIO DE SINES, 2011b).

Figura XVI – Castelo de Sines



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

A figura do navegador Vasco da Gama (1469-1524), descobridor do caminho marítimo para a Índia, personagem proeminente da história nacional e internacional, nascido em Sines e sido premiado com este condado pela sua descoberta, é igual de destacar no presente contexto. Vasco da Gama é um ícone desta cidade, sendo possível a sua imagem ser rentabilizada turisticamente de uma forma mais eficiente, ainda que a abertura da Casa Vasco da Gama em 2008, onde objectos e multimédia retratam a sua vida, tenha sido um passo importante neste sentido. A sua estátua, reivindicada pela população desde 1898, ano em que se celebrou o 400º aniversário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, foi inaugurada em 1970, situando-se junto ao castelo (MUNICÍPIO DE SINES, 2011b)

Na arquitectura religiosa do Município de Sines integra-se a Igreja Matriz de São Salvador, a Capela de Nossa Senhora das Salas, a Igreja da Misericórdia, a Ermida de São Bartolomeu e a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, sendo esta última pertença de Porto Covo. A história da Igreja Matriz cruza-se com a de Vasco da Gama, tendo sido construída na época medieval, e apresentando desde 1730 a sua estética actual, característica do barroco joanino, conferida no âmbito de um processo completo de remodelação. A Capela de Nossa Senhora das Salas, outro exemplar da arquitectura religiosa, foi construída, na sua versão primitiva, no início do séc. XIV, por uma das aias de D. Isabel, esposa de D. Dinis, tendo Vasco da Gama mandado reedificar o edifício no séc. XVI (SOLEDADE, 1999). Actualmente é local de exposição de ofertas feitas ao longo dos anos, incluindo peças provenientes de outros monumentos religiosos do Município, alguns dos quais já desaparecidos, agregadas no Tesouro de Nossa Senhora das Salas, constituindo a sexta unidade da Rede Museológica da Diocese de Beja.

Figura XVII – Capela de Nossa Sra. Das Salas



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

Por último, nesta tipologia, há a referir a Igreja de Porto Covo, também conhecida por Igreja de Nossa Senhora da Soledade, em virtude de albergar a imagem da santa padroeira da localidade. Construída no séc. XVIII, com base no projecto de Joaquim Guilherme d'Oliveira, apresenta linhas austeras onde é patente a hibridez morfológica do reinado de D. Maria I (MUNICÍPIO DE SINES, 2011b).

No âmbito da arquitectura militar salientam-se dois exemplares, um dos quais, o Forte da Ilha do Pessegueiro também conhecido pelo forte de Nossa Senhora da Queimada, foi construído na época da Dinastia Filipina em 1588, sob a direcção do arquitecto e engenheiro militar italiano Filippo Terzi (1520 – 1597), com o objectivo de evitar que os corsários usassem o ancoradouro natural entre a ilha e a praia como ponto de apoio, (SOLEDADE, 1999). A outra edificação desta natureza, o Forte do Revelim (ou de Nossa Senhora das Salas), foi construída no séc. XVII, sobre projecto do Engenheiro do Rei, Massai, para defender, em conjunto com o Castelo, os habitantes e embarcações de Sines

dos corsários e piratas que assediavam a costa, tendo tido guarnição até 1844, foi declarado, em 1978, monumento de interesse público (QUARESMA, 2009).

Figura XVIII – Forte do Pessegueiro



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

Em paralelo com o património histórico, surgem fortes indícios de populações nesta unidade territorial desde a pré-história, sobretudo a sul, patentes em estações arqueológicas, como a da Palmeirinha, da Quitéria e do Pessegueiro (conhecida como Cemitério dos Mouros), que atestam a presença humana no Neolítico e na Idade do Bronze.

Da época romana também são inúmeros os testemunhos, tendo sido com este povo que Sines se afirmou como centro portuário e industrial, nomeadamente da cidade de Miróbriga (Santiago do Cacém). Na Ilha do Pessegueiro existem igualmente vestígios, também visitáveis, e que complementam a riqueza patrimonial da parcela mais a sul deste território.

A partilha da riqueza histórica e pré-histórica do Município de Sines originou a criação de espaços dedicados à sua exposição, permanente ou temporária, entre os quais se destaca o núcleo sede do Museu de Sines, localizado no Paço dos Governadores Militares, montra do património arqueológico mais significativo do Município, e a Casa de Vasco da Gama, onde é retratada a vida deste navegador, com recurso à multimédia face à escassez de objectos reais, ambos instalados no Castelo desde 2008.

O passado e o presente cruzam-se em alguns locais de referência desta unidade territorial, nomeadamente no centro histórico e no porto de pesca, de Sines e de Porto Covo, que pela

estética, estado de conservação e qualidade da experiência turística que proporcionam, são dignos de serem identificados como recursos turísticos patrimoniais. Entre os demais, há que salientar o Largo Marquês de Pombal, em Porto Covo, inspirado no modelo pombalino da baixa lisboeta, e que mantém quase intacta a traça oitocentista, constituindo o centro social da aldeia para os residentes e para os turistas.

Figura XIX – Largo Marquês de Pombal – Porto Covo



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

Na dimensão cultural salienta-se, igualmente, a agenda anual deste Município, dinamizada sobretudo pela Câmara Municipal, ainda que com a intervenção de algumas colectividades. Neste contexto, destacam-se o Carnaval, a Festa da Nossa Senhora das Salas, a Festa de Nossa Senhora da Soledade (Porto Covo), mas sobretudo o Festival de Músicas do Mundo (FMM), que é um evento diferenciador, realizado pela Câmara Municipal de Sines desde 1999, e o “Sines em Jazz”, ambos reveladores da aposta na cultura, podendo esta ser entendida como estratégia de desenvolvimento turístico, nomeadamente enquanto meio de animação turística, mas igualmente como contributo para a criação de uma marca.

A referência ao Centro de Artes de Sines, que integra a Biblioteca Municipal, enquanto edificado, mas sobretudo enquanto projecto, é obrigatória neste contexto, pelo aspecto estético, mas sobretudo pela forte actividade cultural que alberga, com exposições, concertos, teatro e apresentações de livros, numa dinâmica que contribui para a

atractividade de visitantes ao longo de todo ano, consequentemente para o esbatimento da sazonalidade e para a sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

Figura XX – Centro de Artes de Sines



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

Por último, no âmbito da identificação e pormenorização dos recursos culturais, impõe-se a referência ao complexo industrial de Sines. Ainda que possa ser controversa a sua inclusão entre os recursos turísticos desta unidade territorial, as grandes indústrias químicas e petroquímicas, e o Terminal XXI, porto de águas profundas que recebe super cargueiros diariamente, podem ser percepcionados como atracções turísticas, no âmbito do Turismo Industrial. Mas para além do presente, também o passado e o percurso que até aqui nos conduziu, largamente documentado pelo espólio do já extinto Gabinete da Área de Sines, pode constituir um foco de interesse se devidamente rentabilizado, inventariado e disponibilizado em suporte físico ou virtual.

Figura XXI – Terminal de gás



Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

O património natural e cultural do Município de Sines, embora apresente isoladamente algumas características diferenciadoras, assume relevância turística apenas no seu conjunto, numa óptica de complementariedade, sobretudo pelo seu estado de conservação e de preservação, e pelas questões paralelas que lhe estão associadas, nomeadamente as relacionadas com a segurança dos visitantes. No entanto, é flagrante a inexistência de uma estratégia concertada entre os vários *stakeholders*, que promova a rentabilização dos recursos existentes, aumente a sua visibilidade a direcção a sua exploração e consumo no sentido do combate à sazonalidade e da promoção do desenvolvimento turístico sustentável. Estes são os recursos disponíveis, há que agir intencional e concertadamente para promover a sua transformação em produtos turísticos que contribuam para o crescimento económico desta unidade territorial, para a qualidade de vida das populações, em paralelo com a protecção do património tangível e intangível.

4.2.1.2. A OFERTA TURÍSTICA

A oferta turística agrega os conjuntos de elementos, bens e serviços passíveis de serem adquiridos ou utilizados pelos visitantes, tal como aqueles que foram criados com o intuito de satisfazer as suas necessidades. Concorrem ainda os elementos naturais e culturais que fomentam a deslocação dos visitantes.

Do lado da oferta, a análise da actividade de alojamento é fundamental para o entendimento do sistema turístico do Município de Sines. De acordo com a informação constante no Quadro XIV, a oferta de alojamento turístico nesta unidade territorial aumentou no período entre 2000 e 2010, registando-se o incremento de uma unidade hoteleira, embora tenha que se referir que em 2007 e 2008 houve um acréscimo, no ano seguinte registou-se uma diminuição, para em 2010 voltar a ocorrer uma alteração positiva. Este comportamento sugere uma década de estagnação, caracterizada por uma ligeira oscilação, assumindo um significado particular quando comparado com o assumido com as NUT's, I, II e III, em que se inserem. Esta análise comparativa revela que enquanto no país, no mesmo período tempo a variação relativa foi de 12,6%, no Alentejo e no Alentejo Litoral os valores homólogos foram, respectivamente, de 49,5% e de 36,4%, no Município de Sines este valor foi apenas de 14,3%.

Quadro XIV – Nº de Estabelecimentos Hoteleiros 2000-2010

Unidade territorial	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação relativa
Portugal	1 786	1 781	1 890	1 934	1 954	2 012	2 028	2 031	2 041	1 988	2 011	12,6%
Alentejo	105	104	118	131	130	134	142	154	154	153	157	49,5%
Alentejo Litoral	33	34	31	37	37	37	39	41	41	42	45	36,4%
Município de Sines	7	7	7	7	7	7	7	8	8	7	8	14,3%

Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

Uma variável cujo comportamento vem corroborar as conclusões anteriores é a capacidade de alojamento, cuja informação está presente no Quadro XV. A variação relativa, pela sua natureza sintética, evidencia um aumento no Município de Sines, no período entre 2000 e 2010, muito aquém do verificado nas NUT's II e III em que esta unidade se enquadra administrativamente.

Quadro XV – Capacidade de alojamento 2000-2010

Unidade territorial	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação relativa
Portugal	222 958	228 665	239 903	245 778	253 927	263 814	264 037	264 747	273 975	273 804	279 506	25,4%
Alentejo	7 439	7 318	8 432	9 129	9 271	9 036	9 323	9 961	10 008	10 591	11 899	60,0%
Alentejo Litoral	2 935	3 008	2 810	3 212	3 243	2 576	2 776	2 723	2 691	3 211	4125	40,5%
Município de Sines	613	618	613	616	616	638	638	656	656	578	628	2,4%

Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

De acordo com a informação da Câmara Municipal de Sines, constante nos Quadros XVI e XVII, em 2010, as camas disponíveis no Município, independentemente da sua classificação, perfaziam um total de 3.955, sendo de destacar os contributos dos parques de campismo para esta oferta, bem como a relevância da Freguesia de Porto Covo.

Há que salientar, que esta informação não é comparável com a constante nos dois quadros anteriores, na medida em que são consideradas todas as camas independentemente da tipologia da unidade a que pertencem.

Quadro XVI – Camas turísticas no Município de Sines – 2010

Unidade turística	Freguesia	Tipologia	Total de Camas	Total Apartamentos	Total Quartos
Hotel Apartamento Porto Covo	Porto Covo	Hotel - Apartamento	60	20	0
Hotel Veleiro	Sines	Hotel	28	0	14
Hotel Apartamento Sinerama	Sines	Hotel	223	105	0
Hotel D. Vasco	Sines	Hotel	54	0	27
Casa do Médico	Sines	Alojamento Local	20	0	10
Habimar	Sines	Alojamento Local	45	0	25
Alojamento Campos	Sines	Alojamento Local	32	0	16
Residencial Carvalho	Sines	Alojamento Local	41	0	22
Malhada Residencial	Sines	Alojamento Local	32	0	8
Zé Inácio	Porto Covo	Alojamento Local	18	0	9
Parque Campismo Costa do Vizir*	Porto Covo	Parque de Campismo e/ou Carvanismo	540	0	0
Parque de Campismo Porto Covo	Porto Covo	Parque de Campismo e/ou Carvanismo	1883	0	0
Parque Campismo Ilha do Pessegueiro*	Porto Covo	Parque de Campismo e/ou Carvanismo	960	0	0
Courela do Salgueiro	Porto Covo	TER – Casa de Campo	7	0	3
Refúgio da Praia	Porto Covo	TER – Casa de Campo	12	0	6
TOTAL			3955	125	140

*Com condicionalismos de licenciamento

Fonte: SERVIÇO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2012

Quadro XVII – Camas turísticas no Município de Sines – 2010: resumo

Camas existentes	N.º de camas
Hotéis	365
Alojamento local	188
Parques de campismo	3 383
Turismo em Espaço Rural	19
TOTAL	3 955

Fonte: SERVIÇO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2012

No médio prazo está prevista a oferta de mais 1.231 camas turísticas, subjacentes à construção de dois empreendimentos turísticos e de dois hotéis, de acordo com a informação presente no Quadro XVIII, sendo que o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) determina uma capacidade máxima de 9.685 camas, ainda existe viabilidade legal para a construção de mais 4.499, face às 3.955 existentes e às 1.231 previstas a curto prazo.

Quadro XVIII – Camas turísticas previstas no médio prazo

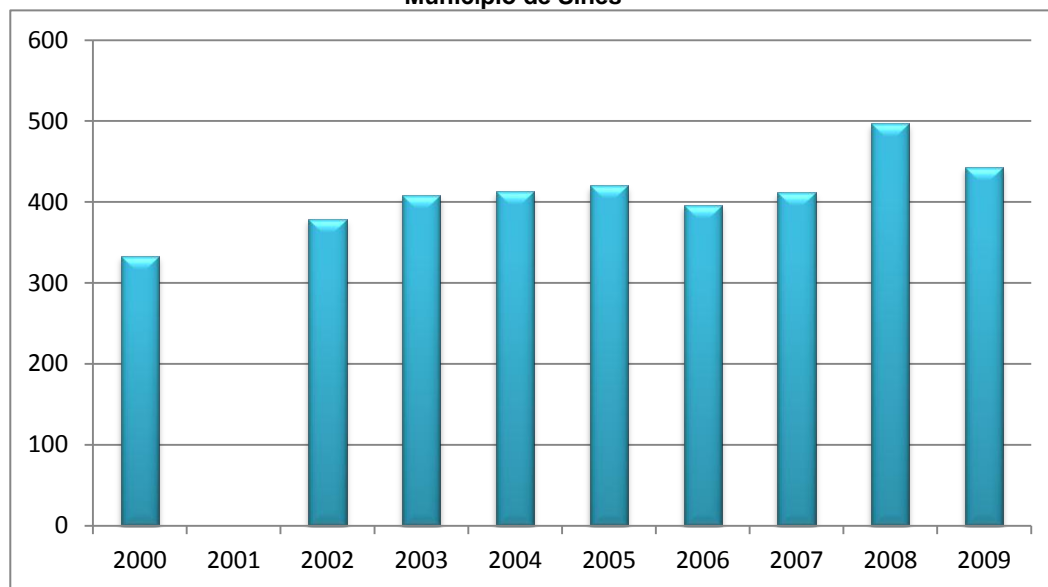
Projecto	N.º de camas
PP Cova do Lago	780
Hotel Belhabitat	204
Hotel Sittouring	104
Terras de Manique/apartamentos turísticos	143
TOTAL camas previstas	1 231
TOTAL camas existentes + camas previstas	5 186
Capacidade máxima (PROTA)	9 685
Camas passíveis de construção	4 499

Fonte: SERVIÇO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2012

A análise da oferta turística compreende igualmente a vertente dos recursos humanos. Uma dimensão de fulcral importância para a qualidade dos serviços e da experiência turística, e para a competitividade dos destinos. O emprego no turismo no Município de Sines, à semelhança do que acontece no país, tem vindo a aumentar gradualmente, embora o

percurso ascendente apresente algumas interrupções, sendo que o alojamento e a restauração abarcam a maioria dos empregados no sector do turismo.

Gráfico II – Número de pessoas ao serviço no Alojamento, Restauração e Similares 2000-2009 – Município de Sines



Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, 2011

Há a acrescentar, no que concerne a esta dimensão, que a forte sazonalidade do turismo nesta unidade territorial impede que a evolução quantitativa do emprego no sector seja acompanhada, proporcionalmente, pelo aumento do nível de qualificações. Ainda que a este nível se assista a uma evolução positiva, porque existem algumas entidades formadoras nos Municípios limítrofes que têm contribuído para a formação de profissionais do sector, nomeadamente o Instituto Piaget, que lecciona uma licenciatura em Gestão de Hotelaria e Turismo, e o Centro de Formação Profissional de Santiago Cacém e a Escola Profissional da Fundação Odemira, que ministram formações nível III, em áreas directamente relacionadas com a hotelaria e o turismo. Aliás, a reforçar o investimento em formação nesta área está o elevado número de entidades acreditadas pela Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho no distrito de Setúbal que, em 2008, ascendiam a doze, encontrando-se os perfis de competências necessários a este sector e o seu processo de construção, identificados num estudo prospectivo das necessidades de formação na região de Setúbal (SOUZA e BRITO, 2008).

4.2.1.3. A PROCURA TURÍSTICA

A procura turística é o outro vector a analisar no mercado turístico. No período entre 2000 e 2010, o número de hóspedes que se registaram nos estabelecimentos hoteleiros do Município de Sines sofreu uma variação relativa de 81,3%, um valor extremamente significativo, que se situa muito além dos seus homólogos em Portugal, no Alentejo e no Alentejo Litoral, como se pode constatar na análise do Quadro XIX.

Quadro XIX – Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros 2000-2010

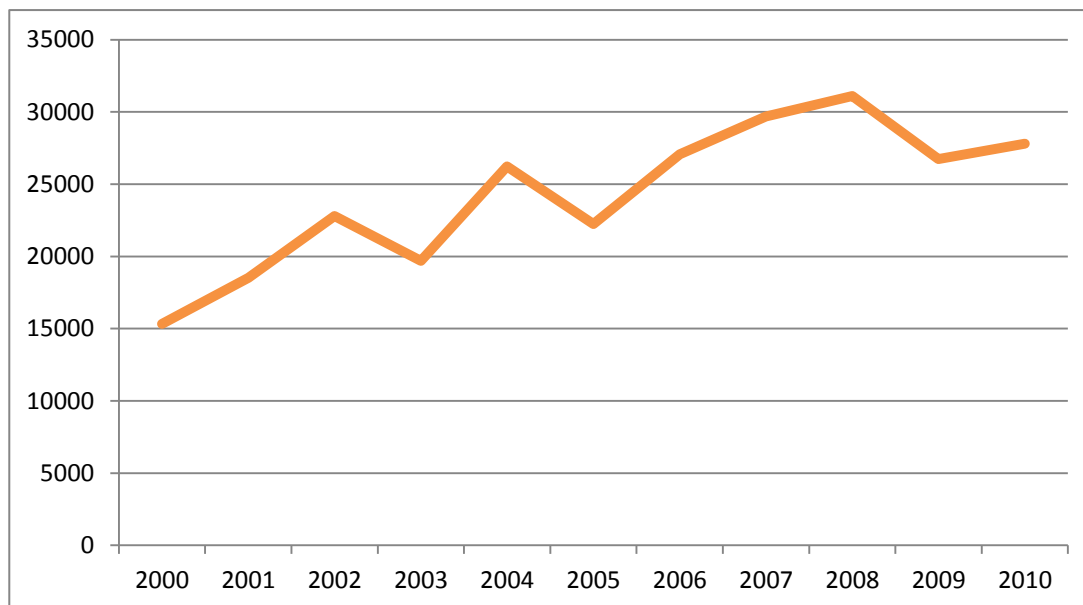
	Portugal	Alentejo	Alentejo Litoral	Sines
2000	9 515 615	503 130	98 918	15 332
2001	9 392 446	510 112	117 957	18 514
2002	10 546 892	613 775	128 271	22 786
2003	10 413 852	552 282	121 915	19 699
2004	10 901 968	589 771	133 341	26 219
2005	11 469 314	578 009	109 951	22 234
2006	12 376 941	610 746	123 752	27 070
2007	13 366 173	675 256	116 284	29 674
2008	13 456 372	664 149	111 897	31 093
2009	12 927 907	655 386	122 468	26 743
2010	13 537 040	697 477	137 564	27 802
Variação relativa 2000-2010	42,3%	38,6%	39,1%	81,3%

Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

De acordo com a informação do Gráfico III, entre 2000 e 2010, Sines atraiu um número crescente de hóspedes⁷, verificando-se no período em análise um incremento global bastante significativo, ainda que pontuado por oscilações relevantes. Neste contexto, há que referir que a actividade das inúmeras grandes empresas sedeadas ou a laborar neste Município pode eventualmente ser uma fonte de explicação para este comportamento instável. Ainda que enquadrando estes hóspedes na tipologia de Turismo de Negócios, pois pela especificidade da sua estada, esta é uma hipótese plausível, há que salientar o facto de a sua motivação ser distinta da dos turistas que procuram sazonalmente e sobretudo na época estival, o Município sob a égide do produto Sol e Mar.

⁷Hóspede – Indivíduo que efectua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, no período de referência, tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer (novas inscrições) (INE, 2011c).

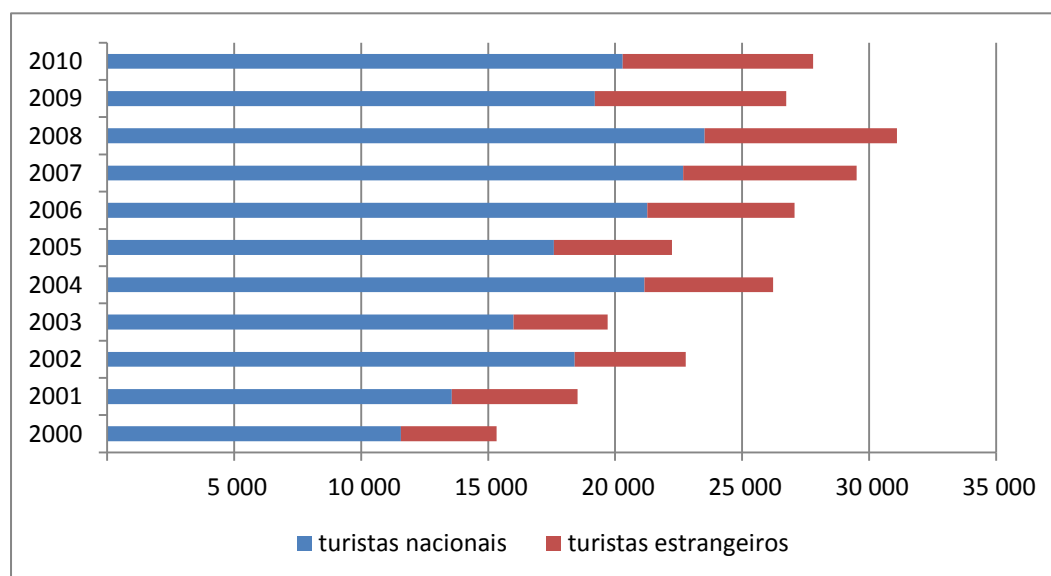
Gráfico III – A evolução no n.º de hóspedes no Município de Sines 2000-2010



Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

Uma outra dimensão da caracterização da procura turística no Município de Sines é a origem dos turistas que anualmente são atraídos pelas suas características climáticas, geográficas, culturais, patrimoniais ou por outras motivações. De acordo com o Gráfico IV, a maior parte dos turistas que fazem do Município de Sines o seu destino são originários de Portugal, um facto que revela a grande dependência do mercado interno.

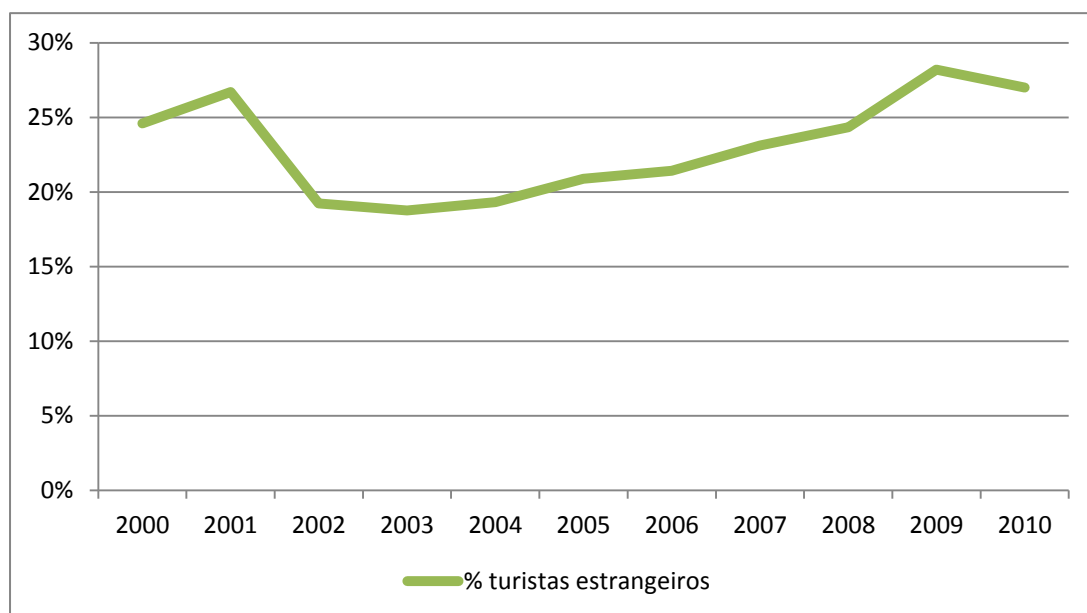
Gráfico IV – A evolução no n.º de hóspedes no Município de Sines 2000-2010



Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

A procura internacional, apesar de se situar aquém da nacional quando a variável em análise é o número de hóspedes, continua a ter um peso significativo, representando 27% da procura total em 2010, e notando-se uma tendência para o seu aumento progressivo aquando da análise diacrónica do período de referência, embora no último ano se tenha verificado uma redução de 1% relativamente ao ano transacto.

Gráfico V – Turistas estrangeiros vs nacionais: % no Município de Sines 2000-2010



Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

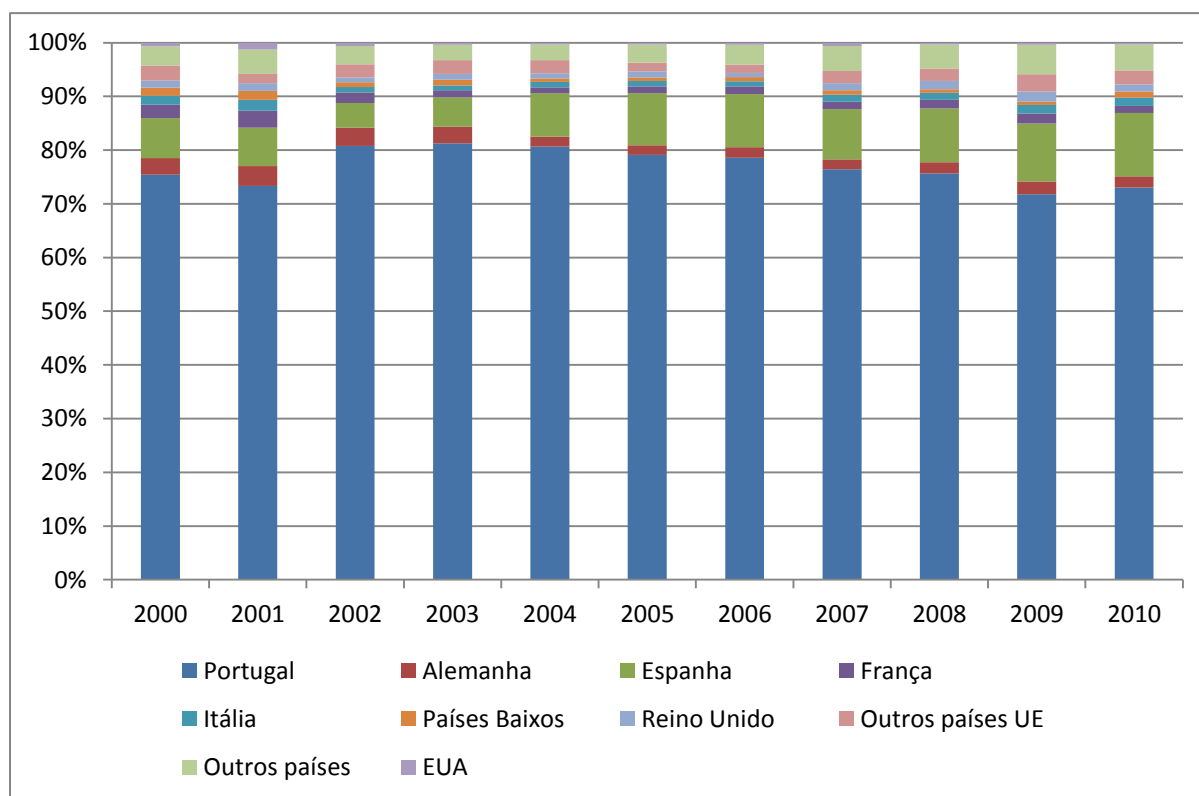
Entre a procura internacional, no que concerne aos países europeus, destaca-se a Espanha com um contributo médio, no período em análise, de 8,25%, segue-se a Alemanha e o grupo dos restantes países da União Europeia, sendo que relativamente a este grupo há ter em consideração que até 2003 se fala da União Europeia com 15 países, a partir de 2004, inclusive, são integrados mais dez estados-membros, e passamos a um grupo de vinte e cinco países, e a partir de 2007 o grupo aumenta para 27 elementos (vd Quadro XX e Gráfico VI).

Quadro XX – Hóspedes Entrados em Estabelecimentos Hoteleiros de Sines, segundo o País de Residência Habitual, 2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	11 563	13 573	18 407	16 003	21 153	17 592	21 273	22 683	23 528	19 201	20 303
Alemanha	475	693	772	611	476	397	531	541	652	636	585
Espanha	1 138	1 316	1 052	1 085	2 134	2 156	2 669	2 782	3 097	2 879	3 279
França	390	587	437	261	280	277	402	405	516	491	360
Itália	252	378	234	174	257	235	251	385	408	429	432
Países Baixos	232	311	213	213	176	137	207	254	190	169	311
Reino Unido	200	257	202	206	253	250	208	393	490	504	378
Outros países UE	425	319	548	506	637	360	421	665	716	860	729
Outros países	553	840	785	559	765	759	1 010	1 388	1 393	1 464	1340
EUA	104	240	136	81	88	71	98	178	103	110	85
Total	15 332	18 514	22 786	19 699	26 219	22 234	27 070	29 674	31 093	26 743	27 802

Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

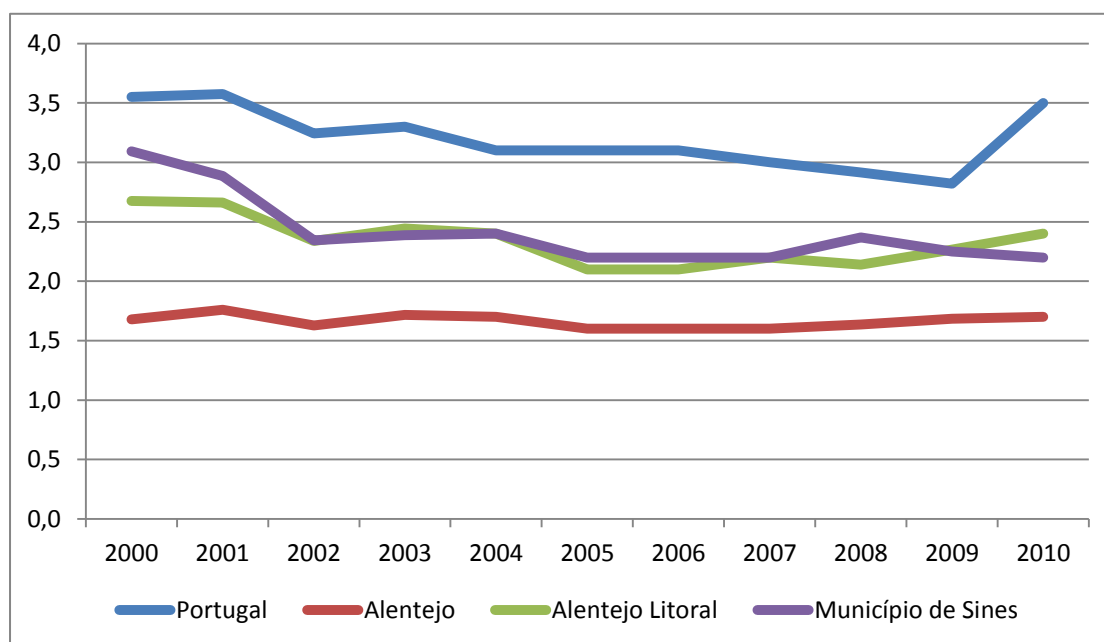
Gráfico VI – A estrutura por nacionalidade dos turistas no Município de Sines 2000-2010



Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

Uma outra variável relevante para a caracterização da procura turística é o tempo de permanência dos turistas. Para além da objectividade dos números, estes dados revelam a capacidade de cada território para fixar os turistas que o procuram. Neste campo, o Município de Sines situa-se abaixo da média nacional, o que reflecte uma oferta turística menos diversificada, incapaz de dar resposta às exigências dos turistas e de contribuir para a sua permanência. O Alentejo, NUT II, revela ser uma região procurada para curtas estadas, o que em termos económicos diminui o impacte positivo que o turismo pode ter na região. Comparativamente, o Município de Sines revela uma situação positiva, pois ainda que abaixo das médias nacionais, os valores verificados são sempre iguais ou superiores aos da NUT III em que se integra, o Alentejo Litoral.

Gráfico VII – Tempo de estada dos turistas 2000-2010



Fonte: INE, 2001b, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011b

Um dos aspectos que pode contribuir para a permanência dos turistas numa determinada unidade territorial, neste caso concreto no Município de Sines, é a oferta de animação turística. Em Portugal, a oferta de produtos neste âmbito enquadra-se principalmente em três áreas distintas: os passeios (rotas temáticas, *touring*), a exploração de equipamentos de animação (kartódromos, parques temáticos, campos de golfe, etc.) e o chamado turismo activo, com uma componente acentuada de práticas desportivas em meio natural. Trata-se de uma actividade em expansão, e constitui um elemento de grande importância no sistema turístico, porque contribui para a diversidade da oferta, e também para o aumento da sua qualidade. Para além disso, associa aos produtos turísticos uma vertente inovadora e

estimula a emergência de novos produtos, na medida em que aumenta a capacidade de atracção do mercado através da diversificação de actividades que lhe está associada. A prestação de serviços neste sector de actividade é assegurada sobretudo por micro e pequenas empresas extremamente jovens, sendo o mercado interno, o grande fornecedor de clientes (grupos de empresas, escolas e famílias) e turistas (nomeadamente através de parcerias com unidades de alojamento), exceptuando-se o caso das empresas que exploram campos de golfe e algum do turismo de aventura (IQF, 2005).

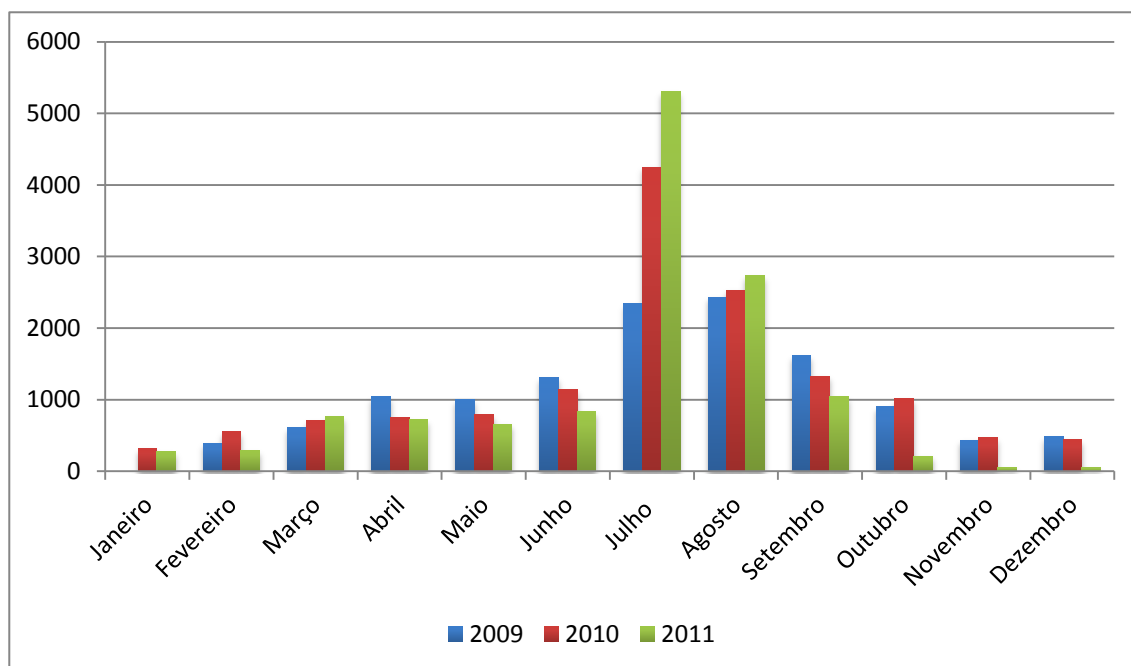
No caso concreto do Município de Sines, há uma grande escassez no campo da animação turística, sendo que a existente tem um carácter fortemente sazonal, pois as actividades que desenvolvem estão condicionadas pela concentração da procura na época estival, sendo que as empresas que se dedicam a esta actividade de forma organizada e legalizada se resumem a um conjunto restrito de entidades, e que desenvolvem a sua actividade aos seguintes níveis:

1. Ensino e prática do *surf* e *bodyboard*
2. Vela e *kayak*,
3. Mergulho
4. Passeios turísticos e pesca desportiva
5. Actividades ao ar livre.

Por último, um dos aspectos que há ainda a salientar no âmbito da procura, ou mais concretamente da relação entre esta e a oferta, é a sazonalidade. Uma questão de fulcral importância na medida em que está fortemente relacionada com a (in)sustentabilidade do turismo, em todas as vertentes mas sobretudo na questão do capital humano.

No Município de Sines esta questão assume uma particular importância porque existe uma forte dependência do produto “Sol e Mar”, o que avoluma o fenómeno em si e os seus impactes negativos. Ainda que não exista informação estatística desagregada por Município que permita fazer a análise desta variável, recorremos a informação que indirectamente permitem concluir sobre as disparidades da procura turística ao longo do ano, nomeadamente as visitas aos Postos de Informação Turística (PIT) de Sines e do Porto Covo. Estes valores devem ser entendidos numa perspectiva de amostragem, uma vez que nem todos os visitantes se dirigem a estes postos em busca de informação, ainda assim consideramos que reflectem a dinâmica da procura turística.

Gráfico VIII – Nº de visitantes, por mês, ao PIT de Sines 2009-2011



Fonte: SERVIÇO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2012

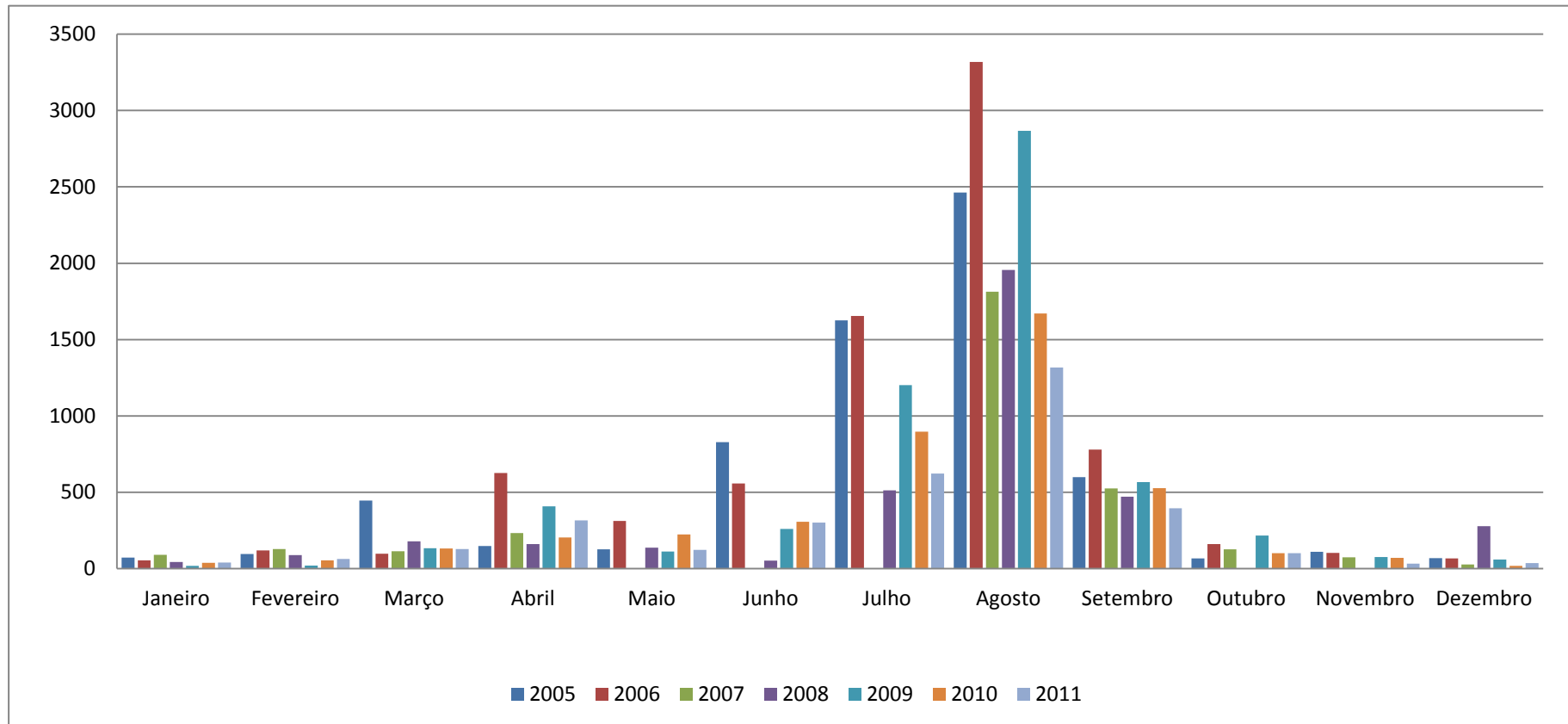
Nota: Na análise do Gráfico VIII há que ter presente a inexistência de dados relativos a Janeiro de 2009.

De acordo com a informação do PIT de Sines, cujos registos disponíveis reportam apenas aos anos de 2009, 2010 e 2011, sendo flagrante a concentração da procura nos meses de Julho e Agosto, representando, em 2011, 62% da procura anual, em 2010, 47,3% e, em 2009, 37,9%. A forte redução da procura em Outubro, Novembro e Dezembro de 2011 pode ser explicada pela mudança de instalações do Posto de Informação Turística de Sines.

Em Porto Covo é indubitável a importância relativa da procura nos meses de Julho e Agosto, sendo que, na série temporal analisada, em todos os anos perfaz mais que 50% da procura anual, como se constata no Gráfico IX.

Uma análise comparativa entre a procura turística nas duas freguesias evidencia o carácter marcadamente mais balnear de Porto Covo, em detrimento de Sines, sendo que uma possível explicação para esta realidade pode residir na maior diversidade de produtos turísticos presentes na cidade de Sines, nomeadamente Turismo Cultural e Turismo de Negócios.

Gráfico IX – Nº de visitantes, por mês, ao PIT de Porto Covo 2005-2011



Fonte: JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO COVO, 2012

Nota: Na análise do Gráfico IX há que ter presente a inexistência de dados relativos a Maio, Junho e Julho de 2007, bem como a concentração dos dados do último trimestre de 2008 em Dezembro, por inexistência de dados desagregados.

Os diferentes indicadores utilizados nesta caracterização sumária do turismo no Município de Sines, na óptica da oferta e da procura, reflectem sintomaticamente o seu crescente protagonismo nesta unidade territorial. No entanto, a postura de investimento nos equipamentos, na animação turística, mas sobretudo na qualificação dos recursos humanos, é fulcral para o seu crescimento mas sobretudo para a sua sustentabilidade. A questão da sazonalidade reflecte a necessidade premente de se diversificar a oferta, no sentido de atrair, de forma equilibrada, turistas ao longo de todo o ano, minimizando os impactes negativos económicos e sociais de uma procura excessivamente concentrada.

Neste processo de desenvolvimento turístico, é fundamental ter em consideração os inúmeros documentos de orientação estratégica e instrumentos de gestão territorial aplicáveis ao Município de Sines, pelo que dedicar-nos-emos no ponto seguinte à sua análise, cientes de que o seu determinismo condiciona largamente as políticas e práticas a propor no âmbito da presente investigação.

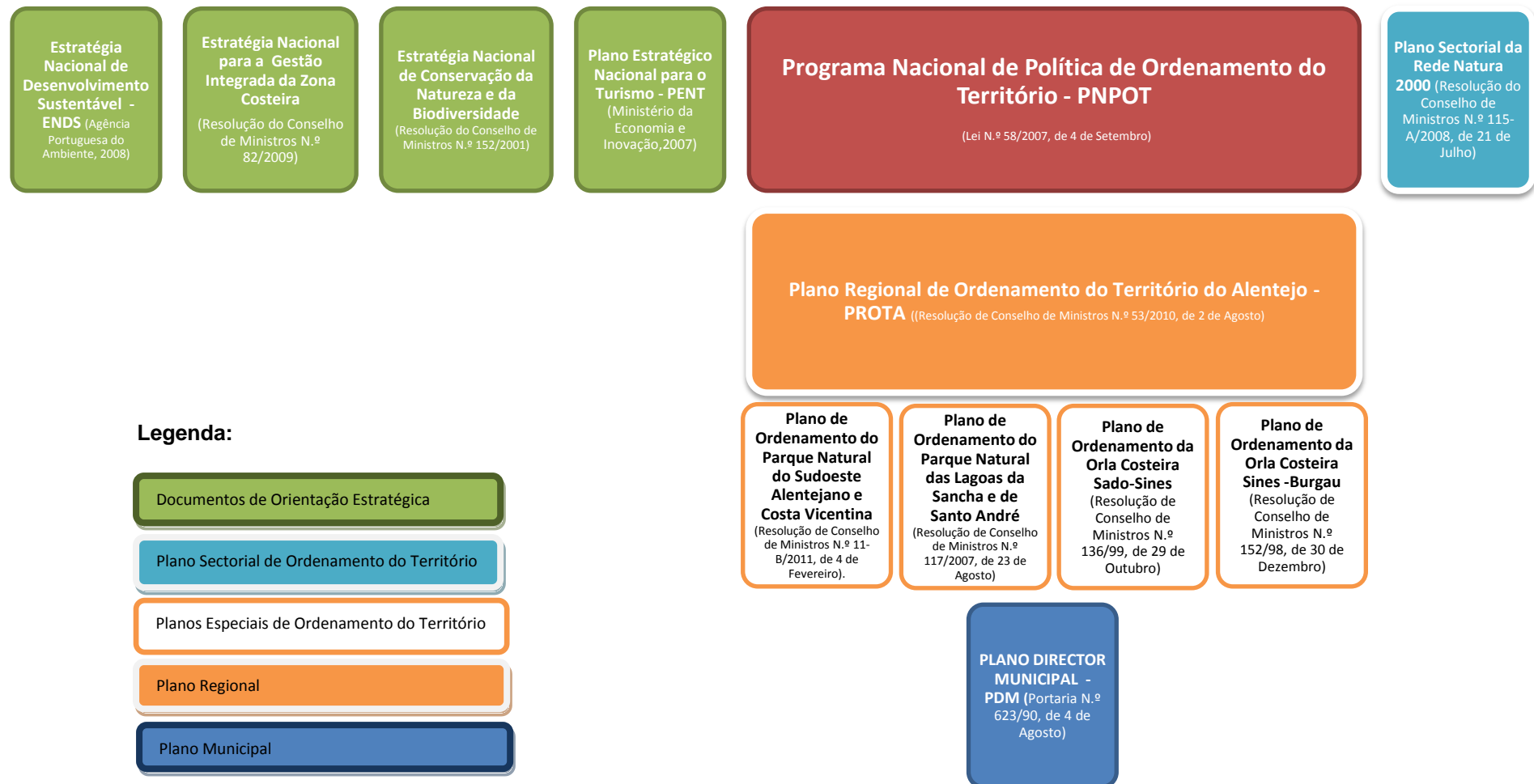
4.2.2. O enquadramento técnico-jurídico

O planeamento e o desenvolvimento do turismo no Município de Sines estão condicionados por todos os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional que abrangem esta unidade territorial, nomeadamente pelo *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território* (PNPOT), que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional e consubstancia o quadro de referência para todos os IGT de nível inferior. Neste contexto, surgem igualmente os Planos Especiais de Ordenamento do Território, onde são estabelecidos os regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais, e entre estes importa referir os seguintes: *Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado – Sines*, *Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines – Burgau*, *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina*, e o *Plano de Ordenamento do Parque Natural das Lagoas da Sancha e de Santo André*, os Planos Sectoriais de Ordenamento do Território, onde se integra o *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, os Planos Regionais, entre os quais se contextualiza o *Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)*, e por último o *Plano Director Municipal do Município de Sines*, na sua qualidade de Plano Municipal.

Para além dos instrumentos de gestão territorial, há que considerar o conjunto de orientações expressas em diversos documentos de orientação estratégica de âmbito nacional, que sustentam as opções políticas de ordenamento, planeamento e gestão de diferentes sectores, nomeadamente do sector do turismo, entre as quais consideramos importante referir, face ao objecto em estudo, a *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)*, a *Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira*, a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade* e o *Plano Estratégico Nacional do Turismo*.

As orientações e os instrumentos referidos influenciam ou subordinam, de acordo com a sua natureza e grau de obrigatoriedade, o modelo de desenvolvimento turístico do Município de Sines, devendo existir uma coerência entre os objectivos que os norteiam, para que a sua operacionalização não seja comprometida por eventuais incompatibilidades ideológicas ou legais. Ainda que exista, ou deva existir, uma relação estreita entre estes instrumentos não se pode falar numa hierarquização, dado que estamos perante âmbitos diferentes, ao nível geográfico, de abrangência temática, e de natureza jurídica, no entanto a Figura XXII pretende conceptualizar graficamente a interacção que deve existir entre a visão, os objectivos e as estratégias que os constituem.

Figura XXII – Instrumentos de Gestão Territorial e Documentos de Orientação Estratégica aplicáveis ao Município de Sines



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

O reconhecimento de que os documentos de orientação estratégica e os instrumentos de gestão territorial elencados determinam, directa ou indirectamente, o planeamento e desenvolvimento turístico, induz a uma análise das políticas, opções e estratégias que condicionam directamente a dimensão em estudo, ainda que saibamos que existem outras que, pela sua natureza transversal, influenciam o turismo, citamos a título de exemplo as relacionadas com as acessibilidades. No entanto, mais do que uma menção e análise exaustiva e individualizada, interessa uma visão de conjunto que permita igualmente detectar coincidências e contradições, na medida em que o espaço para o planeamento e o desenvolvimento turístico é o espaço da sobreposição, em que as políticas e as práticas não colidem com as imposições legais deterministas nem, preferencialmente, com os princípios ideológicos subjacentes a cada uma das visões. Para o efeito, apresentamos os objectivos dos instrumentos de gestão territorial e os dos documentos de orientação estratégica que vinculam ou orientam o Município de Sines, na perspectiva do turismo, representadas graficamente no Quadro XXI.

A comparação entre os diferentes documentos de orientação estratégica e instrumentos de gestão territorial, na perspectiva dos objectivos, permite-nos concluir pela existência de coerência ao nível macro, o que não elimina a possibilidade de contradições noutras escalas ou dimensões, sempre que tal se verifique prevalecem as orientações que apresentem um carácter mais restritivo. Globalmente, os objectivos apontam para a promoção do desenvolvimento sustentável, nas suas múltiplas dimensões, enfatizando a defesa do património tangível e intangível, sendo que uma abordagem mais pormenorizada não se revela necessária face aos objectivos da presente investigação.

Quadro XXI – Matriz de objectivos dos Instrumentos de Gestão Territorial e dos Documentos de Gestão Estratégica aplicáveis ao Município de Sines

DOCUMENTO/INSTRUMENTO	OBJECTIVOS
DOCUMENTOS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 2006)	Preparar Portugal para a «Sociedade do Conhecimento»: <ul style="list-style-type: none"> • Crescimento Sustentável, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; • Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; • Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; • Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional; • Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada; • Melhor Ambiente e Valorização do Património.
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (Resolução do Conselho de Ministros N.º 82/2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico; • Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactes de natureza ambiental, social e económica; • Promover o desenvolvimento sustentável de actividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira; • Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras.
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Resolução do Conselho de Ministros N.º 152/2001)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; • Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; • Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.
Plano Estratégico Nacional para o Turismo – PENT (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, 2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver rotas (vinho, castelos, doçaria, arqueologia romana); • Proteger a orla costeira e ordenar e qualificar o acesso às praias; • Promover o desenvolvimento de desportos náuticos; • Desenvolver oferta complementar (restaurantes, comércio); • Promover o desenvolvimento de campos de golfe (pólo Litoral Alentejano); • Promover o desenvolvimento de turismo náutico na Costa Vicentina e de actividades náuticas no pólo do Alqueva; • Desenvolver <i>Resorts</i> integrados no pólo do Litoral Alentejano, Desenvolver animação diurna e nocturna e requalificar a oferta hoteleira

DOCUMENTO/INSTRUMENTO	OBJECTIVOS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – PN POT (Lei N.º 58/2007, de 4 de Setembro)	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas de modo a compatibilizar a protecção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros N.º 115-A/2008, de 21 de Julho)	<ul style="list-style-type: none"> • Salvar e valorizar os Sítios e as Zonas de Protecção Especial (ZPE) do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.
Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo - PROTA (Resolução de Conselho de Ministros N.º 53/1010, de 2 de Agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o crescimento económico e o emprego; • Sustentar a perda demográfica, qualificar e atrair recursos humanos; • Consolidar o sistema urbano e desenvolver um novo relacionamento urbano-rural; • Garantir níveis adequados de coesão territorial; • Valorizar e preservar o património natural, paisagístico e cultural; • Implementar um modelo de turismo sustentável; • Potenciar o efeito das grandes infra-estruturas (regionais e nacionais); • Criar escala e reforçar as relações com o exterior; • Combater os processos de desertificação
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (Resolução de Conselho de Ministros N.º 11-B/2011, de 4 de Fevereiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir os recursos naturais e paisagísticos característicos da região e desenvolver acções de conservação dos valores paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos; • Contribuir para a promoção do desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de modo compatível com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade; • Contribuir para a salvaguarda do património histórico, cultural e tradicional da região, bem como assegurar a protecção dos valores arquitectónicos e patrimoniais integrados na paisagem; • Enquadrar e definir regras de compatibilização da actividade agrícola e pecuária desenvolvida no Perímetro de Rega do Mira com a conservação dos valores florísticos e faunísticos; • Contribuir para a promoção da gestão e utilização sustentável dos recursos marinhos; • Conter a expansão dos espaços edificados fora dos perímetros urbanos, privilegiando a requalificação do património construído existente.
Plano de Ordenamento do Parque Natural das Lagoas da Sancha e de Santo André (Resolução de Conselho de Ministros N.º 117/2007, de 23 de Agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correcta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objectivos que presidiram à sua classificação como reserva natural; • Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;

DOCUMENTO/INSTRUMENTO	OBJECTIVOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais da fauna e da flora selvagens protegidas, nos termos da legislação específica; • Fixar os usos e o regime de gestão compatíveis com a protecção e a valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das actividades humanas em presença; • Determinar, atendendo aos valores em causa, os estatutos de protecção adequados às diferentes áreas, bem como definir as respectivas prioridades de intervenção.
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines (Resolução de Conselho de Ministros N.º 136/99, de 29 de Outubro)	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger a integridade biofísica; • Valorizar os recursos existentes; • Conservar e recuperar os valores ambientais e paisagísticos; • Encaminhar os fluxos turísticos para os pontos da costa com maior capacidade de carga; • Promover a criação de actividades e pontos de interesse alternativos ao uso intensivo das praias; • Servir de suporte à gestão do litoral.
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines -Burgau (Resolução de Conselho de Ministros N.º 152/98, de 30 de Dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> • Privilegiar a compatibilidade entre os usos urbanos, turísticos e portuários com as características do meio e com a capacidade dos sistemas naturais; • Favorecer a utilização das praias de S. Torpes, Praia Grande – Porto Covinho, Ilha, Vila Nova de Mil Fontes e Furnas para o uso balnear, devendo para tal ser devidamente equipadas e infra-estruturadas; • Proteger as dunas de Morgavel – Burrinho e de Aívalos, condicionando os acessos e pisoteio; Condicionar as construções e acessos nas zonas de arribas de Burrinho, Porto Covo e Pessegueiro; • Desenvolver estudos integrados de aproveitamento do estuário do Mira, nomeadamente para fins de recreio e turismo, compatibilizando-os com os condicionamentos biofísicos do estuário e com outros usos; • Apoiar a actividade de pesca em Porto Covo e no Portinho do Canal.
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - PDM (Portaria N.º 623/90, de 4 de Agosto)	<ul style="list-style-type: none"> • Minimização dos problemas de natureza ambiental; • Criação de emprego com base na mobilização dos recursos endógenos; • Satisfação de carências da população no domínio do habitat.

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Ainda que anteriormente tenhamos reconhecido que não se impõe uma análise mais exaustiva dos documentos e dos instrumentos que norteiam o planeamento e o desenvolvimento turístico no Município de Sines, consideramos que é pertinente uma abordagem mais pormenorizada ao Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT) que, na sua natureza sectorial, é o documento de orientação que define a estratégia nacional de desenvolvimento turístico, e ao Plano Regional de Ordenamento de Território para o Alentejo (PROTA), um instrumento de gestão territorial que estatui directivas para o desenvolvimento do Alentejo, nomeadamente relacionadas com a componente turística, extrapoláveis para o Município de Sines e que, na sua intersecção com os restantes instrumentos de gestão territorial, determina as áreas potenciais para a construção de infra-estruturas e equipamentos de cariz turístico, condicionando o modelo de ocupação do território, a espacialização dos produtos turísticos e, numa perspectiva lata, o próprio modelo de desenvolvimento turístico, ainda que a sua intervenção não se esgote nesta dimensão.

4.2.2.1. PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO (PENT)

De acordo com o MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO (2007:8), a pedra angular do PENT é a criação de condições para o investimento em produtos e regiões específicas, através do envolvimento do sector público e privado, numa lógica de preservação do território e do ambiente, para que este sector contribua crescentemente para o desenvolvimento sustentável do país e para o PIB nacional. Esta estratégia nacional para o turismo será desenvolvida em torno de cinco eixos estratégicos:

- Território, Destinos e Produtos – que visa potenciar as valências de todo o país (não só do litoral e das grandes cidades), desenvolvendo novos pólos de atracção turística como são os exemplos do Alqueva, Litoral Alentejano, Oeste, Douro, Serra da Estrela, Porto Santo e Açores. O plano identificou dez produtos estratégicos, seleccionados pelo seu potencial de atractividade, pela avaliação do desenvolvimento da procura correspondente nos nossos mercados principais e pelo seu interesse estratégico para o desenvolvimento do país: Gastronomia e Vinho, Touring Cultural e Paisagístico, Saúde e Bem-estar; Turismo de Natureza; MICE (*Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions*); Turismo Residencial; *City Short Breaks*; Golfe; Turismo Náutico; Sol e Mar.
- Marcas e Mercados – direccionado para afirmar a Marca Portugal Turismo e consolidar e desenvolver mercados.
- Qualificação de Recursos – visa qualificar serviços e destinos mediante a sua certificação, aposta em recursos humanos qualificados, desburocratização e simplificação dos processos.

- Distribuição e Comercialização – pretende assegurar o ajustamento das empresas nacionais aos novos modelos de negócio, designadamente através dos canais de distribuição electrónica e da presença on-line dos destinos e produtos.
- Inovação e Conhecimento – conhecimento como factor de inovação e de orientação da actividade turística mediante o desenvolvimento de sistemas de informação, monitorização e avaliação e a introdução de ferramentas avançadas de gestão do território. Este eixo interliga-se com o Plano Tecnológico através da investigação e do apoio a projectos de inovação em turismo.

A concretização destes cinco eixos requer o investimento paralelo e multidimensional em onze projectos:

- Produto, Destinos e Pólos
- Intervenção em ZITs (Urbanismo, Ambiente e Paisagem)
- Desenvolvimento de Conteúdos distintivos e inovadores
- Eventos
- Acessibilidade Aérea
- Marcas, Promoção e Distribuição
- Programa de Qualidade
- Excelência no Capital Humano
- Conhecimento e Inovação
- Eficácia do relacionamento Estado-Empresa
- Modernização Empresarial

A análise e definição das propostas do PENT são feitas em função da divisão do território nacional em regiões de turismo (Açores, Alentejo, Algarve, Centro, Lisboa, Porto e Norte e Madeira), e em pólos de desenvolvimento turístico nomeadamente o Alqueva, Douro, Alentejo Litoral, Oeste, Porto Santo e Serra da Estrela. Estes últimos são definidos com o intuito de permitir a diversificação da oferta turística em Portugal (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, 2007).

O Município de Sines pertence ao pólo Alentejo Litoral, que compreende a faixa territorial entre a península de Tróia e Vila Nova de Milfontes, e integra-se na região turística do Alentejo, pelo que as estratégias e propostas que importam referir são definidas para este pólo e para esta região. Neste contexto, são identificadas as mais-valias que a região oferece, de forma a constituírem potenciais elementos de diferenciação a nível nacional e internacional.

O Quadro XXII sintetiza os principais recursos, factores distintivos e objectivos definidos para o Alentejo. A análise destes aspectos na perspectiva do Município de Sines evidencia

que os recursos desta unidade territorial são sobretudo as “praias virgens”, “castelos e fortalezas”, e “gastronomia e vinhos”; os factores distintivos “praias por explorar”, “ambiente seguro”, “gastronomia e vinhos” e “proximidade de Lisboa.

Quadro XXII – Linhas orientadoras para a Região do Alentejo

Principais recursos	Factores distintivos	Conceito/ Objectivo
. Cidade de Évora	. Évora	. Crescimento em número e sobretudo em valor – mais nacional que internacional
. Praias virgens	. Abundância de património arqueológico	. <i>Cross-selling</i> com Lisboa
. Castelos e fortalezas	. Paisagem de planície	. Contraste entre tranquilidade e diversão saudável – nicho
. Património arqueológico e arquitectónico	. Praias por explorar	. Aposta no <i>touring</i> (Alentejo) e Sol e Mar e Golfe (pólo Litoral Alentejano) para potenciar o crescimento do turismo
. Alqueva	. Ambiente seguro	
. Aldeias típicas	. Gastronomia e vinhos	
. Pousadas	. Proximidade a Lisboa	
. Gastronomia e vinhos		

Fonte: MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, 2007:71-72

O modelo de desenvolvimento proposto para a região de turismo do Alentejo assenta nos produtos *Touring*, Sol e Mar, sendo o Golfe, o Turismo Náutico, a Saúde e Bem-Estar, os *Resorts* Integrados, o Turismo Residencial e a Gastronomia e Vinhos, produtos que complementam a oferta identificada como principal.

O PENT refere ainda as acções a desenvolver para esta região, na perspectiva dos produtos supra referidos, sendo que nos limitamos a transcrever as que estão directamente relacionadas com o Alentejo Litoral e com Município de Sines, em particular, nomeadamente:

- Desenvolver rotas (vinho, castelos, doçaria, arqueologia romana)
- Proteger a orla costeira
- Ordenar e qualificar o acesso às praias
- Promover o desenvolvimento de desportos náuticos
- Desenvolver oferta complementar (restaurantes, comércio)
- Promover o desenvolvimento de campos de golfe (pólo Litoral Alentejano),
- Promover o desenvolvimento de turismo náutico na Costa Vicentina e de actividades náuticas no pólo do Alqueva,
- Desenvolver *Resorts* integrados no pólo do Litoral Alentejano,
- Desenvolver animação diurna e nocturna e requalificar a oferta hoteleira (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, 2007:80).

Relativamente ao pólo de desenvolvimento turístico do Alentejo Litoral, os factores distintivos são: as condições climáticas, as praias inexploradas, os parques/ reservas naturais, o *cross-selling* com Lisboa, a gastronomia (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, 2007:81). Os objectivos para esta unidade territorial visam o crescimento em número de turistas e em valor (sendo o mercado interno e o espanhol os alvos principais), acompanhado pela preservação dos recursos naturais

A prossecução dos objectivos definidos está condicionada pela melhoria das infra-estruturas rodoviárias, e pelo funcionamento da ligação por *ferryboat* a Tróia. Merecem igualmente referência as orientações relacionadas com qualidade urbana, ambiental, na medida em que representam medidas concretas para a região do Alentejo, bem como para o Alentejo Litoral. Na linha de desenvolvimento estratégico – qualidade urbana, ambiental e paisagística, propõe-se a constituição de Zonas Turísticas de Interesse (ZTI's), “para centrar e viabilizar a implementação de acções que envolvam múltiplas entidades” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, 2007:97) . Nestas zonas pretendem-se intervenções com qualidade urbanística, com impacte positivo no desenvolvimento dos factores distintivos e na concretização de infra-estruturas turísticas, tais como centros de congressos, hotéis, entre outros relevantes para os produtos turísticos já anteriormente identificados.

Em suma, o PENT defende uma estratégia de desenvolvimento turístico para o Alentejo Litoral, e em particular para o Município de Sines, onde são enquadráveis os produtos turísticos identificados como estratégicos para esta unidade territorial (a apresentar à *posteriori*), no âmbito de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, referimo-nos ao Turismo Costeiro, à *Meeting Industry* ao Turismo de Saúde e Turismo de Bem-estar e ao Turismo Industrial, ainda que não exista uma coincidência na nomenclatura utilizada ou, no caso do Turismo Industrial, este se possa considerar um subproduto do Turismo Cultural, a integrar no *Touring Cultural* e Paisagístico.

4.2.2.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALENTEJO

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto, abrange todo o território do Alentejo e revoga todos planos regionais de ordenamento de território em vigor nomeadamente o Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral, aplicável ao Município de Sines. A entrada em vigor do PROTA implica a alteração ou revisão generalizada dos planos directores municipais em vigor, para efeitos de incorporação coerente e integrada das suas orientações e directrizes, bem como a alteração ou revisão dos planos especiais de ordenamento do território e demais planos

naquilo que não cumpram o preconizado pelo plano regional. Paralelamente obriga à existência de planos de urbanização para as sedes concelhias e implica, também, a adaptação dos planos especiais e dos PDM's em vigor às normas preconizadas no PROTA sobre edificação dispersa, empreendimentos turísticos, e edificação na orla costeira fora das áreas urbanas (CCDRA, 2010).

Em termos metodológicos, o PROTA é norteado por quatro eixos estratégicos, dos quais decorrem as Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT), de acordo com a lógica presente no Quadro XXIII.

Quadro XXIII – Opções Estratégicas de Base Territorial

Eixos Estratégicos	Opções Estratégicas de Base Territorial
Eixo estratégico I – Integração Territorial e Abertura ao Exterior	<p>OEBT I.1 – Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infra-estruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial, de forma a dotar a região de condições de elevada qualidade de atracção de empresas e de desenvolvimento empresarial.</p> <p>OEBT I.2 – Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa, do desenvolvimento de serviços avançados e de uma aposta urbana diferenciadora.</p> <p>OEBT I.3 – Afirmar em termos europeus e internacionais os recursos naturais e a paisagem, em prol de uma maior integração territorial e de uma estratégia de construção de redes.</p>
Eixo estratégico II – Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural	<p>OEBT II.1 – Cumprir as metas ambientais, garantindo a manutenção e valorização da biodiversidade através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais, em especial nas áreas classificadas para a conservação da natureza, e as oportunidades que se oferecem às actividades produtivas.</p> <p>OEBT II.2 – Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais</p> <p>OEBT II.3 – Prevenir os factores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos impactes e controlar e mitigar os processos associados à desertificação</p> <p>OEBT II.4 – Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo a protecção da rede hidrográfica e dos aquíferos e uma política de uso eficiente da água</p> <p>OEBT II.5 – Valorizar e ordenar o Litoral potenciando o seu valor ambiental e económico à escala regional e nacional</p> <p>OEBT II.6 – Assegurar uma gestão eficaz dos resíduos no que se refere à reciclagem multimaterial, valorização orgânica, incineração, com recuperação de energia, e confinamento técnico.</p>
Eixo estratégico III – Diversificação e Qualificação da Base Económica Territorial	<p>OEBT III.1 – Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respectivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das actividades estratégicas emergentes diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional.</p> <p>OEBT III.1.1 – Sectores tradicionais</p> <p>OEBT III.1.2 – Actividades estratégicas emergentes</p> <p>OEBT III.2 – Desenvolver o modelo de produção agro –florestal e agro -industrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis, promovendo a diversificação e valorização das produções e tornando operativa a multifuncionalidade dos sistemas agro-silvo -pastoris e do património agrícola e rural.</p> <p>OEBT III.3 – Aumentar a atractividade das áreas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida</p> <p>OEBT III.4 – Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região</p>

Eixos Estratégicos	Opções Estratégicas de Base Territorial
	OEBT III.5 – Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas económicas regionais, fomentadora da competitividade empresarial e respondendo aos desafios da modernização e qualificação da base económica regional.
Eixo estratégico IV – Afirmação do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural	OEBT IV.1 – Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica.
	OEBT IV.2 – Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços colectivos e funções urbanas de gama alargada.
	OEBT IV.3 – Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes
	OEBT IV.4 – Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial.
	OEBT IV.5 – Promover o acesso às redes e ao uso das TIC, nomeadamente por parte das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e uma maior coesão territorial

Fonte: CCDRA, 2010:16-38

As opções estratégicas elencadas assentam num Modelo Territorial Regional que valoriza inúmeros aspectos, embora nos limitemos a referir os que directa ou indirectamente estão relacionadas com o planeamento e o desenvolvimento turístico no Município de Sines:

- O Litoral Alentejano, articulando as suas potencialidades de destino turístico de excelência e de atracção de projectos estruturantes, nomeadamente na área do turismo, com a valorização e protecção ambiental da zona costeira (CCDRA, 2010:41).
- O aeroporto de Beja, que abrirá caminho a novos processos de internacionalização da região, quer mediante a captação de fluxos turísticos relacionados com o Alqueva, o Litoral Alentejano e o Algarve quer através da emergência de novas actividades económicas, nomeadamente na área da aeronáutica. (CCDRA, 2010:18).

No âmbito do Modelo e Sistemas Territoriais, enquadrado no Sistema da Base Económica Regional, surge o subsistema de desenvolvimento turístico, sendo que nesta análise o PROTA faz uma aproximação inequívoca às propostas definidas pelo PENT para o Alentejo, no que concerne ao diagnóstico, à visão e aos produtos turísticos identificados como estratégicos para o Alentejo, consequentemente para o Litoral Alentejano e para o Município de Sines.

A estratégia regional de desenvolvimento turístico, consubstanciada na definição de cinco zonas com vista à promoção de produtos e programas de desenvolvimento turístico de base territorial, potenciando as especificidades sub-regionais no que se refere a valores e

recursos turísticos, sendo que uma delas, a Zona E, é o Litoral Alentejo, relativamente à qual se salienta a necessidade de desenvolver um *cluster* regional forte, qualificado e diversificado, apostando no incremento de produtos que aliem o recreio e o lazer com a riqueza do património histórico, cultural, paisagístico e rural, tal como o *touring* cultural, patrimonial e paisagístico, o Sol e Mar, a Gastronomia e Vinhos, Turismo de Natureza Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo Cinegético. Trata-se de produtos já com tradição na região aos quais é necessário associar uma estratégia inovadora que contribua para uma maior afirmação e consolidação (CCDRA, 2010).

Por outro lado, é evidenciada a necessidade de apostar no desenvolvimento de novos produtos, que permitam a diversificação da oferta actual e contribuam para atenuar a sazonalidade, entre os quais se salientam os *Resorts*, o Golfe, o Turismo Equestre, o Geoturismo, o Turismo Científico, o Turismo de Negócios, o Turismo de Saúde e Bem-estar, o Turismo Náutico, o Turismo Desportivo (associado às actividades náuticas desportivas), estes últimos considerados adequados às potencialidades do Município de Sines (CCDRA, 2010:74).

Relativamente ao Turismo Náutico de Recreio, o PROTA defende que este produto no Litoral Alentejano deve ser assegurado pela Marina de Sines, núcleos de apoio náutico, acessíveis em todas as alturas de maré: Tróia e de Vila Nova de Milfontes, e por estruturas ligeiras de apoio náutico nos restantes núcleos piscatórios locais. Estas infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento das práticas náuticas desportivas permitirão a navegação costeira em toda a sua extensão (CCDRA:2010:83). Tal como em relação a esta dimensão, o Município de Sines é referido explicitamente na maioria das considerações elencadas, sendo que as restantes contemplam igualmente esta unidade territorial, o que evidencia a sua grande importância quando se reflecte e se planifica o desenvolvimento turístico do Alentejo e particularmente do Litoral Alentejano.

Por outro lado, o PROTA define as condições gerais de localização e de implementação dos usos turísticos e de lazer no contexto das estratégias de desenvolvimento e do ordenamento territorial da Região do Alentejo. Competirá aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), e em particular ao PDM, desenvolver as regras de localização, as características tipológicas e os parâmetros urbanísticos da ocupação dos solos, no contexto das respectivas estratégias de desenvolvimento local e de ordenamento do território respeitando os parâmetros de edificabilidade estabelecidos neste capítulo e orientações gerais estabelecidas para o subsistema de desenvolvimento turístico estabelecidos no capítulo respectivo. Estas competências, assumidas pelas Câmaras Municipais, terão que ter em consideração o nível máximo de Intensidade Turística por sub-região, definido através de uma relação ponderada entre o número de camas turísticas e o

número de habitantes residentes, tal como o método de cálculo da distribuição por Município da intensidade turística máxima de cada sub-região, definidas pelo instrumento de gestão territorial em análise (CCDRA, 2010).

Uma análise pormenorizada das directivas presentes no PROTA, sintetizadas anteriormente, revela que inúmeras são as regras e os condicionalismos relacionados com o Planeamento e a Edificação Turística, estando relacionadas com este normativo a maioria das contestações que o PROTA aquando da consulta pública. O Município de Sines, em particular, assumiu uma posição desfavorável contra o PROTA, na medida que considera que este plano, à semelhança do seu antecessor, o PROTALI, é demasiado restritivo no uso do solo, inviabilizando o relançamento dos espaços rurais deste Município através do turismo, e não admitindo dois novos núcleos de desenvolvimento turístico, um em torno da barragem de Morgavel e outro entre a serra (Sonega) e o limite sul do Município, entendidos como fundamentais para estas parcelas territoriais, e para os quais já existem manifestações de interesse por parte de promotores turísticos.

Na realidade, o PROTA, privilegiando a salvaguarda dos valores patrimoniais, nomeadamente dos naturais, condiciona largamente a construção de infra-estruturas e de alojamento, indispensáveis para o desenvolvimento turístico deste Município, na medida em actualmente não estão reunidas as condições necessárias para desenvolver os produtos turísticos identificados anteriormente, garantir a manutenção dos fluxos turísticos ao longo do ano, combatendo a sazonalidade, no âmbito de um modelo de sustentabilidade.

Esta situação é agravada pelo facto das disposições do PROTA se interceptarem, obrigatoriamente, com as ditadas pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, embora apenas uma parte do Município de Sines se integre nesta área protegida, e pelo Plano Director Municipal de Sines. Na Figura XXIII cruzam-se estes instrumentos de gestão do território, na perspectiva das infra-estruturas turísticas, com o objectivo de diagnosticar quais as parcelas de território rural onde, actualmente, é permitido a construção ou a recuperação, consequentemente a criação das condições tangíveis fundamentais ao desenvolvimento turístico, sobretudo num território onde o alojamento e os equipamentos turísticos são apontados como deficitários.

A análise da Figura XXIII permite-nos concluir que em termos de construção de infra-estruturas e equipamentos turísticos no Município de Sines existe uma realidade dicotomizada pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, na medida em que apenas uma parte desta unidade geográfica se situa em contexto de área protegida. Assim sendo, no território situado a Norte da Ribeira da Junqueira (São Torpes) e a nascente da EN 120-1 e do CM 1115, não se aplica o POPNSACV, os instrumentos de gestão territorial que condicionam a construção de

equipamentos turísticos em áreas fora dos perímetros urbanos são o PROTA e o PDM, enquanto a Sul deste curso de água intervém também o POPNSACV nos territórios sob a jurisdição deste (a Sonega, por exemplo, fica a sul da Ribeira da Junqueira, mas já não pertence ao PNSACV). Na prática, no território a Norte da Ribeira pode construir-se empreendimentos de natureza turística novos (Equipamentos para Turismo de Habitação - ETH, Equipamentos para Turismo em Espaço Rural - ETER e Hotéis de 4 estrelas ou superior) para além dos 2000m da linha de costa, na chamada faixa de protecção da zona costeira, em propriedades com uma área igual ou superior a 4ha, enquanto a Sul, nos territórios pertencentes ao PNSACV, a construção deste tipo de infra-estruturas apenas poderá ocorrer em Áreas de Protecção Complementar do Tipo II (PCII), e em propriedades com uma área contínua de 70ha, em que pelo menos 80% em se situe em áreas de protecção complementar.

Figura XXIII – Zonas passíveis de construção turística (fora dos perímetros urbanos) no Município de Sines

	0m	500m	2000m	5000m
PROTA	MAR	Orla costeira	Zona Costeira	Faixa de Protecção da Zona Costeira
		Apoio de praia	Construção de empreendimentos de turismo no espaço rural em edifícios pré-existent	Hotéis (4* e +)
		Estacionamento		Equipamentos para Turismo de Habitação
		Infra-estruturas náuticas		Equipamentos para Turismo em Espaço Rural
		Construção de infra-estruturas turísticas a partir de pré-existências		
POPNSACV (aplicável apenas entre a ribeira da Junqueira – São Torpes e o limite do Município)		Novos empreendimentos turísticos a construir: Áreas de Protecção Complementar do Tipo II (PCII), com uma área contínua mínima de 70 ha em que, pelo menos, 80% em PC		
PDM		Restrição de uso por via da alteração por adaptação ao PROTA	Não determina restrições de uso Construções novas nas áreas rurais em propriedades com área > 4ha	

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

As restrições legais anteriormente referidas condicionam largamente a construção de novas infra-estruturas para fins turísticos, sendo o território permitido para o efeito muito restrito, facto agravado pelas exigências relativas à área da propriedade, quase incompatíveis com a natureza da estrutura fundiária e com as características geomorfológicas do território. Resta então, a recuperação de construções já existentes, com permissão para uma relativa ampliação, o que embora contribua indubitavelmente para a preservação do património natural e para a manutenção do estado da paisagem, pode pôr em causa o desenvolvimento turístico desta unidade territorial, ainda que este se pretenda controlado, com qualidade e no respeito pelo património tangível e intangível. Ainda assim, há que referir, que a densidade turística permitida pelo PROTA, determinada pela relação entre o número de turistas face ao número de habitantes, é mais elevada no Alentejo Litoral, 1 (um) turista por habitante, dada a sua qualidade de pólo de desenvolvimento turístico, do que no restante Alentejo, onde o valor é de 0,5 turista por habitante.

Neste contexto técnico-jurídico, e ainda que os visitantes no Município de Sines e os vários *stakeholders* almejem determinadas infra-estruturas ou equipamentos, a sua construção está fortemente limitada, sendo fundamental que a espacialização dos produtos turísticos seja compatível com estas condicionantes, e se recorra a respostas alternativas, nomeadamente em termos de técnicas e materiais, que permitam que estes instrumentos de gestão territorial não constituam um entrave ao desenvolvimento turístico. Apesar desta ressalva, há que referir que a aposta nos produtos turísticos considerados conciliáveis com os recursos turísticos deste território, num contexto de sustentabilidade, pela sua natureza, podem não exigir uma grande criatividade para ultrapassar os obstáculos mencionados. Por outro lado, os investimentos já previstos e aprovados para o Município de Sines e para as áreas confluente, quer de natureza turística quer de impacto turístico, podem responder às actuais insuficiências, o que encurtará o período de resposta e aumentará a eficiência do território e a sua atractividade turística.

4.2.3. Os investimentos de proximidade: os turísticos e os de impacte turístico

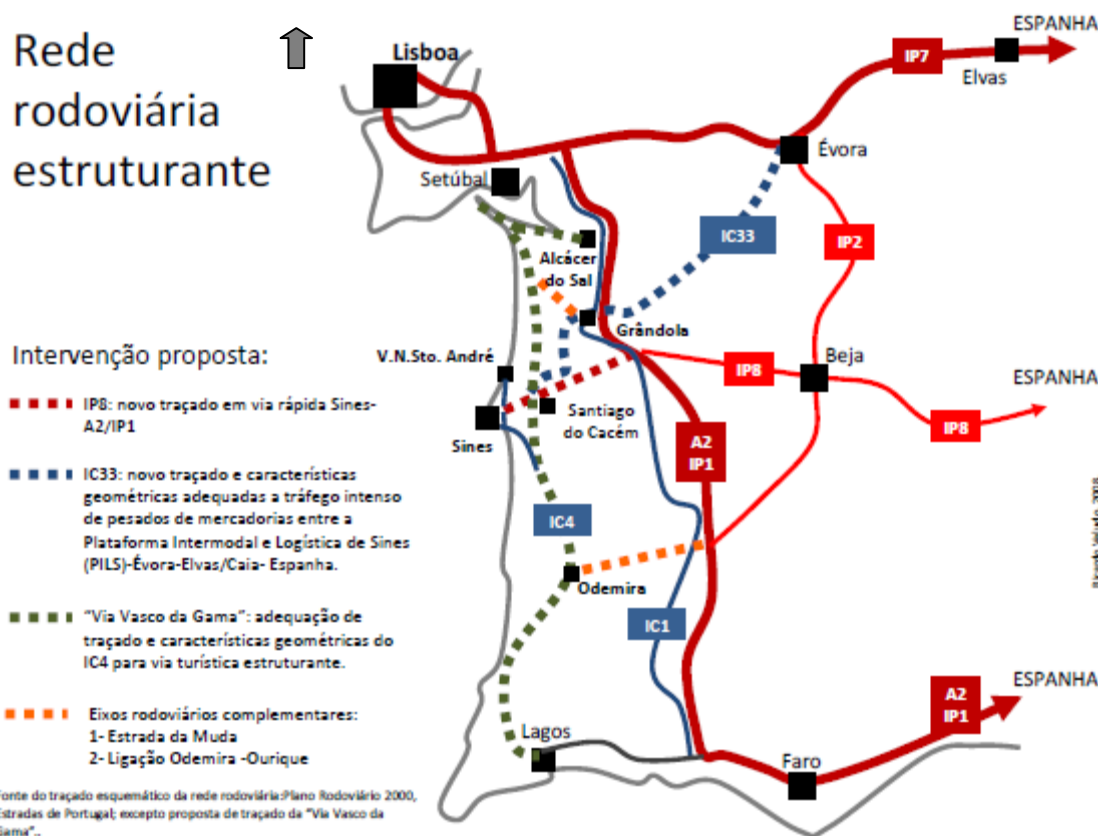
No diagnóstico do sistema turístico do Município de Sines entendemos ser um passo no sentido da exaustividade referir os investimentos turísticos ou com impacte turístico, em curso ou previstos para esta unidade territorial, mas também os que ultrapassando o seu limite geográfico, ou a ele externos, terão previsivelmente impacte sobre o seu desenvolvimento turístico. Neste contexto, irão ser apresentados os investimentos, em curso ou previstos, no âmbito das acessibilidades, das infra-estruturas e equipamentos, dos projectos de animação turística e de valorização territorial, entre outros, considerados enriquecedores na perspectiva do desenvolvimento turístico.

4.2.3.1. ACESSIBILIDADES

As acessibilidades são uma vantagem competitiva para o território, por motivos de várias ordens, entre os quais se salientam os de natureza turística, na medida em encurtam a distância física e temporal entre os mercados emissores e receptores e facilitam a circulação dos visitantes. No contexto das acessibilidades, há que referir a construção em curso do IP8, que ligará Sines a Beja, a proposta de construção de uma via entre Lagos e Tróia, entendida como um via turística estruturante, a estrada de Porto Covo, e o aeroporto de Beja, este último entendido como uma porta de entrada para o turismo internacional.

No Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013 para o Alentejo Litoral é feita uma proposta para a construção/melhoria de um conjunto de eixos rodoviários, que constituem uma rede rodoviária estruturante para o Alentejo Litoral e, conseqüentemente, para o Município de Sines, na perspectiva empresarial, logística e turística (vd Figura XXIV). No âmbito desta rede, e destacando as vias directamente relacionadas com o desenvolvimento turístico desta NUT III, é proposta a construção/beneficiação de troços do IC33 que estabelecerão a ligação, num modelo de via rápida, Sines-Évora e, a partir desse ponto, através do IP7, a ligação a Espanha-Europa Central, bem como o novo traçado do IP8, cujo objectivo principal é melhorar a ligação entre Sines-Beja-Espanha/Sevilha, sendo prioritário o troço Sines - A2/IP1 (nó Grândola-Sul). Neste contexto, há que salientar o potencial da proposta "Via Vasco da Gama", longitudinal turística do Litoral Alentejano, que cujo traçado inclui troços do IC4 e a Estrada Nacional 261 e 120, ligando Lagos a Alcácer (Alcácer/Tróia/Comporta/Melides/Relvas Verdes/Odemira/Lagos), um projecto que é estruturante com características de "via turística", desenvolvendo-se ao longo da costa, estabelecendo ligações com os principais pontos de atractividade turística, e aumentando a atractividade para os investimentos na área do turismo (ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO LITORAL ALENTEJANO, 2008: 140).

Figura XXIV – Rede rodoviária estruturante – proposta da Associação de Municípios do Litoral Alentejano



Sem escala

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO LITORAL ALENTEJANO, 2008:140

Apesar de já ter sido referido anteriormente, consideramos importante pormenorizar relativamente à construção do IP8, pelo facto de entre as vias propostas esta já ser uma obra em curso, cuja conclusão está prevista para 2012. Trata-se de uma infra-estrutura rodoviária que liga Sines a Beja, no âmbito da concessão rodoviária do Baixo Alentejo, e que aumentará a eficiência da ligação entre as cidades, numa óptica de coesão territorial. Neste âmbito, serão construídos 124 km que ligarão Santo André a Sines e Sines a Beja. O objectivo será diminuir os tempos de deslocação, através da melhoria das vias, sendo expectável diminuir o tempo de deslocação entre Beja e Sines em aproximadamente 28 minutos, o que é uma vantagem competitiva, também do ponto de vista turístico, pela aproximação que faz entre o Município de Sines e o Aeroporto de Beja e entre esta unidade territorial e a fronteira com Espanha. O traçado do IP8 encontra-se graficamente representado na Figura XXV.

Figura XXV – IP8 – Santo André-Sines-Beja (concessão rodoviária Baixo Alentejo)



Sem escala

Fonte: MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, 2010

Uma outra obra em curso, cuja conclusão está prevista para início de 2012, é o da reabilitação (melhoria e alargamento) do troço rodoviário que estabelece a ligação entre a EN 120/Porto Covo (Sines) e a Ribeira da Azenha/Vila Nova de Milfontes (Odemira). Este projecto, co-financiado pelo INALENTEJO enquadrado no Eixo 3 - "Conectividade e Articulação Territorial", é norteado por um conjunto vasto de objectivos entre os quais se destacam: (1) consolidar o concelho de Sines como um território atractivo; (2) promover o concelho de Sines como território de investimento, competitividade e inovação; (3) consolidar a atractividade turística de Porto Covo e o seu papel determinante no desenvolvimento e afirmação do Pólo Turístico de Alentejo Litoral (MUNICÍPIO DE SINES, 2011c). Há que reforçar a ideia de que a requalificação desta via é fundamental para o desenvolvimento turístico do Município, particularmente para a Freguesia de Porto Covo, na medida em que constitui, não o único, mas o principal meio de acesso dos visitantes a este território.

Figura XXVI – Mapa rodoviário do Município de Sines



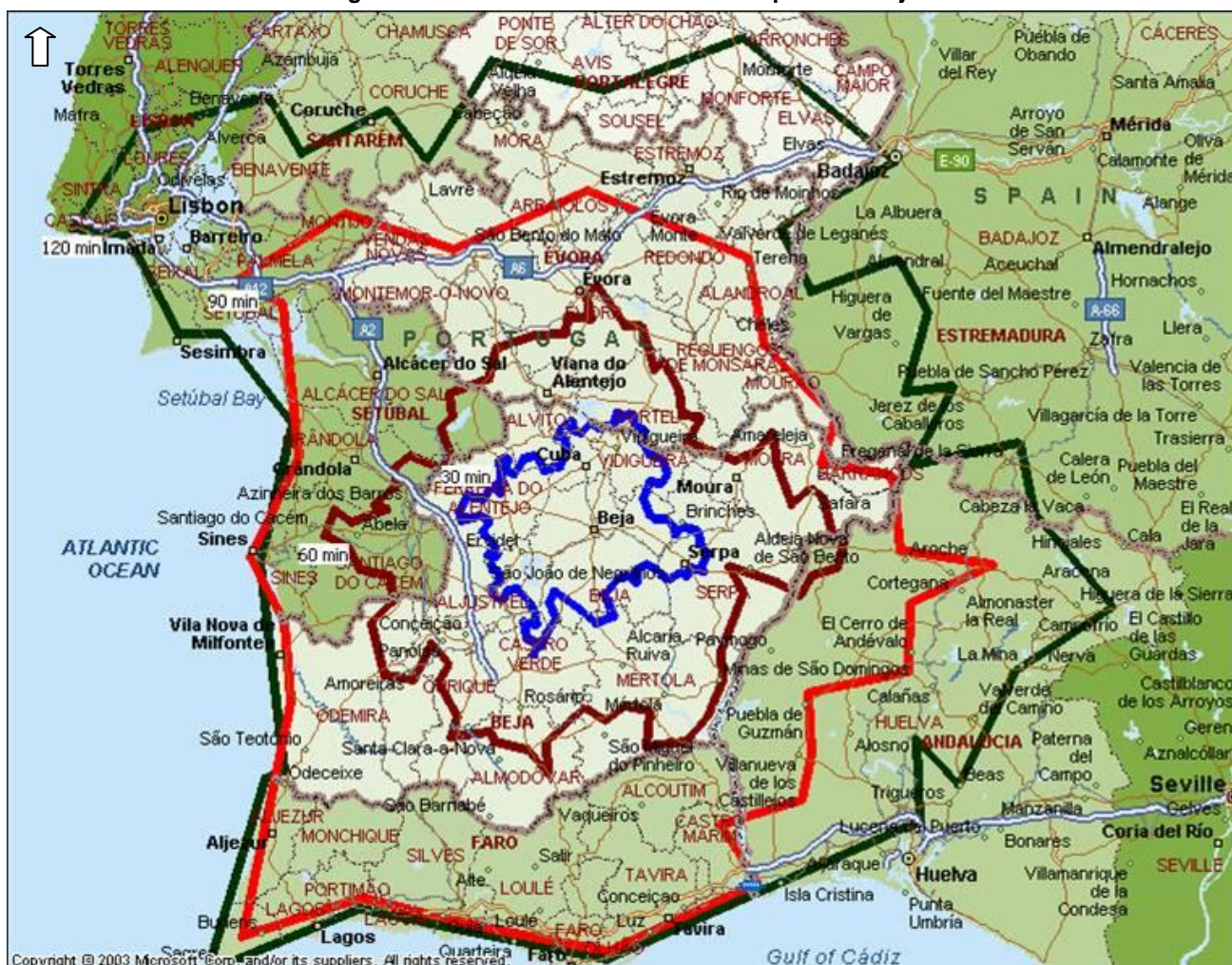
Fonte: NÚCLEO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SINES, 2012

Por último, e ainda no contexto das acessibilidades, há que mencionar o Aeroporto de Beja, cujo voo inaugural ocorreu no dia 13 de Abril de 2011, na medida em que o Município de Sines se situa na sua área de influência, sendo esta uma infra-estrutura aeroportuária que poderá ser vocacionada para o turismo, ao serviço do desenvolvimento turístico previsto para o Alentejo Litoral, por conseguinte para a unidade territorial em estudo, mas que tem igualmente potencialidades logísticas, complementando a rede rodoviária, ferroviária e o Porto de Sines.

O Aeroporto de Beja possui ainda características diferenciadoras dos restantes aeroportos nacionais ao nível do seu funcionamento: (1) é um aeroporto de baixos custos (*Low Cost Airport*), implicando um nível mais baixo nos custos operacionais. Pode constituir uma alternativa aos aeroportos da Portela, pelos baixos custos e ao de Faro, ao nível da capacidade de tráfego aéreo, sobretudo em relação aos voos *low cost* e *charter*; (2) ao nível das cargas aéreas, o Aeroporto de Beja, face às suas características, tem a possibilidade de receber aviões 24 horas/dia, situação que não é possível noutros aeroportos nacionais, face às suas localizações; (3) está preparado para receber voos de longo curso, pelas dimensões das suas pistas, constituindo neste campo, uma alternativa ao Aeroporto de Faro, que não reúne essas condições, nem se poderá desenvolver nesse sentido devido à sua localização na Ria Formosa (EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DO AEROPORTO DE BEJA, 2006).

A conjugação do IP8 com o aeroporto de Beja irá permitir um rápido e cómodo acesso dos turistas internacionais ao Alentejo Litoral e consequentemente ao Município de Sines, sendo que a viagem entre Beja e Sines, por via terrestre, terá uma duração média de aproximadamente 45 minutos. Potencialmente trata-se de uma grande vantagem ao nível da internacionalização deste território, através da entrada de visitantes vindos do norte da Europa e de Espanha, entre outros, num processo de aproximação entre os mercados emissores e este destino turístico.

Figura XXVII – Área de influência do aeroporto de Beja



Sem escala

Fonte: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DO AEROPORTO DE BEJA, 2006

- Pontos que distam 30 min. do Aeroporto de Beja
- Pontos que distam 60 min. do Aeroporto de Beja
- Pontos que distam 90 min. do Aeroporto de Beja
- Pontos que distam 120 min. do Aeroporto de Beja

4.2.3.2. REGENERAÇÃO URBANA

O Programa de Acção para a Regeneração Urbana da Cidade de Sines, aprovado no âmbito do Eixo 2 - Desenvolvimento Urbano - Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana do QREN 2007-2013, enquadrado na tipologia “Programas integrados de valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente centros históricos e frentes ribeirinhas e marítimas”, tem uma duração de três anos, e um investimento total aprovado

de 9.454.847€, participado em 80 % pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), no âmbito do Programa Operacional INALENTEJO.

Trata-se de um programa destinado a intervencionar uma área de 9.59 ha, incidindo sobre por três pólos distintos: Avenida Vasco da Gama (Marginal), Falésia de Sines e Centro Urbano/histórico, e desenvolvendo-se em torno de cinco eixos estratégicos:

- 1 - Reconciliar a cidade de Sines com a sua vocação atlântica, promovendo a ligação funcional entre o Centro Histórico e a sua frente marítima;
- 2 - Reinventar o Centro Histórico, revertendo a sua degradação;
- 3 - Dinamizar a rede de pólos culturais e a respectiva animação;
- 4 - Promover a revitalização económica e social da área de intervenção;
- 5 - Gerir com eficiência o Programa de Acção e garantir a sua notoriedade (MUNICÍPIO DE SINES, 2011c)

A natureza deste programa, espelhada nos eixos estratégicos que o norteiam, permitir-lhe-á aumentar a qualidade de vida dos residentes e simultaneamente tornar a cidade de Sines mais atraente para os seus visitantes, tangivelmente, pois serão intervencionados e requalificados os espaços públicos, tornando mais cómoda a circulação pedonal e a mobilidade em sentido lato e, intagivelmente, pela melhoria da estética da cidade através da requalificação do património arquitectónico. Por outro lado, a animação de rua e a dinamização cultural e artística, contribuirá igualmente para o aumento da atractividade da cidade, permitindo aos visitantes o consumo da cultura local, nas suas múltiplas vertentes, e valorizando a experiência turística. O reconhecimento do contributo deste programa para o desenvolvimento turístico do Município, ainda que a sua abordagem seja mais abrangente, leva-nos a considerar pertinente a sua inclusão no âmbito do presente diagnóstico, na medida em que as intervenções planeadas, mesmo as que numa primeira análise visem prioritariamente os residentes, têm potencialmente um impacte relevante na oferta turística desta unidade territorial.

A operacionalização da estratégia delineada e a consecução dos objectivos que regem o programa decorrerá de um conjunto de intervenções e de acções com naturezas distintas, promovido pelo Município de Sines (entidade promotora), mas que contará igualmente com a participação de outros parceiros públicos e privados, sintetizado no Quadro XXIV.

Quadro XXIV – Operações no âmbito do Programa de Regeneração Urbana

Operações materiais e imateriais	Descrição
Requalificação da Av. Vasco da Gama	Com as intervenções na Av. Vasco da Gama pretende-se qualificar este espaço nobre da cidade, dinamizando a sua vocação de zona para actividades de cultura, desporto, turismo e lazer. A reabilitação da falésia inclui o tratamento paisagístico em toda a sua extensão e a consolidação da zona crítica central. A ligação em elevador visa fomentar a relação entre a frente marítima e o Centro Histórico
Reabilitação e Consolidação da Falésia de Sines	
Reforço da Acessibilidade à Avenida Vasco da Gama: Instalação de Ligação Vertical	
Pátio das Artes	Qualificar o espaço público actualmente degradado entre a Rua Pêro de Alenquer e a Rua Marquês de Pombal, criando uma zona polivalente para acontecimentos culturais contígua ao Centro de Artes de Sines, na entrada norte do centro histórico.
Requalificação dos Espaços Pedonais	Requalificação dos espaços pedonais envolventes do Castelo (Largo João de Deus, baluarte do Castelo e "antigo cemitério" - entre Estátua de Vasco da Gama e Igreja Matriz), melhorando as condições de mobilidade e recuperando valor para uma área arquitectónica e paisagisticamente privilegiada do Centro Histórico.
Repavimentação e Requalificação dos Arruamentos	Requalificar os principais arruamentos do Centro Histórico, com pavimentos que garantam melhores condições de utilização pedonal, e tratamento das redes de infra-estruturas. Arruamentos abrangidos: Rua Cândido dos Reis, Rua Teófilo Braga, Praça Tomás Ribeiro, Rua Miguel Bombarda, Rua Sacadura Cabral, Rua do Muro da Praia, Largo do Muro da Praia, Largo do Castelo, Rua João de Deus, etc.
Actuais Instalações do Centro Cultural Emmerico Nunes	Suspensa
Antigo Museu de Sines	Suspensa
Centro Recreativo Sineense	Suspensa
Câmara Velha	Recuperar e adaptar o edifício municipal da Câmara Velha, situado na Rua Teófilo Braga, para sede do serviço de música da Escola das Artes de Sines. A continuação de apoio estatal a este serviço depende da existência de condições físicas de acordo com as exigências do ensino artístico e certificadas pelo Ministério da Educação, criadas com este projecto
Elaboração de um Estudo de Urbanismo Comercial para o Centro Histórico	Conhecer melhor a oferta e a procura de comércio do centro histórico, contribuindo para a revitalização da actividade económica existente, na sua maioria comércio tradicional, e apontando caminhos para devolver ao coração da cidade a sua vocação de "centro comercial e económico a céu aberto".
Animação de Rua	Dinamização cultural da área de intervenção, fomentando a vinda da população e visitantes ao Centro Histórico, educando e sensibilizando os diferentes públicos para as artes e os valores locais e aumentando o volume de vendas dos estabelecimentos comerciais do centro da cidade.
Dinamização Musical e Artística	Dinamização cultural da área de intervenção com os objectivos, entre outros, de fomentar o convívio entre moradores, população em geral e visitantes, valorizar o património do centro histórico, as suas valências comerciais e culturais e sensibilizar os diferentes públicos para a música e as artes.
Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sines	O Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sines visa preparar uma intervenção integrada de reabilitação da habitação desta zona da cidade. A componente de informação e aconselhamento será uma das mais importantes.
Plano de Comunicação	Informar sobre a configuração, andamento e efeitos do programa, envolver a população nas acções desenvolvidas, divulgar os valores locais e explorar o impacto da intervenção na imagem e desenvolvimento das funções urbanas, turísticas e culturais de Sines como única cidade ribeirinha do Alentejo.
Gestão da Parceria	O objectivo fundamental da estrutura de gestão da parceria é a concertação entre os parceiros e a construção de sinergias e de complementaridades, num esforço de optimização dos meios disponíveis e de promoção da eficiência durante a concretização do programa.

Fonte: MUNICÍPIO DE SINES, 2011c

4.2.3.3. PROJECTOS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

No âmbito dos Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), integrados nas Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, um dos quatro tipos de estratégias de eficiência colectiva previstos no Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013, foi candidatado e aprovado o PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina denominado “Reinventar e Descobrir - da Natureza à Cultura”, liderado pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), a operacionalizar no período 2009-2012. Neste contexto, integram-se projectos a desenvolver no Município de Sines, ou com uma abrangência que o inclui, ou ainda com impactes directos sobre esta unidade territorial, na perspectiva do desenvolvimento turístico, o que justifica a apresentação e análise deste programa no âmbito do presente diagnóstico.

O programa de acção do PROVERE Alentejo Litoral contempla três prioridades estratégicas afectas às dimensões apresentados no Quadro XXV, entre os quais destacamos a Prioridade 2 – Competitividade e Diferenciação do Turismo e as duas operações que nele se integram, pela sua relação directa com o objecto do presente estudo.

Quadro XXV – Matriz estratégica do PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina – Prioridades Estratégicas (EP) e Operações (OP)

	DIMENSÃO
PE.1.	Excelência Ambiental e Patrimonial
OP.1.1.	Valorização do Ambiente e do Património
OP.1.2.	Fomento do conhecimento, Investigação e da inovação no Ambiente e no Património
PE.2	Competitividade e Diferenciação do Turismo
OP.2.1.	Consolidação de um Turismo Sustentável e Integrado
OP.2.2.	Dinamização de Rotas e Redes de (Re)descoberta do Território e Promoção da Mobilidade
PE.3.	Parcerias, Rede e Promoção
OP.3.1.	Dinamização do Empreendedorismo e Qualificação do Potencial Humano
OP.3.2.	Governança, <i>Marketing</i> e Promoção Territorial

Fonte: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL, 2011:6

Na candidatura inicial muitos foram os projectos apresentados em cada uma das dimensões, nem todos foram considerados elegíveis e neste momento os aprovados encontram-se em estádios de desenvolvimento distintos, porque o PROVERE é apenas uma “via verde” para acesso aos fundos comunitários, sendo que os projectos que o integram têm que posteriormente, de acordo com a sua natureza, ser candidatos ao

Programa Operacional em que se enquadram. Ainda assim, inúmeros são os projectos em curso, pelo que apenas apresentaremos os que, directa ou indirectamente, contribuirão para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, ainda que enquadrados numa das outras duas dimensões para além da dimensão “Competitividade e Diferenciação do Turismo”.

Entre os projectos sumariamente caracterizados no Quadro XXVI encontram-se três que incidirão exclusivamente no Município de Sines: “Sines - Cidade dos Descobrimentos - Candidatura Aportar Sines”, “Requalificação da Costa Atlântica de Sines: frente urbana, frente litoral norte e praia norte” e “HOTEL SUITE - MARINE 5 estrelas *Congress Center*”, sendo que os restantes têm um carácter transversal a toda a área de influência do PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina, ou apenas ao Alentejo Litoral, incidindo também nesta unidade territorial. Independentemente dos limites territoriais de cada projecto, todos impactam ao nível do desenvolvimento turístico, sendo evidente a perseguição de um modelo sustentável.

Entre os projectos de carácter transversal, salientamos a “Rota Vicentina”, por se tratar de um projecto cabimentado no âmbito da animação turística, pelo contributo que poderá dar para esbater a sazonalidade, e pelas oportunidades de negócio que proporcionará aos locais, revelando um cariz de sustentabilidade, enquadrável no modelo de desenvolvimento turístico que almejamos para o território em estudo.

De acordo com a informação disponibilizada pela Casas Brancas - Associação de Turismo de Qualidade do Litoral Alentejano e Costa Vicentina (2011), o projecto Rota Vicentina consiste na implementação de uma Grande Rota Pedestre entre Santiago do Cacém e o Cabo de S. Vicente, compreendendo igualmente a sua integração na oferta turística e na comunidade local, e a sua divulgação a nível nacional e internacional, contribuindo para a sustentabilidade do mundo rural, através da consecução dos seguintes objectivos:

- Aproveitar o fortíssimo potencial do território numa actividade com fraco impacte paisagístico e ambiental (paisagem, biodiversidade, cultura, tradições, clima);
- Envolver todos (empresários, instituições e habitantes da região) num projecto de desenvolvimento comum e economicamente viável;
- Afirmar a região como destino internacional de turismo de natureza;
- Trazer novos clientes para várias actividades já em funcionamento (passeios a cavalo, passeios interpretativos, percursos BTT, ornitologia, *trekking* com burros de carga, passeios e travessias de barco, etc.) e alojamento/restauração, sobretudo na época média e baixa;

- Potenciar novos negócios (apoio técnico a bicicletas, transporte de passageiros e bagagens, guias especializados, etc.) e serviços indirectos (comércio, farmácias, lavandarias, entre outros).

Este projecto compreende dois traçados, sendo que o Caminho Histórico compreende várias etapas, encontrando-se uma das etapas de ligação, Porto Covo – Cercal (17.2 km), parcialmente integrada no Município de Sines, tal como a Etapa I: Porto Covo – Vila Nova de Milfontes (19.6 km) do Trilho dos Pescadores.

A implementação deste projecto irá contribuir para o aumento e diversificação das actividades de animação turística no Alentejo Litoral e, consequentemente, no Município de Sines, um dos pontos fracos desta unidade territorial, colocando-o simultaneamente nas rotas internacionais de percursos pedestres, o que contribuirá para a sua divulgação e afirmação enquanto destino turístico, nas suas múltiplas vertentes. Trata-se de um projecto sustentável, por si só, mas cujos objectivos estão direccionados para a promoção da sustentabilidade do contexto em que se desenvolve, visando o desenvolvimento sustentável, na perspectiva do turismo, mas também numa dimensão mais lata.

Quadro XXVI – Projectos no âmbito do PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina com impacte no Município de Sines

PE/OP	Projecto	Promotor	Grau	Descrição
PE.2. OP.2.2.	Rotas Turísticas	ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	Âncora	O projecto consiste na organização de grupos de visitantes e turistas para dar a conhecer as unidades de paisagem do Litoral Alentejano, diferenciadas por elementos humanos e naturais que compõem o conjunto harmonioso dos 5 municípios do Litoral Alentejano. A fruição destes recursos será através da proposta de rotas temáticas em torno dos recursos (Rios, Serras, Lagoas, Mar, Património Arqueológico e Mineiro). A dinamização das mesmas passará pelo espaço CITAL (Centro de Iniciativas Turísticas) em articulação com projectos de cooperação transnacional já existentes.
PE.2. OP.2.2.	Rota Vicentina	Casas Brancas	Âncora	Operacionalização de um percurso pedestre com dois trilhos, com o objectivo de promover: (1) sensibilização e protecção ambiental, (2) dinamização do turismo, (3) aumento das receitas municipais, (4) saúde e ocupação de tempos livres, (5) atractividade e capacidade de retenção de pessoas e negócios, (6) manutenção e reforço das tradições e cultura locais, (7) valorização do património, (8) desenvolvimento de actividades comerciais.
PE.2. OP.2.1.	Rede EcoExperience	Expecial, Lda.	Âncora	O ecoturismo é um segmento turístico em expansão, onde a respectiva filosofia de respeito pela natureza no usufruto da mesma em equilíbrio e ponderação. Comercialização de serviços de animação turística especificamente concebidos para nichos de mercado na área do ecoturismo e turismo da natureza. Pretende-se mobilizar os fornecedores locais para redesenharem a sua oferta e criarem produtos turísticos mais amigos do ambiente que respondam às exigentes expectativas de consumidores que valorizam a proximidade com a natureza e praticas ambientalmente responsáveis.
EP.3. OP.2.2.	Património em Rede no Desenvolvimento Sustentável	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	Âncora	O cerne do PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina é a valorização do património histórico – cultural e do património Natural, reavivando as heranças de um passado que concede identidade ao presente Aproveitamento turístico, cultural e pedagógico do Património assente nos pressuposto de: <ul style="list-style-type: none"> • Valorização turística do património cultural e natural; • Intervenções e publicações relativas a monumentos e sítios arqueológicos; • Fomento do turismo de natureza, através da edição de Carta de Desporto e da realização de Circuitos de Interpretação. • Elaborar e editar uma Carta de Património Sub-Regional (arquitectónico, arqueológico, artístico, imaterial, geológico, vegetal e paisagístico); • Organização de uma Rede de Museus e Centros Interpretativos (criação de circuitos de interpretação).
PE.1. OP.1.1.	Sines - Cidade dos Descobrimentos - Candidatura Aportar Sines	C.M Sines	Complementar	Objectivos: reabilitação de património histórico e cultural relacionado com os descobrimentos, o mar e a presença de Vasco da Gama em Sines, introdução de novas funções culturais e de promoção do turismo no castelo, promoção de eventos culturais de referência nos centros de artes, construção de espaços museológicos com elevada interactividade e simulação digital de ambientes históricos com recurso a tecnologias multi-media, designadamente: casa Vasco da Gama no castelo de Sines e construção do museu do mar e dos descobrimentos (incluindo as vertentes de ocupação histórica de Sines, os descobrimentos, a influência e relevância do mar para a história, cultura, economia, paisagem e ecologia). Pretende-se valorizar e aproveitar o potencial cultural e turístico do nascimento e vida de Vasco da Gama em Sines, bem como da história da cidade e do concelho. Projecto e construção de "residências artísticas" temporárias para projectos de produção artística com vista à constituição de espólio de arte contemporânea em Sines. O projecto inclui as

PE/OP	Projecto	Promotor	Grau	Descrição
				seguintes componentes estratégicas: (1) reabilitação das alcáçovas e envolvente do castelo de Sines, incluindo a construção da casa Vasco da Gama (já realizada); (2) museu do mar e dos descobrimentos (3) intervenções integradas no conceito de museu polinucleado de Sines; (4) residências artísticas; (5) festival músicas do mundo (já realizadas 10 edições); (6) produção e programação cultural de referência (pintura, escultura...).
PE.1. OP.1.1.	Requalificação da Costa Atlântica de Sines: frente urbana, frente litoral norte e praia norte	C.M Sines	Complementar	<ul style="list-style-type: none"> • Frente urbana de Sines – qualificação urbanística da ligação entre a cidade e o mar, cortada pela construção da porto de Sines e da Av. Vasco da Gama, através de um conjunto de intervenções que possibilitam a apropriação pelas pessoas deste espaço nobre, permitindo actividades culturais, desportivas, de recreio e lazer, e possibilitando a construção de equipamentos, designadamente na área do turismo; • Frente litoral: através da desclassificação do troço urbano do IP8, a criação de um grande parque linear, com a apropriação humana de toda a área, até à crista da arriba, de novo aproximando ao mar; • Praia norte: intervenção de valorização de uma zona de grande beleza natural, com a criação de zonas de lazer, desporto, ciclovia.
PE.2. OP.2.1.	HOTEL SUITE - MARINE 5 estrelas Congress Center (Sines)	BEL.HABITAT - Sociedade Técnica Habitação, S.A	Complementar	O tipo de empreendimento que se pretende executar é de qualidade, virado para as classes C, B e A. Esta unidade hoteleira, compreende um total de 118 unidades de alojamento. As fracções têm as seguintes tipologias: 92Estúdios; 6 Suites; 4 UMC; Total de camas: 173 (58 duplas, 80 individuais, 30 suplementares individuais, 5 deficientes); Estacionamentos: 380 lugares de estacionamento; Piscinas: 1 mista de Verão / Inverno, 2 no telhado; Centro de Congressos: 400 lugares; Restaurante: 400 lugares (preparado para grandes eventos); 3 Bares; Ginásio; SPA; 8 Salas para reuniões e conferências; Office Center.
PE.3. OP.3.1.	Empreendedorismo para o Turismo	Sines Tecnopolo - Assoc. Centro de Incubação de Empresas de base Tecnológica Vasco da Gama	Complementar	A prioridade estratégica subjacente à dinamização do empreendedorismo assume as seguintes vertentes gerais: (i) conceder suporte às iniciativas de empreendedorismo e ferramentas de actuação aos empreendedores e (ii) combater o défice de empreendedorismo, em especial, em territórios de baixa densidade. A dinamização económica e a criação de um modelo económico – empresarial competitivo dependem, entre outros factores, da “vocação” empreendedora dos actores locais e da atractividade económico – empresarial do território em termos institucionais e infra-estruturais pelo que uma aposta incisiva na resposta a esta questão condição necessária, para o sucesso de estratégias de desenvolvimento territorial.
PE.3. OP.3.1.	Formar para o turismo: atitude, conhecimento e inovação	Sines Tecnopolo - Assoc. Centro de Incubação de Empresas de base Tecnológica Vasco da Gama	Complementar	O capital humano é uma das dimensões compreendidas no conceito de turismo sustentável, que requer particular atenção pelo seu crescente protagonismo. Uma questão que envolve uma componente comportamental, respeitante à atitude e ao relacionamento interpessoal que compreende, mas que contempla igualmente o conhecimento e a inovação, dois outros factores indissociáveis do capital humano no âmbito da constelação do turismo. Em termos operacionais, pode-se perspectivar as actividades do turismo em três frentes: a frente onde predomina o relacionamento interpessoal directo com o cliente; a frente mais operativa e logística onde esse relacionamento não é predominante; e por último, a frente de estratégia e concepção de produtos e serviços e das redes em que estes se integram. Em qualquer uma das frentes identificadas é necessário o <i>know-how</i> adequado ao desempenho das funções. Tal conhecimento requer um perfil psicológico e humano adequado à função, mas também um conjunto de qualificações adquiridas através de formação inicial, contínua e “on Job”. Face ao exposto, propõe-se um mega programa de formação direccionado para as populações do Alentejo Litoral e da Costa Vicentina, de forma a preparar os actores locais, directa e indirectamente relacionados com o turismo, para contribuírem para o desenvolvimento turístico da área de intervenção, rentabilizando, simultaneamente, em proveito próprio, as mais-valias do próprio processo. Esta

PE/OP	Projecto	Promotor	Grau	Descrição
				rentabilização inclui a ocupação dos postos de trabalho criados pelos promotores turísticos, mas sobretudo a auto criação de postos de trabalho e a valorização dos negócios já existentes, numa atitude de inovação e empreendedorismo.
PE.3. OP.3.2.	Sinalética Litoral Alentejano	ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	Complementar	O projecto consiste numa acção estruturada de sinalização do território, com uma imagem uniformizada, que permita referenciar os visitantes à região, independentemente do seu ponto de entrada na região, Norte/Sul, Litoral/Interior. Esta sinalética terá como objectivo divulgar a região associada aos indicadores de turismo sustentável e de qualidade de vida, que lhe permitem afirmar-se como destino de excelência ambiental. Para tal, o projecto pressupõe um estudo para quantificar esses indicadores e desencadear uma acção de promoção dos mesmos. A sinalização, para além de incidir, em todos os pontos de entrada na região com outdoors específicos concebidos para o efeito, também existirá uma sinalética informativa própria nos locais de visita dos pontos de interesse dos recursos naturais e culturais identificados neste PROVERE. Neste projecto deverá ser estudada uma sinalética comum, utilizando os mesmos materiais e a mesma imagem transversal a todos concelhos, desenhando uma linha identitária comum que projecte globalmente o Alentejo Litoral e Costa Vicentina para o exterior de forma consistente e competitiva.
PE.3. OP.3.1.	Sistema de Formação e Qualificação Profissional associado ao Tour_LA	ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	Complementar	Na continuidade de outros projectos previstos no PROVERE Alentejo Litoral e Costa Vicentina, o Sistema de Formação e Qualificação Profissional associado ao Tour_LA, constitui uma peça importante na construção do puzzle de desenvolvimento de competências de acordo com a matriz estratégica potencial identificada para o território. O Alentejo Litoral e Costa Vicentina são pólos importantes de afirmação turística, contribuindo para a consolidação do posicionamento estratégico nacional nos destinos turísticos de referência. A qualificação do potencial humano, especialmente para o sector é factor assumido pelos parceiros PROVERE. O projecto consiste na organização de acções de formação para activos em diferentes áreas: turismo activo, náutica e recreio, <i>birdwatching</i> , animação ambiental, fotografia natureza, guias de identificação do património, segurança e emergência nas actividades, serviços de restauração, acolhimento e atendimento, SIG, entre outras que se vierem a considerar relevantes. Para além das acções de formação, o projecto também inclui uma componente de qualificação das actividades através da criação de instrumentos que permitem melhorar/agilizar a implementação de actividades de animação complementares, como seja o Manual de Boas Práticas Associado às Actividades Náuticas.
	Sistema de Mobilidade Turístico - Tour_LA	ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano	Complementar	O projecto consiste na organização de um sistema de mobilidade turístico intermodal e articulado com os pontos de interesse visitáveis na região, os existentes e os potenciais identificados pelos parceiros do PROVERE. O sistema de mobilidade estará ao dispor dos visitantes do território, permitindo estabelecer a ligação entre os pontos de interesse da terra ao mar, entre o litoral e o interior, utilizando os diferentes modos de transporte: rodoviário, ferroviário e fluvial.
PE.2. OP.2.1.	Parques de Autocaravanas (<i>Euro Mobile Park</i>) e Ecopista integrada	AERSET	Complementar	

Fonte: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL, 2011

4.2.3.4. PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL

Nos termos do exposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, foi aprovada a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado por «Polis Litoral – Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira», sendo que uma das áreas identificadas para intervenção é a frente costeira dos municípios de Sines, Odemira (Alentejo), Aljezur e Vila do Bispo (Algarve), integrando a faixa litoral do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Reserva Natural da Lagoa de Santo André e Sancha. Neste contexto, projectou-se uma intervenção que se estende ao longo da faixa costeira continental, entre São Torpes e Burgau, numa extensão de 150 km, totalizando uma área com 9.500 ha, cuja operacionalização é da responsabilidade da sociedade Polis Litoral Sudoeste – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A, financiada por fundos comunitários (Fundo de Coesão, FEDER, FEP/PROMAR) com uma co-participação nacional assegurada pelo Ministérios da tutela, pelos Municípios e pelos privados. Além da intervenção de ordenamento e valorização de toda a faixa costeira, prevê-se a reposição das condições de ambiente natural pela recuperação e protecção dos sistemas costeiros, a valorização e qualificação de dezasseis praias, a qualificação de quatro portinhos de pesca e seis pequenos aglomerados costeiros, e a diversificação da vivência deste território pela criação de novos produtos turísticos ligados ao património natural e cultural autóctone (SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA, S.A, 2009).

A apresentação global desta intervenção encontra-se sintetizada no Quadro XXVII, na medida em que muitas das acções, ainda que não incidindo no Município de Sines, têm um impacte positivo nesta unidade territorial, na perspectiva do desenvolvimento turístico, pelo facto das dinâmicas e das sinergias criadas não respeitarem os limites administrativos. Por outro lado, existem acções que são transversais ao território, incluindo vários Municípios em simultâneo, pelo que salientamos as previstas para unidade territorial em estudo, ou que no seu carácter transversal também a incluem, sendo que *a posteriori* estas serão alvo de uma análise mais pormenorizada.

Quadro XXVII – Projectos/acções no âmbito do POLIS LITORAL – Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Código	Designação do projecto/acção
EIXO 1	VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E PAISAGÍSTICO
P1	Protecção de sistemas dunares e arribas
P2	Reposição das condições de ambiente natural pela recuperação e protecção dos sistemas costeiros
P2.1	Lagoa de Santo André
P2.2	Cabo Sardão
P2.3	Arrifana
P2.4	Amoreiras - Monte Clérigo
P2.5	Ponta de Sagres
P3	Requalificação ambiental e reabilitação do património natural
P3.1	Estudo de caracterização da qualidade ecológica do sistema lagunar Santo André – Sancha
P3.2	Renaturalização da área designada por Vila Rosalinda
P3.3	Valorização da Reserva Biogenética da Ponta de Sagres
EIXO 2	QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL DE SUPORTE ÀS ACTIVIDADES ECONÓMICAS TRADICIONAIS
P4	Qualificação e valorização da actividade piscatória
P5	Valorização e qualificação de espaços balneares
P6	Qualificação urbana de pequenos aglomerados costeiros
P6.1	Sines – Portinho de Porto Covo
P6.2	Odemira - Vila Nova de Mil Fontes / Zambujeira do Mar
P6.3	Aljezur - Praia de Odeceixe
P6.4	Vila do Bispo – Burgau / Salema
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO DA VIVÊNCIA DO TERRITÓRIO POTENCIANDO OS RECURSOS ENDÓGENOS
P7	Promoção da mobilidade sustentável
P7.1	Ecovia do Litoral Sudoeste
P7.2	Ciclovias de acesso às praias
P8	Estruturas de suporte a actividades turísticas de relação com a natureza
P8.1	Estruturas de apoio a desportos de natureza
P8.2	Estrutura de apoio a actividades de descoberta da natureza (interpretação do Pontal da Carrapateira)
P8.3	Estruturas de apoio ao autocaravanismo
P8.4	Estruturas de apoio ao recreio e lazer
P.9	Equipamentos de divulgação cultural e científica
P9.1	Centro de investigação e sensibilização da biodiversidade do SACV (Vale da Telha)
P9.2	Centro de sensibilização e divulgação do Parque Natural (Sagres)
P9.3	Espaço arqueológico do <i>Ribat</i> da Arrifana
P9.4	Bateria do Zavial
P9.5	Espaço de observação da natureza (Torre d'Aspa)
P10	Marketing Territorial

Fonte: SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA, S.A., 2009: 43-44

No Quadro XXVIII encontra-se uma caracterização dos projectos/acções a implementar no Município de Sines, alguns de carácter transversal, aplicáveis a todo o território a intervencionar, e outros apenas referentes a esta unidade territorial, e ainda que estes possam ser subprojectos de acções mais amplas direccionadas para uma área mais abrangente, como podemos comprovar pela análise do Quadro XXVII, apenas pormenorizamos relativamente ao território em estudo.

Quadro XXVIII – Projectos/acções no âmbito do POLIS LITORAL – Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Projecto/acção	Objectivo	Localização	Actividades	Orientações/observações
P1 – Protecção de sistemas dunares e arribas	Manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro e lagunar que assegurem a sua estabilidade biofísica e minimizem situações de risco, de bens e pessoas, por via de medidas correctivas de erosão que passam pela restrição e balizamento de acessos viários e pedonais nestas zonas sensíveis.	Sines: Faixa entre Sines e Porto Covo	<p><u>Acções preparatórias:</u> Identificação, em conjunto, com as respectivas entidades responsáveis dos locais a intervir e efectuar um levantamento das acções até então desenvolvidas.</p> <p><u>Projectos e obras:</u> > Elaboração de estudo de caracterização e identificação dos locais prioritários a intervir, indicação das vias a manter ou a renaturalizar, localização de bolsas de estacionamento, sinalização; > Balizamento e estabilização de arribas e zonas de risco; > Desactivação de caminhos e estradões desnecessários, em especial os duplicados, existentes nas arribas e “medos”; > Balizamento de acessos e colocação de passadiços sobrelevados; > Renaturalização dos caminhos desactivados e de zonas degradadas (soluções específicas para cada situação, a determinar); > Ordenamento de acessos e estacionamento para protecção das arribas e minimização de riscos.</p>	
P5 - Valorização e qualificação de espaços balneares	Valorização dos espaços balneares pela criação de infra-estruturas de apoio, criando uma imagem de referência associada ao valor ambiental da zona costeira do Sudoeste Alentejano e a Costa Vicentina.	Sines: praia da Samouqueira, praia do Porto Covinho, praia Grande de Porto Covo, praia da Ilha do Pessegueiro	<p><u>Acções preparatórias:</u> > Revalidação dos PAOCS existentes > Elaboração de PAOCs ou outro estudo equivalente para a Praia do Pessegueiro;</p> <p><u>Projectos e Obras:</u> <u>Intervenção em geral:</u> > Correção e conclusão de intervenções já efectuadas ou previstas; > Ordenamento e balizamento da circulação viária e regularização de estacionamento automóvel; > Beneficiação e recuperação dos acessos viários e pedonais à praia; > Construção de vedações, passadiços, zonas de estada, paliçadas; > Colocação de sinalética territorial e informativa dos valores naturais e patrimoniais existentes; > Promoção de acções de limpeza e valorização paisagística da área envolvente através da recuperação e renaturalização de áreas degradadas.</p> <p><u>Intervenções específicas, por praia:</u> Sines: praia da Ilha do Pessegueiro > Reordenamento e qualificação do actual estacionamento garantindo um enquadramento favorável do Forte existente; > Demolição do restaurante existente e construção de novo restaurante em local mais favorável e devidamente enquadrado na envolvente; > Construção de miradouro.</p>	Praia da Ilha do Pessegueiro - Equivale a uma área de intervenção específica para a valorização do património cultural do POGNSACV, que se encontra em fase de revisão. Avaliar a possibilidade de atribuir um uso ao Forte (ex. Pousada). Avaliar a hipótese de qualificação ou demolição dos restantes edifícios existentes.

Projecto/acção	Objectivo	Localização	Actividades	Orientações/observações
P6 - Qualificação urbana de pequenos aglomerados costeiros P6.1 - Sines - Portinho de Porto Covo	Qualificação do território pela criação de condições para a sua vivência e usufruto pela população e visitantes, garantindo uma ligação de qualidade com o espaço natural envolvente.	Sines: Portinho de Porto Covo	<i>Acções preparatórias:</i> > Validação e desenvolvimento do estudo existente (CM Sines) que prevê a introdução da componente da náutica de recreio no portinho de pesca e a requalificação urbana da envolvente do mesmo. <i>Projectos e obras:</i> > Criação de percursos pedonais; > Construção de espaços públicos (zonas pedonais e praças); > Dragagens e escavação da bacia; > Demolições dos apoios de pesca existentes e construção de novos; > Concessão e construção de restaurante no molhe; > Colocação de <i>fingers</i> , estacas e restantes equipamentos de amarração de embarcações de recreio e de turismo; > Criação de ciclovias.	Intenção de desenvolver parceria com privados. O projecto de dragagem e escavação da bacia de flutuação carece de procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.
P7 - Promoção da mobilidade sustentável P7.1 - Ecovia do Litoral Sudoeste	Dotação do território de equipamentos e estruturas, capazes de gerar atracção, que contribuam para a promoção dos recursos endógenos através da valorização do património natural, histórico e cultural, numa lógica de criação de um produto turístico complementar ao sol e praia.	Transversal	<i>Acções preparatórias:</i> > Validação com as entidades locais das acções a desenvolver e efectuar o levantamento de estudos e projectos existentes. <i>Projectos e obras:</i> > Elaboração de um estudo que defina o traçado da ecovia, os pavimentos a utilizar, a tipologia e localização dos pontos de apoio e mobiliário; > Adaptação de caminhos rurais existentes a pistas cicláveis; > Colocação de sinalização territorial e informativa (turística e ambiental); > Criação de zonas de descanso e de contemplação paisagística; > Requalificação paisagística das envolventes à ecovia, promovendo acções de limpeza e de eliminação de espécies infestantes, bem como a plantação de vegetação autóctone.	
P7 - Promoção da mobilidade sustentável P7.2 - Ciclovias de acesso às praias	Dotação do território de equipamentos e estruturas, capazes de gerar atracção, que contribuam para a promoção dos recursos endógenos através da valorização do património natural, histórico e cultural, numa lógica de criação de um produto turístico complementar ao sol e praia.	Transversal	<i>Acções preparatórias:</i> > Validação com as entidades locais das acções a desenvolver e efectuar o levantamento de estudos e projectos existentes. <i>Projectos e obras:</i> > Elaboração de um estudo que defina o traçado das ciclovias, quando possível, entre os aglomerados urbanos e as praias; > Construção de pistas cicláveis que permitam o acesso fácil e alternativo às praias; > Colocação de sinalização territorial e informativa (turística e ambiental); > Criação, se necessário, de zonas de descanso e de contemplação paisagística; > Requalificação paisagística das envolventes à pista ciclável, promovendo acções de limpeza e de eliminação de espécies infestantes, bem como a plantação de vegetação autóctone.	
P8 - Estruturas de suporte a actividades	Dotação do território de equipamentos e estruturas, capazes de gerar atracção, que	Sines	<i>Estudos e planos:</i> > Elaboração de um estudo de viabilidade da instalação de Áreas de Serviço e de Pernoita para Autocaravanas em área de Parque Natural, definindo as	

Projecto/acção	Objectivo	Localização	Actividades	Orientações/observações
turísticas de relação com a natureza P8.3 - Estruturas de apoio ao autocaravanismo	contribuam para a promoção dos recursos endógenos através da valorização do património natural, histórico e cultural, numa lógica de criação de um produto turístico complementar ao sol e praia.		localizações possíveis e adequadas; > Elaboração do projecto tipo ou programa a adoptar para o modelo de Áreas de Serviço e de Pernoita para Autocaravanas a implementar no Litoral Sudoeste e Costa Vicentina; > Estudo do projecto e forma de exploração para cada localização definida. <i>Projectos e obras:</i> > Projecto de execução e obras, caso mereça aprovação, de acordo com o disposto na Portaria n.º 1320/2008, de 17/11.	
P8 - Estruturas de suporte a actividades turísticas de relação com a natureza P8.4 - Estruturas de apoio ao recreio e lazer - parques de merendas e zonas de estada	Dotação do território de equipamentos e estruturas, capazes de gerar atracção, que contribuam para a promoção dos recursos endógenos através da valorização do património natural, histórico e cultural, numa lógica de criação de um produto turístico complementar ao sol e praia.	Sines	<i>Projectos e obras:</i> > Qualificação e valorização de parques de merendas e zonas de estada.	A localização das intervenções será definida em conjunto com o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.
P10 - Marketing territorial	Promoção e divulgação do território com acções dirigidas a públicos e agentes económicos dos diferentes sectores valorizando a excelência e a singularidade deste território.	Transversal	<i>Estudos e Acções de Comunicação e Marketing:</i> Desenvolvimento de um Plano de comunicação e divulgação e subsequente implementação das acções, no seguinte quadro: > Compatibilização da actividade turística com a sensibilidade ambiental deste território e com as restantes actividades desenvolvidas nele; > Instalação de sinalética informativa e de divulgação adequada e homogénea; > Edição de material de divulgação ambiental e patrimonial; > Promoção do carácter singular deste território (paisagem, natureza, arquitectura, tranquilidade); > Criação de pontos de informação e divulgação dos valores presentes; > Elaboração de mapas, guias, brochuras, roteiros e grandes rotas.	Compatibilizar a presente acção com o trabalho que tem sido desenvolvido, por diversas empresas/associações, neste território.

Fonte: SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA, S.A, 2009: 45-76

4.2.3.5. PROJECTOS TURÍSTICOS DO ALENTEJO LITORAL

O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) identifica o Alentejo Litoral como um pólo de desenvolvimento turístico. Presentemente estão em curso, embora em diferentes fases de planeamento e de operacionalização, inúmeros projectos para os municípios desta NUT III. A sua concretização confirmará a vocação turística desta região do país, podendo contribuir para o seu desenvolvimento, através da criação de emprego, da fixação de população e do crescimento económico, caso ocorra num contexto de sustentabilidade.

No Quadro XXIX, encontra-se representado o aumento da oferta de alojamento turístico e residencial, inerente aos grandes projectos turísticos previstos para o Alentejo Litoral.

Quadro XXIX – Oferta turística e residencial prevista para o Municípios de Grândola e Alcácer do Sal

PROMOTORES	CAMAS					
	Turísticas		Residenciais		Total	
	Existentes	Novas	Existentes	Novas	Existentes	Novas
Amorim Turismo	0	572	0	0	572	572
Costa Terra	0	2 198	0	714	2 912	2 912
Espírito Santo Tourism	0	9 200	0	3 400	12 600	12 600
Pelicano	0	2 197	0	714	2 911	2 911
Pestana	0	955	0	0	955	955
Sonae Turismo	2 408	6 766	3 600	1066	7 772	13 780
TOTAL	2 408	21 888	3 600	5 834	27 722	33 730

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS RESORTS DO ALENTEJO LITORAL, 2007

A aposta na criação deste eixo de desenvolvimento turístico teve início em 2005 com a aprovação do Tróia *Resort*, que representa um investimento de cerca de 500 milhões de euros, aplicado na construção de uma marina/*dome park*, um parque de recreio aquático, restaurantes, aparthotéis, apartamentos turísticos, um casino, um centro de congressos em hotel de cinco estrelas, um centro desportivo e um centro equestre. Um projecto, que conta com o investimento da *Sonae Turismo* e do Grupo Amorim, e que será preferencialmente direccionado para os seguintes segmentos: (1) famílias domésticas que passam fins-de-semana em meios de alojamento relevantes; (2) famílias espanholas residentes perto da fronteira, que veem em Tróia a praia mais próxima da região; (3) famílias internacionais que procuram o Algarve ou Lisboa, e cujas motivações incluem sol e praia, ecoturismo, circuitos citadinos e culturais, golfe; (4) empresas que procuram localizações no Sul da Europa para reuniões de trabalho; (5) segmento do desporto profissional; (6) turismo de segunda residência de famílias residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto, Vale do Tejo e Alentejo (ASSOCIAÇÃO DOS RESORTS DO ALENTEJO LITORAL, 2007).

No início de 2006, foram aprovados mais dois mega-empresendimentos, igualmente com a classificação PIN, a instalar nesta região: o projecto Costa Terra e a Herdade do Pinheirinho. O investimento do empreendimento Costa Terra vai ascender aos 510 milhões de euros, num complexo que vai ocupar duzentos hectares, destinados à construção de três *suites* hotéis, quatro aldeamentos turísticos, quatro apart-hotéis, uma estalagem, duzentas e quatro moradias e um campo de golfe. A Herdade do Pinheirinho, com o selo de garantia do Fundo Internacional para a Conservação da Natureza (WWF), é o menor dos quatro projectos que vão ocupar a faixa do litoral alentejano entre Tróia e Melides, envolvendo um investimento de 167 milhões de euros, aplicados na construção de dois hotéis, três apart-hotéis, três aldeamentos turísticos e um campo de golfe (ASSOCIAÇÃO DOS RESORTS DO ALENTEJO LITORAL, 2007).

O lote dos projectos estruturantes, destinados à criação deste novo pólo de atracção turística, integra igualmente a Herdade da Comporta, do Grupo Espírito Santo, situada nos municípios de Alcácer do Sal e de Grândola. As duas Áreas de Desenvolvimento Turístico (ADT) da Herdade, num total de 742 hectares, irão ser palco da construção de alojamento turístico (hotéis, apart-hotéis e *resorts*), três campos de golfe, SPA, centro hípico e outros equipamentos direccionados para a actividade turística, perfazendo um investimento de mais de mil milhões de euros (ASSOCIAÇÃO DOS RESORTS DO ALENTEJO LITORAL, 2007).

Estes quatro projectos têm em comum, para além da localização, o tipo de produto: imobiliário e o golfe, complementados com a hotelaria tradicional e o *mix* de serviços geralmente associados a esta actividade. Trata-se de quatro Projectos de Interesse Nacional (PIN), que irão dar origem a mais de 22.000 novas camas com vocação turística, e que implicam a criação de cerca de 6.500 postos de trabalho (cerca de 5.000 directos e 1.500 indirectos), o que corresponde a 26% do emprego actualmente existente nos municípios de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém.

À planície do Cercal, concelho de Santiago do Cacém, de acordo com o Plano de Pormenor, é destinada uma área de 750 ha para ocupação turística, onde se prevê a criação de 15.000 camas, três campos de golfe, um centro de estágio de futebol, uma academia de ténis, uma academia de golfe, uma SPA, entre outras infra-estruturas e equipamentos que constituirão este pólo de desenvolvimento turístico a cargo da Pelicano Investimento Imobiliários, e que criará, directa e indirectamente, cerca de 5.000 novos postos de trabalho (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, 2007).

Para Sines, está projectado o empreendimento turístico da Cova do Lago, que, a concretizar-se, irá constituir um pólo turístico com oferta de 780 camas, servido por outros equipamentos ligados à actividade turística (SPA, ginásio, piscina coberta e restaurante) e

ainda que apenas este projecto esteja previsto para o Município de Sines, os impactes dos restantes far-se-ão sentir nesta unidade territorial, na medida em que criar-se-ão sinergias, potenciadas pela proximidade geográfica e pela complementaridade entre produtos, que favorecerão a afirmação e o desenvolvimento turística da unidade em estudo, razão pela qual procedemos a esta breve caracterização no âmbito da presente investigação.

A apresentação sumária dos projectos e investimentos previstos e em curso no Município de Sines e no Alentejo Litoral, decorre do reconhecimento de que nem os limites administrativos nem a vontade dos decisores impedem que se gerem sinergias e exista um efeito de contágio entre parcelas territoriais contíguas ou próximas. Tanto os projectos de carácter transversal, como os específicos da unidade territorial em estudo, como os que contribuem para a afirmação e competitividade da NUT III em que se insere, todos podem contribuir para o desenvolvimento turístico do Município de Sines, ainda que em muitos deles os impactes a este nível tenham um carácter indirecto.

Uma outra razão para o exercício que agora terminamos prende-se com o facto de considerarmos que os projectos em curso, pela sua natureza e diversidade, poderão em muito contribuir para melhorar a imagem do Município de Sines junto dos mercados emissores, sendo que as percepções dos visitantes, objecto de análise no próximo ponto desta dissertação, as suas expectativas, sugestões e aspirações poderão estar em vias de concretização, revelando uma postura pró-activa por parte deste destino turístico.

Para além das razões já elencadas temos que referir que estes são projectos, que ao concretizarem-se no modelo que presidiu à sua génese, fiéis às características técnicas e operacionais, independentemente da sua área de influência se cingir ao Município de Sines ou ultrapassar os seus limites administrativos, revelam-se coerentes com um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, o que nos leva a crer que os *stakeholders* envolvidos neste processo têm uma visão político-ideológica direccionada para a sustentabilidade, cumprindo um dos requisitos da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, dando forma aos pressupostos teóricos que norteiam a presente investigação.

4.2.4. Os visitantes e as suas percepções

Toda e qualquer estratégia de desenvolvimento turístico, independentemente do modelo que lhe está subjacente, tem como fim último a captação crescente de visitantes, sendo a sua capacidade de atracção, expressável de inúmeras formas, um dos sinais irrefutáveis do seu sucesso, ainda que em conjugação com outras dimensões, sobretudo quando se defende a via da sustentabilidade. Face a esta constatação, seria impensável diagnosticar o Município de Sines, na perspectiva do turismo, e posteriormente sugerir políticas e práticas de desenvolvimento turístico, sem saber quem são os seus visitantes e o que pensam sobre o presente e o futuro do turismo nesta unidade territorial.

Para o efeito, tal como foi anteriormente explicado quando abordados teoricamente os procedimentos metodológicos que nortearam a presente investigação, e face à inexistência da informação pretendida, foi aplicado um inquérito por questionário aos visitantes (Anexo I), nos Postos de Informação Turística de Sines e Porto Covo, alcançando-se uma taxa de resposta de 1,13%, calculada em função do número de visitantes que afluíram a este local durante o período de aplicação, ou seja entre 1 de Setembro de 2010 e 31 de Agosto de 2011. Trata-se de uma taxa de resposta reduzida, na medida em que apenas 208 dos 14.855 visitantes que afluíram no período de aplicação aos Postos de Informação Turística responderam ao questionário, mas que perante os objectivos da aplicação, o perfil dos inquiridos e o contexto de aplicação, se revela passível de tratamento e interpretação, na medida em que não se pretende proceder a generalizações nem a extrapolação de conclusões da amostra para o universo.

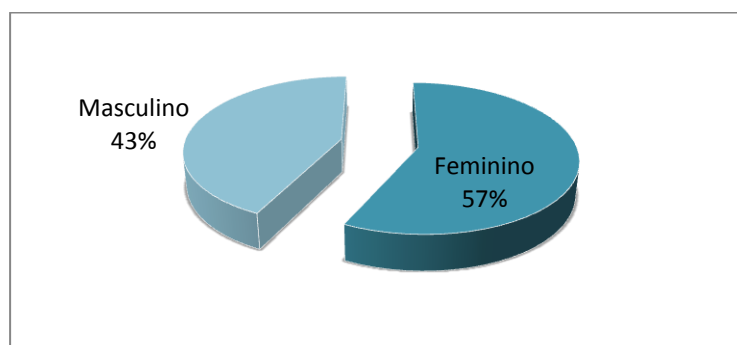
Relativamente ao valor da taxa de resposta, há que salientar que os motivos que levam os visitantes aos PIT's, o contexto de férias, o facto de existir uma grande concentração de visitantes em determinados momentos do dia, o que dificulta o papel do inquiridor, uma cultura pouco vocacionada para a colaboração com estes processos, constituem algumas das razões que dificultaram o processo de aplicação, impedindo a obtenção de um número mais elevado de respostas.

A informação recolhida, após tratamento com recurso a análise de frequências e a medidas de estatística descritiva, aplicáveis a variáveis nominais e ordinais, na medida em que é esta a natureza das que constituem o questionário aplicado, permitiu-nos concretizar os objectivos que presidiram à elaboração do questionário: (1) Caracterizar o perfil da procura; (2) Conhecer a relação dos visitantes com o Município de Sines; (3) Avaliar o turismo no Município de Sines na perspectiva dos seus visitantes; (4) Prospectar o desenvolvimento turístico do Município de Sines com base na opinião dos visitantes, através da resposta às seguintes questões:

4.2.4.1. QUEM SÃO OS VISITANTES?

A resposta a esta questão é multidimensional, sendo que a construção do perfil médio dos visitantes é feita com base no género, escalão etário, origem geográfica, *background* académico, e características do agregado familiar dos 208 respondentes.

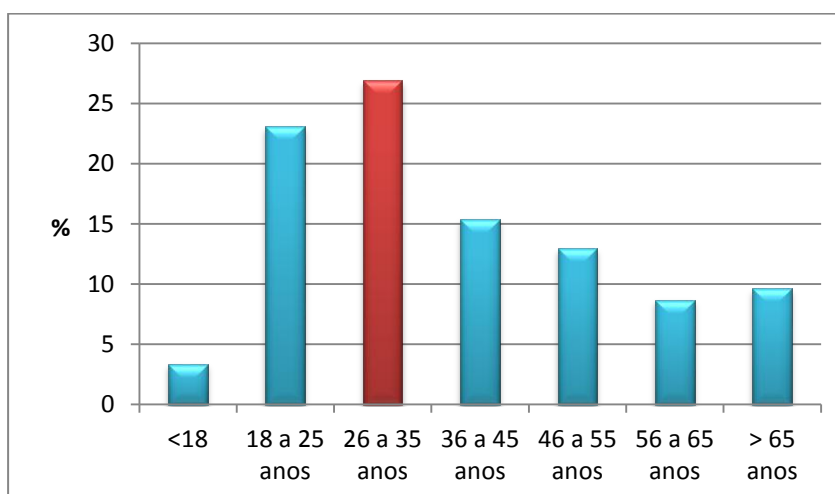
Gráfico X – Visitantes do Município de Sines, por género



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Neste contexto, há que referir que a amostra inquirida é constituída, maioritariamente, por visitantes do género feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, de acordo com a informação constante nos Gráficos X e XI.

Gráfico XI – Visitantes do Município de Sines, por grupo etário



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Os visitantes inquiridos são sobretudo originários de Portugal, sendo a Suécia a origem internacional com maior destaque, seguida pela Espanha. Relativamente à Suécia esta

amostra é representativa de um fluxo turístico muito interessante, protagonizado sobretudo por séniores, estimulado pela própria autarquia que acolhe os visitantes de uma forma personalizada. Espanha é um mercado de proximidade, cujo interesse por esta unidade territorial, em termos turísticos, é fomentado pela indústria, dado que existem muitas empresas espanholas que desenvolvem a sua actividade, temporária ou continuamente, neste Município, e cujos colaboradores divulgam o destino junto dos seus familiares e amigos.

Esta variável impõe, igualmente, uma reflexão sobre a diversidade geográfica dos visitantes, sendo que esta é uma realidade eventualmente explicada pelo perfil da procura de alguns eventos culturais e desportivos, com destaque para o Festival Músicas do Mundo.

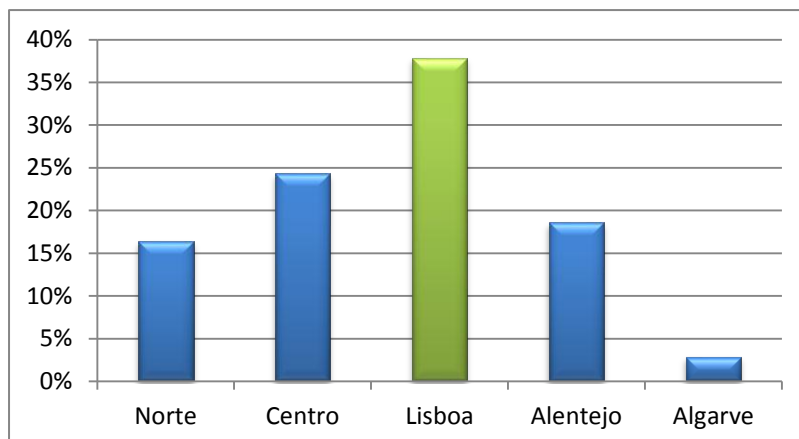
Quadro XXX – O país de origem dos visitantes do Município de Sines

País de Origem	N.º	%		Outro País de Origem	N.º	%
Portugal	140	67%		Angola	2	5%
Espanha	13	6%		Áustria	1	3%
França	5	2%		Brasil	3	8%
Reino Unido	5	2%		Burkina Fasso	1	3%
Alemanha	5	2%		E.U.A	1	3%
Outro	40	19%		Finlândia	1	3%
				Holanda	4	10%
Total	208	100%		Hong Kong	1	3%
				Itália	4	10%
				Polónia	1	3%
				Roménia	1	3%
				Suécia	18	45%
				Suíça	1	3%
				Não resposta	1	3%
				Total	40	100%

Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

No que respeita aos turistas nacionais, a sua presença na amostra espelha a capacidade de atracção deste destino perante o mercado nacional, por razões de proximidade, mas também pela estratégia de divulgação operacionalizada, e pelo desconhecimento internacional que existe sobre este território e sobre as suas potencialidades turísticas.

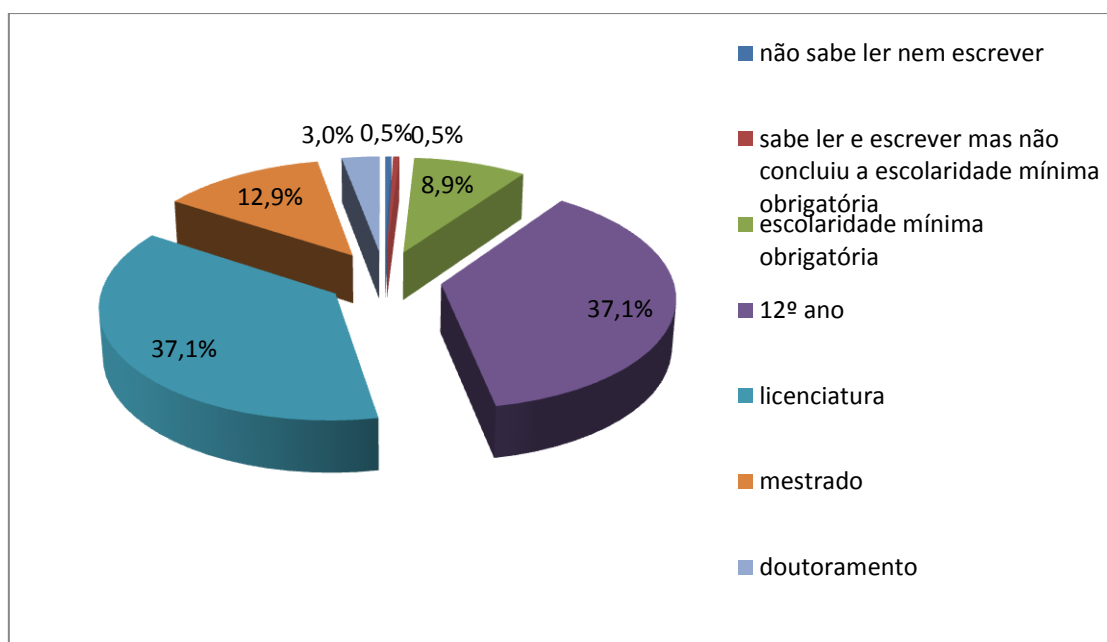
Gráfico XII – A região de origem dos visitantes do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Após a contextualização geográfica dos inquiridos, a caracterização do seu perfil impõe a análise de outras variáveis relacionadas com a dimensão socioeconómica. No que respeita ao *background* académico, a maioria dos visitantes possui habilitações literárias iguais ou superiores ao 12º ano de escolaridade (74,2%), tal como podemos constatar na análise do Gráfico XIII, sendo relevante o facto de 53% possuir habilitações iguais ou superiores à licenciatura.

Gráfico XIII – Habilitações literárias dos visitantes do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

No que respeita à situação face ao emprego, 60% dos visitantes inquiridos estão empregados, sendo que de entre os 16% detentores de uma outra situação não elencada à partida, salientam-se os estudantes (82%). A preponderância desta categoria poderá ser explicada pelo perfil da procura dos eventos culturais e desportivos que configuram a agenda anual deste município, mais uma vez com destaque para o Festival Músicas do Mundo.

Quadro XXXI – A situação face ao emprego dos visitantes do Município de Sines

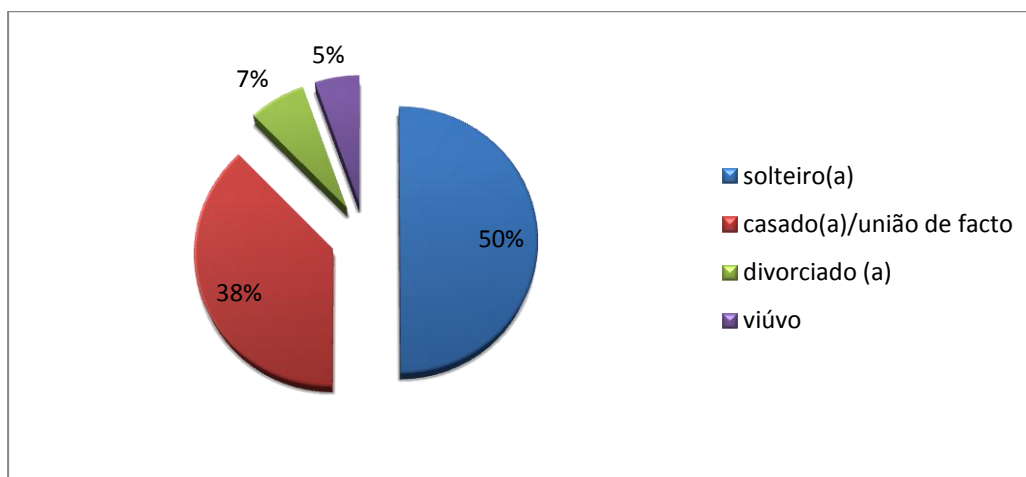
Situação face ao emprego	N.º	%			
Empregado	121	60%			
Desempregado	21	10%			
Aposentado	28	14%			
Outra	33	16%			
Total	203	100%			

Outra situação	N.º	%
Doméstico	2	6%
Empresário	2	6%
Estudante	27	82%
Profissional liberal	1	3%
Não resposta	1	3%
Total	33	100%

Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

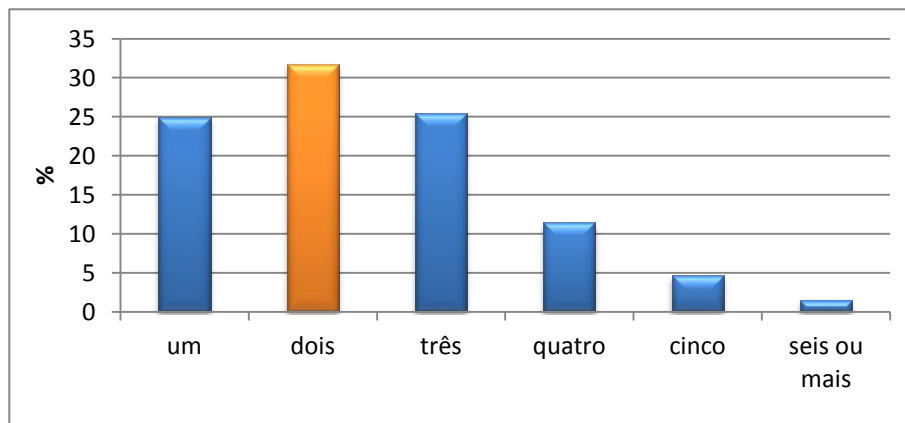
Solteiros ou casados, maioritariamente pertencentes a agregados familiares com um número de elementos igual ou inferior a três elementos, e com um rendimento igual ou inferior a 2.000€, os visitantes do Município de Sines poderão, eventualmente, ser integrados genericamente num estrato social médio, como poderemos constatar pela análise dos gráficos seguintes.

Gráfico XIV – Estado civil dos visitantes do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Gráfico XV – N.º de elementos do agregado familiar dos visitantes do Município de Sines



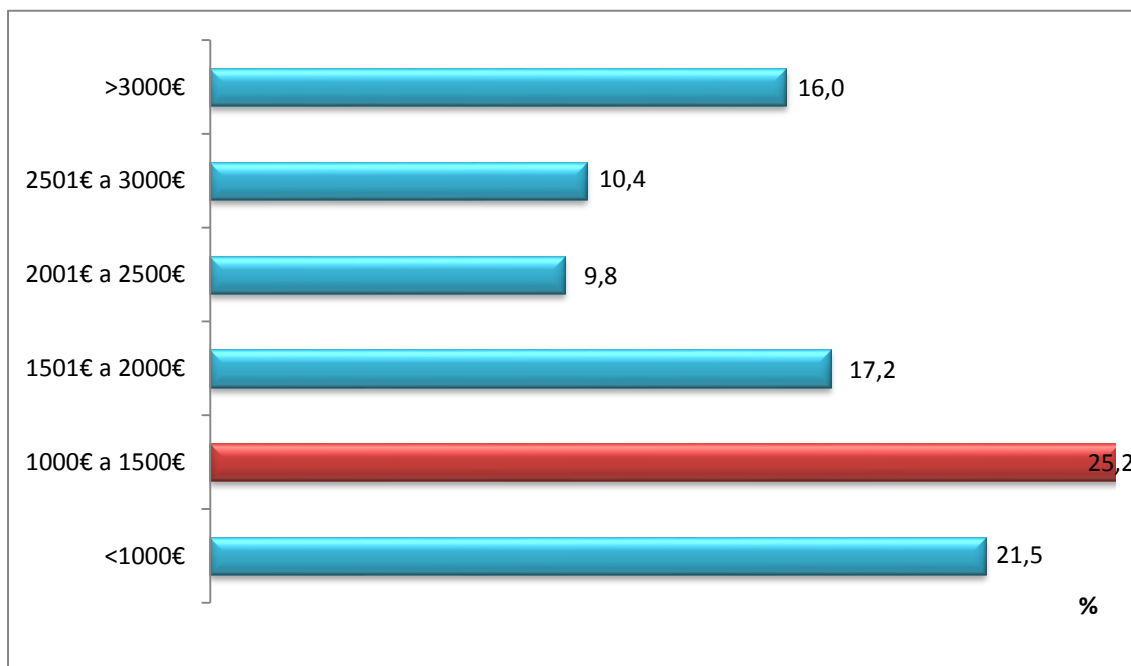
Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Embora o perfil médio dos visitantes inquiridos se construa com base nas categorias com maior frequência de respostas, consideramos importante, perante os objectivos da presente investigação, não escamotear alguns elementos informativos relacionados com categorias, ou com o resultado da sua agregação, ainda que estas não constituam a moda estatística das variáveis em análise.

O rendimento do agregado familiar é um indicador importante no actual contexto, pois revela o poder de compra da procura e pode constituir um indício sobre as suas motivações e tipos de consumo. A análise revela a pertença a um estrato sócio-económico médio, mas a análise das frequências subjacentes às categorias superiores permite-nos constatar que cerca de 36% dos respondentes pertencem a agregados familiares com rendimentos superiores a 2.000€. No entanto, relativamente a esta variável, há que salientar as reservas que os inquiridos têm sobre revelar informação sobre os seus rendimentos, 21,6% recusaram-se a responder a esta questão, e a necessidade de ponderar os resultados face à dimensão do agregado familiar.

Um cruzamento do estado civil com a dimensão do agregado familiar, dos seus rendimentos e as habilitações literárias dos visitantes inquiridos, permite-nos avançar com a hipótese de que existe um tipo de turista, ainda que não o médio, solteiro, cujo agregado familiar é constituído por um único elemento, com rendimentos elevados ou médio-elevados, e também com elevadas habilitações académicas, que procura o Município de Sines por razões distintas das que motivam as massas e que poderão estar relacionadas com os eventos culturais e desportivos.

Gráfico XVI – Rendimento do agregado familiar dos visitantes do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Em suma, e respondendo directamente à questão inicial, os visitantes do Município de Sines são sobretudo mulheres, com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos, portuguesas, oriundas da região de Lisboa, com o 12º ano de escolaridade ou licenciadas, empregadas, solteiras, pertencentes a agregados familiares de dimensões reduzidas, com rendimentos entre os 1.000 e os 1.500€, pertencentes à classe média, como é corroborado pelo Quadro XXXII onde consta a moda estatística das variáveis em análise, uma medida aplicável a variáveis nominais, e que determina a categoria com maior frequência de respostas.

Quadro XXXII – O perfil dos visitantes do Município de Sines

Variável	Moda
Sexo	Feminino
Idade	26 a 35 anos
País de origem	Portugal
Região de origem	Lisboa
Habilitações literárias	12º ano e licenciatura
Situação face ao emprego	empregado
Estado civil	solteiro
Nº de elementos do agregado familiar	dois
Rendimento do agregado familiar	1000€ a 1500€

Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

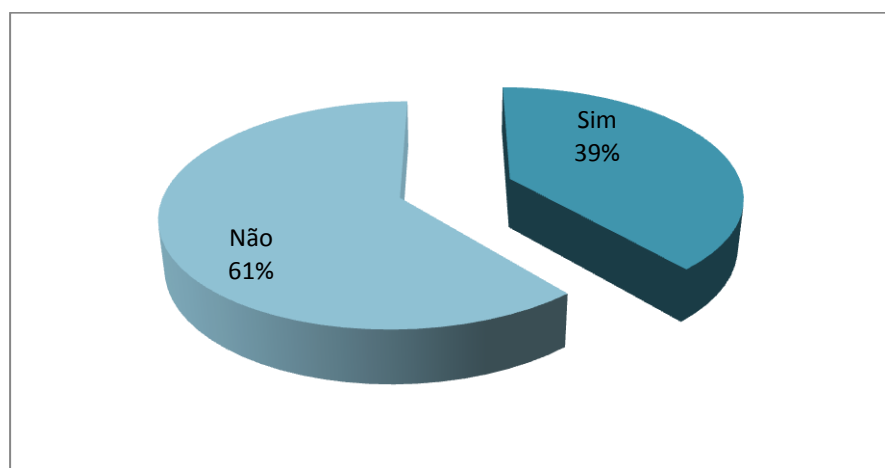
Apesar da importância do perfil deduzido a partir da moda estatística, num estudo desta natureza, há que dar também atenção aos visitantes que não se enquadram neste perfil médio, pois eles poderão constituir nichos de mercado de particular interesse para a estratégia de desenvolvimento turístico, sobretudo quando esta contempla produtos alternativos, distanciados dos entendidos como mais comerciais, logo direccionados para um consumidor com características incomuns.

A resposta avançada para esta primeira questão será com certeza enriquecida aquando da caracterização e do entendimento da relação que estes mesmos visitantes têm com o Município de Sines, pelo que será esse o próximo passo desta investigação.

4.2.4.2. QUAL A RELAÇÃO DOS VISITANTES COM O MUNICÍPIO DE SINES?

Os visitantes inquiridos já são recorrentes na visita a esta unidade territorial, sendo que para 61% esta não é a primeira vez que visitam o Município de Sines. Este é um indicador extremamente positivo, pois o facto da maioria dos respondentes repetir uma experiência de visita demonstra que o destino correspondeu às suas expectativas e despertou a vontade de um regresso.

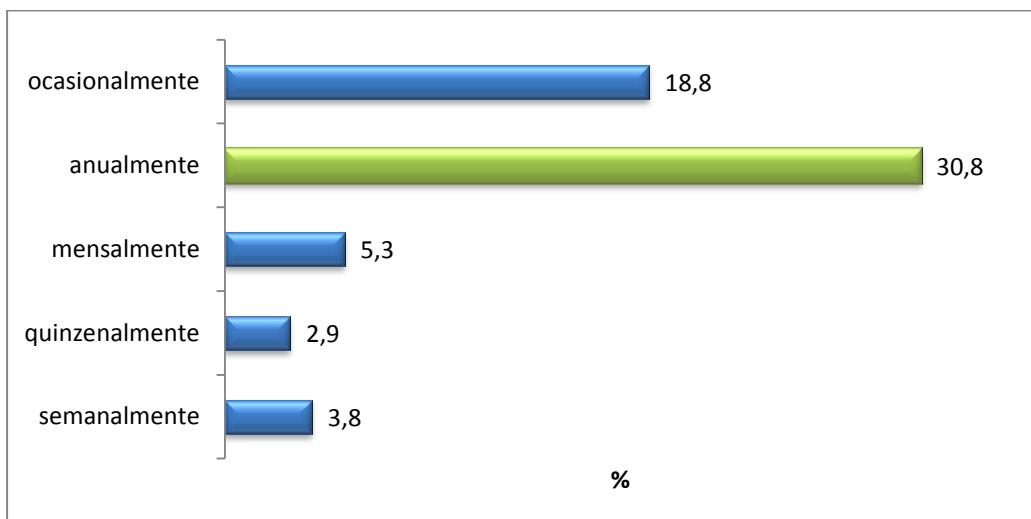
Gráfico XVII – Primeira visita ao Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

A periodicidade de visita indicada pela maioria dos 125 visitantes, que assumiram o estatuto de repetentes na visita ao Município de Sines, é um indício de que este é um dos destinos turísticos que procuram anualmente por motivos vários, os quais serão analisados posteriormente.

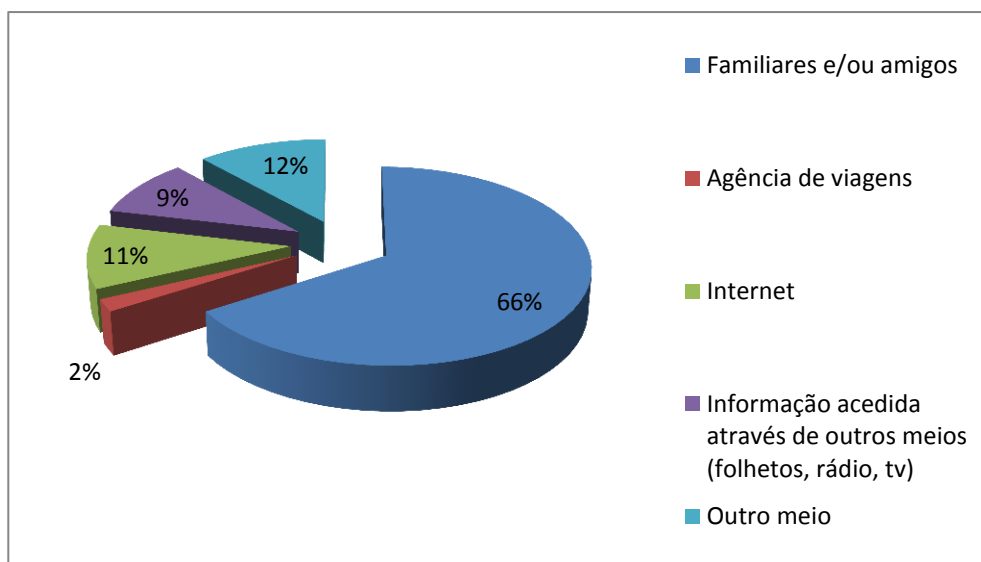
Gráfico XVIII – Periodicidade da visita ao Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

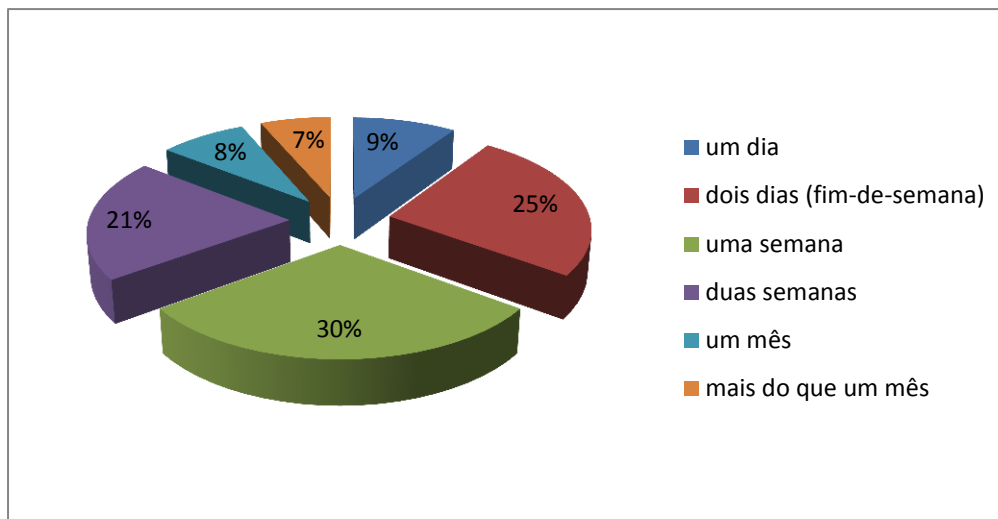
A maioria dos respondentes (66%) tomou conhecimento deste destino turístico através da informação disponibilizada por familiares e amigos, o que é revelador do poder deste meio de divulgação, mas também da eventual inexistência ou ineficiência de estratégias formais de comunicação e *marketing*, o que pode comprometer o crescimento da procura, ainda que este se pretenda coerente com um modelo de desenvolvimento sustentável.

Gráfico XIX – Meios de tomada de conhecimento do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

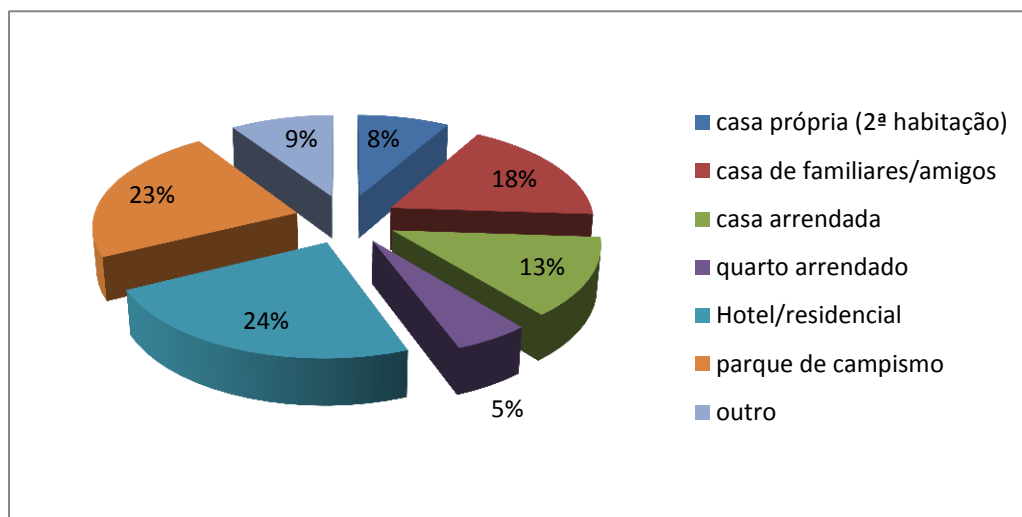
Gráfico XX – Duração da estada dos visitantes



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Os visitantes desta unidade territorial tendem a permanecer uma semana (30%), sendo também usual a procura deste destino para passar o fim-de-semana (25%), ou para uma estada mais prologada, com a duração de duas semanas (21%). Para o efeito alojam-se em hotel ou residencial (23%), constituindo o parque de campismo uma alternativa também para muitos (23%).

Gráfico XXI – Local de alojamento dos visitantes



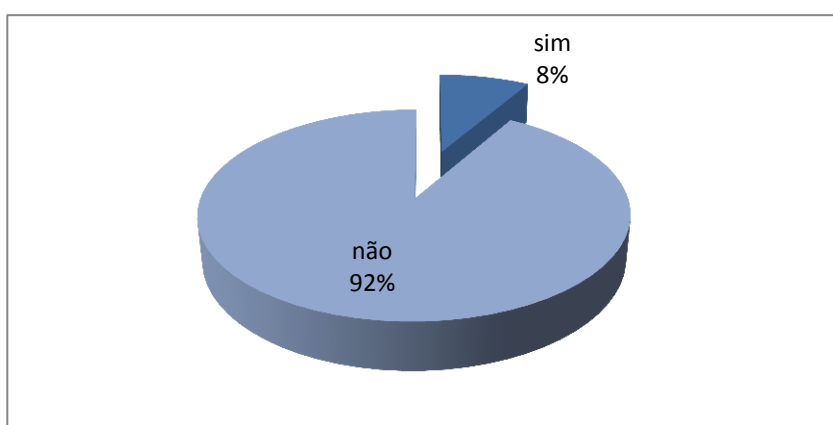
Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Os destinos como o Município de Sines, em particular a Freguesia de Porto Covo, pelas suas características simultaneamente rurais e costeiras, são muitas vezes procurados para

a aquisição de habitação destinadas a férias e a fins-de-semana, a chamada segunda habitação. Ainda assim, apenas 8% dos 203 inquiridos que responderam a esta questão se enquadraram nesta categoria, localizando-a na Freguesia de Sines (5,4%).

Há que ressaltar, relativamente a esta variável, que os questionários foram aplicados nos Postos de Informação Turística e, provavelmente, este tipo de visitante pelo conhecimento que já tem do destino, não necessita de aceder a estes locais, o que pode contribuir para enviesar a amostra, no que respeita a esta questão.

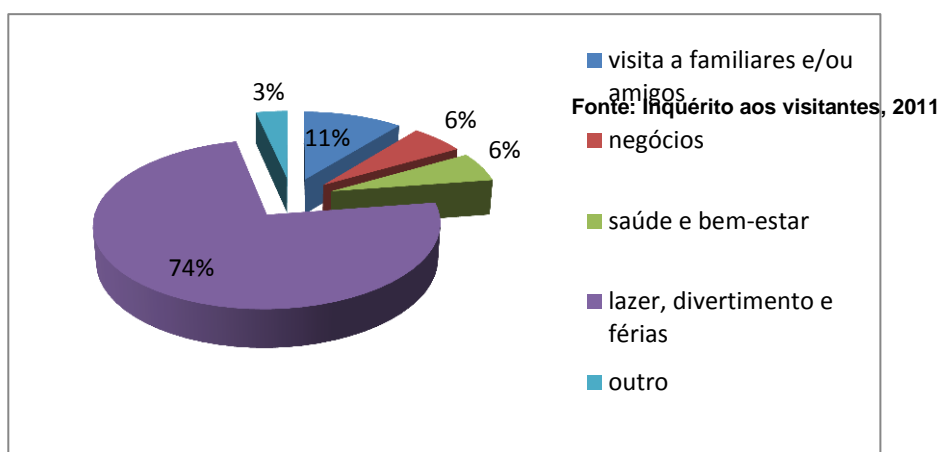
Gráfico XXII – Propriedade de 2ª habitação no Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

O lazer, divertimento e as férias constituem as motivações de uma significativa maioria dos visitantes do Município de Sines (74%), sendo precedidas, ainda que longinquamente, pela visita a familiares e/ou amigos (11%).

Gráfico XXIII – Motivos da visita ao Município de Sines

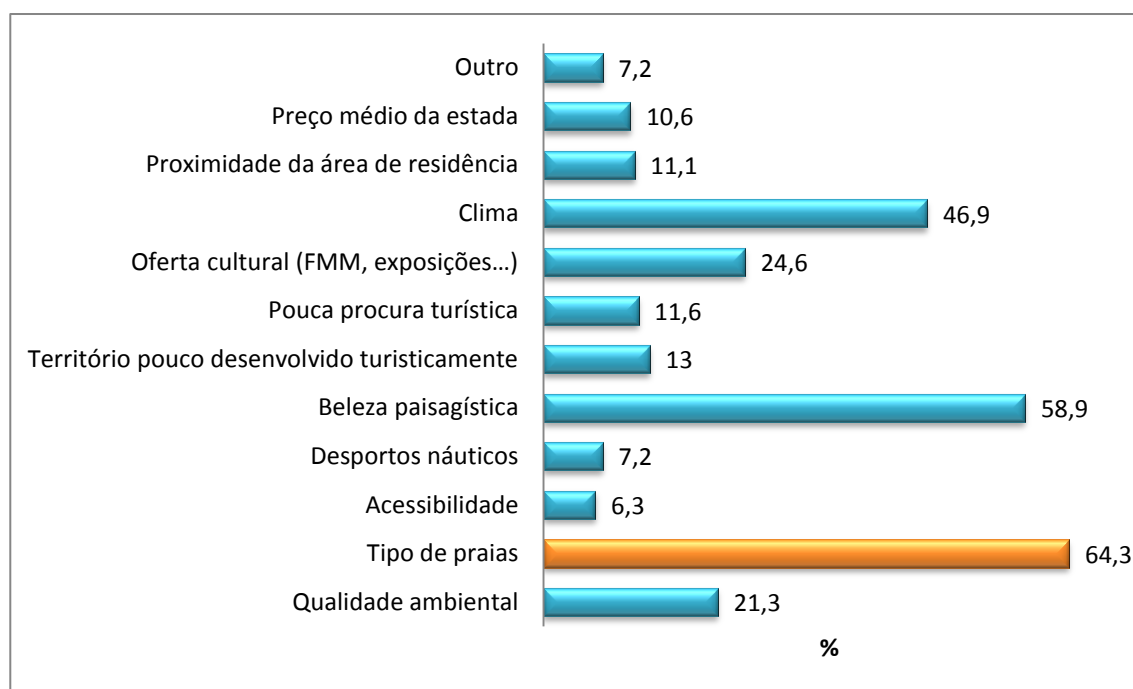


Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

As características biofísicas e paisagística desta unidade territorial constituem as principais justificações para a vinda dos visitantes inquiridos. Encimando este grupo, encontra-se o tipo de praias que caracteriza o Município, de acordo com o manifestado por 64,3% dos 207 respondentes, seguido pela beleza paisagística (58,9%) e pelo clima (46,9%). Interessante será igualmente constatar que nesta hierarquia, a oferta cultural, da qual se salienta o Festival Músicas do Mundo, ocupa a quarta posição, uma situação que corrobora a importância da agenda cultural deste Município na atracção de visitantes.

Há ainda que referir, que entre os 15 visitantes que apontaram outras características, para além das discriminadas, 2 referiram a existência da marina, 1 a gastronomia, e os restantes, aspectos relacionados com as características do local e das suas gentes (calma, cordialidade, simpatia, boa gente...).

Gráfico XXIV – Características justificadoras da visita ao Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Em resposta à questão que norteou as análises parcelares anteriormente realizadas, há que dizer que a relação dos visitantes com o Município de Sines se pauta pela lealdade a este destino turístico.

Para a maioria dos inquiridos esta não é a primeira visita a esta unidade territorial, nem pretende ser a última. Fundamentados na opinião de familiares e amigos, atraídos pelas

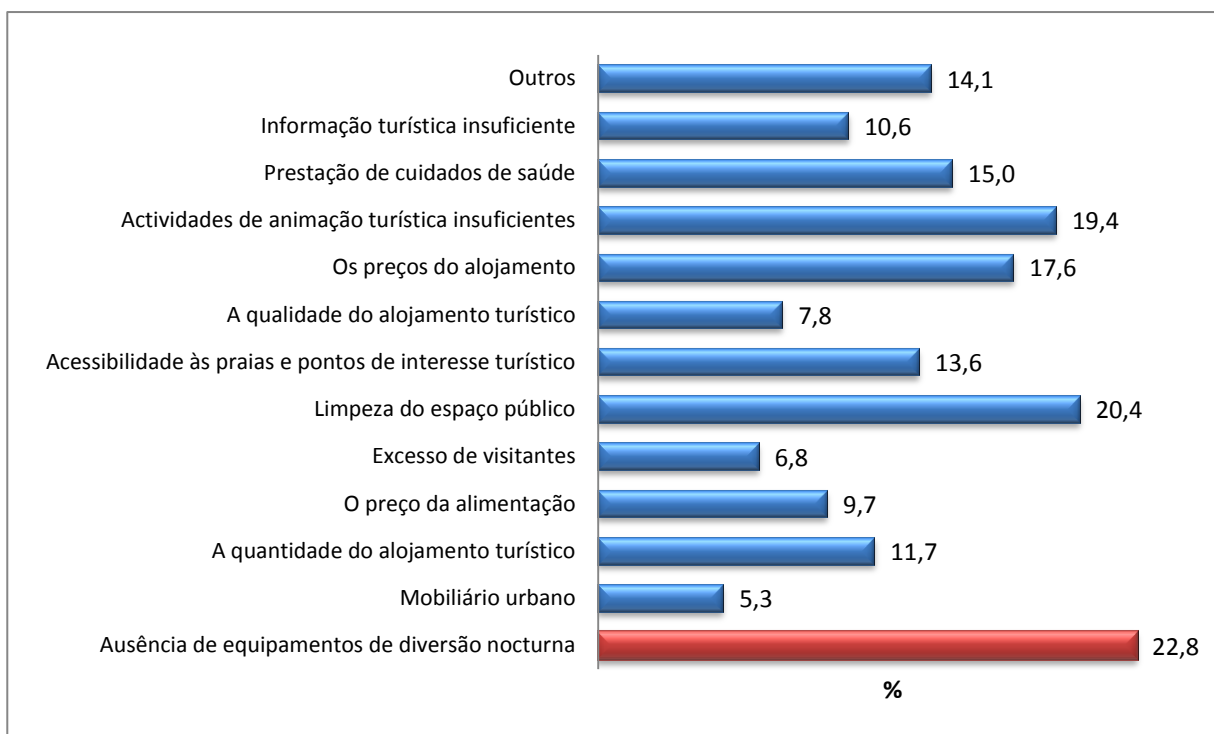
praias, pela beleza paisagística e pelo clima, tendem a permanecer uma semana, alojados em hotel, ou residencial, na procura do lazer, do divertimento e de férias.

4.2.4.3. COMO AVALIAM O TURISMO NO MUNICÍPIO DE SINES?

A abordagem à avaliação do turismo no Município de Sines é feita numa perspectiva negativa, na medida em que na resposta à questão anterior já se aferiu quais os aspectos positivos justificadores da visita, culminando numa avaliação global.

No que respeita aos aspectos negativos, são de natureza diversa as dimensões apontadas pelos visitantes. Ainda que a ausência de equipamentos de diversão nocturna seja a categoria que mais respostas granjeou (22,8%), a limpeza do espaço público (20,4%), a insuficiência de actividades de animação turística (19,4%) e os preços do alojamento (17,6%), foram repetidamente elencados pelos 206 visitantes que disponibilizaram informação sobre esta variável, tal como se pode constatar na análise do Gráfico XXV.

Gráfico XXV – Aspectos negativos no Município de Sines

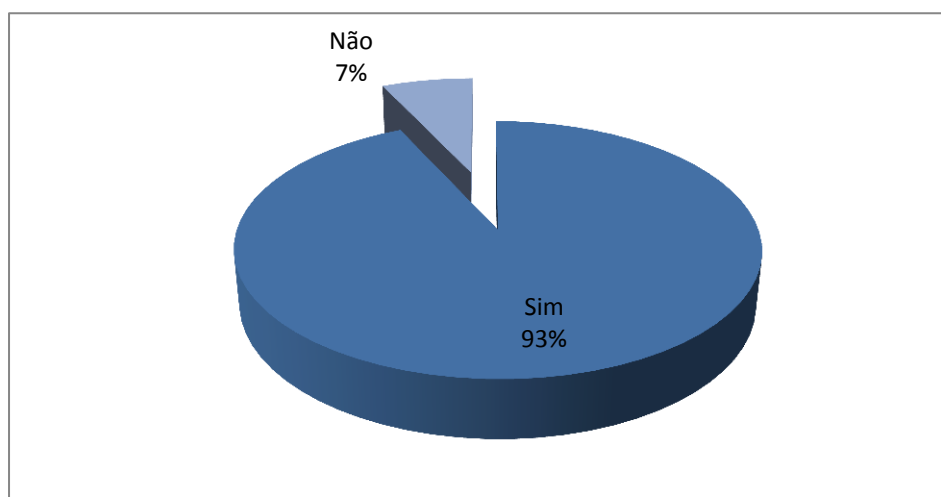


Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Os 29 visitantes que consideraram que as categorias apresentadas não reflectiam a sua opinião, optando pela categoria residual, acrescentaram aspectos negativos essencialmente relacionados com a indústria, com as características arquitectónicas das novas construções, com a sinalização e informação turística e também com a insuficiência de condições propícias à prática de caravanismo.

A intenção de visitar o Município de Sines é assumida pela grande maioria (93%) dos 202 respondentes, sendo que os que não revelaram essa pretensão evocaram principalmente o gosto de visitar sempre destinos diferentes para justificarem a sua posição. Trata-se, por conseguinte, de um argumento extrínseco às características e à oferta turística desta unidade territorial, estando apenas relacionado com o perfil do visitante. Ainda assim, não devemos descurar todos os outros motivos elencados, por menor expressão que tenham, na medida em que aquando do planeamento turístico deverão ser concebidas estratégias que os eliminem ou minimizem os seus impactes, contribuindo para alterar a percepção dos visitantes.

Gráfico XXVI – Regresso ao de Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Nestas duas últimas questões, a indústria e os seus supostos impactes são mencionados pelos visitantes, que os percebem negativamente. A promoção da coexistência pacífica entre esta e o turismo deverá ser uma aposta dos agentes de planeamento e desenvolvimento turístico, de forma a alterar uma imagem que, como é visível, não confere a este destino uma grande vantagem competitiva.

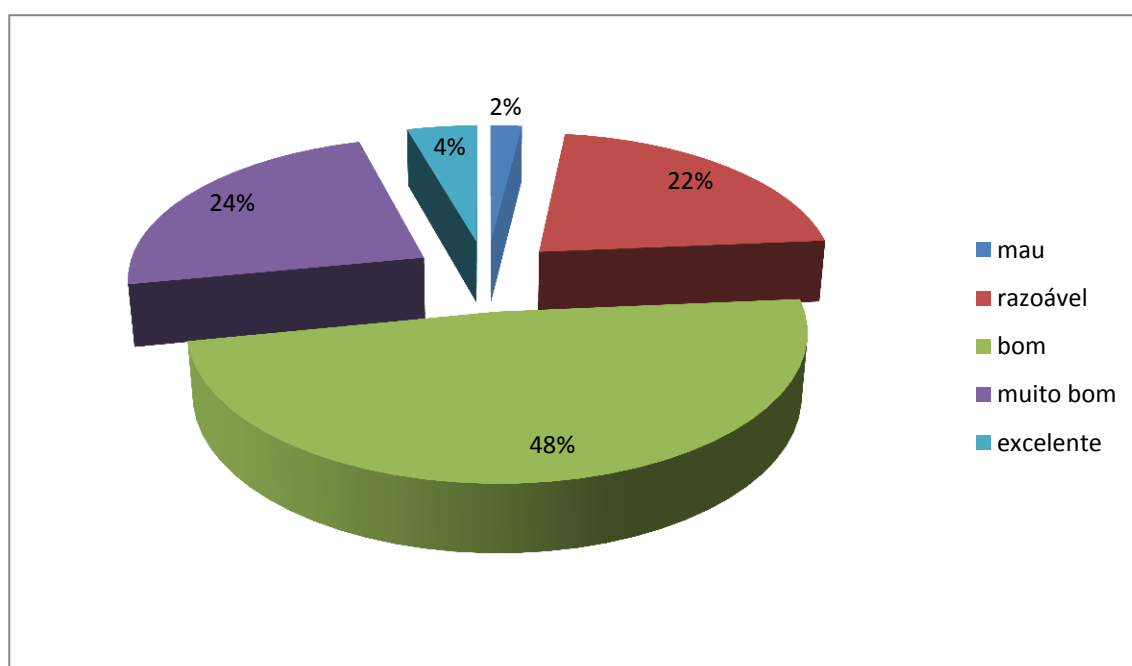
Quadro XXXIII – Motivos para não regressar ao Município de Sines

Motivos	Nº respostas positivas	%
As suas expectativas relativamente ao município de Sines enquanto destino turístico não se concretizaram	3	21,4%
Gosta de visitar sempre destinos diferentes	7	50,0%
Considera que este município está a perder qualidade na oferta turística	3	21,4%
Não aprecia a forte presença na indústria neste território	3	21,4%
Considera que há perda de autenticidade	1	7,1%
Não existe uma relação equilibrada entre a oferta e a procura turística	3	21,4%
Outros:		
Língua	2	14,3%
Poluição	2	14,3%

Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

A avaliação global do Município de Sines, na perspectiva do turismo, feita pelos visitantes inquiridos é positiva, sendo que 94% lhe atribui uma classificação igual ou superior a “bom”, dos quais 24% o considerem “muito bom”, sendo, na opinião de 4%, “excelente”. Embora esta variável de síntese revele uma situação relativamente favorável, há que ter em consideração que cerca de metade dos respondentes (48%) posicionaram-se na categoria média de resposta, devendo tal constituir um sinal de que existe um longo caminho a percorrer no sentido da excelência.

Gráfico XXVII – Avaliação global do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

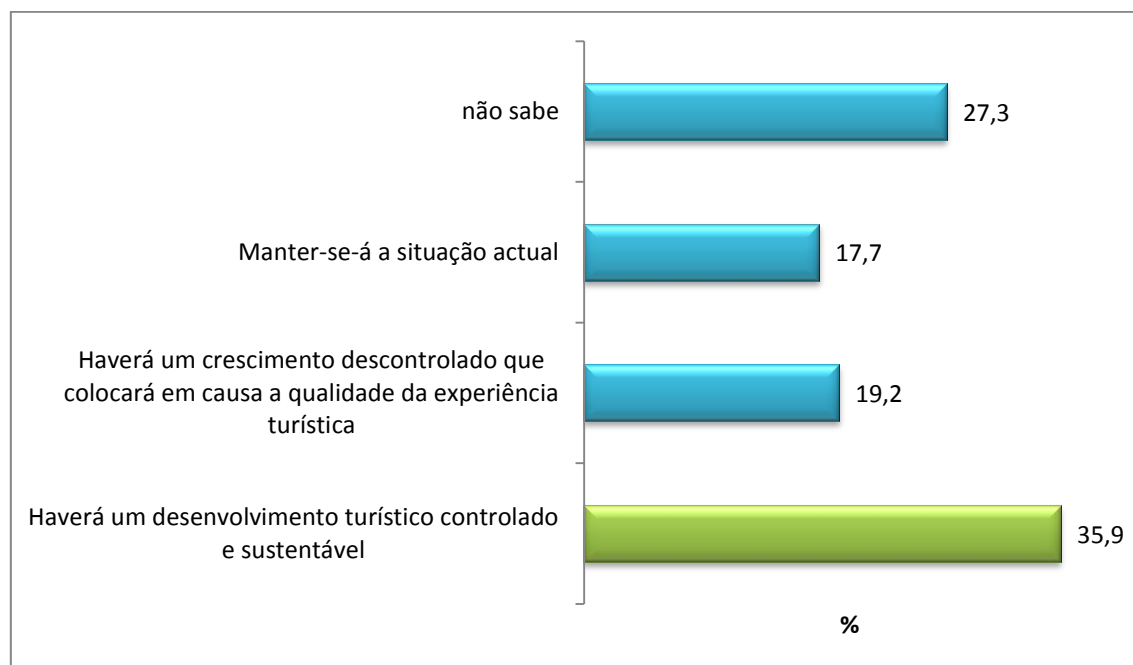
A opinião construída sobre este Município é positiva, o que não escamoteia a identificação de aspectos negativos, entre os quais merece destaque a ausência de equipamentos de diversão nocturna, a limpeza do espaço público e a insuficiência de actividades de animação turística. A indústria e os seus impactes são uma presença constante sempre que a pergunta o permite.

A maioria dos inquiridos perspectiva voltar a este destino turístico, sendo que para a minoria que não pondera o regresso, a razão é intrínseca à sua própria concepção de uso do tempo de lazer, norteadada pela busca da novidade.

4.2.4.4. QUAL A VISÃO PROSPECTIVA DOS VISITANTES SOBRE O MUNICÍPIO DE SINES?

A par da importância da imagem sobre o presente, encontra-se a visão que os visitantes têm sobre o futuro desta unidade territorial, pois esta contribuirá para o regresso em anos vindouros e para a divulgação de uma imagem positiva, construída pela realidade mas também pelas expectativas. Cientes deste facto, entendemos fundamental inquirir os visitantes sobre as suas previsões para o desenvolvimento turístico do Município de Sines.

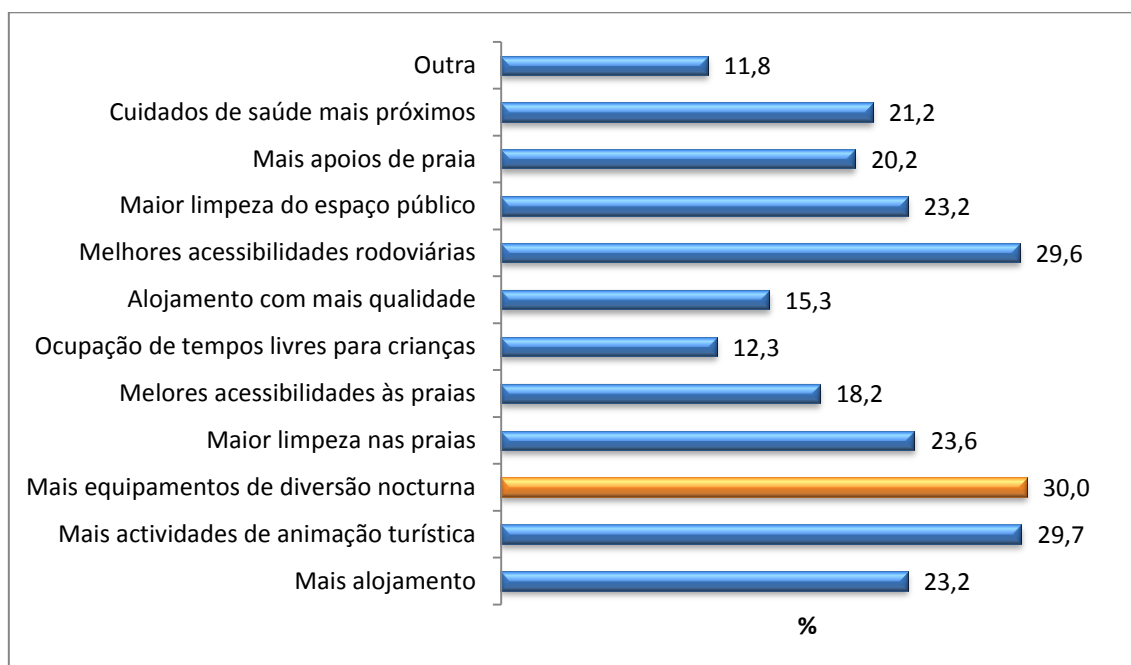
Gráfico XXVIII – A percepção sobre o futuro turístico do Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Ainda que o desconhecimento seja assumido por um número significativo de respondentes, concretamente por 27,3% dos 198 visitantes que disponibilizaram informação sobre esta questão, entre os restantes existe uma marcada tendência para considerar que haverá um desenvolvimento turístico controlado e sustentável. Uma imagem positiva, que profetiza a continuidade da vinda destes visitantes, e que deverá estimular os agentes responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento turístico a caminharem nesse sentido.

Gráfico XXIX – Melhorias a implementar no Município de Sines

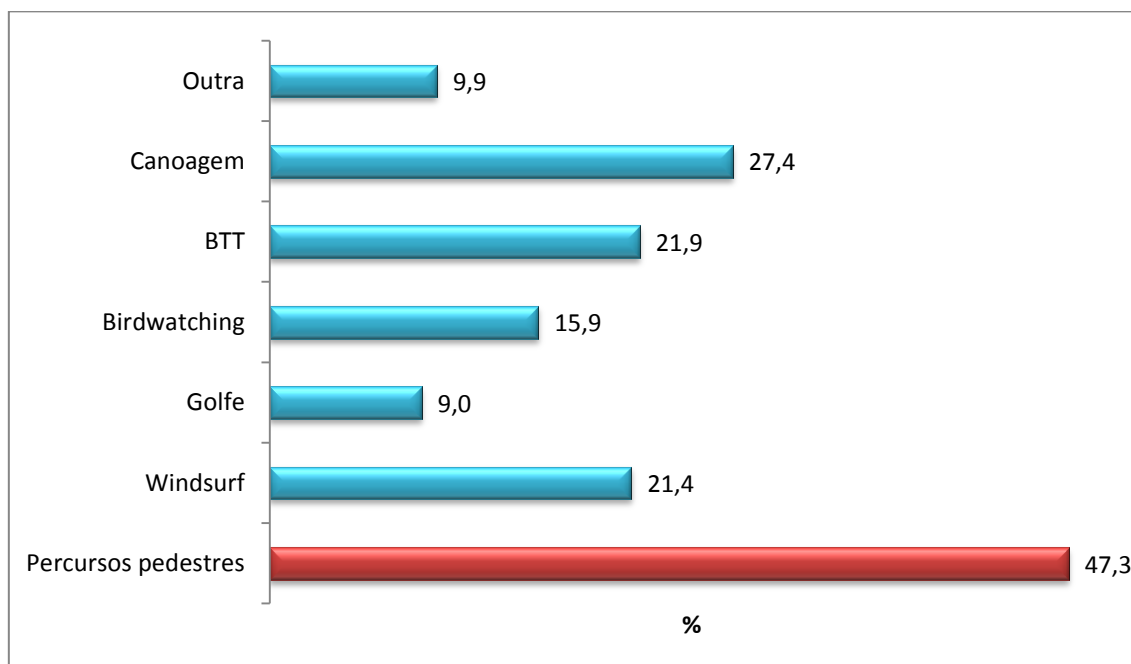


Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

A análise global desta variável permite-nos constatar que existe um conjunto diversificado de melhorias a introduzir no sistema turístico do Município de Sines, não sendo os visitantes peremptórios em relação a nenhum aspecto particular. Ainda assim, e em coerência com as outras questões, a criação de mais equipamentos de diversão nocturna e a oferta de mais actividades de animação turística, surgem no topo da hierarquia, seguindo-se-lhe a necessidade de introduzir melhorias nas acessibilidades rodoviárias. A questão da limpeza, no espaço público e nas praias, é igualmente alvo de sugestão por parte dos inquiridos, sendo que as respostas introduzidas por via da categoria residual (outra) apontam igualmente no mesmo sentido, ainda que com o recurso a uma terminologia distinta, referindo ainda aspectos relacionados com a divulgação e a promoção turística, com as actividades de animação turística e com a presença da indústria.

A consciência de que as actividades turísticas são fundamentais para aumentar o tempo médio de estada, para aumentar a atractividade do destino, e para atenuar os efeitos perversos da sazonalidade, induziu-nos a inquirir os visitantes sobre as suas expectativas futuras relativamente a esta dimensão, apresentando um conjunto de actividades possíveis de desenvolver neste território, mas ainda não disponibilizadas de forma consistente e organizada. Perante esta oportunidade, os respondentes foram incisivos ao identificarem os percursos pedestres como uma das actividades de animação turística a implementar nesta unidade territorial, uma expectativa a que o projecto da “Rota Vicentina”, anteriormente apresentado e caracterizado, irá dar com certeza uma resposta eficiente. As actividades ligadas à água, nomeadamente o *windsurf* e a canoagem, foram também apontadas com alguma insistência, como se pode constatar na análise do Gráfico XXX.

Gráfico XXX – Actividades de animação turística a desenvolver no Município de Sines



Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Na resposta objectiva à questão de abertura desta dimensão, há que referir que os visitantes inquiridos perspectivam para o futuro desta unidade territorial, no que concerne à sua dimensão turística, uma situação de sustentabilidade pautada por um desenvolvimento turístico controlado, que compatibiliza o necessário crescimento da procura com a preservação do património tangível e intangível, numa lógica de continuidade. Ainda assim, são avançadas sugestões, umas de carácter transversal e outras direccionadas para as

actividades de animação turística, visando um futuro turístico ainda mais promissor. Deverá ser então, também no sentido de providenciar respostas às deficiências detectadas, que os agentes responsáveis pelo planeamento e pelo desenvolvimento turístico deverão actuar, ainda que a sua intervenção não se esgote nesta dimensão, devendo ser reveladora de uma postura mais pró-activa.

Por último, os visitantes tiveram oportunidade de tecer comentários ou disponibilizar outra informação considerada relevante em função do objecto de estudo. Este espaço de expressão livre pode constituir uma fonte importante de informação, elecando aspectos e sugerindo caminhos que ao longo do questionário, pela natureza essencialmente fechada da maioria das perguntas, não foi possível ao respondente partilhar, encontrando-se no Quadro XXIV a transcrição dos comentários tecidos.

Uma reflexão sumária sobre estes comentários permite-nos constatar que as apreciações e as expectativas dos visitantes sobre o presente e o futuro desta unidade territorial, na perspectiva do turismo, constituem um grande desafio aos responsáveis pelo seu planeamento e desenvolvimento, apelando à sua criatividade, na medida em que exigem a compatibilização de aspectos que, à primeira vista, poderão ser antagónicos. Ainda assim, é visível uma apreciação positiva em paralelo com a responsabilidade do contributo para a promoção da melhoria

Quadro XXXIV – Comentários dos visitantes do Município de Sines

Comentários
<i>“Crescimento urbano mais controlado, com índices de construção consideravelmente mais baixos; maior cuidado na conservação/preservação do património arquitectónico e paisagístico.”</i>
<i>“O preço do alojamento é muito elevado, superior ao praticado no Algarve”</i>
<i>“Quanto ao turismo, Sines deve manter-se como está. Não deixem transformar-se numa Albufeira, ou qualquer outro tipo de “Ibiza”. Melhorar a qualidade ambiental, uma boa e controlada oferta de alojamento, e mais oferta da já boa oferta cultural.”</i>
<i>“Creo que es difícil compatibilizar actividad turística com desarrollo industrial, pero podeis tentar.”</i>
<i>“Sines foi uma agradável surpresa, principalmente o FMM, só lamento a escassez de diversão nocturna no restante período balnear. Seria interessante rentabilizarem mais o parque de campismo.”</i>
<i>“Os eventos deveriam ser realizados noutra local que não a Avenida Vasco da Gama, pois esta é uma via estruturante de passagem turística.”</i>
<i>“Very clean. Not a “little England “like the Algarve. Very poor quality information available even after a year I am still rinding information. Road lines are improving with the upgrade of the via rapide.”</i>
<i>“Like me to eat the really good cuisine of this places! You must said that is really cold in the nights! Must made more publicity of Portugal’s places in Italy. Here is cheaper than Croatia (where goes usually italians for holidays) but here’s a loto f more beautiful places.”</i>
<i>“Um dos problemas para o desenvolvimento do turismo é as refinarias e o seu cheiro.”</i>
<i>“Existe carência de infra-estruturas e equipamentos de apoio a eventos como o FMM.”</i>
<i>“Parabéns pela limpeza do espaço público, pela cordialidade dos locais e pelo FMM. Lamento a negligência sobre o parque de campismo.”</i>
<i>“As acessibilidades terrestres estão bastante danificadas. A gastronomia e a hotelaria são pontos de referência turística e Sines não possui hotéis nem restaurantes de excelência.”</i>
<i>“Um Município com grande desenvolvimento de actividades de animação turística, com uma</i>

Comentários
<i>capacidade turística muito sustentável, com bons acessos, boas praias, boas infra-estruturas de limpeza nos espaços públicos e com uma população muito afável.”</i>
<i>“Sines devia apostar numa melhoria em termos de infra-estruturas para o acolhimento de mais turistas. No FMM não existem condições para acolher todos os visitantes.</i>
<i>“Mais e melhores espaços verdes.”</i>
<i>“Sob o ponto de vista urbanístico, Porto Covo evoluiu muito negativamente no último ano, podendo comprometer o seu futuro turístico e sobretudo a sua imagem de marca.”</i>
<i>“Nota-se uma construção desajustada do tradicional que põe em causa a beleza da aldeia. Ao permitirem esta construção estão a hipotecar o futuro de Porto Covo.”</i>
<i>“Gostaria de ver os passeios que ligam o parque de campismo Costa do Vizir à Praia Grande e ao Centro da aldeia, limpos de ervas. Devido à falta de limpeza dos passeios as pessoas têm que andar pela estrada sujeitando-se ao risco de atropelamento. Devia haver bermas na estrada que liga São Torpes a Porto Covo e sinalização na estrada.</i>
<i>“Espero que não deixem construir ao longo da costa, caso contrário perde-se parte da beleza natural. A Freguesia que melhor conheço é Porto Covo e vejo que no seu interior se tem construído muito mas sem preservar ou plantar árvores.”</i>
<i>“This is a good destination for science students that do not have the ocean nearby in their countries. Hope you develop that area!”</i>
<i>“As infra-estruturas turísticas de Sines, comparadas com as de outros Municípios ainda se encontram muito pouco desenvolvidas, mostrando até muito pouco aproveitamento dos recursos existentes, como por exemplo do parque de campismo.”</i>

Fonte: INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

Após esta análise faseada das três dimensões que constituem o questionário aplicado aos visitantes do Município de Sines, através das quais foi possível responder às quatro questões que presidiram à sua concepção metodológica, consideramos fundamental sintetizar a informação, interligando-a com os objectivos que presidiram à sua elaboração e aplicação, para que adquira um formato facilmente apreensível e utilizável nos passos seguintes desta investigação, ao que o formato gráfico se adequa plenamente. A Figura XXVIII materializa a súmula da informação recolhida, e constitui o culminar deste ponto e a ponte para o seguinte.

Figura XXVIII – Análise resumo dos inquéritos por questionário, na perspectiva dos objectivos



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA com base no INQUÉRITO AOS VISITANTES, 2011

OB1 - Caracterizar o perfil da procura

OB2 - Conhecer a relação dos visitantes com o Município de Sines

OB3 - Avaliar o turismo no Município de Sines na perspectiva dos seus visitantes

OB4 - Prospectar o desenvolvimento turístico do Município de Sines com base na opinião dos visitantes

4.2.5. A percepção dos *stakeholders*

A percepção dos *stakeholders* foi aferida através da realização de entrevistas semi-directivas, aplicadas a um grupo de dez elementos, representantes de instituições públicas e privadas, de acordo com os pressupostos e o modelo caracterizado no capítulo dedicado às opções e práticas metodológicas, sendo que a informação recolhida foi objecto de análise de conteúdo, conducente às conclusões que ora se apresentam, sistematizadas de acordo com as quatro dimensões que nortearam as entrevistas:

1. Análise SWOT do sistema turístico no Município de Sines
2. Conceptualização do desenvolvimento turístico no Município de Sines
3. Definição de políticas e práticas conducentes ao desenvolvimento turístico sustentável no Município de Sines
4. Identificação dos principais actores e dos papéis que devem assumir no âmbito do processo de planeamento e desenvolvimento turístico.

4.2.5.1. ANÁLISE SWOT DO SISTEMA TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE SINES

As opiniões e considerações dos inquiridos sobre a avaliação do sistema turístico do Município de Sines, estruturada numa análise SWOT, impõem que refiramos que a especificidade das respostas reflecte, numa dimensão subjectiva, o sector ou actividade em que estes se integram, o que conduz à singularidade de muitos dos aspectos elencados, como aliás é perceptível no Quadro XXXV, onde numa lógica de coloração decrescente decodificada pela legenda anexa, apresentamos o conteúdo dos diversos contributos e a intensidade com que foram referidos. Ainda assim, existem aspectos que revelam um consenso muito significativo, materializado, nalguns casos, em mais de 50% de referências.

Na avaliação realizada, entre os pontos considerados fortes destaca-se o “Património natural: mar, praias, paisagem, baía de Sines, Ilha do Pessegueiro”, ainda que outros sejam mencionados por mais do que um agente. Entre os pontos fracos, a “Carência de alojamento turístico” é o mais referido, sendo de destacar que este é, de entre a totalidade das subcategorias, a que obteve uma maior frequência de respostas, o que revela uma opinião consensual sobre esta fragilidade do sistema turístico em análise.

Quadro XXXV – Análise categorial da Dimensão I: análise SWOT do sistema turístico do Município de Sines

Categorias		Intensidade de resposta
Pontos Fortes		
	Porto Covo	
	Gastronomia	
	Património natural: mar, praias, paisagem, baía de Sines, Ilha do Pessegueiro	
	Património Cultural	
	Praia Vasco da Gama (Sines) com infra-estruturas de apoio à mobilidade reduzida	
	Bandeira Azul em 7 praias do Município	
	Porto de Recreio, infra-estruturas de apoio aos nautas e preço das tarifas	
	Monitorização ambiental da praia Vasco da Gama (areias e água) com periodicidade quinzenal	
	Desportos náuticos: surf, mergulho	
	Aumento do número de visitantes oriundos do norte da Europa	
	Oferta cultural (FMM, agenda do Centro de Artes de Sines, concertos promovidos pela Escola das Artes)	
	Integração parcial no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	
Pontos Fracos		
	Deficiente rentabilização turística da gastronomia	
	Ordenamento do espaço público em Porto Covo	
	Investimento turístico não concretizado	
	Carência de alojamento turístico	
	Mercado paralelo de alojamento	
	Parque de Campismo de Sines desactivado	
	Capacidade reduzida do porto de recreio e ausência de condições para expansão	
	Sazonalidade da procura turística	
	O estado de conservação do centro histórico	
	Deficiente animação turística	
	Excesso de dependência do turismo de sol e mar	
	Insuficiência de recursos humanos qualificados	
	Ausência de qualidade do serviço turístico	
	Inexistência de uma cultura turística	
Oportunidades		
	Posição geográfica da cidade	
	Localização estratégica face a Espanha e à Europa	
	Indústria e porto	
	Qualidade de vida elevada	
	Clima ameno	
	Requalificação do centro histórico	
	Requalificação da Avenida Vasco da Gama	
	Projectos para construção de várias unidades de alojamento	
	Projecto da Cidade Desportiva	
	Plano de Urbanização do Porto Covo	
	Acessibilidades	
	Desempenho dos indicadores socioeconómicos	
	Socioeconomia suportada em sectores diversificados	
	Projectos turísticos definidos a norte e a sul do Município	
	Condições para o desenvolvimento de unidades TER	
	Porto muito limpo, ainda que sejam movimentadas matérias perigosas e sujas	
	Investimento das grandes indústrias na componente ambiental	

Categorias		Intensidade de resposta
Ameaças		
	Proposta de revisão do Plano Director Municipal, no que respeita às restrições ao investimento turístico	
	Instrumentos de Gestão Territorial (PROTA e POPNSACV)	
	Cultura da população	
	Poluição	
	Imagem Industrial	
	Acessibilidades	
	Preço elevado do solo	
	Limitações à construção decorrentes da integração em áreas protegidas	
	No âmbito da estratégia regional o Município de Sines não é considerado turístico	
	Fraca participação da população nos processos de planeamento e desenvolvimento	
	Dimensão do território	
	Burocracia da Administração pública	
	Crise	
	O modelo dos investimentos não se adequa às características do PNSACV	

Fonte: ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS, 2011

LEGENDA

1 resposta



2 a 3 respostas



4 a 5 respostas



Mais que 5 respostas



Entre as oportunidades elencadas, ainda que existindo algumas referidas por mais do que um entrevistado, nomeadamente a “Indústria e o porto”, os “Projectos para a construção de várias unidades de alojamento” e as Acessibilidades”, não existe nenhuma em que a redundância seja reveladora de uma opinião maioritariamente partilhada, sendo as anteriormente referidas apenas constam da resposta de três interlocutores. Processo inverso acontece na identificação das ameaças, em que a “Imagem industrial” e a “Poluição” são referidas por vários inquiridos, o que revela uma coerência nas opiniões, mas traduz igualmente a relevância destes factores no âmbito da avaliação do sistema turístico do Município de Sines.

Uma reflexão sobre a análise SWOT, construída com os contributos dos agentes inquiridos, permite-nos concluir que estamos perante uma realidade que pode ser turisticamente promissora, ainda que exista a necessidade de definir políticas e práticas que contribuam para a coexistência deste sector com os demais, que potenciem os pontos fortes e minimizem os fracos, num contexto em que as oportunidades sejam aproveitadas e as ameaças diluídas, no âmbito de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável. Ainda

assim, existe a nítida percepção de que tanto as oportunidades como as ameaças, mas sobretudo estas últimas pela sua natureza negativa, são por inerência da definição externas ao sistema turístico, na maioria dos casos supra locais e até supra regionais, e que a sua influência pode ser incontrolável, constituindo imponderáveis que dificultam o processo de planeamento estratégico e aumentam o carácter de incerteza quanto ao futuro turístico deste território e da sua envolvência.

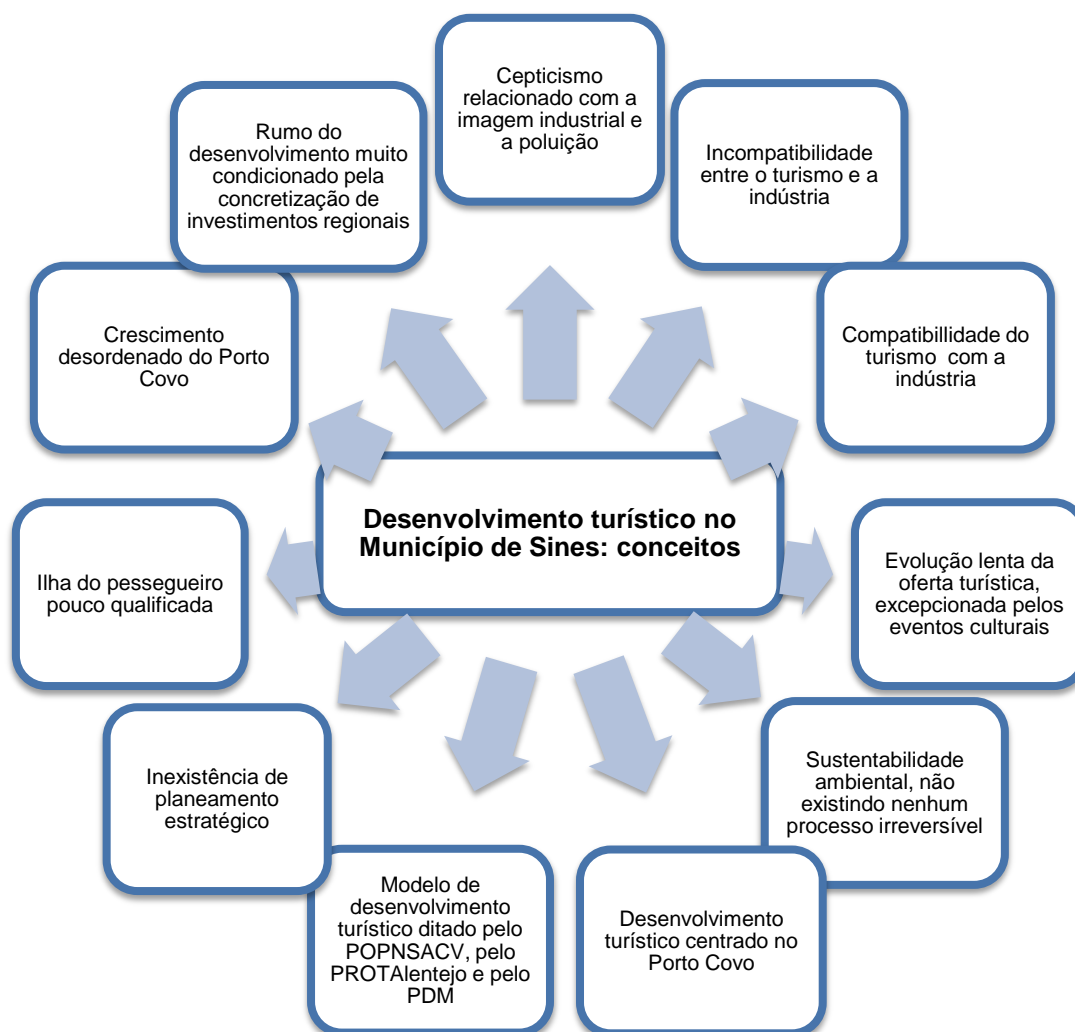
4.2.5.2. CONCEPTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE SINES

O objectivo de auscultar o painel de inquiridos sobre o actual estágio de desenvolvimento turístico do Município de Sines, e sobre o modelo de desenvolvimento actualmente implementado, originou uma outra dimensão da abordagem, cuja análise de conteúdo culminou na identificação das categorias representadas na Figura XXIX.

As respostas dos interlocutores não incidem sobre as múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento turístico, privilegiando as vertentes que, pela positiva ou pela negativa, condicionam o próprio processo de desenvolvimento. Ainda assim, há que salientar o destaque conferido à indústria e aos seus impactes, na sua relação com o desenvolvimento turístico, a influência dos instrumentos de gestão territorial sobre o modelo de desenvolvimento turístico vigente, a centralidade de Porto Covo, embora se lhe aponte um crescimento desordenado, e a fraca qualificação da Ilha Pessegueiro. Os aspectos elencados sobre o actual modelo e estágio de desenvolvimento turístico coexistem numa realidade em que, de acordo com os inquiridos, a sustentabilidade ambiental é uma realidade, e os erros cometido têm um carácter de reversibilidade.

Por outro lado, existe a percepção de que o desenvolvimento turístico desta unidade territorial está muito condicionado pelos investimentos regionais, pelo seu ritmo e grau de concretização, nomeadamente ao nível das acessibilidades e dos investimentos turísticos a norte. A incerteza contida nesta dependência, tal como todas as outras percepções manifestadas, ocorre num contexto de ausência de planeamento estratégico, o que é redundantemente assinalado pelos agentes inquiridos.

Figura XXIX – Análise categorial da Dimensão II: conceitos sobre o desenvolvimento turístico no Município de Sines



Fonte: ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS, 2011

Ao contrário do verificado na primeira dimensão da entrevista, não se assiste a um consenso generalizado em torno de nenhuma categoria, existindo uma grande diversidade de respostas, sendo a visão de cada interlocutor uma consequência directa da postura institucional da organização/sector em que se enquadra e não sendo apresentada, em nenhuma das situações, uma visão integrada onde se identifique objectivamente a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento turístico. Por outro lado, verifica-se uma tendência para projectar o futuro, fugindo aos tempos norteadores da questão, o que poderá ser entendido como uma intenção manifesta de agir pro-activamente com vista ao desenvolvimento turístico desta unidade territorial, no reconhecimento de que o passado e presente revelam insuficiências, no paradigma e na acção, que o futuro poderá ultrapassar.

4.2.5.3. DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS CONDUCENTES AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE SINES

A recolha de contributos que suportassem uma proposta de políticas e práticas de desenvolvimento turístico num modelo de sustentabilidade para o Município de Sines, constituiu outro dos objectivos norteadores da eleição do inquérito por entrevista, enquanto procedimento para recolha de informação não disponível. A exigência de participação e de pluralidade de percepções no processo de planeamento, subjacente ao modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, materializou-se na aplicação desta técnica, permitindo-nos uma proposta coerente com a realidade e com os seus protagonistas.

Os resultados da análise do conteúdo da informação disponibilizada pelos entrevistados encontram-se no Quadro XXXVI, sendo de referir o consenso gerado em torno de algumas das políticas e práticas, sugeridas redundantemente por vários agentes. Entre estas há a salientar a proposta de “Desenvolver uma política de incentivos à criação de alojamento turístico, nomeadamente à construção de hotéis rurais, unidades Turismo em Espaço Rural (TER) e hotéis de 4 e 5 estrelas, e ao alojamento local”, feita por mais do que cinco inquiridos.

Ao nível do desenvolvimento dos produtos turísticos, surgem sobretudo propostas no sentido de desenvolver o Turismo Industrial, o Turismo Náutico, ainda que o Turismo de Saúde e de Bem-estar, o Turismo de Negócios e o Turismo Rural granjeiem igualmente a opinião de alguns dos interlocutores. A valorização e a requalificação do território e dos núcleos urbanos rurais são, igualmente, objecto de atenção por parte de um número expressivo de interlocutores, à semelhança do combate à sazonalidade.

Uma análise global das políticas e práticas sugeridas revelam-nos uma visão holística e integrada sobre o desenvolvimento turístico, sobre a complementaridade entre produtos turísticos e parcelas territoriais, sendo que as propostas revelam um elevado grau de coerência com a análise SWOT construída pelos interlocutores, numa postura de diagnóstico, e com a conceptualização desenvolvida em torno do actual estágio e modelo de desenvolvimento turístico. Esta relação circular entre as três dimensões analisadas pode, eventualmente, ser entendida como um indício de que os agentes públicos e privados têm uma forte consciência sobre o presente, perspectivam o futuro e sabem quais os caminhos a percorrer na senda do desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines.

Quadro XXXVI – Análise categorial da Dimensão III: políticas e práticas para o desenvolvimento turístico sustentável no Município de Sines

Categorias	Intensidade de resposta
Desenvolver uma política de incentivos à criação de alojamento turístico, nomeadamente à construção de hotéis rurais, unidades TER e hotéis de 4 e 5 estrelas, e ao alojamento local	
Definir políticas de apoio ao investimento turístico	
Integrar na revisão do PDM uma visão atraente para o investimento e desenvolvimento turístico	
Desenvolver o Turismo Industrial como via para o desenvolvimento turístico sustentável	
Desenvolver produtos turísticos ligados à Saúde e ao Bem-estar, recuperando a tradição do Município	
Estimular o crescimento do Turismo de Sol e Mar	
Potenciar turisticamente a ruralidade do Município	
Estimular o desenvolvimento do turismo náutico nas suas múltiplas dimensões	
Criar condições para o crescimento do Turismo de Negócios	
Promover a gastronomia enfatizando a sua ligação aos produtos do mar	
Combater a sazonalidade através de medidas, produtos, estratégias e actividades que fomentem a atracção na época baixa	
Desenvolver estratégias e actividades de animação turística, ligadas à cultura, à natureza e à etnografia	
Promover a divulgação do destino nos mercados do Norte da Europa	
Fomentar a articulação entre os agentes públicos e privados para o desenvolvimento de projectos integrados e competitivos, no âmbito de um plano de desenvolvimento turístico	
Valorizar e requalificar o território, nomeadamente a Costa do Norte, Ribeira de Moinhos, Ilha do Pessegueiro e as praias	
Valorizar o pólo turístico de Porto Covo	
Requalificar e reforçar a centralidade da cidade de Sines	
Qualificar os núcleos rurais, nomeadamente a Colmeia, a Cabeça da Cabra e o Paiol, melhorando as acessibilidades e os espaços urbanos.	
Conferir protagonismo turístico às áreas a sul do concelho, concretamente a envolvente da Albufeira de Morgavel e a área entre Morgavel e o limite sul do Concelho	
Desenvolver estratégias para recuperar a imagem turística de Sines	
Promover a coexistência equilibrada entre os vários sectores: Indústria, Logístico/portuário, Pesca e Turismo	
Ligar o Município, através de uma via turística, a Santo André, Melides, Comporta e Tróia para permitir a mobilidade dos turistas	
Rentabilizar o aeroporto de Beja e as suas acessibilidades para em prol do desenvolvimento turístico do Alentejo Litoral e do Município de Sines	
Criar vias pedonais e cicláveis ao longo de todo o Município	
Qualificar os recursos humanos ligados ao turismo	
Criar uma rede articulada de Postos de Turismo	
Promover a construção tradicional para contrariar a descaracterização dos núcleos urbanos	
Construir uma marina em Porto Covo para apoiar o desenvolvimento do Turismo Náutico	
Estimular o investimento num fórum comercial	
Fazer benchmarking a destinos turísticos com características similares	
Potenciar turisticamente a integração parcial no PNSACV	

Fonte: ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS, 2011

LEGENDA

1 resposta



2 a 3 respostas



4 a 5 respostas



Mais que 5 respostas



4.2.5.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ACTORES E DOS PAPÉIS QUE DEVEM ASSUMIR NO ÂMBITO DO PROCESSO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Um dos requisitos do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” é que este seja um processo participado, envolvendo os agentes públicos e privados, de acordo com o papel e o protagonismo que cada um deve assumir na promoção do desenvolvimento turístico. O próprio modelo define que determinados papéis devem ser assumidos por determinados actores, nomeadamente a monitorização dos impactes deve ser da responsabilidade dos órgãos eleitos, representativos dos cidadãos.

No âmbito da presente investigação, e aquando da extrapolação do modelo teórico para o caso de estudo, perante a organização política e administrativa portuguesa, identificámos os papéis e os órgãos a quem formalmente compete o seu desempenho, contudo entendemos que existem outros que devem ser consensualmente atribuídos e assumidos, tal como a liderança do próprio processo. Partindo deste pressuposto, interpelámos os entrevistados no sentido de identificar os principais actores e os papéis que devem assumir no âmbito do planeamento e desenvolvimento turístico do Município de Sines, constando os resultados da análise de conteúdo das respostas obtidas na Figura XXX.

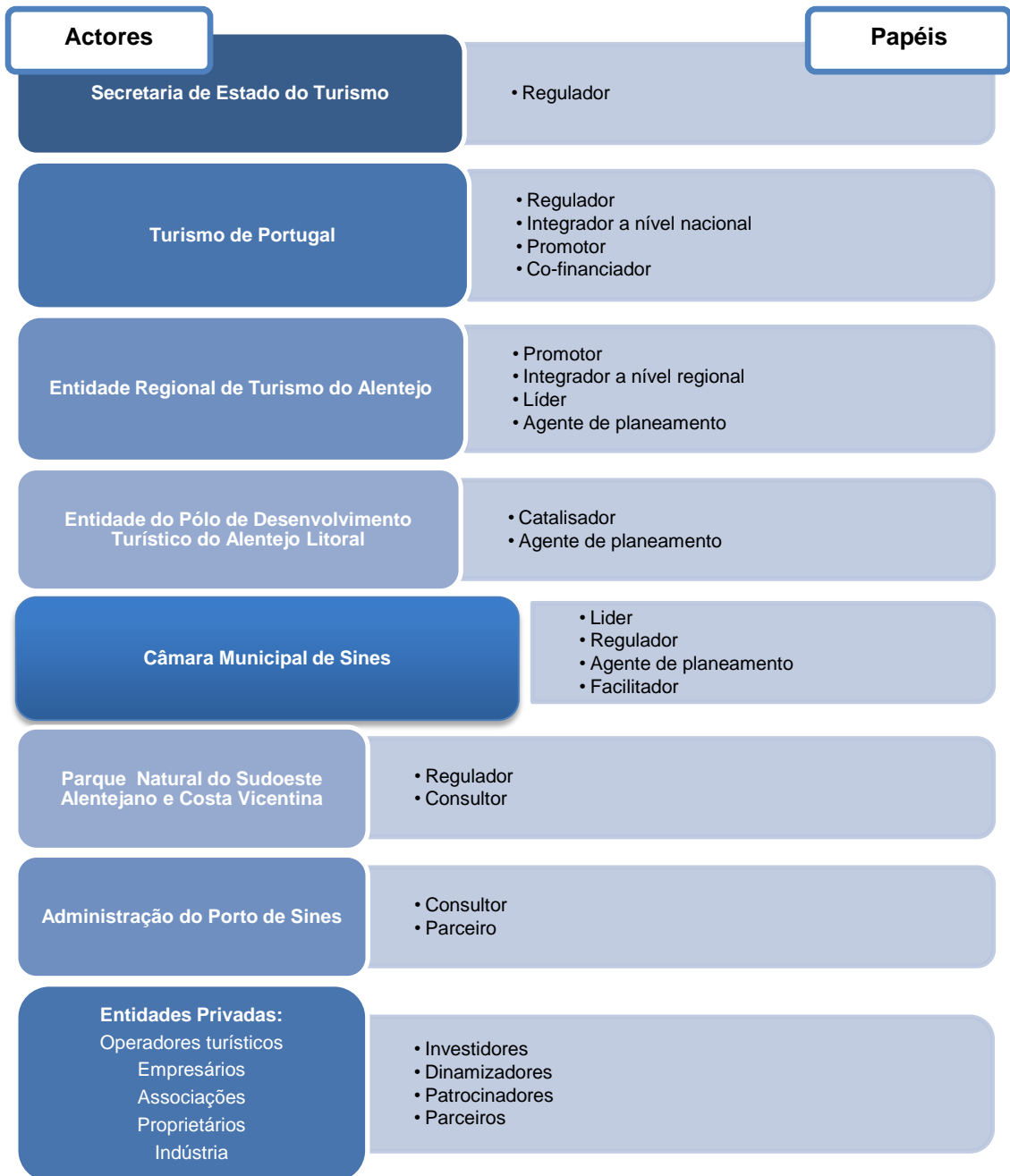
A posição dos agentes face a este tema é relativamente consensual, sendo opinião da maioria que o planeamento e desenvolvimento turístico devem ser um processo resultante da actuação conjunta da Entidade Regional de Turismo, da Entidade do Pólo de Desenvolvimento Turístico e da Câmara Municipal de Sines, sendo que a liderança deve ser protagonizada por esta última, para a maioria dos *stakeholders*. Ainda assim, há quem defenda, embora em menor número, que este papel deve ser assumido pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

Para além destes papéis, cada um destes três organismos tem igualmente outras responsabilidades, distintas entre si. De acordo com a percepção dos entrevistados compete à Entidade Regional de Turismo a promoção turística e a integração entre os vários projectos regionais, para defesa da competitividade do Alentejo, e à Entidade do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alentejo Litoral o estímulo ao empreendedorismo turístico e a articulação entre os vários *stakeholders* no sentido da convergência de esforços. Alguns dos entrevistados defendem que existe entre estes dois organismos uma redundância administrativa e funcional, maximizada pela falta de articulação entre ambos e pela indefinição de papéis e competências.

À Câmara Municipal de Sines, para além do planeamento e da liderança deste processo e da sua operacionalização, são-lhe destinados os papéis de regulador, na medida em que regulamenta, nomeadamente através do PDM, e zela pela aplicação deste instrumento e

dos restantes normativos, mas também de facilitador dado que, na percepção dos *stakeholders*, pode facilitar administrativamente os projectos de investimento.

Figura XXX – Análise categorial da Dimensão IV: actores e papéis no planeamento e desenvolvimento turístico no Município de Sines



Fonte: ENTREVISTAS AOS *STAKEHOLDERS*, 2011

Ao nível nacional são identificados a Secretaria de Estado do Turismo e o Turismo de Portugal como actores relevantes, ainda que por uma minoria dos entrevistados, sendo a ambos imputado o papel de regulador, embora ao Turismo de Portugal lhe seja igualmente reconhecido protagonismo ao nível da integração nacional dos projectos de promoção, e do co-financiamento dos projectos privados ou públicos com características de elegibilidade.

O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina é igualmente referido como actor nos processos de planeamento e desenvolvimento turístico, dada a integração parcial do Município de Sines nesta área protegida, sendo-lhe identificados os papéis de regulador e de consultor. A Administração do Porto de Sines, dada a sua jurisdição sobre uma faixa litoral do Município que inclui a Praia Vasco da Gama (Sines), surge igualmente identificado como actor, na qualidade de consultor mas também como parceiro de projectos.

Por último, ainda que repetidamente elencadas, surgem as entidades privadas e entre estas os operadores turísticos, os empresários, as associações, os proprietários e a indústria, considerados responsáveis pelo investimento, pela dinamização, pelos patrocínios, mas também enquanto parceiros de projectos de desenvolvimento turístico, eventualmente liderados por entidades públicas.

Há uma tendência para o consenso em relação aos actores e papéis, e embora tenha que se ressaltar que nem todos mereceram a mesma atenção por parte dos entrevistados não lhe sendo afectas as mesmas responsabilidades, poderemos concluir que existe unanimidade relativamente ao facto do planeamento e desenvolvimento turístico serem processos plurais, participados por entidades públicas e privadas, e em que os papéis desempenhados devem ser definidos sob perigo de sobreposições e de conflitos. Por outro lado, relativamente à questão da liderança, existe uma divisão desequilibrada sobre o desempenho deste papel, entre a Câmara Municipal de Sines e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo, dividindo-se as opiniões, contaminadas pela tipologia do interlocutor.

A análise de conteúdo da informação recolhida, na perspectiva das quatro dimensões da entrevista, disponibilizou-nos numa lógica categorial elementos fundamentais para completarmos o diagnóstico do sistema turístico. Concluída esta etapa, e cruzando esta informação com a obtida nas etapas anteriores, impõe-se a sua leitura e interpretação antecedida por um exercício de síntese, de forma a suportarmos uma proposta de políticas e práticas de desenvolvimento turístico do Município de Sines, as quais irão ser concretizadas no ponto seguinte da presente dissertação.

4.3. A leitura e as interpretações do diagnóstico

4.3.1. Síntese do sistema turístico do Município de Sines

Após concretizadas as diferentes etapas que constituem o diagnóstico, no âmbito do qual se procedeu a uma caracterização exaustiva do sistema turístico do Município de Sines, nas suas múltiplas vertentes, ao enquadramento técnico-jurídico deste território, a uma análise sumária dos investimentos de proximidade, os turísticos e os de impacte turístico, e à análise das percepções dos visitantes e dos *stakeholders*, há que cruzar e sintetizar a informação, para que haja uma apreensão global, imediata e objectiva da realidade turística actual do caso em estudo, facilitadora da sua leitura e interpretação.

O exercício de síntese materializa-se numa análise SWOT e numa matriz de avaliação global do Município de Sines, ambas na perspectiva do turismo, cujo conteúdo, pela sua natureza e objectivo, dispensa comentários reflexivos, precedido por uma reflexão aprofundada, de cariz teórico-prático, sobre os quatro produtos turísticos que, aparentemente e de acordo com a opinião dos inquiridos, constituem vias para o desenvolvimento sustentável desta unidade territorial, de acordo com a leitura interpretativa da informação disponível e provocada.

A análise SWOT, constante no Quadro XXXVII, faz a síntese do diagnóstico realizado ao sistema turístico do Município de Sines, reflectindo os resultados da análise documental, da análise dos inquéritos por questionário aplicados aos visitantes e das entrevistas realizadas aos *stakeholders*. A agregação dos diferentes contributos nas quatro categorias decorreu de um processo reflexivo realizado sob a orientação do modelo teórico que norteia a presente investigação, e tendo em consideração o objectivo final desta primeira etapa do processo de planeamento.

Nesta análise SWOT de carácter genérico apenas constam os elementos considerados transversais ao sistema turístico e aos processos de planeamento e desenvolvimento turístico, remetendo-se para a análise realizada na perspectiva dos quatro produtos turísticos, identificados como compatíveis com um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, uma abordagem mais focada e pormenorizada, orientada pelas características particulares de cada um deles, que figura no Quadro XLI (págs. 258-259).

Esta abordagem, ainda que numa primeira instância possa delapidar a análise global de alguns elementos fulcrais, impede uma repetição indesejável, contribuindo, numa lógica circular, para adequar o enquadramento teórico da investigação à sua componente prática. Para além disso, existem factores que só fazem sentido quando pensados no contexto de um produto em particular, o que nos levou à estruturação bidimensional desta súmula no

âmbito do diagnóstico. A referência a esta dicotomia impõe-se neste momento, ainda que possa ser apelidada de extemporânea, porque alguns leitores menos atentos poderão considerar ausentes deste exercício de síntese elementos imprescindíveis ao diagnóstico do sistema turístico do Município de Sines.

Quadro XXXVII – Análise SWOT do sistema turístico do Município de Sines

Pontos Fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Clima • Frente de costa marítima • Beleza paisagística • Grau de preservação da paisagem • Gastronomia • Qualidade e diversidade na restauração • Património cultural, material e imaterial, nomeadamente: a figura de Vasco da Gama, o Castelo de Sines, o Forte do Pessegueiro, entre outros • Património natural, nomeadamente a Ilha do Pessegueiro, Ribeira de Moinhos, a Costa do Norte, a Lagoa da Sancha entre outros • Agenda cultural e desportiva, com destaque para o Festival Músicas do Mundo • Perfil acolhedor da população • Existência de recursos turísticos que possibilitam a afirmação de produtos complementares • Núcleo turístico de Porto Covo • Pequenos aglomerados rurais, nomeadamente a Cabeça da Cabra 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de um plano estratégico de desenvolvimento turístico • Insuficiência de alojamento • Inexistência de alojamento de elevada qualidade • Insuficiência de unidades de turismo em espaço rural • Pouco alojamento local devidamente licenciado • Mercado paralelo de alojamento • Preços elevados praticados pelas unidades de alojamento • Inoperacionalidade do Parque de Campismo de Sines • Insuficiência de actividades de animação turística • Insuficiência de equipamentos de diversão nocturna • Promoção e <i>marketing</i> do destino • Densidade portuária e industrial • Estado de conservação do centro histórico • Qualidade do serviço turístico • Inexistência de uma cultura de excelência na hotelaria • População pouco preparada para o papel de anfitriã • Fraca valorização da integração no PNSACV • Fraca promoção turística do território no país e no estrangeiro • Ausência de estruturas de suporte ao auto caravanismo • Perda de imagem turística de qualidade
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Visão da Câmara Municipal de Sines sobre o papel do turismo no desenvolvimento do Município • Protagonismo da cidade de Sines no contexto do Alentejo Litoral • Integração no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina • Localização geográfica • Proximidade da Área Metropolitana de Lisboa • Proximidade da Estremadura Espanhola • Aeroporto de Beja • Acessibilidades em construção • Proximidade do Hospital do Litoral Alentejano • Programa de regeneração urbana • Projectos de valorização do território • Projectos de requalificação e valorização do litoral • Projectos turísticos do Alentejo Litoral • Procura crescente oriunda do Norte da Europa • Sustentabilidade ambiental • Forte identidade territorial • Proximidade geográfica do mercado turístico do Algarve • QREN 2007-2013 • Escola das Artes • Projecto GISA – Gestão Integrada da Saúde e Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão do território • Imagem industrial • Poluição • Limitações impostas pelos Instrumentos de Gestão Territorial, com destaque para o Plano de Ordenamento do PNSACV e para o PROTAlentejo • Desertificação do centro histórico de Sines • A revisão do PDM • Investimento industrial • Conjuntura socioeconómica actual • Crescente exigência dos turistas • Desarticulação com os restantes Município do Alentejo Litoral, sobretudo com os limítrofes • Insuficiência de recursos humanos com perfil de competências adequado • Fraca interação entre os agentes com responsabilidades no planeamento e desenvolvimento • Dimensão reduzida do Município • Custo elevado do solo • Ocupação das unidades de alojamento pelos colaboradores das empresas • Inexistência de uma marca territorial forte • A proposta de revisão do PENT • Deficiente articulação entre os agentes públicos e privados com responsabilidade sobre o planeamento e desenvolvimento turístico • Incapacidade de resposta das infra-estruturas básicas (saneamento básico, fornecimento de águas, recolha de resíduos sólidos urbanos) durante a época alta

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Por último, elaborámos uma matriz de avaliação global na perspectiva dos factores-chave do turismo, de acordo com a nossa leitura da informação disponível e provocada no âmbito da presente investigação. De acordo com este exercício, o aspecto mais positivo do Município de Sines é a sua “Restauração”, sendo que no extremo oposto se encontra o “Alojamento”, a maior deficiência no seu sistema turístico. A “Acessibilidade” e a “Atractividade”, das conclusões que retiramos, são boas, enquanto as “Actividades de animação turística”, os “Apoios, equipamentos e serviços e a “Imagem e notoriedade” apenas nos merecem a classificação de razoáveis.

Quadro XXXVIII – Avaliação global do Município de Sines

Factores-chave	Avaliação
Acessibilidade	+
Atractividade	+
Alojamento	-
Restauração	+++
Actividades de animação turística	+/-
Apoios, equipamentos e serviços	+/-
Imagem e notoriedade	+/-
Escala de classificação Excelente: +++; Muito Bom: ++; Bom: +; Razoável: +/-; Mau: -	

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Neste contexto, e perante os resultados da avaliação global, poderemos considerar que qualquer exercício de planeamento, visando o desenvolvimento turístico sustentável, deverá potenciar os aspectos positivos, rentabilizando-os no sentido da promoção da imagem e do aumento da notoriedade, investindo grandemente nas vertentes cujo estado e comportamento actual comprometem esta dimensão intangível, no sentido de aumentar a atractividade do destino. Trata-se de um equilíbrio difícil de alcançar, devendo-se para o efeito agir sobre o todo sem descurar as partes, nomeadamente investindo nos produtos turísticos que, de acordo com a percepção dos inquiridos, podem constituir vias para a sustentabilidade turística desta unidade territorial, e sobre os quais nos debruçaremos, numa abordagem teórico-prática, no ponto seguinte.

4.3.2. Que produtos turísticos?

Nos capítulos destinados à abordagem teórica, que constituem a primeira parte desta dissertação, analisámos a temática do desenvolvimento turístico sustentável na sua relação com o modelo de planeamento turístico, chegando à conclusão de que a sustentabilidade no turismo pressupõe o uso dos recursos turísticos numa óptica de preservação, assegurando o seu usufruto às gerações vindouras. Contempla, igualmente, uma dimensão económica, social e cultural, que defende o direito das comunidades anfitriãs manterem a sua identidade cultural, mas de terem também um retorno económico da actividade turística, nomeadamente através da ocupação de postos de trabalho ou de criação do seu próprio negócio, numa perspectiva mais empreendedora.

No entanto, inúmeros são os aspectos que podem comprometer a operacionalização de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, sendo um deles, a sazonalidade, o que mais se destaca sobretudo nas zonas costeiras onde o produto Sol e Mar, na sua dimensão mais convencional, a balnear, é a que mais se destaca. Evidentemente que nalgumas perspectivas a sazonalidade pode não constituir um problema, nomeadamente quando a actividade turística coabita com outros sectores, que se complementam, nomeadamente no que respeita à ocupação laboral da população activa. Sendo que, uma outra alternativa, é a complementaridade entre produtos turísticos ou, preferencialmente uma dupla complementaridade, entre sectores de actividade e entre produtos turísticos, podendo, eventualmente haver uma interacção entre sectores, favorecedora do próprio turismo.

O caso de estudo, objecto desta investigação, apresenta um conjunto de características que, aparentemente, podem ser contraditórias. O Município de Sines destaca-se por duas marcas distintas, estando uma relacionada com a própria cidade e que decorre da indústria química e petroquímica e das actividades relacionadas com o porto de águas profundas, e a outra focalizada na Freguesia de Porto Covo, relacionada com o turismo balnear. A realidade demonstra que Sines – cidade tem igualmente recursos turísticos interessantes e que no seu passado o turismo protagonizou um papel relevante, e que Porto Covo não sobrevive enquanto destino turístico, pois a procura é estival e não suporta um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, existe uma aparente incompatibilidade entre estas duas marcas, que no nosso entender pode ser apenas aparente pois a indústria e o turismo podem, caso o planeamento ocorra no âmbito de um modelo como o de BURNS (2004a), constituir uma dupla atraente e vantajosa para ambos os sectores, podendo igualmente suportar a emergência e o desenvolvimento de produtos turísticos diferenciadores do Município e que, pelas suas características, contribuirão para esbater a sazonalidade.

Nesta convicção, e porque entendemos que todos os produtos turísticos, dependendo do paradigma de planeamento e exploração que suporta o seu desenvolvimento, se podem revestir de um carácter sustentável, ou não, elegemos, com base no diagnóstico do sistema turístico, os produtos turísticos que poderão fazer do Município de Sines uma realidade mais sustentável, mais atraente e mais competitiva do ponto de vista turístico. Não descurando nesta análise as orientações do Plano Estratégico para o Turismo (PENT), no que respeita ao pólo do Alentejo Litoral, unidade territorial que integra o Município de Sines, encaminhamos a nossa reflexão no sentido de explicar os critérios que presidiram ao entendimento destes produtos enquanto vias para o desenvolvimento sustentável no Município de Sines.

4.3.2.1. TURISMO COSTEIRO

A reflexão sobre o turismo em Portugal e sobretudo nas suas zonas costeiras empurra-nos, inevitavelmente, para a ideia do Sol e Mar enquanto um dos produtos competitivos e diferenciadores do nosso país. No entanto, e ainda que não menosprezando a extensão da nossa costa, mais de 900 km, há que ser pragmático e reconhecer que no actual panorama mundial, este produto só é competitivo para o nosso país, nomeadamente para o Alentejo Litoral e para o Município de Sines, quando cruzado com outros produtos e com determinadas características naturais e culturais, e nunca na sua vertente convencional, leia-se exclusivamente balnear.

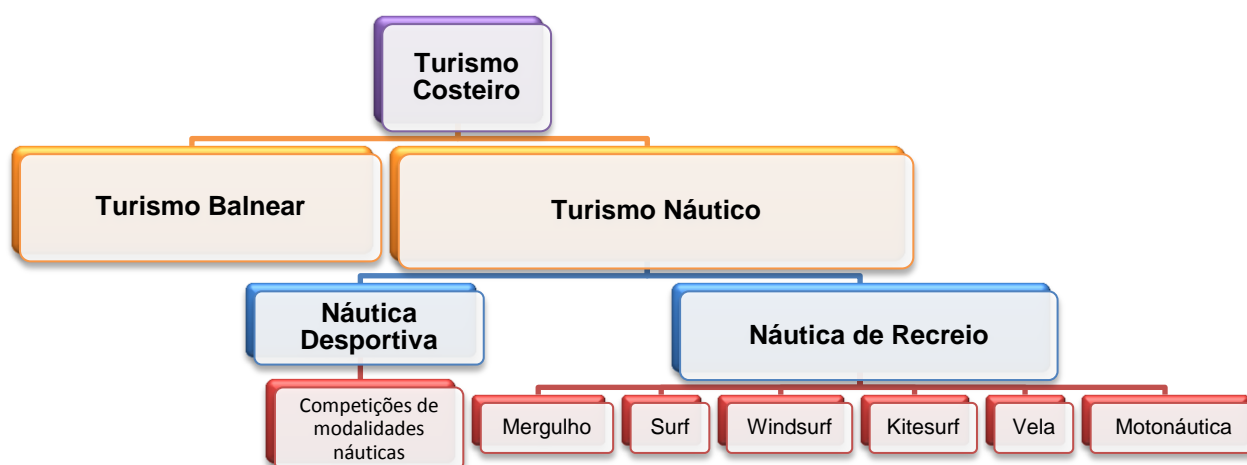
No caso concreto do Alentejo Litoral, a incompetência deste produto é ainda mais relevante, pois a beleza paisagística e preservada da costa, nomeadamente das praias, não é por si só uma garantia deste produto poder constituir um motor do desenvolvimento turístico, sobretudo quando o modelo de exploração assenta na vertente balnear, marcada por uma sazonalidade tão intensa que inviabiliza qualquer propósito de sustentabilidade.

O sol e o mar podem constituir dois elementos turisticamente competitivos para o Alentejo Litoral e em particular para o Município de Sines, se pensados enquanto cenário de práticas turisticamente atraentes, pouco sazonais, complementares do turismo balnear e de outros produtos turísticos, igualmente sustentáveis, e para os quais esta unidade territorial tem condições de excepção. Referimo-nos à náutica de recreio, nomeadamente ao *surf*, ao mergulho, ao *windsurf*, *kitesurf*, motonáutica, vela, entre outros, mas também à náutica de desportiva, consubstanciada em competições náutico-desportivas relacionadas com as actividades anteriormente elencadas, que exigem condições naturais que esta unidade territorial pode oferecer, e infra-estruturas que, se pensadas num contexto de sustentabilidade, podem ser compatíveis com todas as condicionantes impostas pelos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente pelo Plano de Ordenamento do Parque

Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011 (D.R. n.º 25, Suplemento, Série I de 2011-02-04).

Perante a realidade, consideramos mais adequado falar de Turismo Costeiro ao invés de Sol e Mar, enquanto produto turístico, quando contextualizado no Alentejo Litoral, mas sobretudo no Município de Sines, assentando a diferença competitiva na interação entre o Turismo Balnear, os desportos náuticos, o sol e o clima, mas também com a beleza paisagística e o estado de conservação da costa, num equilíbrio que se gerido adequadamente, e em sintonia com outros produtos turísticos, poderá conferir a esta unidade territorial um desenvolvimento sustentável promotor da qualidade de vida da população e da continuidade dos recursos naturais e culturais. Trata-se de um produto composto, resultante da conjugação de dois produtos, o Sol e Mar (Turismo Balnear) e o Turismo Náutico, dois dos dez produtos entendidos pelo Turismo de Portugal como estratégicos para o desenvolvimento turístico do país.

Figura XXXI – Diagrama de conteúdo do Turismo Costeiro



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Numa referência específica ao Turismo Balnear, este compreende o relaxamento, o bronzear e actividades de baixa densidade, constituindo a principal motivação de quase cinco milhões de viagens internacionais, materializado numa estada de uma ou duas noites. Prevê-se para este produto turístico um crescimento anual entre os 10% e os 12%, sendo que o Reino Unido e a Alemanha são os principais mercados emissores deste tipo de

turistas (THR, 2006a). Por seu lado, o Turismo Náutico, nas vertentes de náutica de recreio e náutica desportiva, significa cerca de três milhões de viagens de uma ou mais noites na Europa, o que representa, aproximadamente, 1,15% do total de viagens de lazer realizadas pelos europeus, sobretudo pelos alemães e pelos escandinavos, prevendo-se um crescimento anual entre os 8% e os 10% (THR, 2006b). Estes dois produtos estão fortemente associados, na medida em que, regra geral, um constitui a procura secundária do outro, ou seja, os que viajam motivados pelo Mar e Sol são, normalmente, consumidores de actividades náuticas, sendo que o inverso também se verifica.

O Turismo Costeiro conjuga as características e as potencialidades do território, sendo necessário adequar o modelo de gestão ao cenário de partida e ao futuro que se prospecta para este produto. Neste contexto, atendendo ao existente, às características do território, e aos instrumentos de gestão territorial que legalmente o enquadram, deverá ser direccionado para a criação de infra-estruturas e de condições que, não fazendo perigar a autenticidade e o ambiente natural, aumentem a atractividade do território e das actividades turísticas identificadas no âmbito deste produto turístico. Esta realidade remete-nos para o conceito inovador de “gestão da praia”, introduzido por Simm, Beech e John em 1995 e por Bird em 1996 (WILLIAMS e MICALLEF, 2009:2) e que, numa tradução menos literal e eventualmente mais próximo da nossa realidade, poder-se-á materializar no conceito de gestão costeira, no nosso entender mais do de “gestão litoral” referido em SILVA (2002).

Esta tentativa de aproximação conceptual justifica-se pela natureza do próprio produto turístico, pois como já foi anteriormente referido os recursos e as potencialidades turísticas identificadas na orla costeira do Município de Sines não se esgotam em nenhum dos produtos comumente reconhecidos. Por inerência, e perante esta visão relativamente inovadora, há que reflectir sobre o modelo de gestão e, consequentemente, sobre a própria nomenclatura associada.

Numa adaptação do conceito de “gestão da praia” a uma realidade mais vasta que é o da costa, entendida esta como o interface entre a terra e o mar, introduzimos o conceito de gestão costeira, enquanto actuação que visa adequar a costa, enquanto recurso turístico, às necessidades e expectativas dos utilizadores, de forma a aumentar a sua atractividade e a permitir a rentabilização das suas potencialidades, num contexto de sustentabilidade.

No processo de gestão costeira integrar-se-ão as acções de planeamento, de operacionalização e de monitorização do plano, norteadoras da actuação concertada de todos os *stakeholders*, com vista à existência de condições favoráveis ao desenvolvimento dos produtos turísticos, num contexto de sustentabilidade que assegure a integridade e continuidade dos recursos patrimoniais, naturais e culturais. Trata-se de um processo que,

remetendo para o modelo de BURNS (2004a), deve ser extremamente participado, e que faz sentido enquanto acto isolado de planeamento, destinado única e exclusivamente à faixa costeira, e num contexto mais amplo, que é o do actual estudo, em que a gestão costeira e o processo que a antecede faz parte de um todo, em que se pensa e se propõe para uma unidade territorial mais vasta, no nosso caso concreto o Município de Sines.

Poder-se-á questionar eventualmente a pertinência desta reflexão teórica sobre um processo de natureza parcelar, contudo consideramos que face à dimensão da costa do território em estudo e às suas potencialidades, *per si* mas sobretudo em articulação com outros recursos turísticos, esta é uma análise prudente. Justifica-se pela vulnerabilidade da faixa costeira, pelo elevado grau de preservação actual, e sobretudo por ser imprescindível que, nas políticas e práticas a propor na presente investigação, se conjugue equilibradamente a criação de condições para desenvolver os produtos turísticos ligados ao sol e ao mar, a manutenção do património, o esbatimento da sazonalidade, e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, num autêntico percurso de sustentabilidade.

Por outro lado, o facto de haver uma gestão partilhada da costa, entre a Câmara Municipal de Sines e a Administração do Porto de Sines (APS), sendo que a faixa que integra o porto de recreio, importante para o desenvolvimento da náutica de recreio, se encontra sobre a jurisdição desta última entidade, impele igualmente a que o Turismo Costeiro seja reflectido separadamente, ainda que em sintonia com os restantes produtos turísticos.

A reflexão sobre o planeamento e a gestão costeira remete-nos obrigatoriamente para o conceito de capacidade de carga aplicado às áreas turísticas, entendido este como o nível de utilização turística que uma determinada área pode suportar sem que se verifique a deterioração do carácter e da qualidade dos recursos e da experiência turística, de acordo com um estudo da *Countryside Commission* do Reino Unido realizado em 1970 (PIGRAM, 1983). Este conceito é multidimensional, sendo que, de acordo com SOWMAN (1987), compreende quatro categorias: a física, a ecológica, a económica e a social.

Numa abordagem mais pragmática a este conceito, poder-se-á traduzi-lo no número máximo de visitantes por período de tempo que uma determinada área pode suportar, sem que ocorram alterações no meio natural e cultural. Sendo que esta conceptualização nos remete para a capacidade de carga recreativa, resultante do concurso das quatro dimensões supra identificadas, e considerada como o limite a partir do qual o recurso fica saturado (capacidade de carga física), as características ambientais se degradam (capacidade de carga ecológica) e a fruição por parte do utilizador diminui (capacidade de carga social) (TITRE *et al*, 1996).

Ainda que não sendo nosso propósito reflectir profundamente sobre o conceito de capacidade de carga, há que o ter em consideração aquando da aplicação destas

considerações teóricas, na medida em que este índice estabelece um limite que bem pode ser entendido como a fronteira que separa a sustentabilidade do seu inverso. SILVA (2002) realizou um trabalho de investigação sobre o troço litoral S. Torpes – Ilha do Pessegueiro, encontrando-se este inserido na faixa litoral do Município de Sines, com o objectivo principal de determinar a capacidade de carga das praias desta faixa, sendo que a sua proposta de valores se situava aquém das definidas em sede nos Instrumentos de Gestão Territorial que vigoravam à época, nomeadamente do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau, que continua em vigor. Esta dissonância significativa entre os valores é explicável pelos indicadores utilizados no índice, sendo que SILVA (2002) para além da intensidade do uso balnear (n° de utilizadores/m²), recorreu concomitantemente ao número de lugares de estacionamento, algo pertinente face à inexistência de rede de transportes públicos e à impossibilidade de construção de parques de estacionamento, na medida em que faixa se integra no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

As considerações anteriores foram tecidas com o objectivo de enquadrarem a identificação das potencialidades do Turismo Costeiro no Município de Sines e a forma como este se pode desenvolver sem comprometer a sustentabilidade.

Potencialidades

A unidade territorial objecto do presente estudo, o Município de Sines, possui uma costa com uma extensão de 53 km, pontuada por um porto de recreio (Sines) e um porto de abrigo (Porto Covo), tendo este último, ainda que utilizado sobretudo por barcos de pesca, uma configuração natural, embora de dimensões reduzidas, muito atraentes para os barcos de recreio. O porto de recreio de Sines, não sendo considerado uma marina, tem condições para evoluir nesse sentido, respondendo desta forma a uma expectativa dos promotores e praticantes da náutica de recreio, traduzida na ambição da existência de uma marina entre Tróia e Lagos. Os cerca de 20.000 barcos de recreio que ao longo do ano passam ao largo de Sines, alguns dos quais acabam por ancorar, são uma justificação para desenvolver as infra-estruturas e os equipamentos compatíveis com esta necessidade. Para além destas soluções que pressupõem adaptações, ampliações e melhorias do existente, a costa deste Município possui características, noutros locais, que permitirão a construção de raiz de uma infra-estrutura desta natureza, ainda que neste processo se tenha sempre que considerar as limitações impostas pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV).

Para além das condições geomorfológicas, outra das potencialidades deste território, na perspectiva do Turismo Costeiro, são o clima e as características do mar. Ao longo do ano são muito raras as ocasiões em que o mar não se apresenta propício a um ou vários

desportos náuticos, sendo que a baía de Sines se constitui sempre um ponto de excepção, mesmo em caso de intempérie.

A extensão da costa e a sua heterogeneidade permite, em locais diferentes, a prática de diferentes desportos, o que por si só assegura uma distribuição equilibrada dos utilizadores pelo território. Os praticantes de *surf* e de *bodyboard* encontram na Praia de São Torpes e na Praia da Vieirinha as condições naturais ideais, às quais já se associam infra-estruturas adequadas à sua prática, nomeadamente instrutores e equipamentos. São Torpes revela-se igualmente propício ao *windsurf* e ao *kitesurf*, enquanto a Praia da Costa do Norte, ainda que desadequada para o Turismo Balnear, revela condições adequadas para o mergulho, tal como a restante costa, pela beleza das paisagens subaquáticas e pela diversidade da fauna e flora marinha.

Uma prova de que o Município de Sines é um cenário ideal para o desenvolvimento do Turismo Costeiro, nomeadamente na vertente desportiva, é a realização de inúmeros eventos, alguns de cariz internacional, que se realizam anualmente, muitos dos quais repetidamente, ainda que não exista uma estratégia formal para o desenvolvimento deste produto.

Quadro XXXIX – Expressões de Turismo Costeiro

<i>Evento</i>	<i>Ano(s) de realização/periodicidade</i>
<i>Dia do Pescador – anualmente</i>	Anualmente
<i>VI etapa do Circuito Nacional Deeply Surf Esperanças 2010 em São Torpes</i>	2010
<i>Sines Queru Pro: sétima etapa da Liga Prosurf 2010</i>	2010
<i>SinesCat: Catamaran Racing</i>	2009 e 2010
<i>Semana Celebrar a Cultura Costeira</i>	2009
<i>1º Campeonato Nacional de Salvamento Aquático</i>	2009
<i>Sines Windsurfing Grand Prix</i>	2008
<i>Campeonato Nacional de Pesca Submarina</i>	2008

Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

No contexto das potencialidades há ainda a referir, pelos requisitos que lhe estão subjacentes, que foram atribuídas sete “Bandeiras Azuis” ao Município de Sines, seis das quais a praias: Praia Grande do Porto Covo, Ilha do Pessegueiro, Morgavel, São Torpes,

Vieirinha e Vasco da Gama, e a sétima ao Porto de Recreio de Sines. Os impactes deste galardão podem ser potenciados se houver um investimento na promoção do seu significado junto dos visitantes, na medida em que o desconhecimento relativamente ao mesmo pode comprometer o próprio objectivo da sua obtenção. Independentemente da estratégia de divulgação que lhe esteja associada, a sua atribuição corrobora, parcialmente, a ideia anteriormente transmitida de que estamos perante uma território cuja qualidade da água, a gestão ambiental, os equipamentos e a segurança e serviços das zonas balneares, entre outros atributos, constitui uma via para o desenvolvimento e afirmação do Turismo Costeiro.

Aplicação

No desenvolvimento do Turismo Costeiro no Município de Sines há que ter em consideração as normas estatuídas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sado-Sines e Sines-Burgau e do POPNSACV, o reconhecimento, por parte de todos os *stakeholders*, dos recursos e das potencialidades deste produto turístico, e a necessidade deste ser fomentado no sentido de, *per si* e na sua interacção com os restantes produtos turísticos, contribuir para esbater a forte sazonalidade que caracteriza a procura turística nesta unidade territorial. Acresce ainda a questão do planeamento e gestão costeira, que embora integrados num processo mais holístico, devem ter em consideração a vulnerabilidade ambiental desta área territorial, bem como a capacidade de carga das praias. Relativamente à capacidade de carga, o respeito pelos limites legais deve ser acompanhado por uma reflexão sobre a exaustividade do seu cálculo, pois tal como SILVA (2002) evidenciou a integração de outros indicadores, para além do número de utilizadores por m², pode alterar os valores pré-determinados, o que na prática se traduz numa agressão ao meio natural, ainda que legalmente admitida.

A observância dos requisitos mencionados deverá constituir o preâmbulo de uma intervenção direccionada para a criação de condições para o desenvolvimento do Turismo Costeiro, entre as quais se salientam as acessibilidades às praias e aos locais propícios à prática dos desportos náuticos, a criação de apoios de praia que contribuam para aumentar a atractividade dos locais e a sua utilização mais extensiva, a ampliação/melhoria do porto de recreio de Sines e do porto de abrigo do Porto Covo, de forma a fomentar a prática da náutica de recreio e a ancoragem dos barcos que passam ao largo. Relativamente a esta última questão, há que salientar que o investimento não deve privilegiar apenas as infra-estruturas, mas igualmente dos serviços de apoio a esta prática, à semelhança do que tem sido desenvolvido em outras marinas do país, cita-se a título de exemplo, porque mais a sul e de construção recente, a Marina de Lagos. De acordo com os peritos, Sines possui

condições propícias à construção de uma marina, a partir do já existente, o que obrigaria a um processo encimado pela Administração do Porto de Sines, entidade gestora da faixa litoral urbana, mas igualmente ao investimento por parte dos privados, nomeadamente no comércio e serviços de suporte às actividades desenvolvidas.

A rentabilização turística da faixa litoral do Município exige igualmente o seu embelezamento e a disponibilização de equipamentos, ainda que no âmbito de processo fortemente condicionado, a partir da Ribeira da Junqueira (São Torpes) e até ao limite do Município, pelo POPNSACV. No entanto, até à Ribeira da Junqueira, e não desprezando as limitações do POOC Sado-Sines e Sines-Burgau, desde que exista uma actuação concertada entre a Câmara Municipal de Sines e a Administração do Porto de Sines, apoiada pelos restantes interventores no processo de desenvolvimento turístico, poder-se-á aumentar a atractividade deste território para os residentes e para os visitantes, no âmbito de um modelo pautado pela sustentabilidade.

No nosso país, e também noutros países, existem exemplos bem-sucedidos de intervenções similares, cita-se a título de exemplo *Santander*, no Norte de Espanha, em que a utilização de uma praia urbana é prolongada por espaços ajardinados, pontuados por equipamentos, entre os quais se salientam os infantis, e restauração, permitindo um usufruto continuado no tempo, no diário e no anual. Sines, especificamente a faixa entre a Costa do Norte e São Torpes, poderia ser objecto de intervenção semelhante, na medida em que existem as condições naturais de suporte, às quais acresce mecanismos de financiamento comunitário, faltando somente a vontade de fazer e sobretudo o relacionamento entre as instituições públicas e privadas e os vários actores que assumem um protagonismo relevante no planeamento e desenvolvimento turístico. Uma prova contundente de que esta é a lacuna, são os eventos e as obras públicas que progressivamente têm sido realizadas neste Município, alicerçados no forte envolvimento dos inúmeros *stakeholders* que povoam este território.

4.3.2.2. MEETING INDUSTRY

O termo *Meeting Industry* é actualmente utilizado, em substituição do MICE (*Meetings, Incentives, Congresses and Exhibitions*), conferindo uma dimensão internacional a um produto turístico que entre nós se denomina tradicionalmente por Turismo de Negócios. A mudança na nomenclatura deste produto turístico ocorreu no âmbito da 45ª Edição do Congresso da *International Congress and Convention Association* (ICCA), realizado na Grécia em 2007, justificada pelo transtorno que a sigla anterior provocava nalguns países (DELGADO, 2007). Ainda que estes termos possam ser utilizados em contextos diferentes, ou até no mesmo contexto, como sinónimos, no nosso entendimento a *Meeting Industry* ou

o MICE, são conceitos mais abrangentes do que o Turismo de Negócios, e é exactamente por esse motivo que optámos pela sua utilização, na versão mais actual. Trata-se de um conceito multidimensional, que integra diferentes subprodutos, embora seja vulgarmente abordado numa perspectiva holística, com inter-relações e com exigências similares, nomeadamente o alojamento e a tecnologia (LADKIN, 2006).

Este produto turístico tem vindo progressivamente a afirmar-se no panorama turístico mundial, apoiado em inúmeros factores directamente relacionados com a globalização, com a evolução das relações laborais e com a necessidade de aquisição de conhecimento em contextos multiculturais. Normalmente consumido por um público exigente, porque bem informado e ciente das suas necessidades e expectativas, requer alojamento de qualidade, espaços de qualidade e tecnologicamente avançados para a realização dos eventos, conjugados com animação turística diversificada e enriquecedora. Evidentemente que, para além destes requisitos, a *Meeting Industry* privilegia outros factores que são comuns a outros produtos turísticos e que estão directamente relacionados com a beleza do local, as acessibilidades e o acesso a outros recursos turísticos, e que condicionam a qualidade da experiência turística, mesmo para os que têm como principal motivação os negócios ou a aquisição/partilha de conhecimento (LADKIN, 2006).

O futuro deste produto turístico é promissor, ainda que o perfil da procura e as suas motivações, dada a multidimensionalidade do produto, tenda a alterar-se, como aliás se verificou num passado recente. A natureza e a direcção das alterações verificadas permitem-nos prospectar, de certa forma, os desafios futuros para este produto turístico, decorrentes da crescente procura de conferências, das alterações no mundo dos negócios, da crescente concorrência entre as organizações com fins lucrativos, das exigências crescentes relacionadas com a saúde, a segurança e um serviço de qualidade, e com as necessidades especiais de alguns dos viajantes, nomeadamente os com mobilidade reduzida. Perante o comportamento destes factores, a *Meeting Industry* terá que adequar a sua oferta de forma a consolidar a sua posição no mercado turístico.

Face ao desenvolvimento deste produto turístico no contexto internacional e perante as características do Município de Sines na perspectiva dos seus requisitos, há que considerar que esta unidade territorial poderá, eventualmente, ser o cenário propício ao seu desenvolvimento, se pensado e planeado estrategicamente numa óptica de complementaridade com outros produtos turísticos.

Potencialidades

O Município de Sines, pela sua forte concentração industrial, pela importância do Porto de Sines no contexto logístico nacional e internacional, e pelas suas potencialidades,

nomeadamente relacionadas com a indústria química e petroquímica, mas igualmente na área das energias renováveis, revela uma apetência nata para o Turismo de Negócios. Anualmente deslocam-se a Sines inúmeros investidores para avaliar oportunidades de negócio, e representantes de empresas para prepararem a instalação de novas empresas e para negociarem com as já instaladas.

Paralelamente, mas também relacionado com este protagonismo, Sines é crescentemente palco de conferências, seminários, feiras e exposições nacionais e internacionais igualmente enquadráveis neste produto turístico, que atraem inúmeros turistas e que atestam as potencialidades para o seu desenvolvimento. No Quadro XL estão discriminados alguns dos eventos mais significativos ocorridos neste âmbito.

Quadro XL – Expressões da *Meeting Industry*

<i>Evento</i>	<i>Ano(s) de realização/periodicidade</i>
<i>Encontro Nacional de Professores de Geografia</i>	2011
<i>Seminário "Incentivos e Medidas de Apoio às Empresas"</i>	2010
<i>Reunião com Presidente da Deutsche Welle e o Presidente da DCILA em Portugal</i>	2010
<i>Recepção à comitiva da cidade de Swinoujscie</i>	2010
<i>Encontro Comenius</i>	2010
<i>Reunião "Agir para o Investimento" – turismo</i>	2009
<i>reunião da iniciativa EUREKA</i>	2009
<i>Seminário Agir para o Turismo</i>	2009
<i>Reunião com cientistas da Universidade de Birmingham</i>	2009
<i>IV Encontro Aktea da Rede Europeia de Mulheres da Pesca e da Aquicultura - Celebrar a Cultura Costeira</i>	2009
<i>Feira do Ambiente de Sines</i>	2008 e 2009
<i>Workshop Humanizar as Cidades</i>	2008
<i>1º Congresso Internacional de Vela</i>	2008
<i>Conferência Internacional sobre o Percebe</i>	2008
<i>Seminário Poeiras - Gases - Riscos de Exposição, Precariedade Laboral - Riscos e Consequências</i>	2008
<i>Seminário As Artes e a sua Prática na Escola</i>	2008
<i>Conferência "Pacto para a Saúde e o Ambiente"</i>	2007
<i>Conferência "Energia e Desenvolvimento Regional"</i>	2007
<i>Seminário "Ambiente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida"</i>	2004
<i>Jornadas Europeias do Património</i>	Anualmente

Fonte: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SINES, 2011

O facto de existir já uma prática corrente ao nível da *Meeting Industry*, embora não integrada numa estratégia global de desenvolvimento turístico, reforça a ideia de que esta unidade territorial possui condições propícias para que este produto se consolide.

No âmbito dos factores anteriormente identificados como determinantes para a evolução deste produto turístico, há que salientar que o Município de Sines pelas infra-estruturas,

equipamentos, localização geográfica e património, responde às exigências crescentes deste tipo de turistas. A segurança e a estabilidade são factores a rentabilizar neste contexto, pois muitos dos destinos turísticos mundiais atraentes na perspectiva da *Meeting Industry* situam-se em países muito propensos a actos de terrorismo, com elevado nível de criminalidade, e em que não existem garantias quanto à vida e à integridade do turista, cite-se a título de exemplo o Rio de Janeiro e São Paulo.

Na realidade, existem inúmeros acontecimentos naturais e humanos que constituem verdadeiras ameaças aos fluxos turísticos, às economias e à sustentabilidade e auto-sustentação dos destinos. Neste grupo integram-se os crimes (roubos, assassinatos, raptos), os conflitos étnicos, os aspectos sanitários (águas não potáveis, intoxicações, doenças), os desastres naturais (tufões, sismos, vulcões...), conflitos políticos, terrorismo e a guerra (BENTLEY e PAGE, 2001). Normalmente a instabilidade e a insegurança surgem quase sempre associadas a destinos turísticos mais baratos, que se encontram estigmatizados devido a esses problemas. Por exemplo Roma e Hong Kong têm uma imagem negativa conectada com o número recorde de crimes cometidos contra turistas (TYMOTHY, 2006).

Neste contexto mundial, a imagem desta unidade territorial como um destino seguro e estável do ponto de vista social e político, situado num país pacífico que não se encontra na mira dos terroristas internacionais, pode significar um valor acrescentado em termos turísticos. Mais ainda, o facto de Sines se situar num cabo, em caso de eventos de grande dimensão de carácter internacional, em que seja necessária uma segurança reforçada, a configuração do território facilita o controlo das entradas terrestres e do acesso marítimo, por parte das entidades competentes.

No conjunto das questões da segurança também surgem os desastres naturais, e embora o seu impacto sobre as decisões dos turistas tenha um período mais curto, comparativamente aos induzidos pelo homem, podendo até constituir uma atracção turística, o certo é que pesam nas escolhas dos turistas pelo menos a curto prazo (TYMOTHY, 2006).

Os problemas de saúde também afectam as percepções dos turistas sobre a segurança, alterando o seu comportamento. No caso da *Meeting Industry*, as exigências crescentes relativamente a esta dimensão são igualmente relacionadas com a evolução do perfil da procura. Num passado recente, a Síndrome Respiratória Aguda na Ásia e no Canadá e a BSE na Inglaterra, contribuíram para o declínio dos turistas nestas regiões e países (COLES, 2003; RITCHIE *et al*, 2003). Para não falar de doenças como a malária, hepatites, febre-amarela, comuns em muitos países em vias de desenvolvimento, necessitando os viajantes de serem imunizados contra elas.

O acesso fácil e rápido a cuidados de saúde são igualmente privilegiados pelos turistas e podem determinar a escolha de um destino para a realização de um evento internacional. O

Município de Sines é servido pelo Hospital do Litoral Alentejano, uma infra-estrutura recente, equipada com tecnologia de ponta e que se situa a cerca de 15 km de Sines, e no caso de não existir resposta local, os hospitais de Lisboa encontram-se a 90 minutos por via terrestre.

Em termos gerais, podemos referir que os turistas evitam as catástrofes, sejam de origem natural ou humana, e todas as situações que ponham em risco a sua segurança e a sua vida. No caso do produto turístico em análise, o comportamento da procura é fortemente influenciada pelas condições do destino relativamente a estas questões. Normalmente, quando os viajantes pressentem condições de insegurança, cancelam os seus planos ou optam por destinos mais seguros. Por exemplo, as viagens de e para os Estados Unidos da América diminuíram após o atentado de 11 de Setembro, enquanto o turismo doméstico aumentou. A Tailândia tornou-se num destino muito procurado, quando muitos turistas ocidentais mudaram os seus itinerários da Malásia e da Indonésia para países não envolvidos na guerra e no terrorismo (MCKERCHER e HUI, 2003).

Ainda no campo das potencialidades, há a referir que o Município de Sines possui espaços para a realização de eventos de pequena e média dimensão, de construção recente, bem equipados, entre os quais se salientam o auditório do Centro de Artes, o Auditório da AICEP – Global Parques e da Administração do Porto de Sines e, paralelamente, algumas actividades de animação turística que permitem a oferta de pacotes atraentes para os turistas cuja principal motivação são os negócios ou a aquisição/partilha de conhecimento.

Face ao exposto consideramos que a associação de uma imagem de segurança, estabilidade e de acesso a cuidados de saúde, ao Município de Sines, relacionada com os produtos turísticos identificados como prioritários, mas em particular com a *Meeting Industry*, deverá fazer parte da sua estratégia de desenvolvimento turístico. A região possui baixos índices de criminalidade, boas condições sanitárias, não é usualmente palco de catástrofes naturais, o que pode constituir um conjunto de factores apelativo e alternativo a outros destinos mundiais. Esta será uma estratégia cuja operacionalização exigirá a articulação entre o sector público e privado, e entre sectores distintos como os da segurança, da saúde, da justiça e, evidentemente, do turismo.

Aplicação

O desenvolvimento e consolidação da *Meeting Industry* no Município de Sines, ainda que num contexto favorável, relativamente a muitos dos requisitos, exigem, por parte das entidades públicas e privadas um grande investimento, que ultrapassa largamente o domínio das intenções, e que tem um carácter fortemente material. O Município, como foi anteriormente referido, possui algumas infra-estruturas e equipamentos para realização de

eventos de pequena e média dimensão, não existindo, contudo, condições para suportar eventos de grandes dimensões nem para alojar um elevado número de participantes. Sendo viável a sua construção, se esse for o objectivo, existe também a hipótese de estrategicamente se apostar em eventos especializados, em torno dos grandes eixos de desenvolvimento deste território, as Energias, a Economia do Mar e a Logística, privilegiando a qualidade em detrimento da quantidade, e criando uma marca diferenciadora no âmbito deste produto turístico.

Ainda que o caminho eleito seja o da especialização que, no nosso entender é talvez o mais directo para o sucesso, há que construir alojamento de qualidade, em unidades que agreguem igualmente espaços para a realização de eventos. Paralelamente seria necessária a construção de um Centro de Exposições e Convenções, à semelhança do que foi construído no Porto de Busan, na Coreia, inaugurado em 2001, que ocupa uma área de 92.761m², polivalente, convertível em função da natureza e das dimensões do evento, e tecnologicamente avançado (LADKIN, 2006). Este exemplo é extrapolável para o Município de Sines, existindo inúmeras localizações possíveis, embora a faixa entre o Terminal XXI e a Praia de São Torpes, pela sua envolvimento e acessibilidade, possa ser entendida como a mais adequada.

Reunidas as condições supra referidas, o Município de Sines poder-se-ia tornar um destino de referência ao nível nacional e também internacional para a realização de eventos relacionadas com a Economia do Mar, as Energias e a Logística, sendo que o investimento crescente nestas áreas pode ser igualmente rentabilizado para fins turísticos, pois apesar da aparente incompatibilidade, este é um produto que pode beneficiar desta realidade.

4.3.2.3. TURISMO DE SAÚDE E DE BEM-ESTAR

A Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença. Esta definição pressupõe que as iniciativas de promoção de saúde não se devem dirigir apenas ao controlo de sintomas, diminuição da mortalidade ou aumento da esperança de vida mas também ao bem-estar e à qualidade de vida. Um conceito complexo e completo que, apesar de datar de 1948, reflecte os valores da pós-modernidade, sendo crescentemente objecto de forte perseguição individual e societal. Na realidade, a interiorização deste conceito e a sua materialização em valores, atitudes e comportamentos, culmina actualmente num culto do corpo e da mente indutor da procura de novas vias para o bem-estar e para a saúde. Longe da época em que a actuação se restringia somente à profilaxia e ao tratamento, nos países desenvolvidos adopta-se hoje uma postura pró-activa em que os esforços visam igualmente a prevenção.

A percepção do Turismo de Saúde e do Turismo de Bem-estar, como práticas ligadas à pós-modernidade, é negada pela sua existência milenar, embora regida por padrões distintos e em épocas em que o turismo dava os primeiros passos. Na Grécia antiga, os peregrinos e os pacientes deslocavam-se da zona do mediterrâneo para o santuário de *Asklepios* (Deus da Saúde), em *Epidaurus*, simultaneamente um sanatório e uma escola de medicina. Também é à Grécia que o turismo deve a criação das principais estâncias hidrominerais. Poetas famosos, como Homero e Píndaro, louvaram as propriedades das águas, e foi para responder aos que procuravam a cura pelas águas, que se construíram as primeiras hospedarias e as "residências de verão" da aristocracia. No apogeu do Império Romano, os aristocratas de Roma procuravam evadir-se das cidades sobrelotadas, deslocando-se para as cidades litorais para banhos medicinais. A talassoterapia data de 500 anos a.C. e dessa época datam os primeiros SPAs registados na história da humanidade. Nas termas, os romanos concretizava o ideal filosófico: "*Mens sana in corpore sano*", dado que estas estâncias permitiam purificar o corpo nas salas de banhos e através de exercícios físicos, dispondo de bibliotecas e recintos destinados a reuniões, leituras e debates (IGNARRA, 2003).

No séc. XVIII apenas os europeus mais abastados tinham acesso aos serviços de saúde e bem-estar, mas actualmente o custo relativamente baixo das viagens democratizou o turismo, e no caso particular dos dois produtos turísticos em análise, as mudanças de mentalidade, a adopção de novos valores sobre o corpo, o espírito, a saúde e a beleza, estão a contribuir para que se transformem numa indústria multimilionária, onde o papel desempenhado pelo *marketing* e pelas novas tecnologias se tem revelado fundamental para sucesso e para a afirmação à escala global (IGNARRA, 2003).

A estas práticas associa-se uma confusão conceptual e terminológica, que integra saúde e bem-estar num mesmo produto, quando estamos perante dois produtos turísticos procurados por motivos diferentes e direccionados para fins igualmente distintos. O Turismo de Saúde, apesar da existência de uma multiplicidade de conceitos, pode ser definido como a deslocação das pessoas do seu local de residência por razões de saúde (ROSS, 2001). A afirmação deste produto turístico está directamente relacionada com os seguintes factores:

- O envelhecimento da população: a geração resultante do *baby boom* do pós II Guerra Mundial tem actualmente uma situação face ao emprego, decorrente da idade, e um rendimento disponível que lhe confere uma forte propensão para viajar em busca da reposição da saúde. Pelas suas características, são potenciais turistas interessados sobretudo na localização, nas características do destino, na privacidade e na qualidade, em detrimento do preço.

- As mudanças no estilo de vida: os estilos de vida desta quota de mercado significam uma procura crescente dos *SPAs*, de *health clubs*, e de clínicas especializadas para tratamentos específicos, no sentido da recuperação da saúde.
- O turismo alternativo: actualmente os turistas procuram novas experiências turísticas, em que tenham contacto com coisas novas e diferentes.
- Características dos Sistemas de Saúde: longas listas de espera, custos elevados, falhas nos seguros, entre outros factores negativos, estimularam a ida para o estrangeiro à procura de cuidados de saúde. Quando os sistemas nacionais não conseguem providenciar adequadamente e/ou atempadamente soluções para as necessidades da população, esta procura no exterior a resposta para essas mesmas necessidades. Esta atitude é entendida como uma via para desenvolver a economia dos países receptores e os problemas do sistema nacional de saúde dos países emissores (BORMAN, 2004).

O bem-estar é um produto turístico extremamente presente no turismo europeu, em que a qualidade, principal determinante da sua competitividade, deve constituir o objectivo do planeamento, das estratégias e da acção. A especialização neste tipo de oferta pressupõe um conhecimento aprofundado na área da saúde, a disponibilização de cuidados individualizados e um vasto leque de programas culturais e de relaxamento. No entanto, o mesmo estabelecimento pode oferecer cuidados de saúde e cuidados de bem-estar, dois segmentos que têm que ser encarados separadamente aquando da definição da estratégia de *marketing*, na medida em que se os serviços de bem-estar são procurados por pessoas saudáveis numa perspectiva de prevenção, enquanto os cuidados de saúde, cujo principal objectivo é o tratamento da doença, são procurados por turistas que desejam reaver a sua saúde.

O conceito de bem-estar foi desenvolvido por DUNN (1959), quando escreveu pela primeira vez sobre um estado especial de saúde que se traduzia num bem-estar total do homem, enquanto ser constituído por corpo e mente e dependente do ambiente circundante. Trata-se de um conceito que foi evoluindo ao longo do tempo, trabalhado por inúmeros autores. TRAVIS (1984) salientou o aspecto dinâmico do bem-estar, definindo-o como um estado, uma atitude e um processo de evolução, e não como um processo estático, e considerando a existência de diversos graus de bem-estar tal como de doença. Por outro lado, a análise e interpretação da definição avançada por ARDELL (1986), permite-nos entender o bem-estar como um estado de saúde resultante da harmonia entre o corpo e a mente, alcançada através da auto-responsabilidade, dos cuidados com a beleza e com a condição física, de uma dieta saudável, do relaxamento e meditação (necessários para combater o stress), da actividade mental e educação, da sensibilidade ambiental e dos contactos sociais. Para

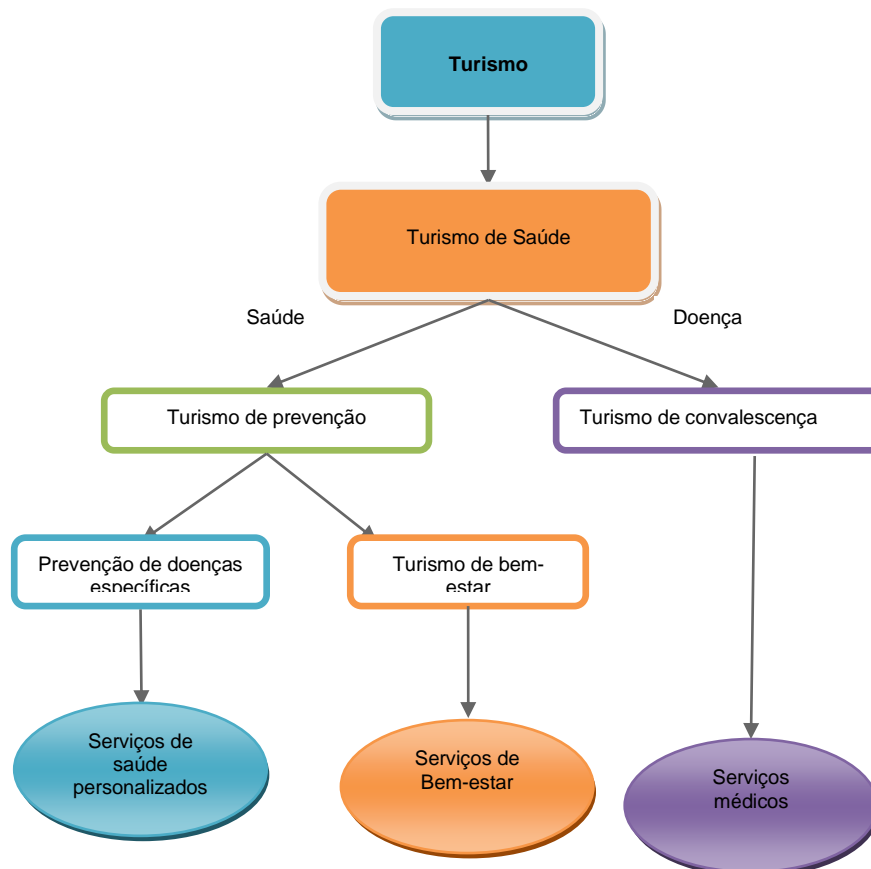
além destas, existem inúmeras outras definições de bem-estar, tendo em comum alguns aspectos: a importância do estilo de vida, a responsabilidade sobre a própria saúde, as múltiplas vias para a saúde, e o potencial para uma maior qualidade de vida.

O Turismo de Saúde é o somatório de todas as relações e fenómenos resultante da deslocação das pessoas com o objectivo de promover, estabilizar, e restaurar o bem-estar físico, mental e social, utilizando para isso serviços de saúde localizados em sítios, onde não residem nem trabalham. Por seu lado, o Turismo de Bem-estar é o somatório de todas as relações e fenómenos resultantes da viagem e estada de pessoas motivadas pela preservação ou promoção da sua saúde, que permanecem em hotéis especializados, sujeitos a cuidados individuais prestados por profissionais qualificados para o efeito. Neste contexto, é requerido um pacote que integre preparação física, cuidados de beleza, dieta saudável, relaxamento e meditação, actividade mental e instrução (MUELLER e KAUFMANN, 2001).

As “férias saudáveis” podem ser proporcionadas por uma instituição de tratamento, contudo é necessário fazer uma clara distinção entre bem-estar e tratamento, sobretudo no ângulo da política de saúde. Do lado da procura, assume-se à partida que o bem-estar é somente perseguido por pessoas saudáveis, com um objectivo de prevenção. No entanto, tem que se estabelecer uma distinção entre o bem-estar decorrente de um pacote de serviços (composto por preparação física, cuidados de saúde, dieta saudável, relaxamento e meditação, actividade mental e educação) e a prevenção da doença propriamente dita. Na realidade, os hóspedes que visam o bem-estar podem requerer serviços muito similares aos pretendidos pelos que procuram o tratamento, mas com a motivação de preservar ou de promover a saúde, e não de repor a saúde. Por conseguinte, entre o Turismo de Saúde e o Turismo de Bem-estar, mais do que os serviços pretendidos, é a motivação dos turistas que revela a existência de produtos turísticos distintos. No entanto, é extremamente complicado traçar a fronteira entre estes dois produtos turísticos, na medida em que os mesmos prestadores podem responder a ambas as motivações.

A Figura XXXII representa graficamente a relação de proximidade entre o Turismo de Saúde e o Turismo de Bem-estar, evidenciando contudo, que para além dos denominadores comuns, existem pontos de divergência que afastam estes dois produtos turísticos.

Figura XXXII – O Turismo de Saúde e de Bem-estar no âmbito da procura turística



Fonte: MUELLER e KAUFMANN, 2001:8

A análise do mercado do Turismo de Bem-estar permite concluir que é imperativo uma demarcação clara entre o conceito de bem-estar e o de tratamento. O posicionamento no mercado profissional dos serviços de bem-estar só pode ser bem-sucedido se houver uma clara distinção entre estes e os direccionados para o tratamento de doenças. O processo de credibilização decorrente desta abordagem tornará mais atraente a cooperação entre o sector público e privado e tornará mais eficiente a estratégia promocional. Na realidade, para a estratégia de *marketing* é essencial que estes dois segmentos turísticos sejam separados, embora ambos os tipos de turistas possam ser hospedados no mesmo estabelecimento e ter acesso a serviços similares.

No entanto, nem todos os países reúnem condições para se afirmarem nestes campos, uma vez que como já salientámos existe uma trilogia essencial para o sucesso: preço, qualidade dos serviços de saúde e de bem-estar, e qualidade da experiência turística. Estas exigências transformam num desafio a aposta no seu desenvolvimento e pressupõem uma

aliança entre o sector do turismo e da saúde num contexto de integração e articulação entre as políticas e as práticas de ambos os sectores.

No caso particular de Portugal, como já foi anteriormente referido, o Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), entre os dez produtos estratégicos, identificados em função do seu potencial de atractividade, da avaliação do desenvolvimento da procura correspondente nos mercados principais e do seu interesse estratégico para o desenvolvimento do país, assinala o Turismo de Saúde e Bem-estar (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO, 2007).

A introdução deste produto, a quem são reconhecidas características compatíveis com um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, deve-se ao facto do país possuir um conjunto de recursos cuja rentabilização lhe pode conferir uma considerável competitividade neste segmento do mercado turístico, em que se verifica uma procura crescente. Neste momento, este sector que representa três milhões de viagens internacionais por ano na Europa, sendo a procura primária de viagens internacionais de Saúde e Bem-Estar, aquela para a qual esse é o principal motivo da viagem, composta por 3 milhões de viagens de uma ou mais noites de duração. Este volume representa aproximadamente 1,2% do total de viagens de lazer realizadas pelos europeus, prevendo-se um crescimento da procura anual a um ritmo de 5-10%, com a particularidade de que o gasto médio por pessoa é, regra geral, superior ao dos restantes sectores, devido ao gasto em tratamentos terapêuticos e similares, situando-se entre os 100€ e os 400€, sem transporte incluído (THR, 2006c).

O Alentejo Litoral, e o Município de Sines em particular, podem tornar-se um destino de saúde e bem-estar, destacando-se nomeadamente ao nível da talassoterapia, dos tratamentos a partir da água do mar, mas não ignorando outro tipo de tratamentos como por exemplo: (1) Anti-stress, beleza, adelgaçante, anti-tabaco, entre outros (2) Banhos: hidromassagem, talassoterapia (3) Massagens: distensão, drenagem linfática, reflexologia, shiatsu, tailandês, entre outros. Nesta dimensão existem inúmeros tratamentos e programas que pelas suas características podem ser compatíveis com as características bioclimáticas deste território.

O consumidor de viagens de *wellness* procura, além de tratamentos das mais variadas tipologias, um cenário que proporcione uma sensação de comodidade, bem-estar e descontração, com o objectivo de obter a máxima satisfação na sua viagem, sendo que o Alentejo Litoral, e também o Município de Sines, possui condições naturais e paisagísticas que vão ao encontro da exigência da procura destes tipos de produtos, apenas necessitando de lhe aliar uma oferta sofisticada, recursos humanos especializados, alojamentos de qualidade e harmoniosos com a natureza, bons acessos, informação clara e

em diversos idiomas, para reunir condições competitivas face à restante oferta nacional e internacional (cfr. THR, 2006c).

Em suma, o Turismo de Saúde e de Bem-estar constitui uma tendência internacional manifesta por consumidores cada vez mais preocupados com a sua saúde física e mental, e que procuram aliar a melhoria do seu bem-estar às experiências turísticas que vivenciam. Este tipo de consumidor procura parecer e sentir-se melhor, perder peso, retardar os efeitos do envelhecimento, aliviar a dor ou o desconforto, controlar o *stress*, ou fazer um suplemento natural de vitaminas e minerais com o objectivo de melhorar a saúde. Respondendo a esta procura e contribuindo para a criação de novas necessidades, os *resorts* e os hotéis aumentam a sua oferta de serviços de saúde e bem-estar, oferecendo programas estruturados específicos, para além dos seus serviços convencionais. Este comportamento simultaneamente reactivo e pró-activo, aumenta a capacidade de atracção das unidades hoteleiras e dos destinos turísticos, diversificando a oferta e aumentando os lucros do processo turístico.

Para além da questão conceptual, a prestação de serviços de qualidade revela-se vital como resposta à competição internacional e às elevadas expectativas dos turistas. As infra-estruturas vocacionadas para a promoção do bem-estar, e uma equipa especializada que assista individualmente os turistas, constituem pilares fundamentais do conceito internacional de qualidade no âmbito do Turismo de Bem-estar (MUELLER e KAUFMANN, 2001).

No âmbito destes produtos, a qualidade, principal determinante da sua competitividade, deve constituir o objectivo do planeamento, das estratégias e da acção. A especialização neste tipo de oferta pressupõe um conhecimento aprofundado na área da saúde, a disponibilização de cuidados individualizados e um vasto leque de programas culturais e de relaxamento, diversificando e sofisticando a oferta, e aumentando as mais-valias do processo turístico.

Potencialidades

O desenvolvimento dos dois produtos turísticos anteriormente analisados prevê o concurso de um conjunto de factores relacionados com o sistema turístico. Perante este pressuposto, nem todos os países reúnem as condições necessárias para apostarem nesta oferta de forma a serem competitivos no actual contexto de globalização. Trata-se de produtos híbridos, cuja afirmação depende da atractividade turística do destino, mas sobretudo da relação preço/qualidade dos serviços de saúde e bem-estar que lhe estão associados, e do contexto patrimonial em que se integram.

O termalismo é actualmente um dos principais recursos existentes no âmbito do Turismo de Saúde e/ou do Turismo de Bem-estar, uma vez que a restante oferta neste campo ainda é diminuta, não existindo informação que suporte a sua análise mais profunda, enquadrando-se as potencialidades do Município de Sines nesta modalidade, ainda que numa vertente menos convencional.

Em termos genéricos, podemos referir que o termalismo compreende, para além do clássico termalismo terapêutico, a vertente da prevenção e promoção da saúde e a vertente da reabilitação, embora exista ainda um grande desconhecimento destas últimas duas vertentes, em alguns mercados como o português. A promoção de programas de bem-estar termal, assim como a afluência aos SPAs (*sanus per aqua* – saúde pela água) e a centros de talassoterapia (tratamentos à base de água do mar e algas), entram no domínio da prevenção da saúde, sendo clara a tendência na Europa para o aumento da procura das termas para o descanso-activo, o relaxamento anti-stress e a melhoria da imagem estética/da estética somática (*physical fitness*).

O Município de Sines reúne as condições naturais para o desenvolvimento de Centros de Talassoterapia, sendo que no passado, ainda que numa versão algo tosca, já foram uma realidade neste território. A cidade de Sines possuiu uma estância que fazia tratamentos à base de água do mar, tendo sido destruída por um ciclone em 1941, e não sendo posteriormente reconstruída. A aldeia de Porto Covo teve igualmente uma infra-estrutura similar, que ainda se encontra em bom estado de conservação, embora tenha sido adaptada para outros fins e tenha cessado a sua actividade na década de 80 do séc. XX.

Parrinha (1998) descreve o método dos banhos salinos quentes realizados nestas estâncias, sobretudo no mês de Agosto e de Setembro, quando terminava o ano agrícola e os habitantes da região se deslocavam a estas estações balneares para tratarem as doenças de ossos, em banheiras com cerca de 200 litros de água do mar aquecida, com uma temperatura entre os 37º e 39º, consoante os sintomas dos doentes. A época dos tratamentos, para além de respeitar o calendário agrícola, coincidia também com a conclusão do ciclo de vida das algas, quando o mar as arranca e as deposita nas praias, sendo os seus constituintes dissolvidos na água, após a sua degradação por acção dos agentes bioclimáticos.

Sobre estes equipamentos interessa salientar que esta unidade territorial tem a génese da sua actividade turística intimamente relacionada com os produtos de Turismo de Saúde e de Turismo de Bem-estar e que, embora no presente, seja inexistente, podem ser recuperados uma vez que a “matéria-prima” continua a ser uma constante, ainda que desaproveitada.

Aplicação

Neste momento, o Município de Sines não tem uma oferta nesta área, ainda que possua as condições naturais para o efeito. Face ao exposto, poderemos concluir que o desenvolvimento e a afirmação destes produtos turísticos, terá que passar pela criação da própria oferta, seguindo um modelo implementado por um número considerável de países que se libertou das exclusivas e tradicionais curas/tratamentos termais passando a oferecer crescentemente serviços orientados para a saúde e para a sua prevenção, para o bem-estar físico e para a beleza. Ainda assim, segundo COOPER *et al.* (1995), os SPAs historicamente mais ligados às qualidades medicinais das suas águas, são os que têm tido mais sucessos neste processo de modernização termal. Esta situação alerta, eventualmente, para a necessidade de alcançar um equilíbrio entre uma oferta inovadora e a manutenção de alguns valores tradicionais, formatando a embalagem do produto sem no entanto adulterar o seu conteúdo. Na realidade, a maioria dos serviços no âmbito do Turismo de Saúde e de Bem-estar aliam a sofisticação do presente às técnicas do passado. Os tratamentos termais remontam aos romanos, a talassoterapia remonta à Grécia Antiga, e a origem das medicinas alternativas perde-se no tempo e no espaço.

As águas salinas de Sines e as técnicas utilizadas, a acreditar nos testemunhos orais e em alguns registos, eram altamente eficazes e atraíam visitantes de todo o país, pelo que há que começar por o estudo científico das propriedades bioquímicas das suas águas salinas, e a conhecimento profundo dos processos utilizados no passado, fazendo posteriormente coexistir o passado com as exigências de sofisticação do presente.

O Turismo de Saúde e o Turismo de Bem-estar não se esgota nos tratamentos e nos programas disponibilizados aos turistas, existindo alguns elementos que permitem referir que a nova concepção de saúde e bem-estar e a sua associação ao tempo de descanso e de férias, reflecte-se também ao nível do alojamento. Na hotelaria tradicional começou a ser prática corrente a oferta de serviços de manutenção física a par do serviço de alojamento, e nos estabelecimentos de categoria superior existe a tendência para a inclusão de serviços de estética e tratamento corporal, e mesmo para uma especialização na oferta de programas de manutenção implementados por profissionais qualificados. Paralelamente, existe uma oferta crescente de SPAs e *resorts*, estabelecimentos especializados na vertente de saúde e/ou de bem-estar que asseguram, através de equipas de profissionais multidisciplinares (médicos e técnicos especializados em medicinas alternativas, talassoterapia, alimentação saudável, desporto), serviços integrados à medida das necessidades dos clientes (IQF, 2005). Trata-se de uma oferta paralela sobretudo direccionada para o bem-estar mas que começa a ter uma expressão significativa também em Portugal, sobretudo porque o acesso a estes serviços, um privilégio apenas de alguns pelos preços praticados, é actualmente uma moda carregada de simbolismo social.

Neste campo, o Município de Sines tem igualmente que desenvolver uma estratégia, nomeadamente através da articulação de parcerias, pois não possui unidades hoteleiras nem estabelecimentos com as especificidades supra-referidas. No entanto, o caminho poderá passar por vias diferentes, nomeadamente a recuperação da infra-estrutura do Porto Covo, e eventualmente a construção de outras, no respeito por um modelo de arquitectura sustentável, enquadrável nas restrições à construção neste território, e que seja integradas nos produtos oferecidos quer pelas unidades hoteleiras quer pelo número crescente de unidades de turismo rural. Aliás, existe no Município vizinho, o de Odemira, um eco parque (ZMAR), cujo modelo, não devendo ser copiado pois a proximidade geográfica a isso não aconselha, poderá ser uma fonte de inspiração para a estratégia a desenvolver no Município de Sines.

A identificação do Turismo de Saúde e Bem-estar como um dos produtos turísticos estratégicos para o Município, mais do que uma atitude prospectiva e uma postura pró-activa, reflecte um comportamento reactivo aos sinais emanados da procura global e à percepção de que o Município possui condições naturais para uma oferta diferenciada face à concorrência. Para além da reciclagem do conceito e do modelo de funcionamento das estâncias de banhos, no sentido da prestação de serviços de bem-estar em paralelo com os terapêuticos, o desenvolvimento no âmbito destes produtos turísticos pode igualmente assentar em unidades desenvolvidas para o efeito, associadas ou não a estabelecimentos hoteleiros, eventualmente a integrar em roteiros de saúde e/ou de bem-estar. Tanto no caso das estâncias, como das restantes unidades prestadoras de serviços de saúde e/ou bem-estar, consideramos fundamental uma articulação inter-organizacional privada/privada e privada/pública, no sentido da criação de uma imagem consistente de Portugal enquanto destino de Turismo de Saúde e de Bem-estar. Trata-se de uma questão importante ao nível das estratégias de *marketing*, e fundamental em termos de competitividade num contexto povoado por inúmeros países já especializados neste tipo de oferta, caso se pretenda que o Turismo de Saúde e de Bem-estar constituam um dos produtos estratégicos para o desenvolvimento turístico desta unidade territorial.

4.3.2.4. TURISMO INDUSTRIAL

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o Turismo Industrial contextualiza-se no âmbito de um conceito mais amplo, o de Turismo Cultural, entendido como todos os movimentos de pessoas que satisfaçam a necessidade humana de diversidade, visando elevar o nível cultural do indivíduo, proporcionando novos conhecimentos, experiências e encontros (WTO, 2011). Aliás, de acordo com CRAVIDÃO (2004), todo e qualquer turismo é

cultural, na medida em que os patrimónios, os lugares e as paisagens, constituem-se como parte integrante da cultura de um qualquer lugar.

O Turismo Industrial é, portanto, uma forma de turismo cultural, cujo objectivo principal é promover o património industrial (o antigo e o actual), relacionado com a tecnologia e com as actividades económicas desenvolvidas num território, englobando as deslocações motivadas pelo interesse sobre as empresas industriais e logísticas, actividades piscatórias, indústrias agro-alimentares, oficinas e actividades artesanais, museus e centros interpretativos relacionados com a actividade industrial, num determinado território. Trata-se, por conseguinte, de um produto de nicho que emergiu gradualmente provocado pelo interesse dos visitantes, mas também pelo próprio interesse da indústria em aproximar-se do cidadão comum, desmitificando a sua actividade mas sobretudo os seus impactes negativos, nomeadamente de natureza ambiental.

Na realidade, perante a crescente relevância dos conceitos de sustentabilidade e de responsabilidade social, a maioria das empresas, mas sobretudo as empresas com vertentes industriais, sentiram a necessidade de se aproximar da população, tornando a sua imagem mais “pessoal” e “amistosa”, convidando a sociedade a visitar os seus complexos e a testemunhar os seus processos. Por outro lado, sobretudo a partir da década de 80, o interesse da população por zonas industriais também cresceu, nomeadamente dos investigadores que são atraídos pelas tendências paradoxais de desenvolvimento económico, e por decisores estratégicos numa perspectiva de *benchmarking* (HJALAGER, 1999). Na sequência destes fenómenos, nasceu o conceito recente e pioneiro de Turismo Industrial, também designado por Turismo de Descoberta Económica, uma vertente do Turismo Cultural que explora ambientes empresariais, essencialmente de componente industrial e as suas características empreendedoras e inovadoras para fins recreativos e culturais (FORTES E SILVA, s.d).

Esta é uma prática que tem vindo a afirmar-se progressivamente, sendo que, desde a segunda metade do séc. XX, em vários países desenvolvidos, como França, Japão e EUA, empreendedores abrem as portas das suas empresas a grupos de pessoas interessadas em conhecer a estrutura das suas unidades produtivas, os seus processos de produção e a tecnologia aplicada (FREITAS, 2011).

Em Portugal não há uma grande tradição na área do Turismo Industrial, sendo que nos projectos existentes prevalece uma abordagem histórica e arqueológica, não se verificando uma tendência marcante para a rentabilização turística da indústria em laboração. Esta tendência é contrariada pelo projecto de São João da Madeira, já inaugurado e em funcionamento, e pela Rota dos Mármore e a Rota Mineira, no Alentejo, que embora em diferentes fases de implementação, ainda não apresentam uma configuração visitável.

O Turismo Industrial é usualmente encarado como uma forma das zonas urbanas subsistirem a reestruturações económicas, aumentando a imagem de destino turístico, pressupondo este processo um planeamento turístico eficaz que desenvolva sustentavelmente o passado e o presente industrial, na perspectiva do turismo. O aproveitamento das sinergias entre indústria e turismo confere novos níveis de sustentabilidade às indústrias locais, às desactivadas e às que se encontram em funcionamento e em laboração. Na perspectiva da indústria, há um contributo para as populações dos territórios em que estão sedeadas, aumentando assim a sua participação no desenvolvimento económico local e reforçando sua imagem de responsabilidade social. Na óptica das populações, para além do desenvolvimento económico que advém da actividade propriamente dita das indústrias locais, existe um valor acrescentado ligado à presença industrial, através do reforço do seu legado histórico através da construção da sua própria herança industrial, e o estímulo à actividade turística. Em termos económicos o Turismo Industrial pode valorizar complexos industriais do passado ou do presente, conferindo-lhes um novo valor ou um valor acrescentado, ajudando a minimizar o impacte de conjunturas económicas adversas e da desindustrialização, estimulando as economias locais de base industrial (cfr. XIE, 2006).

A par do contributo económico para o meio empresarial, um reaproveitamento de infra-estruturas industriais para fins turísticos gera postos de trabalho, contribuindo assim para a diminuição da taxa de desemprego local e para o aumento da qualidade de vida. Um projecto de Turismo Industrial também redefine a imagem da cidade, transformando-a num destino turístico e atraindo visitantes que procuram enriquecimento cultural e actividades de lazer alternativas, o que se traduz no desenvolvimento do comércio local, em investimentos e implementação de negócios que se fixam em busca de novos mercados e perspectivas de crescimento (cfr. XIE, 2006).

Face ao exposto, pode-se considerar que o Turismo Industrial pode constituir um produto integrado num modelo de desenvolvimento turístico sustentável, na medida em que aumenta a responsabilidade das empresas, sobretudo das tendencialmente poluentes, perante a sociedade, podendo constituir um estímulo ao empreendedorismo e à inovação dos visitantes, uma fonte para o *benchmarking*, e contribuindo para a recuperação da imagem de destinos em que se verifique actividade turística e industrial, em simultâneo. Por outro lado, face às suas características, envolve as empresas/indústria no processo de desenvolvimento turístico, pode constituir um produto vendável pelas empresas de animação turística, existentes ou a criar, contribuindo para a criação de postos de trabalho, e ao não revelar um carácter sazonal, pode contribuir para a diminuição de umas das principais ameaças ao turismo sustentável.

Potencialidades

A indústria, para além do seu objectivo principal, pode revelar valências e oportunidades, potenciadas através deste produto turístico, caso o contexto e a sua envolvência se revelem propícios para o seu desenvolvimento e afirmação. Segundo Edwards e Llurdes, Turismo Industrial é, na sua essência, “*o desenvolvimento de actividades e indústrias turísticas em lugares, edifícios e paisagens feitos pelo Homem que surgiram com processos industriais de períodos passados*”. Podem ser objecto de Turismo Industrial os resultados físicos da actividade industrial, actuais ou passados, como parques industriais, edifícios e arquitectura, fábricas, maquinaria e equipamento. Também fazem parte da herança industrial, complexos de alojamento industriais, zonas industriais, produtos, processos e documentação relativa à sociedade industrial. Ao longo do tempo, os alvos de Turismo Industrial evoluíram de antigas minas como atracções turísticas para as destilarias escocesas de whisky, como meio de turismo verde, para o *Ironbridge Gorge Museum*, o local de nascimento da revolução industrial em Inglaterra e para um bairro multiétnico em Birmingham como mostra do equilíbrio entre economia e objectivos sociais (XIE, 2006:1321).

O Turismo Industrial transformou-se num importante fenómeno socioeconómico em vários países desenvolvidos. A sua crescente popularidade deve-se à “desindustrialização” como a conhecíamos, sendo os seus processos melhorados ou substituídos pelas potencialidades dominantes de técnicas de produção computadorizadas e automatizadas. A indústria tradicional, incluindo locais subterrâneos como minas ou mesmo de superfície como fábricas, permite experiências nostálgicas no âmbito deste produto turístico. Para além disso, ao salientar-se o valor do histórico industrial de uma região, adaptando este legado a uma componente turística, reforça-se sentimentos de pertença, legado e identidade dos habitantes locais, aumentando a população residente e a capacidade de atracção de novos residentes. Harris e Olgethorpe entendem que o aparecimento do Turismo industrial tem sido considerado por muitos como uma bênção mista para as comunidades locais, visto lucros e custos coexistirem na sua prática (XIE, 2006).

O desenvolvimento do Turismo Industrial tem impacte em inúmeras vertentes da socioeconomia. Alfrey e Putnam no livro “*The Industrial Heritage: Managing Resources and Uses*” referem o contributo da herança industrial para a consecução de objectivos arqueológicos e pedagógicos, focando a preservação de locais, a restauração de edifícios, terrenos, maquinaria e processos, no sentido de se encontrar uma nova utilidade para os elementos industriais do passado. Este tipo de iniciativa permite recuperar e rentabilizar espaços industriais abandonados, em más condições e sem qualquer utilidade pública, permitindo a sua preservação e, consequentemente, a construção da herança industrial. No entanto, não são só complexos, fábricas ou parques industriais desactivados e com uma

componente histórica e arqueológica, que são passíveis de rentabilização turística, pois os complexos industriais actuais também podem protagonizar programas de Turismo Industrial. Está comprovado que a abertura das empresas a este produto turístico contribui para a melhoria da sua imagem corporativa (BRAMWELL e RAWDING, 1996), para o aumento das vendas, e simultaneamente, para o enriquecimento cultural das regiões onde se encontram (FORTES e SILVA, 2011).

Alguns estudos de caso atestam a relação existente entre o desenvolvimento do Turismo Industrial e o rejuvenescimento da imagem das cidades e a sua competitividade territorial. Um estudo de *marketing* realizado para Liverpool revela que a cidade promoveu e construiu uma imagem de “zona de negócios pós-industrial”, assente na promoção simultânea da qualidade turística e da qualidade residencial, o que se traduziu numa significativa evolução socioeconómica (BRAMWELL e RAWDING, 1996).

A reflexão desenvolvida até ao momento reporta-se sobretudo ao aproveitamento de legados industriais com alguns séculos de existência, uma marca cultural e histórica da evolução tecnológica das sociedades, transformada numa mais-valia cultural e económica, permitindo às gerações actuais e futuras, rentabilizarem a herança das gerações passadas, construída com o objectivo promover o desenvolvimento da sua área de actuação (MCINTOSH e PRENTICE, 1999). Dar nova vida a estes complexos industriais, fábricas, maquinaria e equipamentos consiste numa reutilização de património para servir as populações, criando património, estimulando a economia e a cultura locais, redefinindo a imagem de cidades e indústrias e aproximando empresas da população.

No entanto, existem casos distintos, com uma dimensão de grande actualidade, como o Turismo Industrial desenvolvido a partir das destilarias de whisky na Escócia, com o objectivo de construir e consolidar uma imagem de responsabilidade social, nomeadamente em termos ambientais. Neste contexto, MCBOYLE (1996) investigou, no contexto de responsabilidade social das empresas, os preconceitos dos visitantes das destilarias, relativamente ao seu impacte ambiental e a forma de ultrapassá-los através da prática do turismo. Na sua pesquisa, este investigador concluiu que a empresa, ao adoptar uma atitude socialmente responsável, utilizando o Turismo Industrial como ferramenta, consegue despoletar nos visitantes uma opinião positiva, sendo-lhe possível elencar várias características “verdes” sobre os processos e instalações das destilarias.

O Turismo Industrial permite a divulgação dos processos e dos resultados industriais, mas pode constituir igualmente uma montra para o seu comportamento ambiental. Por conseguinte a mais-valia deste produto turístico traduz-se nos estímulos à economia da sua área de influência, nas vantagens trazidas à indústria enquanto ferramenta de comunicação, mas também na preservação do património cultural e na qualidade de vida

das populações, pois aumenta a responsabilidade das empresas nomeadamente na questão ambiental, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentável.

Aplicação

A análise do estado da arte e de estudos de caso de destinos e práticas de Turismo Industrial, a natureza deste produto turístico, o seu carácter inovador, e as características do Município de Sines, conduzem-nos à análise da apetência desta unidade territorial para o seu desenvolvimento e afirmação, partindo-se do pressuposto que estamos perante um produto que poderá contribuir para o seu desenvolvimento turístico sustentável.

De acordo com HJALAGER (1999), o desenvolvimento de um projecto que viabilize a actividade turística a nível industrial depende do concurso de vários factores, nomeadamente da disponibilidade de apoios governamentais, da existência de uma rede de PME's com grande interacção entre si e com as grandes indústrias da zona, assim como a predisposição para o empreendedorismo e inovação, especialização num sector e a existência de instituições públicas e políticas favoráveis à sua operacionalização. O Município de Sines, com uma localização privilegiada, facilmente acessível por terra e por mar, é um dos complexos industriais, logísticos e portuários mais relevantes a nível nacional e europeu, possuindo uma rede de PME's extremamente dinâmica, que opera em sinergia com as grandes indústrias, numa *network* local de cooperação, inovação e crescimento. Este contexto industrial e empresarial coabita com um património natural e cultural relevante, potenciador do investimento turístico, assumindo o turismo um papel relevante na economia e sociedade locais.

Face ao exposto, pode considerar-se que existe no Município de Sines uma conjuntura industrial e turística favorável à implementação de um projecto de Turismo Industrial, sendo que a fundamentação desta avaliação exige uma análise desta unidade territorial na perspectiva pré-industrial e industrial. Sines era uma vila situada no litoral alentejano cuja população subsistia da sua ligação privilegiada com o mar, sendo a pesca a actividade económica predominante. No início do séc. XX já contava com uma pequena indústria transformadora de cortiça, tendo também posteriormente uma fábrica de conserva de peixe. Numa análise de cariz sociológico, podemos considerar que estamos perante um comportamento de aproveitamento de todos os recursos naturais disponíveis para a subsistência da população, existindo já uma cultura, embora em pequena escala, de actividade industrial, ainda que prevalecesse o sector primário com a actividade piscatória. A par desta situação, em meados dos anos 50 do séc. XX, Sines tornou-se um destino turístico de eleição pelas suas praias essencialmente “selvagens”, surgindo posteriormente um serviço de termas, no seguimento da crescente procura turística por parte da classe alta

(MUNICÍPIO de SINES, 2011). Assim sendo pode-se considerar que Sines Pré-industrial, embora em pequena escala, já possuía uma infra-estrutura industrial e turística em afirmação.

O início das obras de construção do Porto de Sines e da Refinaria provocou uma diminuição da procura turística, sendo visível que o desenvolvimento industrial retirava a esta vila piscatória as características que determinavam o seu sucesso turístico, iniciando-se então uma nova etapa da socioeconomia desta unidade territorial, a fase industrial. A construção do porto industrial, da barra de Sines e da primeira refinaria delineou o futuro industrial de Sines e a sua dimensão. Actualmente, Sines conta com a presença de indústrias transformadoras e energética (Repsol, EDP, EDP Renováveis, Petrogal, Artlant), e um complexo portuário capacitado para cargas e descargas de combustíveis fósseis (petróleo e carvão), mercadorias e matérias-primas (Terminal XXI - terminal de contentores), constituindo uma porta para Portugal e para a Europa. As características geográficas de Sines ditaram o seu futuro, permitindo a construção do maior porto de águas profundas da Europa, o se veio a reflectir na economia local, conferindo-lhe uma situação que coloca este Município numa situação privilegiada face ao contexto regional e nacional.

A instalação destas empresas, e a construção dos seus complexos industriais, atraíram investimentos que culminaram numa das maiores obras portuguesas do séc. XX, o complexo logístico de Sines. Em pouco tempo, assistiu-se a um crescimento urbano e populacional, que justificou a construção de um complexo habitacional para os novos trabalhadores industriais, dando origem à cidade de Vila Nova de Santo André. A economia local progressivamente assentou no sector industrial, sendo uma grande parte das empresas sedeadas em Sines de serviços complementares às grandes indústrias aqui presentes. A conjuntura socioeconómica sineense adaptou-se rapidamente à nova realidade, construindo uma sinergia de negócios entre as empresas existentes, de complementaridade e concorrência, formando-se um microclima económico que permitiu o aumento dos índices de empregabilidade e o nível de vida da população da região (MUNICÍPIO DE SINES, 2011). Ainda que actividade económica se desenvolva sobretudo em torno da Indústria e do Porto, a actividade piscatória e turística não desapareceram, existindo uma grande aposta no seu desenvolvimento no Município de Sines e em todo o Litoral Alentejano. Porto Covo, uma das duas freguesias do Concelho de Sines, espelha esta situação, constituindo um importante núcleo turístico, ainda que a oferta não se esgote neste território.

O Turismo Industrial, quando decorrente de uma estratégia sustentável, confere às regiões vantagens na dimensão económica, social, cultural, promovendo o desenvolvimento local, a preservação do património e a qualidade de vida das populações. Esta nova e inovadora tendência cria emprego e estimula economias locais, permitindo às cidades um crescimento

sustentável e uma redefinição da sua imagem, quando necessário. Em Liverpool e Newcastle a aposta no Turismo Industrial deu-lhes uma nova vida, e permitindo-lhes ultrapassar conjunturas e alterações económicas adversas conferindo-lhes uma maior flexibilidade e abertura para o exterior. A revitalização e ressurreição de infra-estruturas industriais desactivadas e a conexão com o passado destas cidades permitiram um enriquecimento do seu património e a capitalização de zonas inactivas, conferindo-lhes uma nobre conotação de monumento (BRAMWELL e RAWDING, 1996).

No caso do Município de Sines, com um passado e um presente ligado ao turismo e à indústria, o Turismo Industrial constitui um projecto que permitirá reavivar a herança industrial, reforçar o património histórico local, rentabilizar turisticamente as unidades industriais activas, e reinventar a noção de ser sineense fazendo com que a população reencontre as suas raízes, reforçando a sua identidade cultural. Esta é também uma oportunidade para reforçar da imagem de responsabilidade social e sustentabilidade das indústrias do Município, de desfazer preconceitos relativamente ao seu comportamento ambiental, transformando-as numa mais-valia para o desenvolvimento turístico desta unidade territorial.

Em suma, o Município de Sines destaca-se por duas marcas distintas, estando uma relacionada com a própria cidade e que decorre da indústria química e petroquímica e das actividades relacionadas com o porto de águas profundas, e a outra focalizada na Freguesia de Porto Covo, relacionada com o Turismo Balnear. O diagnóstico que realizámos ao sistema turístico do Município demonstra que Sines – cidade tem recursos turísticos interessantes, que suportaram um passado turístico relevante, enquanto a afirmação turística do Porto Covo é comprometida pela sazonalidade da procura, obstáculo ao seu desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, existe uma incompatibilidade entre estas duas marcas, o que no nosso entender poderá ser aparente, pois a indústria e o turismo podem, no âmbito de um modelo de planeamento como o da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, constituir uma dupla atraente e vantajosa para ambos os sectores, suportando a emergência e o desenvolvimento de produtos turísticos diferenciadores do Município e que, pelas suas características, contribuirão para esbater a sazonalidade.

Uma aposta no Turismo Industrial fará com que turismo e indústria entabulem uma relação em que refinarias, complexos logísticos e complexos portuários sejam parte integrante de um legado, assumindo-se como recursos turísticos do Município, e aumentando a atractividade desta unidade territorial ao complementar os restantes recursos turísticos de cariz mais convencional. Esta conclusão remete-nos para o Plano Estratégico Nacional para

o Turismo (PENT) e para os produtos turísticos identificados neste documento de orientação estratégica.

O Turismo Industrial, como já foi anteriormente referido, de acordo com a Organização Mundial de Turismo, integra-se no Turismo Cultural, consequentemente a sua afirmação no Município de Sines é coerente com o modelo proposto para o desenvolvimento turístico do pólo do Alentejo Litoral, nomeadamente para o Município de Sines, na medida em que incrementa largamente a atractividade deste território sob o ponto de vista cultural, sendo o *Touring Cultural* e Paisagístico identificado, no âmbito do PENT, como um dos produtos estratégicos para esta região do país (MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO, 2007).

A análise teórico-prática dos quatro produtos turísticos que, com base na informação disponível e na provocada, foram identificados como compatíveis com a realidade do Município de Sines e coerentes com o conceito de sustentabilidade turística, confirma que esta unidade territorial reúne condições para o desenvolvimento do Turismo Industrial e de outros produtos turísticos, também eles identificados no PENT, nomeadamente Turismo de Saúde e de Bem-estar, *Meeting Industry* (Turismo de Negócios), e Turismo Costeiro (Sol e Mar), este último sobretudo relacionado com os desportos náuticos, ultrapassando a dimensão balnear, mais convencional e igualmente marcada por uma sazonalidade que compromete a sustentabilidade. Estes produtos turísticos, pelas suas características, estão direccionados para turistas de gama média/alta, potenciais consumidores, em simultâneo, de produtos distintos, podendo ser entendidos numa lógica de complementaridade, ao nível da tipologia e ao nível da relação entre o sector público e o sector privado, o que se adequa a um modelo de desenvolvimento conducente ao turismo sustentável.

Com a análise SWOT constante no Quadro XLI, realizada ao Município de Sines na perspectiva dos quatro produtos turísticos, evidenciam-se os catalisadores e os obstáculos ao seu desenvolvimento e consolidação, para que o exercício de planeamento possa definir objectivos, políticas, estratégia e práticas coerentes com o cenário de partida. Esta análise parcial complementa a de carácter genérico anteriormente apresentada, ambas sendo parte de um todo no qual também se integra a matriz de avaliação global, instrumentos de síntese de um profundo diagnóstico realizado ao caso objecto de estudo no âmbito da presente investigação.

Quadro XLI – Análise SWOT do Município de Sines, na perspectiva dos produtos turísticos

Produtos turísticos	Pontos Fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Turismo Costeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão e características da faixa costeira • Existência de tradição no turismo balnear • As características das praias e o seu estado de preservação • Marina de Sines, infra-estruturas de apoio aos nautas e tarifas • Condições naturais propícias à prática de inúmeros desportos náuticos • Realização de alguns eventos desportivos • Sete praias do Município com Bandeira Azul • Praia Vasco da Gama (Sines) com apoio à mobilidade reduzida • As características do fundo do mar • Temperatura da água na Praia de São Torpes • Apoios de praia, qualidade e quantidade • Qualidade das águas balneares 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte sazonalidade do produto turístico • Inexistência de vigilância em várias praias do Município • Falta de acessos a algumas praias • Inexistência de parques de estacionamento em algumas praias • Características do mar na praia da Costa do Norte • Impossibilidade de aumentar a capacidade da marina • Inexistência de infra-estruturas em Porto Covo de apoio aos nautas • Carência de sinalética e mobiliário urbano nas zonas balneares 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do Turismo Náutico e do Turismo Sol e Mar como produtos estratégicos no âmbito do PENT • Monitorização quinzenal da água e dos areais na Praia Vasco da Gama • Requalificação da Ilha do Pessegueiro e do Portinho de Porto Covo • O PROTAlentejo refere especificamente o desenvolvimento do Turismo Náutico no Alentejo Litoral, mencionando a marina de Sines como infra-estrutura de suporte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte concorrência nacional e internacional • Indústria • Porto
<i>Meeting Industry</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas e equipamentos adequados • A actual realização de eventos • Segurança • Os produtos complementares, nomeadamente a oferta cultural e os restantes produtos turísticos • Não sujeito à sazonalidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de espaços para realização de mega eventos • Inexistência de hotéis com espaços para realização de eventos • Inexistência de empresas de organização de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação do cluster das energias e da economia do mar • Segurança • Localização geográfica central no contexto do território nacional • Projectos em curso, nomeadamente a Cidade Desportiva • Indústria • Sines Tecnopolo 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte concorrência nacional
Turismo de Saúde e Turismo de Bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Antecedentes históricos • Características bioquímicas da 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de infra-estruturas e equipamentos de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do Turismo de Saúde e Bem-Estar como produto 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte concorrência • Inexistência de recursos

Produtos turísticos	Pontos Fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> água do mar e da flora marítima Perdura da estância de banhos quentes de porto Covo Consumo ao longo de vários meses 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de hotéis que integrem o serviço de SPA 	<p>estratégico no âmbito do PENT</p> <ul style="list-style-type: none"> Afirmação do cluster do Turismo de Saúde e Bem-estar Valores da pós-modernidade, traduzidos numa preocupação crescente com a saúde e o bem-estar Procura crescente, a nível mundial, deste produto turístico 	<p>humanos com formação na área da Saúde e Bem-estar</p> <ul style="list-style-type: none"> Inexistência de entidades formadoras que confirmem perfis especializados na área do Turismo de Saúde e Bem-estar
Turismo Industrial	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade e densidade industrial Actividade portuária A história recente da industrialização do Município Realização actual de visitas Interesse das empresas Não sujeito à sazonalidade 	<ul style="list-style-type: none"> Condicionalismos impostos pela segurança interna das empresas Inexistência de um modelo de visitas organizadas Inexistência de antecedentes formais Produto destinado a um nicho de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos industriais e portuários previstos Crescimento da procura deste produto turístico Projecto Aportar Sines, liderado pela Câmara Municipal de Sines Crescente protagonismo do turismo industrial a nível mundial Existência de boas práticas Redes e rotas de turismo industrial Alargamento do Canal do Panamá Existência de outros projectos de turismo industrial no país (ex. São João da Madeira) e no Alentejo (Rota dos Mármore e Rota Mineira) 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzida tradição de turismo industrial em Portugal

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

A análise conjunta da informação do Quadro XLI evidencia uma aparente conflitualidade entre os quatro produtos turísticos apontados como vias para o desenvolvimento turístico sustentável da unidade territorial em estudo, sobretudo resultante da coexistência de recursos turísticos e, consequentemente, de produtos turísticos, com uma natureza muito diversa. Na realidade, os pontos fortes de alguns dos produtos revelam-se as fragilidades de outros, sobretudo quando analisamos o Turismo Industrial em relação aos restantes produtos.

Neste contexto, competirá aos responsáveis pelo planeamento turístico conceber um modelo de desenvolvimento que compatibilize esta diversidade, sendo que a sua complementaridade pode contribuir, no nosso entender, para aumentar a atractividade deste território, a sua competitividade e para atenuar a sazonalidade, umas das principais ameaças à sustentabilidade turística.

O diagnóstico, que agora terminamos, constitui a primeira fase do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” de BURNS (2004a), sendo que a sua conclusão nos permite avançar para a fase de planeamento, da qual resultará uma proposta de políticas e práticas de desenvolvimento turístico, elaborada com base na leitura e interpretação da realidade e da informação provocada, à luz do corpo teórico que encima a presente investigação. Proporemos igualmente um modelo de relacionamento institucional, operacionalizável numa estrutura representativa de agentes públicos e privados, destinada à reflexão e à acção, bem como um sistema de monitorização dos impactes do processo de desenvolvimento turístico, respondendo às exigências do paradigma, aos pontos fracos e ameaças identificados, mas sobretudo aos requisitos subjacentes ao conceito de turismo sustentável.

4.4. O planeamento

4.4.1. Promoção do relacionamento institucional e o envolvimento dos actores

Uma das características diferenciadoras do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” da autoria de BURNS (2004a) é o envolvimento de vários e distintos sectores e de todos os potenciais *stakeholders*, sendo que esta abordagem integrada e participativa é considerada uma das chaves para o sucesso do desenvolvimento turístico, sobretudo quando a sua ocorrência se processa num cenário marcado por uma forte competição à escala global.

De acordo com SILVA (2004), uma das consequências da globalização é a crescente proliferação de produtos e serviços, traduzida numa cada vez mais exacerbada concorrência nacional e internacional. Os nichos de mercado são cada vez mais atacados pelos concorrentes com maiores e melhores vantagens competitivas, os clientes estão cada vez mais exigentes e sofisticados, a pressão para redução dos preços é cada vez mais forte, a qualidade é actualmente uma característica fundamental, a consciência ecológica e de protecção ao meio ambiente são cada vez mais fortes, e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) reflecte-se nos pequenos e nos grandes projectos. Neste contexto, os destinos turísticos devem estar preparados para superar estas pressões e colocar novas estratégias de actuação em prática. A capacidade inovadora e criativa dos empreendedores é uma imposição e não uma escolha, principalmente quando falamos do sector turístico. O aumento da concorrência e da incerteza dos mercados levou as organizações a cooperarem e a unirem esforços para reduzirem os riscos e aproveitarem as oportunidades, tornando-se assim mais competitivas. O associativismo e as redes entre empresas e organizações territoriais constituem as formas mais correntes de colaboração e cooperação, permitindo realizar transacções entre agentes públicos e privados com base em acordos formais. Pelos estudos realizados, sobretudo em países desenvolvidos, grande parte dos organismos de desenvolvimento recorre a este processo. Trata-se de organizações assentes na confiança entre as partes e orientadas para objectivos muito concretos. Estas redes complementam as organizações convencionais e neutralizam os efeitos perversos da burocracia, permitem estabelecer relações informais entre as organizações o que facilita a tomada de decisões e a sua execução.

Neste âmbito defendemos que a participação das instituições públicas em parceria com o sector privado, numa lógica estreita de partilha de experiências e procura de novos nichos e segmentos de mercado, é fundamental para o sucesso dos destinos turísticos, devendo este processo ser mais integrante e envolver também as comunidades anfitriãs. COSTA

(2006) considera que, actualmente, os destinos turísticos têm que ser planeados e geridos por modelos emergentes que salientem e estimulem o protagonismo do sector privado e que, simultaneamente, determinem uma participação pública adequada ao nível do processo de tomada de decisão. As abordagens emergentes devem dar prioridade a metodologias que promovam a coordenação entre o sector público e o sector privado e colocar os cidadãos, tanto residentes como visitantes, directamente no núcleo do processo de tomada de decisão.

Neste contexto, outras estratégias de cooperação podem ser elencadas. Salientamos a estruturação do meio empresarial através do estímulo à criação de associações sectoriais, o que poderá aumentar a sua representatividade perante as entidades governativas conferindo-lhe, simultaneamente, um maior poder negocial face aos fornecedores, e o estabelecimento de fóruns de discussão capazes de aproximar a visão dos diferentes sectores da actividade turística, no que concerne ao produto turístico e às relações necessárias para que este seja competitivo no mercado. Estes constituem alguns exemplos de estratégias de actuação conjunta, que ao invés da competição, canalizam esforços no sentido da cooperação, permitindo um sucesso do destino que é simultaneamente sinónimo de sucesso individual. No entanto, a competição também se pode revelar saudável para os destinos turísticos, desde que exista uma estratégia nesse sentido, nomeadamente a definição de sistemas de classificação, regulamentação e certificação dos empreendimentos turísticos, e a disponibilização eficaz de informação sobre os empreendimentos para a procura efectiva e potencial e que contribuirá para diminuir a diferença entre as expectativas do turista e a realidade. Desta forma, quanto mais informado estiver o mercado, mais fomentará a competição entre os empreendimentos, contribuindo para o aumento da qualidade e para um maior equilíbrio na relação qualidade/preço (BENI, 2006). Tanto as sugestões de cooperação, como esta estratégia de competição, se bem geridas, actuam no sentido da sustentabilidade e da auto-sustentação dos destinos.

A organização administrativa do turismo em Portugal, consubstanciada no Decreto-lei N.º 67/2008, de 10 de Abril, que determina a substituição das Regiões de Turismo pelas Entidades Regionais de Turismo, estruturas cuja área de jurisdição é coincidente com as NUT's II, e a definição de Pólos de Desenvolvimento Turístico, assenta num princípio de participação plural, estatuidando que nestas podem participar as entidades públicas e privadas com interesse no desenvolvimento e na valorização turística da respectiva região, bem como os Municípios que se encontrem territorialmente integrados. Ainda assim, consideramos que o carácter institucional destes organismos, bem como a sua própria natureza, permitir-lhe-á actuar em dimensões de carácter regional, por conseguinte supra local, em áreas com exigências de escala, nomeadamente a promoção junto de mercados

externos, mas que o planeamento e o desenvolvimento turístico dos municípios deverá ser objecto de intervenção a um nível mais restritivo, embora sem ignorar as relações intermunicipais e as directivas regionais e nacionais. A multiplicidade e diversidade de municípios que uma Entidade Regional de Turismo pode abarcar, podem eventualmente tornar ineficiente o seu desempenho, minimizando o seu impacte no desenvolvimento turístico.

A percepção anteriormente apresentada tem que ser efectivada, e embora as Entidades Regionais de Turismo⁸ possam desempenhar um papel importante, bem como os Pólos de Desenvolvimento Turístico, existe a necessidade premente de pensar e actuar localmente, ainda que não descurando a visão global, dando forma ao conceito já antigo, mas não ultrapassado, de “glocal”, definido como pensar global para actuar no local.

A formalização desta intervenção conjunta ao nível do planeamento e desenvolvimento turístico do Município, exige uma contratualização entre os diferentes intervenientes e um órgão local que reúna na sua estrutura os representantes de todos os sectores, pelo que propomos que seja criado o *Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Município de Sines* (CEDTMS), constituído pelos agentes públicos e privados com intervenção e interesses no planeamento e desenvolvimento turístico, nomeadamente pela Câmara Municipal de Sines, que deverá assumir a liderança, pela Entidade Regional de Turismo, pelo Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alentejo, pela Administração do Porto de Sines, pela Comunidade Portuária de Sines, pela AICEP – Global Parques, pela Associação Empresarial de Sines, por representantes de cada um dos tipos de fornecedores de produtos e serviços turísticos, com presença no território, e por individualidades ou organizações externas que prestem consultoria técnica e científica ao nível da actuação deste organismo.

No nosso entender, sendo esta uma proposta genérica que poderá constituir um ponto de partida para a discussão, na medida em que entendemos que deverá ser o próprio organismo a definir os seus objectivos específicos e o seu *modus operandi*, o CEDTMS deverá pautar a sua actuação pelos seguintes objectivos gerais:

1. Planear estrategicamente e prospectivamente o desenvolvimento turístico no Município de Sines, definindo políticas e práticas coerentes com os modelos regionais e nacionais;

⁸De acordo com o estatuído no Decreto-Lei N.º 67/2008, de 10 de Abril, compete às Entidades Regionais de Turismo: a) Colaborar com os órgãos centrais e locais com vista à prossecução dos objectivos da política nacional que for definida para o turismo; b) Promover a realização de estudos de caracterização das respectivas áreas geográficas, sob o ponto de vista turístico e proceder à identificação e dinamização dos recursos turísticos existentes; c) Monitorizar a oferta turística regional, tendo em conta a afirmação turística dos destinos regionais; d) Dinamizar e potencializar os valores turísticos regionais. Podem ainda ser executantes de actividades e projectos contratualizados com a administração central ou com a administração local.

2. Monitorizar e avaliar o desenvolvimento turístico no Município de Sines, recorrendo para o efeito à informação e à investigação desenvolvida no âmbito do Observatório para a Sustentabilidade Turística, e propondo correcções para os desvios detectados;
3. Promover o empreendedorismo e a actuação pró-activa no sentido da resposta às deficiências detectadas no sistema turístico local, de forma a aumentar o sucesso e a competitividade do destino.

Este organismo deverá ter uma estrutura orgânica horizontal, que agilize o seu funcionamento, sendo fundamental, no nosso entender, a constituição de grupos de trabalho por áreas temáticas, que permitam a desconcentração dos esforços, ainda que as conclusões devam ser ratificadas por todos os elementos do CEDTMS.

A proposta da criação desta estrutura, para além de materializar a imposição do modelo de BURNS (2004a), de promover o relacionamento institucional e o envolvimento dos actores, decorre do nosso entendimento de que num território onde confluem interesses económicos de natureza tão distinta, apenas uma reflexão e actuação conjunta e consensual poderá conduzir ao desenvolvimento turístico sustentável, à sua coexistência com o desenvolvimento da indústria, do porto/logística e das pescas, numa optimização plena dos recursos deste território.

4.4.2. Visão, objectivos e horizonte temporal

A conceptualização da visão estratégica deverá anteceder a definição dos objectivos, e ainda que o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” não o evidencie de uma forma explícita, nós entendemos que este é um processo fundamental para conferir a coerência indispensável ao processo de planeamento e desenvolvimento turístico. Trata-se de uma visão de longo prazo, cujo limite temporal é o ano de 2020, dado o carácter estratégico que se pretende incutir nas políticas, estratégias e práticas de desenvolvimento turístico a propor para o Município de Sines, ainda que os objectivos a definir sejam de médio prazo, na medida em que o planeamento turístico com este horizonte temporal visa implementar as acções propostas a longo prazo, relacionadas com os equipamentos destinados a responder aos desejos e necessidades da procura, encontrando-se subordinado ao de longo prazo (RUSCHMANN, 2006:92).

Em relação ao horizonte temporal e à sua classificação, no que concerne ao planeamento turístico, há que referir que existem conceptualizações distintas sobre o que é entendido como curto, médio e longo prazo, sendo que o quadro conceptual em que assentamos a nossa análise é o proposto por RUSCHMANN (2006). De acordo com esta autora, o planeamento turístico a longo prazo compreende o período entre a actualidade e o final da capacidade potencial de um empreendimento ou acção, visando o desenvolvimento de novos produtos, sendo que em turismo, a dependência dos recursos turísticos inviabiliza uma mudança radical na oferta, tornando-se apenas possível actuar sobre os equipamentos e as actividades, mantendo-se a base do produto. Desta forma o planeamento a longo prazo não pode visar modificações radicais nos destinos, mas apenas uma adaptação às novas tendências do mercado, para um período temporal de vinte anos, sujeito a um aumento ou a redução em função dos objectivos propostos. O planeamento turístico a médio prazo, subordinado hierarquicamente ao de longo prazo, é fixado para um período de cinco anos para os destinos turísticos que pretendam recolocar-se adequadamente e também para os núcleos novos, enquanto o planeamento turístico a curto prazo constitui a fase inicial da hierarquia na implementação e no desenvolvimento de actividades nos núcleos receptores, correspondendo a ajustes ou soluções passíveis de serem implementadas no espaço de um ano (RUSCHMANN, 2006: 91-92).

No nosso entender perante o ritmo da mudança que caracteriza o mundo actual, e sobretudo um fenómeno dinâmico como o turismo, não se revela prudente planear estrategicamente tendo em mira um horizonte temporal de vinte anos, pois o grau de incerteza inerente pode comprometer qualquer processo de desenvolvimento turístico planeado com tal antecedência. No âmbito da presente investigação, e face à forte imprevisibilidade que mescla a evolução mundial e os respectivos impactes nas dinâmicas e no comportamento da procura turística, entendemos que o longo prazo deverá reportar-se a

um horizonte de dez anos, sendo esse o período temporal que norteia a visão proposta. Os objectivos gerais apresentados visam o médio prazo dada a sua natureza, o respeito pela relação supra mencionada, e partindo do pressuposto que entre a sua operacionalização, direccionada essencialmente para a criação de condições materiais e imateriais para o desenvolvimento do destino, e a sua consolidação, deverá existir igualmente um período temporal idêntico, ou seja aponta-se para um período de cinco anos para a requalificação do destino, para a inovação, para a antecipação do comportamento da procura, e um igual período para a afirmação do destino no mercado nacional e internacional e para os ajustes decorrentes da avaliação da implementação do plano de desenvolvimento turístico, em obediência ao modelo teórico que norteia a presente investigação.

A visão que propomos resulta dos contributos recolhidos no âmbito das técnicas aplicadas para provocar a informação não disponível, nomeadamente os inquéritos por questionário e por entrevista, constituindo uma súmula das várias e distintas visões individuais que os diversos agentes possuem para o desenvolvimento turístico deste território. Face ao exposto, consideramos que, no período 2012-2022, o desenvolvimento turístico do Município de Sines deverá ser norteado pela seguinte visão estratégica:

VISÃO DE FUTURO 2022

Município de Sines: um destino turístico sustentável, pólo de atracção crescente de turistas nacionais e internacionais, com uma oferta de qualidade, onde a complementaridade entre produtos (Turismo Costeiro, Meeting Industry, Turismo de Saúde e de Bem-estar e Turismo Industrial) reduz a sazonalidade, e a integração estratégica com os restantes sectores de actividade (indústria, logística, pesca) contribui para a competitividade do território e para a qualidade de vida da população.

Ainda em relação à visão estratégica para o turismo, há que explicitar que existe a percepção de que a marca Sines continuará associada a um território onde pontifica um complexo portuário, industrial e logístico, ambientalmente sustentável, com enorme relevância económica nacional e europeia, mas também como destino turístico de matriz cultural/industrial e portuária, com potencial para o desenvolvimento da *Meeting Industry* e do Turismo Industrial sendo que a afirmação deste cenário ganhará expressão relevante e sustentada num horizonte temporal de dez anos. Paralelamente, e integrado com o Turismo

Industrial e com a *Meeting Industry*, continuarão a afirmar-se o Turismo Costeiro e o Turismo de Saúde e Bem-estar, ligados sobretudo às marcas “Porto Covo” e “Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”.

No âmbito do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, a definição de objectivos pressupõe que os concebidos para o nível hierárquico inferior, o local, sejam decorrentes dos traçados para os níveis superiores, sempre que os houver, numa lógica de integração já anteriormente apresentada. Face a esta exigência, os objectivos a definir para o desenvolvimento turístico do Município de Sines terão que considerar os definidos a nível nacional, regional e local, nomeadamente no âmbito do programa do Governo e da Câmara Municipal, bem como os decorrentes dos instrumentos de gestão territorial, objecto de análise anterior. Trata-se de objectivos com um carácter distinto, sendo que os estabelecidos no programa do Governo e da Câmara Municipal correspondem a um ciclo eleitoral, com a duração de quatro anos, enquanto os decorrentes dos instrumentos de gestão territorial, dada a sua dimensão estratégica, têm uma abrangência temporal superior.

Por outro lado, e tendo em consideração a lógica subjacente à presente investigação, a definição de objectivos assentará no modelo tetradimensional previsto para o desenvolvimento turístico desta unidade territorial, materializado em objectivos de carácter genérico, referentes a aspectos transversais, e em objectivos restritos a cada um dos produtos turísticos identificados como potencialmente promotores de sustentabilidade.

Na Figura XXXIII encontra-se esquematicamente representada a relação entre os objectivos que devem nortear o planeamento e desenvolvimento turístico no Município de Sines, sendo de referir que possuem uma natureza distinta, ao nível da abrangência temporal, geográfica e intencional, e da natureza jurídica.

No âmbito do diagnóstico realizado ao Município de Sines, na perspectiva do turismo, procedemos ao enquadramento legal do processo de planeamento e desenvolvimento turístico desta unidade territorial. Nesse contexto, analisámos os vários instrumentos de gestão territorial e documentos de orientação estratégica, evidenciando-se o grau de compatibilidade entre os seus objectivos, nomeadamente o PENT e o PROTAentejo, sendo estes objecto de exposição mais pormenorizada, um pela sua natureza sectorial e o outro pela sua área de influência geográfica. Perante a realização anterior deste exercício, iremos apenas elencar os objectivos do Programa do Governo e do Programa da Câmara Municipal de Sines, embora não os descuremos aquando da definição de objectivos para o desenvolvimento turístico desta unidade territorial, bem como os constantes nos restantes instrumentos de gestão territorial e documentos de orientação estratégica. A referência ao PROTAentejo surge apenas para evidenciar que os seus objectivos subordinam

hierarquicamente os que iremos propor para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, enquanto o PENT, tratando-se de um documento de orientação estratégica, e não possuindo força jurídica, comporta as principais orientações em matéria de desenvolvimento turístico para o país e para cada uma das suas unidades territoriais.

Figura XXXIII – Lógica hierárquica dos objectivos de desenvolvimento turístico para o Município de Sines



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

No âmbito do XIX Governo Constitucional, eleito para o quadriénio 2011-2015, o turismo encontra-se sob a alçada da Secretaria de Estado do Turismo, integrada no Ministério da Economia e do Emprego, sendo objecto de referência autónoma no âmbito do 3º Capítulo, subordinado ao tema “Finanças Públicas e Crescimento”, e de referências subsidiárias no âmbito de outros sectores, nomeadamente do mar e do desporto. Trata-se de uma abordagem genérica, direccionada para o todo nacional, referindo que: “A estratégia do Governo para o Turismo consubstancia-se na diferenciação e autenticidade do serviço e do produto, com presença num combinação de mercados que reduzam as debilidades actuais de concentração em mercados e produtos, através da incorporação de elementos de inovação, eficiência na gestão dos recursos financeiros e regulação da actividade, com vista ao reforço da competitividade e massa crítica dos agentes económicos na cena internacional” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 2011:51).

A estratégia definida materializa-se num conjunto de medidas, que pela sua natureza genérica e ausência de carácter operacional, poderão ser entendidas como objectivos gerais, sendo estas as que seguidamente apresentamos:

- “- Criar mecanismos e instrumentos de apoio às empresas turísticas, agindo sobre os factores da competitividade empresarial e de criação de valor e empregabilidade;*
- Reforçar a atractividade do Turismo, nomeadamente pela articulação de políticas com o ordenamento do espaço, o ambiente, os transportes, a saúde, o mar e a cultura;*
- Consubstanciar uma plataforma económica e logística que projecte um mercado alargado e reforce os fluxos turísticos de raiz atlântica;*
- Reforçar a acção reguladora e a visão estratégica partilhada entre actores públicos e privados;*
- Dar maior expressão aos programas de Turismo Sénior, Turismo para Emigrantes e Turismo para Cidadãos com deficiências e incapacidades, Turismo Religioso e Turismo de Saúde;*
- Apostar no crescimento da receita por Turista, mais importante do que apostar no aumento massificado do número de turistas.*
- Simplificação da legislação do Turismo com agrupamento num Código do Turismo e das Actividades Turísticas” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 2011:51).*

As marcas, mercados e produtos turísticos, são igualmente objecto de medidas específicas, cujo formulação padece da mesma falta de especificidade e operacionalidade que as referidas anteriormente, e que se resumem a três grandes intenções:

- “- Apostar na “Marca Portugal”*
- Recuperar mercados estratégicos perdidos e afirmar o mercado interno como prioritário;*
- Promover novos conteúdos de valorização do destino Portugal em cooperação com as indústrias criativas, com base na história, valores partilhados e autenticidade do produto turístico” (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, 2011:52).*

Para além desta abordagem directa, o Programa do Governo refere o turismo no âmbito da estratégia direccionada para o mar, nomeadamente o desenvolvimento do turismo náutico, também na sua interligação com a organização de eventos desportivos internacionais, e com a estratégia para a juventude.

Em termos latos, a estratégia definida para o turismo pelo actual Governo, bem como as medidas definidas para a sua implementação, não constituirão um obstáculo a um modelo de desenvolvimento turístico sustentável que se visione para o Município de Sines, nomeadamente no que concerne a alguns dos produtos turísticos identificados na presente

investigação como estratégicos para esta unidade territorial, pois estes são explicitamente referenciados no seu programa. Por outro lado, o carácter genérico e transversal de muitas das medidas permite que cada destino contribua para a sua concretização ainda que por múltiplas e distintas vias.

Nos objectivos estratégicos definidos pelo actual Executivo da Câmara Municipal de Sines, para o quadriénio 2010-2013, o turismo, entendido como um dos pilares de desenvolvimento desta unidade territorial, é conteúdo explícito de um dos quatros objectivos, ainda que implicitamente outros definam metas que contribuem de forma indirecta para a qualidade da oferta turística nas suas múltiplas dimensões. Por conseguinte, no contexto das Grandes Opções do Plano 2010-2013, é referido o seguinte objectivo estratégico: *“Consolidar Porto Covo como Pólo do desenvolvimento turístico do concelho e reforçar o seu papel de núcleo estruturante no desenvolvimento do Pólo Turístico do Alentejo Litoral.”* (CÂMARA MUNICIPAL DE SINES, 2009).

Os objectivos anteriormente referidos, ou seja os constantes no Programa do XIX Governo e nas GOP 2010-2013 da Câmara Municipal de Sines, por uma questão de lógica, optimização de recursos e eficiência do processo global, devem condicionar os propostos na presente investigação, ainda que a sua natureza jurídica não lhe confira um carácter de obrigatoriedade, contrariamente ao que acontece com os definidos nalguns dos instrumentos de gestão territorial.

Após a contextualização entendida como necessária para uma adequada definição de objectivos, iremos proceder a esse exercício, dicotomizando-os entre genéricos e restritos, consoante se reportem a aspectos de natureza transversal ou sejam relacionados com os produtos turísticos estratégicos, para um período de cinco anos.

OBJECTIVOS GENÉRICOS

1. Desenvolver o turismo no âmbito de um modelo de sustentabilidade, para que contribua para o crescimento económico do Município de Sines, para a criação de emprego e para a qualidade de vida da população.
2. Afirmar o Município de Sines como destino turístico sustentável, nas suas múltiplas vertentes, evidenciando a compatibilidade entre o turismo e os outros sectores de actividade, nomeadamente a indústria e a logística.
3. Requalificar o território, valorizando zonas de excelência ambiental como a Ilha do Pessegueiro, a Ribeira de Moinhos e a Lagoa da Sancha, de forma a aumentar a sua atractividade turística.
4. Rentabilizar a integração parcial no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, valorizando-a turisticamente.

5. Divulgar a oferta turística do Município de Sines no mercado nacional e internacional, preferencialmente no âmbito de uma estratégia conjunta com os restantes Municípios do Alentejo Litoral, liderada pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo.
6. Dotar o Município de mais unidades de alojamento, no respeito pelo estatuído nos instrumentos de gestão territorial, através do estímulo ao empreendedorismo nesta área de negócios e da requalificação dos equipamentos existentes.
7. Reduzir a sazonalidade da procura turística através da promoção da complementaridade entre os produtos estratégicos e da diversidade de serviços turísticos.
8. Estimular a oferta de actividades de animação turística especializadas e diferenciadoras, no sentido de captar visitantes e de aumentar o seu tempo de estada média.
9. Qualificar os recursos humanos do Município de Sines, directa e indirectamente relacionados com o turismo, de forma a contribuir para a construção de perfis de competências que permitam à população da área de intervenção desempenhar correctamente o seu papel de anfitriã, rentabilizando, em simultâneo, as mais-valias do processo de desenvolvimento turístico.
10. Rentabilizar a dimensão reduzida do território em prol da mobilidade sustentável, qualificando-o de forma a permitir que residentes e visitantes se desloquem sem uso de veículos motorizados.

OBJECTIVOS RESTRITOS – TURISMO COSTEIRO

1. Infra-estruturar e equipar as praias, a sua envolvente e os seus acessos, para aumentar a sua capacidade de atracção e reduzir os obstáculos à sua procura.
2. Criar uma solução artificial que permita a utilização balnear da Praia da Costa do Norte, ultrapassando a insegurança inerente às características do mar.
3. Desenvolver as condições, infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio, para a prática da Náutica de Recreio, nas suas múltiplas vertentes e ao longo de toda a faixa costeira, adequando as modalidades às características naturais.
4. Organizar autonomamente e captar a organização de competições desportivas no âmbito da Náutica Desportiva.
5. Promover o Município de Sines, nos mercados nacional e internacional, como destino de Turismo Costeiro, na vertente balnear e náutica.

OBJECTIVOS RESTRITOS – *MEETING INDUSTRY*

1. Estimular, material e imaterialmente, o empreendedorismo na área da gestão e organização de eventos, para que localmente exista resposta a este nível.
2. Colocar o Município de Sines na rota dos eventos temáticos relacionados com a Economia do Mar e as Energias.
3. Criar condições físicas e logísticas para a realização de eventos de grande dimensão.
4. Promover o Município de Sines, junto das organizações e das empresas, como destino com condições logísticas e de segurança para a realização de eventos nacionais e internacionais, enfatizando as características patrimoniais e a oferta turística complementar.

OBJECTIVOS RESTRITOS – TURISMO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

1. Recuperar a tradição do Município de Sines na área da talassoterapia, afirmando esta unidade territorial como destino turístico de Saúde e de Bem-estar, na relação com o clima e com a beleza paisagística.
2. Fundamentar cientificamente a apetência desta unidade territorial para os tratamentos de talassoterapia.
3. Estimular, material e imaterialmente, a instalação de *SPA's* nas unidades de alojamento já existentes, em fase de projecto e em fase de construção, e a recuperação das estâncias históricas.

OBJECTIVOS RESTRITOS – TURISMO INDUSTRIAL

1. Desenvolver e afirmar o Turismo Industrial no Município de Sines, compatibilizando a indústria e o turismo num produto diferenciado e competitivo, no âmbito de um processo de parceria entre agentes públicos e privados.
2. Promover o Município de Sines, enquanto destino de Turismo Industrial, concebendo uma estratégia física e virtual que permita um contacto prévio e o planeamento da própria visita pelo visitante, de forma autónoma.
3. Articular o projecto de Turismo Industrial no Município de Sines com os restantes projectos de Turismo Industrial existentes no Alentejo e no país.
4. Integrar o Município de Sines nas redes internacionais de Turismo Industrial, de forma a captar o interesse de visitantes estrangeiros, e a afirmar esta unidade territorial enquanto destino de Turismo Industrial.

No conjunto de objectivos de médio prazo apresentado existem alguns que requererão um período temporal superior a cinco anos para a sua concretização plena, ainda assim entendemos que não deveriam ser entendidos como de longo prazo, na medida em que alguns factores, como os ciclos eleitorais e a rotatividade dos dirigentes das entidades públicas e privadas, poderiam comprometer a sua consecução. Desta forma, ainda que seja necessário um outro quinquénio para a sua consolidação, coincidente, por conseguinte, com o período da visão apresentada, a sua operacionalização deve ser iniciada no médio prazo, até porque as dinâmicas do turismo, caso tal não se verifique, poderão tornar obsoletas as metas que ora se apresentam como prospectivas e inovadoras.

4.4.3. Definição de estratégias e práticas de desenvolvimento turístico

As estratégias e práticas propostas, no sentido da consecução dos objectivos apresentados, constituem a dimensão operacionalizável do processo de planeamento turístico, traduzindo-se em acções concretas passíveis de execução, constituindo ferramentas de actuação sobre a realidade e materializando o contributo científico da investigação para o caso em estudo.

À semelhança dos procedimentos adoptados para definição dos objectivos, a definição de estratégias e práticas irá respeitar a perspectiva dicotómica, diferenciando-se entre as de carácter genérico e as respeitantes a cada um dos produtos turísticos, percepcionados como vias para a sustentabilidade. As estratégias e práticas apresentadas são direccionadas para um período de cinco anos, por conseguinte para o médio prazo, dado o custo elevado, o tempo de construção e de implementação de algumas infra-estruturas, equipamentos e actuações.

Ainda que existam estratégias e práticas que contribuem para a concretização de mais do que um objectivo, o contrário também se verificando, iremos utilizar uma lógica de correspondência, nem sempre unívoca, para facilitar o entendimento da relação entre os objectivos e as estratégias e práticas que corresponderão para a sua concretização, a qual se encontra representada nos Quadros XLII e XLIII.

Quadro XLII – Estratégias e práticas genéricas de desenvolvimento turístico

Objectivos Genéricos	Estratégias e práticas
Desenvolver o turismo no âmbito de um modelo de sustentabilidade, para que contribua para o crescimento económico do Município de Sines, para a criação de emprego e para a qualidade de vida da população.	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer <i>benchmarking</i> em destinos turísticos com características similares ao Município de Sines • Criar uma estrutura representativa dos agentes públicos e privados ligados ao turismo, que intervenha ao nível do planeamento e do desenvolvimento turístico • Elaborar um plano estratégico de desenvolvimento turístico • Desenvolver estratégias para diminuir a sazonalidade • Desenvolver mecanismos de valorização das profissões ligadas ao turismo, investindo na formação dos recursos humanos durante a época baixa • Estabelecer parcerias como os demais Municípios do Alentejo Litoral no sentido da concepção de uma oferta integrada, complementar e diversa, e de uma abordagem conjunta ao mercado, para aumentar a competitividade deste destino turístico.
Afirmar o Município de Sines como destino turístico sustentável, nas suas múltiplas vertentes, evidenciando a compatibilidade entre o turismo e os outros sectores de actividade, nomeadamente a indústria e a logística.	<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilizar os resultados do GISA (Gestão Integrada de Saúde e Ambiente) • Divulgar os investimentos feitos pelas principais indústrias poluidoras em sistemas de controlo da poluição • Desenvolver o turismo industrial, como produto turístico que compatibiliza a indústria com o turismo • Implementar uma campanha de promoção do

Objectivos Genéricos	Estratégias e práticas
	Município no mercado nacional focada na recuperação da imagem do Município
Requalificar o território, valorizando zonas de excelência ambiental como a Ilha do Pessegueiro, a Ribeira de Moinhos, a Lagoa da Sancha e a Albufeira de Morgavel de forma a aumentar a sua atractividade turística.	<ul style="list-style-type: none"> • Mudar a localização e o formato do Apoio de Praia da Ilha do Pessegueiro • Requalificar o Parque de Merendas da Ilha do Pessegueiro • Construir um Parque Natural Multiusos na Ribeira de Moinhos • Construir vias pedonais e ciclovias de acesso • Desenvolver condições na Albufeira de Morgavel para a prática de actividades náuticas nomeadamente canoagem e vela. • Qualificar a envolvente da Albufeira de Morgavel, com balneários, parque de merendas e outros equipamentos, criando condições para a sua utilização turística
Rentabilizar a integração parcial no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, valorizando-a turisticamente	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer <i>benchmarking</i> em outros destinos integrados em áreas protegidas • Estabelecer parcerias com o Município de Odemira e com os restantes Municípios da Costa Vicentina, no sentido de afirmar a marca PNSACV • Desenvolver actividades ligadas ao Turismo de Natureza no território integrado no parque
Divulgar a oferta turística do Município de Sines no mercado nacional e internacional, preferencialmente no âmbito de uma estratégia conjunta com os restantes Municípios do Alentejo Litoral, liderada pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um plano de <i>marketing</i> turístico para o Município • Criar e instalar informação turística relevante, genérica e específica, que oriente os visitantes para a oferta turística do Município, nomeadamente alojamento, restauração, património cultural e natural
Capacitar o Município de mais unidades de alojamento, no respeito pelo estatuído nos instrumentos de gestão territorial, através do estímulo ao empreendedorismo nesta área de negócios e da requalificação dos equipamentos existentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir uma postura pró-activa na captação do investimento turístico, através do Gabinete de Apoio ao Empresário • Elaborar um manual de apoio ao investidor turístico
Reduzir a sazonalidade da procura turística através da promoção da complementaridade entre os produtos estratégicos e da diversidade de serviços turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a articulação entre os quatro produtos turísticos: Turismo Costeiro, <i>Meeting Industry</i>, Turismo de Saúde e de Bem-estar e Turismo Industrial, de forma a garantir um nível de procura elevado ao longo de todo o ano
Estimular a oferta de actividades de animação turística especializadas e diferenciadoras, no sentido captar visitantes e de aumentar o seu tempo de estada média.	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o empreendedorismo na área das empresas de animação turística • Apoiar as empresas existentes no sentido do desenvolvimento de actividades não sazonais • Promover a parceria entre as empresas de animação turística para uma oferta complementar e integrada • Estimular a emergência de actividades de animação turística ligadas à cultura e à etnografia, rentabilizando turisticamente a figura de Vasco da Gama e actividades ligadas ao Turismo do Imaginário • Estimular o aparecimento de actividades de animação turística ligadas à pesca, nomeadamente a "Rota do Peixe Fresco", que transpõe os princípios do agro-turismo para a actividade piscatória.
Qualificar os recursos humanos do Município de Sines directa e indirectamente relacionados com o turismo, de forma a contribuir para a construção de perfis de competências que permitam à população da área de intervenção desempenhar correctamente o seu papel de anfitriã, rentabilizando, em simultâneo, as mais-valias do processo de desenvolvimento turístico.	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber um plano de formação direccionado para os profissionais do turismo, para futuros profissionais e para os sectores indirectamente ligados ao turismo (ex. comércio) • Desenvolver sessões de informação destinadas à população para desenvolver competências anfitriãs nas comunidades receptoras
Rentabilizar a dimensão reduzida do território em prol da mobilidade sustentável, qualificando o território de forma a permitir que residentes e visitantes se desloquem sem uso de veículos motorizados.	<ul style="list-style-type: none"> • Transformar a estrada que liga São Torpes a Porto Covo numa via turística para circulação pedonal, cicloviária e de transportes colectivos para acesso às praias (comboios turísticos)

Quadro XLIII – Estratégias e práticas restritas de desenvolvimento turístico

TURISMO COSTEIRO	
Objectivos Restritos	Estratégias e práticas
Infra-estruturar e equipar as praias, a sua envolvente e os seus acessos, para aumentar a sua capacidade de atracção e reduzir os obstáculos à sua procura.	<ul style="list-style-type: none"> • Equipar as zonas balneares com mobiliário urbano e sinalética • Criar infra-estruturas de apoio ao autocaravanismo • Promover as praias do Município através da rentabilização da "Bandeira Azul" • Delimitar e qualificar zonas de estacionamento, para protecção das arribas e do sistema dunar e para comodidade dos visitantes • Aumentar o número de praias acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida • Requalificar os acessos às praias
Desenvolver as condições, infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio, para a prática da Náutica de Recreio, nas suas múltiplas vertentes e ao longo de toda a faixa costeira, adequando as modalidades às características naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Construir um porto de abrigo em Porto Covo e um edifício de apoio com lavandaria, balneários, terminal multibanco ou em alternativa adaptar o actual porto de abrigo
Criar uma solução artificial que permita a utilização balnear da Praia da Costa do Norte, ultrapassando a insegurança inerente às características do mar.	<ul style="list-style-type: none"> • Construir uma piscina oceânica na Praia da Costa do Norte, como forma de tornar a praia segura e atraente para os banhistas.
Organizar autonomamente e captar a organização de competições desportivas no âmbito da Náutica Desportiva	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma comissão destinada à organização e captação de competições
Promover o Município de Sines, nos mercados nacional e internacional, como destino de Turismo Costeiro, na vertente balnear e náutica.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um plano de <i>marketing</i> turístico para o Município
MEETING INDUSTRY	
Objectivos restritos	Estratégias e práticas
Estimular, material e imaterialmente, o empreendedorismo na área da gestão e organização de eventos, para que localmente exista resposta a este nível.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um sistema de incentivos à criação de empresas de gestão e organização de eventos
Colocar o Município de Sines na rota dos eventos temáticos relacionados com a Economia do Mar e as Energias	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber uma agenda de eventos nacionais e internacionais na área da economia do mar e das energias, com o envolvimento das entidades públicas e privadas
Criar condições físicas e logísticas para a realização de eventos de grande dimensão	<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilizar os investimentos previstos e já em execução, nomeadamente a Cidade Desportiva e o Empreendimento da Cova do Lago, afectando-lhe uma componente para a realização de eventos • Estimular o investimento em unidades hoteleiras com infra-estruturas e equipamentos direccionados para a realização de eventos
Promover o Município de Sines, junto das organizações e das empresas, como destino com condições logísticas e de segurança para a realização de eventos nacionais e internacionais, enfatizando as características patrimoniais e a oferta turística complementar.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma comissão para promoção do Município na perspectiva da <i>Meeting Industry</i> • Conceber um plano de estímulos para atrair as entidades organizadoras de eventos.
TURISMO DE SAÚDE E TURISMO DE BEM-ESTAR	
Objectivos restritos	Estratégias e práticas
Recuperar a tradição do Município de Sines na área da talassoterapia, afirmando esta unidade territorial como destino turístico de Saúde e de Bem-estar, na relação com o clima e com a beleza paisagística.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar um levantamento sobre a prática dos banhos quentes, com base em testemunhos vivos e documentais. • Inventariar os locais com apetência para o desenvolvimento de unidades de Saúde e Bem-estar.
Fundamentar cientificamente a apetência desta	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver uma linha de investigação no âmbito do

unidade territorial para os tratamentos de talassoterapia.	<p>Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora (CIEMAR), localizado em Sines, direccionada para o estudo do mar na perspectiva do Turismo de Saúde e o Turismo de Bem-estar.</p> <ul style="list-style-type: none"> Realizar um estudo que avalie as características bioquímicas da água, fauna e flora marítimas na perspectiva da talassoterapia e demais tratamentos de Saúde e Bem-estar.
Estimular, material e imaterialmente, a instalação de novas unidades de Saúde e Bem-estar e de SPA's nas unidades de alojamento já existentes, em fase de projecto e em fase de construção	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar a estância de banhos quentes do Porto Covo, a única subsistente, transformando-a numa unidade moderna de talassoterapia. Conceber um sistema de incentivos, com o envolvimento do Turismo de Portugal, para a instalação de unidades de Turismo de Saúde e de Bem-estar ao longo da costa, mas com principal incidência na zona entre Porto Covo e o limite do Concelho.
TURISMO INDUSTRIAL	
Objectivos restritos	Estratégias e práticas
Desenvolver e afirmar o Turismo Industrial no Município de Sines, compatibilizando a indústria e o turismo num produto diferenciado e competitivo, no âmbito de um processo de parceria entre agentes públicos e privados.	<ul style="list-style-type: none"> Recolher e sistematizar os elementos históricos contemporâneos relacionados com o desenvolvimento industrial do Município de Sines, com base em testemunhos vivos e documentais Desenvolver parcerias entre as entidades públicas e privadas para criação um circuito organizado e formal de visitas às empresas, fábricas, porto e demais locais de interesse no âmbito deste produto turístico. Elaborar um Plano de Acção para a capacitação, desenvolvimento e promoção do Turismo Industrial no Município de Sines. Envolver os operadores turísticos no sentido da comercialização organizada do Turismo Industrial oferecido pelo Município de Sines.
Promover o Município de Sines, enquanto destino de Turismo Industrial, concebendo uma estratégia física e virtual que permita um contacto prévio e o planeamento da própria visita pelo visitante, de forma autónoma.	<ul style="list-style-type: none"> Criar uma página Web que permita a realização de visitas virtuais e a marcação de visitas físicas
Integrar o Município de Sines em redes regionais, nacionais e internacionais de Turismo Industrial, de forma a captar o interesse de visitantes nacionais e estrangeiros, e a afirmar esta unidade territorial enquanto destino de Turismo Industrial.	<ul style="list-style-type: none"> Criar um circuito de Turismo Industrial no Alentejo que envolva as Minas do Lousal, a Rota dos Mármore, a Rota Mineira, e outros pontos de interesse turística, de forma a garantir uma escala turisticamente atraente Interagir com outros projectos de Turismo Industrial existentes no país, nomeadamente o projecto de São João da Madeira Integrar o Município de Sines nas redes internacionais de Turismo Industrial, nomeadamente através do estabelecimento de parceria com ERIH – <i>European Route of Industrial Heritage</i>

Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Os objectivos, as políticas e as práticas propostas têm como âmbito territorial o Município de Sines, sendo que em termos específicos estão direccionadas para o desenvolvimento e/ou consolidação de quatro produtos turísticos, em particular. A espacialização destes produtos turísticos é um passo fundamental para se fundamentar a complementaridade pelas suas características mas igualmente pela sua localização, um passo que iremos dar no ponto seguinte.

4.4.4. Espacialização territorial dos produtos turísticos potencialmente sustentáveis

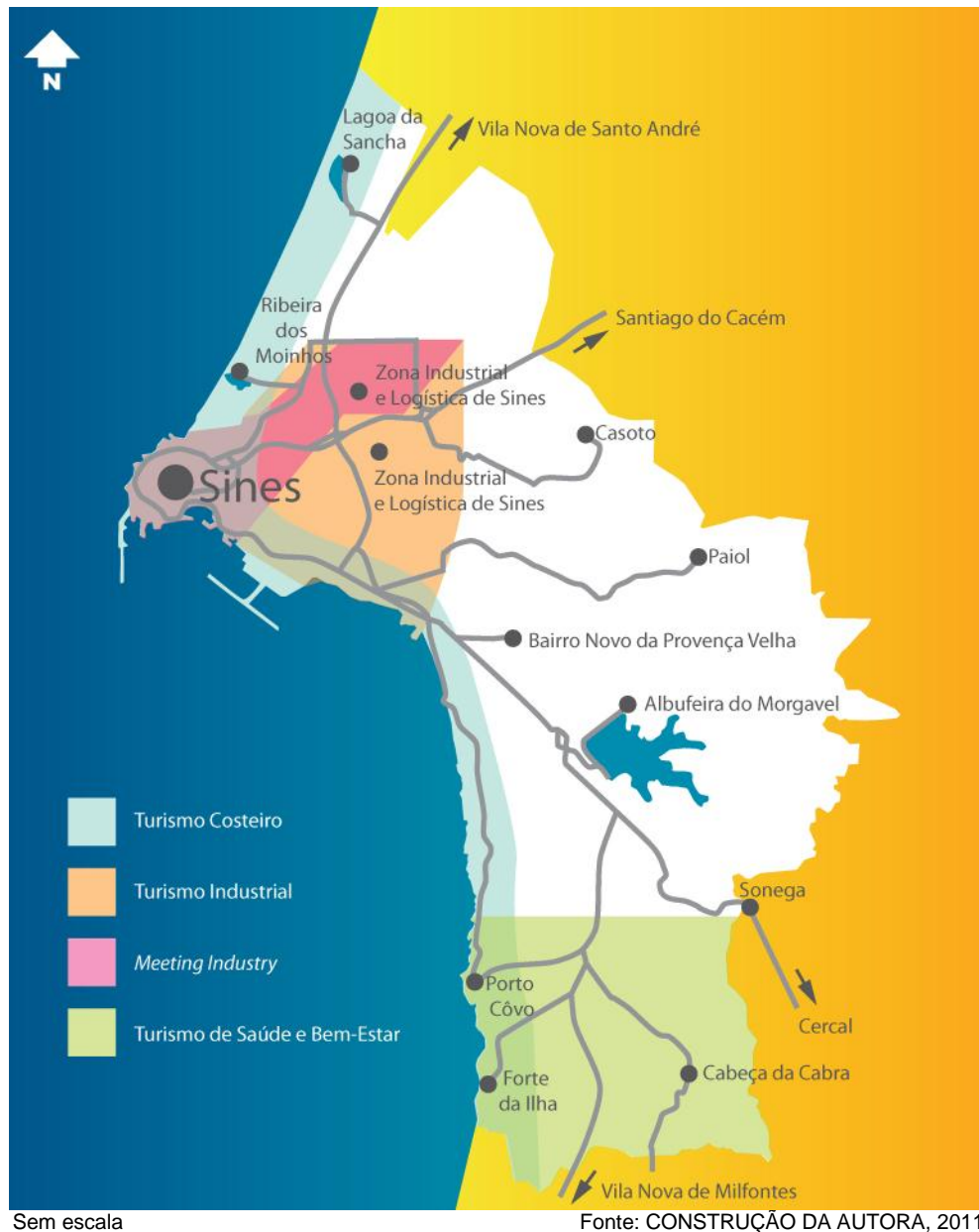
A dimensão do território é reduzida, 203 km² de superfície, 53 km de costa, o que para uns é uma vantagem e para outros constitui um forte constrangimento para o desenvolvimento turístico. Este é um facto incontornável com vantagens e desvantagens, mas que ganha uma outra dimensão se pensarmos que as fronteiras administrativas não constituem o limite do interesse do visitante, embora tal reforce a necessidade de pensar o turismo numa perspectiva supramunicipal.

Os recursos que suportam os produtos identificados com potencial turístico sustentável, Turismo Costeiro, *Meeting Industry*, Turismo de Saúde e de Bem-estar, e Turismo Industrial, determinam a própria localização dos produtos, sendo impossível a sua deslocalização, com excepção da *Meeting Industry* que pode recorrer à adaptação de espaços para a realização de eventos, de acordo com a sua natureza, dimensão e requisitos. Face a este determinismo, apresentamos na Figura XXXIV um mapa do Município onde graficamente se vislumbra a localização dos produtos identificados, sendo de referir que o Turismo Costeiro é um produto que poderá ser oferecido ao longo dos 53 km de costa, a *Meeting Industry*, atendendo às condições actualmente existentes, concentra-se na cidade de Sines, o Turismo de Saúde e de Bem-estar, pelas características da paisagem, pelo reconhecimento que este produto deverá assentar sobretudo nos tratamentos ligados ao mar (talassoterapia), deverá concentra-se na zona entre Porto Covo e o limite do Concelho, e o Turismo Industrial, pela sua essência, centrar-se-á no Porto de Sines, e na Zona Industrial de Sines, genericamente na cidade de Sines e nos seus arredores até São Torpes onde se situa a Central Termoeléctrica.

Esta espacialização territorial decorre das actuais condições, existências e características territoriais, tendo contudo uma componente prospectiva associada, na medida em que não se reporta só ao presente mas prevê a distribuição dos produtos no território no médio e longo prazo. Por outro lado, ainda que apresentemos as manchas de presença e desenvolvimento dos produtos, a emergência de infra-estruturas e equipamentos turísticos poderá ocorrer noutros pontos, nomeadamente na envolvente da Albufeira de Morgavel, para não referir as unidades de Turismo em Espaço Rural, algumas já em fase de projecto, que certamente povoarão o território.

O território em estudo, pela sua área, geomorfologia e configuração, possibilita uma complementaridade entre os produtos, facilitando o acesso ao seu consumo, independentemente do ponto de estada do visitante, e favorecendo a emergência de soluções de transporte colectivas alternativas e sustentáveis, o que de certa forma torna menos relevante a espacialização dos produtos.

Figura XXXIV – Espacialização dos produtos turísticos



A existência de potencial para o desenvolvimento de quatro produtos turísticos distintos, embora em diferentes condições de partida, distribuídos equilibradamente pelo território, numa área geográfica que permite o seu consumo simultâneo, poderá constituir um forte contributo para a implementação de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável. A complementaridade entre os produtos tenderá a atrair visitantes com perfis distintos, em momentos diferentes do ano, induzidos por diferentes motivações, como aliás teremos oportunidade de verificar no ponto seguinte desta dissertação, o que contribuirá para esbater a sazonalidade, uma das principais ameaças ao turismo sustentável neste destino.

4.4.5. Identificação do perfil da procura turística

A definição do perfil da procura turística do Município de Sines, ainda que considerando a informação estatística referente aos anos transactos e o perfil decorrente dos questionários aplicados no âmbito da presente investigação, deverá pautar-se por uma postura prospectiva, caracterizando os potenciais consumidores dos produtos turísticos identificados, no âmbito do desenvolvimento turístico sustentável almejado para esta unidade territorial.

Num processo desta natureza, ainda que o passado e o presente possam constituir uma referência importante, a essência reside na identificação do futuro pretendido e dos caminhos a ele conducentes. A aplicação deste princípio da prospectiva à dimensão em análise, traduzir-se-á na caracterização dos turistas e na sua agregação em tipologias que permitam conceber e direccionar, de forma eficiente, estratégias de promoção e *marketing*, entre outras, que os motivem, atraiam e fidelizem ao Município de Sines, enquanto destino turístico.

Ainda que a realidade não se esgote nos modelos e a sua hibridez dificilmente se enquadre na pureza das tipologias, estes constructos teóricos sempre se revelaram importantes para o seu entendimento, e para a concentração de actuações, pelo que considerámos que a definição e caracterização de perfis-tipo de turistas seria a estratégia mais adequada para identificar o perfil da procura turística desta unidade territorial, tendo por base os quatro tipos de produto turístico identificados no âmbito de um modelo de desenvolvimento sustentável: Turismo Costeiro, *Meeting Industry*, Turismo de Saúde e Bem-Estar e Turismo Industrial. Neste contexto, e com o objectivo enunciado, surgem os seguintes perfis-tipo:

1. O *Ecléctico* – oriundo de proveniências geográficas distintas, sem idade nem perfil socioeconómico específico, gozando férias na época alta, motivado pelo lazer e divertimento, move-se pela curiosidade de novas experiências, consumindo avidamente todos os produtos que o destino oferece, durante uma estada que tende a ser superior a uma semana, alojando-se em casa/quarto alugado ou parque de campismo.
2. O *Eclético Alternativo* – procura este destino na época alta para assistir aos eventos culturais e musicais ou para participar em eventos desportivos, experienciando igualmente o Turismo Industrial, o Turismo de Saúde e Bem-estar, mas sobretudo o Turismo Costeiro. Jovem, estudante, homem ou mulher, não pertence especificamente a nenhum estrato socioeconómico, aloja-se em parques de campismo e a estada é de curta duração.
3. O *Veraneante Clássico* – atraído única e exclusivamente pelo Turismo Costeiro, e no âmbito deste pelo Turismo Balnear, ainda que possa desfrutar da oferta ligada

ao Turismo Náutico, faz férias em família, permanece entre uma a duas semanas, alojado em Hotel ou Parque de Campismo. Pertencente a diferentes estratos socioeconómicos, leal ao destino, regressa anualmente, sendo consumidor ocasional dos eventos culturais.

4. O *Nórdico* – proveniente do norte da Europa, pertencente a um estrato socioeconómico médio/alto, sénior ou em idade madura, atraído pelo clima e pela beleza natural e paisagística do destino, motivado por questões de saúde e bem-estar, pretende recuperar o bem-estar físico e psíquico, sendo igualmente receptivo a alguns subprodutos do Turismo Costeiro, nomeadamente o Turismo Balnear e o Turismo Náutico. Aloja-se em hotéis e tende a permanecer por períodos iguais ou superiores a duas semanas.
5. O *Especialista* – perito ou curioso, frequenta os inúmeros eventos nacionais e internacionais realizados no Município de Sines realizados sob a égide da Economia do Mar e das Energias. Proveniente da Europa, sobretudo de Portugal e dos países mais próximos, de todas as idades e de ambos os sexos, com estatuto socioeconómico elevado ou patrocinado pelas organizações a que pertence ou, ainda, por bolsa de estudo, tende a permanecer o tempo de duração do evento, e procura um alojamento de qualidade. Aproveita a estada para conhecer genericamente o destino e gosta de contactar com a cultura e com a gastronomia local. Pode constituir um bom veículo de promoção do Município de Sines e se a imagem gerada for positiva, nomeadamente durante a componente social do evento, poderá retornar por motivo de férias, lazer ou divertimento, trazendo consigo a família ou os amigos.
6. O *Saudável* – Oriundo de vários pontos do país e da Europa, obcecado com a saúde e o bem-estar, pertencente a um estrato socioeconómico médio/elevado, de ambos os sexos, escolhe os destinos em função da especialização dos tratamentos, sendo atraído para o Município de Sines pelas características bioquímicas da água do mar e da flora marítima. Tende a permanecer pelo período coincidente com o plano de tratamento, alojado em hotel ou casa alugada, evidenciando grandes exigências quanto à qualidade dos serviços turísticos. É consumidor ocasional de alguns dos subprodutos do Turismo Costeiro e do Turismo Industrial.
7. O *Desportista* – Procura única e exclusivamente este destino para a prática dos desportos ligados ao mar, vindo ao longo do ano sempre que as condições climáticas o permitem, permanecendo durante um número de dias relativamente reduzindo, alojado em Parque de Campismo ou em *Surf Hotel*. Pertencente a um

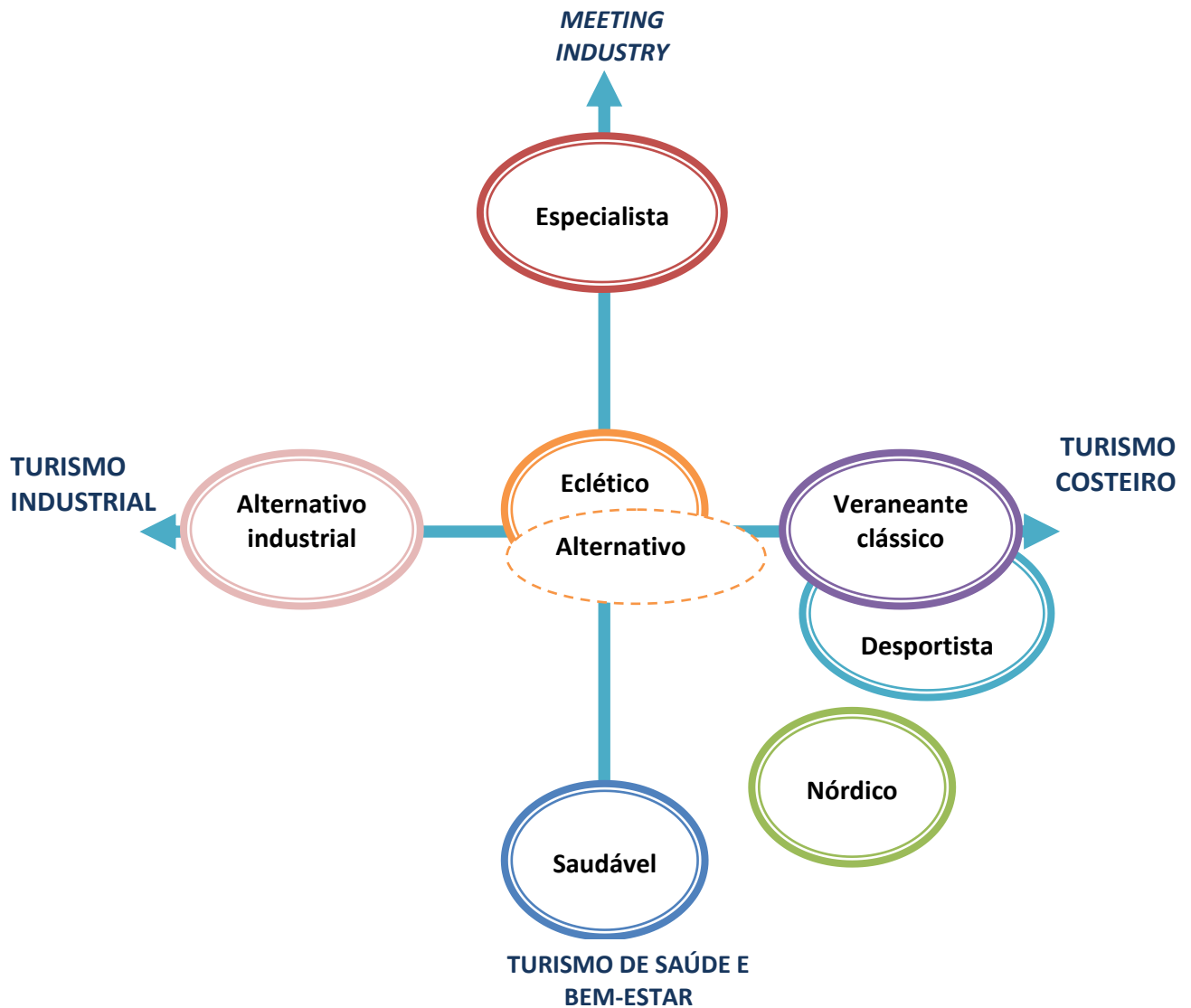
grupo socioeconómico médio/alto, jovem ou de meia-idade, do género masculino, oriundo de várias regiões, pauta-se pelos valores da pós-modernidade, no que respeita à relação com o ambiente, com o corpo e com o bem-estar. Fiel ao destino, retorna sempre que lhe é possível, centrado na sua prática desportiva, usufrui pouco dos outros produtos turísticos, sendo que a fazê-lo é sempre no âmbito do Turismo Costeiro.

8. O *Alternativo industrial* – consumidor de um produto turístico alternativo, não se enquadra no perfil convencional de turista, e ainda que se possa classificar como turista cultural, o móbil da sua visita é a aquisição de conhecimento sobre a indústria contemporânea, percorrendo para o efeito vários destinos mundiais em que existe oferta deste produto. Pertencente a um estrato socioeconómico elevado, de meia-idade, do género masculino, oriundo de vários pontos do país e do estrangeiro, tende a permanecer cerca de uma semana, alojado em hotel, realizando todos os roteiros industriais oferecidos, sendo um consumidor pontual da cultura e da gastronomia local. A escolha dos destinos é feita através de internet, preparando autonomamente a viagem e a logística que a envolve, não revelando tendência para regressar ao mesmo destino a menos que a evolução industrial o justifique.

A construção dos perfis, fundamentada na informação disponibilizada pelos visitantes e pelos entrevistados, na sua interrelação com os produtos turísticos propostos como vias para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, cuja representação gráfica se encontra na Figura XXXV, visa sobretudo direccionar as políticas, estratégias e práticas relacionadas com a promoção e o *marketing* turístico deste território, focando-as nos mercados, mas sobretudo nas tipologias de turistas que constituem potenciais alvos. Para além do aumento da eficiência desta dimensão comunicacional, estas tipologias podem, eventualmente, contribuir para definir prioridades, no que respeita à implementação dos serviços turísticos, num processo de adaptação da oferta à procura.

A nomenclatura utilizada pretende reflectir o conceito, sendo que, como já referimos, a realidade dificilmente se encaixa na pureza dos modelos, e a tendência será para cada turista agregar em si características de vários tipos, embora exista quase sempre a preponderância de um deles. Num trabalho futuro, os visitantes podem ser inquiridos com o objectivo de se auto-contextualizarem nos tipos ou de se identificarem com características cujo tratamento e análise estatística conduzirão ao seu enquadramento num determinado perfil. No âmbito da presente investigação, o objectivo deste exercício, para além dos já expostos, é constituir uma ferramenta de trabalho para os agentes envolvidos no planeamento e desenvolvimento turístico desta unidade territorial.

Figura XXXV – Eixos tipológicos da procura do Município de Sines



Fonte: CONSTRUÇÃO DA AUTORA, 2011

Cumpridas as várias etapas do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, sendo que a última foi dedicada à tipificação da procura turística com o intuito de adequar a oferta ao seu perfil, exigências e necessidades no âmbito do desenvolvimento turístico, mas também conceber um pilar de suporte à estratégia comercial, resta a operacionalização da última fase, a dedicada à monitorização do processo na senda da implementação do turismo sustentável, um requisito a que iremos dedicar o próximo ponto desta dissertação.

4.4.6. Monitorização do desenvolvimento turístico

Um passo fundamental em direcção à sustentabilidade do turismo no Município de Sines é a existência de um sistema de monitorização e de avaliação, que permita reintegrar continuamente no desempenho, o *feedback* proveniente desses processos, numa atitude de reprodutibilidade. Os mais recentes modelos de planeamento turístico, nomeadamente o da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, da autoria de BURNS (2004a), evidenciam a necessidade de avaliação constante nos vários momentos do processo, para que seja viável a correcção dos desvios em tempo útil.

A monitorização não faz somente uma avaliação individualizada dos projectos, fazendo uma análise de conjunto, que recai sobre a coerência e sobre a integração entre as partes em nome da sustentabilidade do todo. A monitorização envolve a análise do estado ou situação de um determinado fenómeno em relação a metas, expectativas e objectivos particulares. Os indicadores utilizados para fazer a monitorização podem ajudar a comunidade, a indústria, os países a definir os seus objectivos de sustentabilidade, a definir o seu próprio conceito de sustentabilidade, a constatar o progresso que foi feito, bem como as áreas prioritárias de intervenção. Em suma, um sistema de monitorização da sustentabilidade ajuda a transformar um conceito indistinto num claro conjunto de objectivos mensuráveis, a partir dos quais o progresso é medido, a informação é gerada e o conhecimento é transformado em acções positivas conducentes a um modelo de desenvolvimento turístico cada vez mais sustentável. No entanto, monitorizar um conceito multidimensional como o de turismo sustentável comporta riscos, complicações e desafios. Definir um modelo de monitorização e um conjunto de indicadores de referência pode ser um processo complexo e moroso, e a sua concepção, tal como a sua aplicação, exigem um conjunto de profissionais com conhecimentos científicos e práticos aprofundados (MILLER e TWINING-WARD, 2006:51-52).

A monitorização da sustentabilidade surgiu na sequência da própria definição do conceito, mas foi no âmbito da Agenda 21 que se deu ênfase à necessidade de existir um conjunto de indicadores para proceder à sua monitorização. Em 1996, as Nações Unidas publicaram “*Indicators of Sustainable Development Framework and Methodologies*”, e a partir daí os sectores público e privado, em inúmeros países, construíram o seu próprio sistema de monitorização da sustentabilidade (MILLER e TWINING-WARD, 2006:52).

No sector do turismo, os sistemas de monitorização da sustentabilidade têm fortalecido a confiança e estimulado a comunicação entre os vários *stakeholders*, possibilitando a discussão, a identificação de prioridades, a descoberta de caminhos e de modelos de gestão guiados por sólidos princípios de sustentabilidade. A confiança das comunidades no processo de desenvolvimento tende a aumentar na presença de um sistema de

monitorização da sustentabilidade turística, sendo que a sua ausência poderá conduzir a grandes dificuldades operacionais, estruturais e culturais. Em paralelo com o acesso e com a posse da informação surge o *empowerment* e o processo de desenvolvimento de indicadores permite um grande entendimento sobre o que é importante e necessário para uma região ser sustentável do ponto de vista turístico. Na realidade, existem ainda muito poucos exemplos práticos da monitorização da sustentabilidade turística, ainda que para a indústria turística este não seja um processo inovador, pois desde há longos anos são utilizados indicadores convencionais, tais como o número de chegadas, a duração da estada, e as receitas turísticas. A inovação reside na utilização de indicadores de sustentabilidade, em detrimento dos indicadores convencionais, pois somente na segunda metade da década de noventa, um número crescente de investigadores começou a constatar a necessidade de desenvolver um conjunto de indicadores de turismo sustentável que estabelecesse a conexão entre o turismo e os sistemas económico, ambiental e social dos destinos (MOWFORTH e MUNT, 1998; WEAVER, 1998; SWARBROOKE, 1999; SIRAKAYA *et al*, 2001, *apud* MILLER e TWINING-WARD, 2006:53).

A definição dos indicadores de sustentabilidade tende a centrar-se na avaliação de impactes, relegando para segundo plano os indicadores do processo de construção da sustentabilidade, tendo a Organização Mundial de Turismo (OMT), mais do que qualquer outro organismo, contribuído para o avanço do estudo dos indicadores de sustentabilidade turística. De uma abordagem limitada a um conjunto restrito de indicadores de impacto, adoptada nos estudos iniciais do *Tourism and the Environment Committee*, passou para uma outra muito mais abrangente e compreensiva, presente no seu último trabalho, *Indicators of Sustainable Development Tourism Destinations – A Guidebook*, datado de 2004 (WTO, 2004).

Apesar deste esforço no sentido do aperfeiçoamento do processo de construção de indicadores de sustentabilidade turística, continua a existir uma tendência para tratar separadamente a dimensão económica, social e ambiental.

O processo de monitorização da sustentabilidade turística é complexo e faseado. Após a conceptualização do turismo sustentável, deve-se definir os limites sectoriais, espaciais e temporais da monitorização, o tipo de indicadores, a forma para identificar e organizar a informação, o modelo de análise e interpretação dos dados, e assegurar a interligação entre o sistema de monitorização e a acção política. No entanto, e apesar da popularidade dos indicadores e da aparente standardização do processo, existem riscos envolvidos e desconfiças sobre a validade desta abordagem. Na realidade trata-se de uma dúvida razoável, na medida em que a escolha dos indicadores é subjectiva e o processo passa pelo recurso a um grupo limitado de indicadores para avaliar um sistema extremamente complexo. Desta forma, os indicadores devem ser encarados como um complemento e não

um substituto de rigorosos estudos científicos sobre os processos de desenvolvimento turístico (MILLER e TWINING-WARD, 2006).

Face ao exposto, e tendo presente as limitações do processo, considera-se que é aconselhável a construção de um sistema de monitorização da sustentabilidade turística no Município de Sines, inerente ao processo de planeamento e desenvolvimento turístico, a que daremos o nome de Observatório para a Sustentabilidade Turística (OST), devendo a concepção do modelo, a selecção dos indicadores e a sua operacionalização, pelas inúmeras exigências técnico-científicas que lhe estão subjacentes, ser liderada pela Câmara Municipal de Sines, com a participação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Município de Sines (CEDTMS), através do qual estarão representadas as organizações públicas e privadas que se encontram ligadas ao sector turístico no Município de Sines, recorrendo à consultadoria científica de entidades externas para controlo da qualidade total.

O OST tem como objectivo geral “monitorizar e prospectar o desenvolvimento turístico do Município de Sines, numa perspectiva de sustentabilidade, de forma a minimizar os impactes negativos que possam ocorrer durante o processo, nomeadamente a nível ambiental e cultural, e a maximizar as suas potenciais mais-valias”. Trata-se de um projecto que exige a compilação de informação, a selecção de um conjunto de indicadores e a construção de um conjunto de índices, que transmitam aos vários *stakeholders*, em tempo útil, a informação sincrónica e diacrónica necessária para reagir pro-activamente em relação à sustentabilidade do processo de desenvolvimento turístico.

A consecução do objectivo que norteia a sua existência e funcionamento far-se-á através das seguintes actividades:

- Recolha, tratamento e análise de informação de diferentes âmbitos;
- Criação de um sistema de monitorização e avaliação do desenvolvimento turístico;
- Criação de um *website* sobre o desenvolvimento turístico do Município de Sines;
- Realização de estudos e trabalhos de investigação que contribuam para um conhecimento mais aprofundado sobre o turismo sustentável e os modelos de desenvolvimento e planeamento a ele inerentes;
- Estudo e análise das boas práticas de desenvolvimento turístico;
- Produção de relatórios/artigos/estudos;
- Organização de seminários, conferências e outras acções de formação no âmbito das áreas de interesse do Observatório;
- Prestação da actividade de consultoria a organismos públicos e privados;

- Colaboração com outros observatórios e outras entidades nacionais, regionais no âmbito do objecto do Observatório.

A monitorização da sustentabilidade turística no Município de Sines, no âmbito do OST – Observatório para a Sustentabilidade Turística, pressupõe o recurso a um sistema de informação (SISTUR – Sistema de Informação para a Sustentabilidade Turística), assente num conjunto de indicadores e de índices referentes às várias dimensões constituintes do conceito de turismo sustentável: económica, social, cultural e ambiental. Integrará, igualmente, uma base de “boas práticas”, que constituirá uma fonte de inspiração para as práticas de planeamento e desenvolvimento turístico nesta unidade territorial.

O planeamento e a operacionalização do SISTUR são determinantes para a qualidade das actividades a desenvolver pelo OST. Desta relação decorre a necessidade de considerar a complexidade do ambiente da envolvente da área de actuação, bem como as políticas e as práticas de interacção com o planeamento e o desenvolvimento turístico, sendo necessário dotar o OST dos meios humanos e materiais, conferindo uma atenção particular à filosofia subjacente à componente de informação.

O SISTUR deve permitir o registo, recuperação, tratamento e disseminação da informação, devendo estar, para o efeito, estruturado de modo lógico, relacional e interactivo, e constituir uma estrutura autónoma de transferência electrónica de dados que facilite a manipulação simultânea de vários tipos de informação, e que permita gerar sinergias comunicacionais entre a própria estrutura do OST e as entidades públicas e privadas, enquanto beneficiários intermédios e finais das fontes de informação. Considerando a importância da informação enquanto activo de valor estratégico para o OST, esta deve ser tratada e sistematizada com base no princípio da optimização da qualidade, o que pressupõe que seja precisa, oportuna, completa e concisa.

Face ao exposto, e pensando o OST como o resultado da integração de recursos humanos, equipamentos e informação, há que concluir que o SISTUR deve garantir uma circulação eficiente de informação, interna e externa, para que a monitorização da sustentabilidade turística esteja ao serviço de todos os *stakeholders*, funcionando como um mecanismo de promoção de qualidade, com impactes na própria oferta turística presente e futura. Vejamos de forma mais pormenorizada cada uma das dimensões deste sistema de informação, bem como uma proposta de indicadores e índices:

BASE DE BOAS PRÁTICAS

A análise de boas práticas, ou *benchmarking*, em planeamento e desenvolvimento turístico constitui uma fonte de inspiração, corrobora a viabilidade da teoria e permite, passo a

passo, alcançar a excelência. Esta atitude impulsiona um constante aperfeiçoamento, encontrando nos planos já concretizados exemplos da operacionalidade dos modelos, dos seus impactes positivos e negativos, do que deve ser seguido e do que deve ser evitado. Trata-se de uma postura de aprendizagem constante, que permite vislumbrar oportunidades e ameaças, constituindo um atalho para a excelência, através da utilização de todo um trabalho intelectual e prático anteriormente acumulado por outras organizações e comunidades, e que contribui para a rentabilização do investimento.

O reconhecimento da validade desta experiência levou as Nações Unidas a instaurar o *Programa das Boas Práticas*, que teve a sua origem na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Comunidades Humanas (HABITAT II), realizada em Junho de 1996, em Istambul, na Turquia. A operacionalização do programa impôs a identificação, pelos Comitês Nacionais, de exemplos de boas práticas nos seus respectivos países, de forma a identificar políticas e actuações urbanas que se tivessem revelado eficazes, dentro dos critérios de sustentabilidade, na melhoria das condições de vida das cidades e dos povos. As boas práticas constituem contribuições de destaque para melhorar a qualidade de vida e de sustentabilidade das comunidades, sendo entendidas pelas Nações Unidas e pela comunidade internacional, como iniciativas bem-sucedidas que têm um impacte tangível na melhoria da qualidade de vida das pessoas, resultando de uma parceria entre as populações, o sector público e o sector privado, e são sustentáveis do ponto de vista cultural, social, económico e ambiental.

As boas práticas em turismo exigem o mesmo conjunto de pressupostos, mas associa-se-lhe o crescimento e a manutenção da capacidade de atracção turística dos destinos. A análise de boas práticas em turismo pode revelar-se uma ferramenta extremamente útil para a sobrevivência e o desenvolvimento dos destinos turísticos. Actualmente a globalização do turismo, a eliminação de algumas barreiras (físicas, cambiais, administrativas), e a existência de uma procura cada vez mais exigente, impõem uma cada vez maior qualidade nos produtos, nos serviços e nas infra-estruturas turísticas. No caso dos destinos emergentes, a análise de boas práticas possibilita uma afirmação pela diferença e evita a repetição de erros já anteriormente cometidos, sendo para os destinos maduros bem-sucedidos uma via para a manutenção do seu estatuto e para o aumento da sua competitividade, e para os destinos em declínio, a que se impõe uma requalificação, uma fonte de inspiração para possíveis abordagens.

BASE DE INDICADORES E ÍNDICES

Neste contexto, há que salientar que os indicadores são apenas um dos pilares de suporte ao turismo sustentável e à sua gestão, não se podendo olvidar que a sua eficiência plena

está condicionada pela existência de uma estrutura de planeamento, utilizadora da informação e responsável pela sua incorporação em futuras decisões, pela definição prévia de valores de referência, que constituam uma base comparativa, e pela monitorização, análise e reporte contínuos (WTO, 1996:21-22). Ainda assim, a informação veiculada pelos vários indicadores e índices é imprescindível para a tomada de decisão inicial, para a correcção dos desvios e para a avaliação do processo de desenvolvimento turístico, pelo que considerámos pertinente a introdução de duas sugestões neste âmbito.

A base de indicadores e índices que se apresenta é uma transcrição do sistema da OMT - Organização Mundial de Turismo e do modelo da VISIT – *Voluntary Initiatives for Sustainability in Tourism*, constituindo um ponto de partida para a discussão sobre a monitorização e avaliação da sustentabilidade turística no Município de Sines.

Quadro XLIV - Indicadores de sustentabilidade turística, segundo a WTO

Indicadores	Instrumentos de medida específicos
Protecção da natureza	Categoria de protecção do local de acordo com os índices da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)
Pressão	Número de turistas que visitam o local (por ano e por mês)
Intensidade de uso do solo	Intensidade do uso do solo (pessoa/hectare por período de tempo)
Impacte social	Ratio turista/habitante (média, por período de tempo)
Controle de desenvolvimento	Existência de procedimentos para estudar o ambiente e para controlar o planeamento e a densidade do uso
Gestão do desperdício	Percentagem de água tratada e reutilizada
Processo de planeamento	Existência de um plano sistemático para a região, com enfoque na componente turística.
Fragilidades do ecossistema	Número de espécies raras, ameaçadas ou em vias de extinção
Satisfação do consumidor	Grau de satisfação dos turistas (aferido por questionário)
Satisfação dos habitantes	Grau de satisfação dos habitantes (aferido por questionário)
Contributo do turismo para a economia local	Proporção entre o rendimento do turismo e o rendimento global
Índices compostos	
Capacidade de carga	Instrumento de medição composto destinado a avaliar o estado de factores-chave determinantes na capacidade da região para suportar determinados níveis de turismo
Distúrbio do local	Instrumento de medição composto dos níveis de impacte no local (isto é nas suas características naturais e culturais sujeitas à pressão da actividade turística)
Interesse	Instrumento de medição qualitativo das características do local que são atraentes do ponto de vista turístico e que estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo.

Fonte: WTO, 1996:12

Quadro XLV – Indicadores sobre políticas de sustentabilidade, segundo a VISIT

Descrição do indicador	Medida
A.1. Existência de uma política local de reforço da sustentabilidade do destino	A.1.1. Existência de uma estratégia política de decisão (Sim/Não) A.1.2. Existência de um plano de acção (Sim/Não) A.1.3. Número de dimensões contempladas no plano de acção: transportes; uso da terra e biodiversidade; energia; água; resíduos; aspectos sociais; aspectos económicos.
A.2. Envolvimento dos <i>stakeholders</i>	A.2.1. Os <i>stakeholders</i> estão continuamente envolvidos no planeamento, na revisão e na monitorização da estratégia de sustentabilidade (Sim/Não) A.2.2. Existe recursos humanos afectos à implementação da estratégia de sustentabilidade, à sua monitorização e avaliação (n.º de elementos)
A.3. Existência de um inventário de sítios com interesse cultural	A.3.1. Ex: monumentos, edifícios, UNESCO, património
A.4. Existência de um inventário de sítios com interesse natural	A.4.1. Ex: áreas protegidas, habitats, áreas vulneráveis, Natura 2000: (Sim/Não).
A.5. Número de produtos turísticos com rótulo ecológico e de instalações e equipamentos que têm sistemas de gestão ambiental (como a EMAS – Eco-Management and Audit Scheme ou a ISO 1400)	A.5.1. Incluindo hotéis, restaurantes, parques de campismo ou outros serviços turísticos
A.6. Número de praias com Bandeira Azul em relação ao número total de praias	

Fonte: ECOTRANS, 2004:10

Quadro XLVI – Indicadores de desempenho ambiental, segundo a VISIT

Descrição do indicador	Medida
B.1. Transporte Turístico (acesso ao destino e viagem de regresso, mobilidade local)	B.1.1 Cota de transportes ecológicos face a todas as chegadas B.1.1.1. Número de turistas (com permanência de pelo menos de uma noite) por meio de transporte utilizado (carro, avião, comboio, autocarro, barco ou bicicleta) B.1.1.2. Número de dias em que os visitantes utilizam cada meio de transporte: carro, avião, comboio, autocarro, barco ou bicicleta
	B.1.2. Número de visitantes/dia por Km ² B.1.2.1. Tabela mensal com os visitantes/dia B.1.2.2. Tabela mensal com o número de refeições/dia servidas nos restaurantes
	B.1.3. Mobilidade local B.1.3.1. Tabela mensal com o número de utilizadores dos transportes públicos locais B.1.3.2. Percentagem de alojamentos, serviços turísticos e atracções turísticas acessíveis por transporte público (a menos de 10 m de distância a pé da paragem mais próxima) B.1.3.3. Meios de transporte específicos para turistas (tipo de transporte e número de lugares disponíveis por mês)
B.2. Capacidade de Carga – uso da terra, biodiversidade e actividades turísticas	B.2.1. Densidade populacional máxima por Km ² B.2.1.1. Tabela do número de população total (incluindo turistas) por mês
	B.2.2. Camas em segunda habitação (em relação ao total da capacidade de alojamento %). B.2.2.1. Capacidade de alojamento, por tipos
	B.2.3. % de área de construção face às áreas naturais B.2.3.1. Tipos de áreas de destino (construídas, reservadas para construção, áreas verdes, floresta)
	B.2.4. Dimensão das áreas naturais protegidas (em % do total da área de destino) B.2.4.1. Área total das áreas naturais protegidas (com qualquer tipo de grau de protecção) por Km ²
	B.2.5. Evolução das actividades de lazer de uso intensivo dos recursos B.2.5.1. Área total de campos de golfe (Km ²) B.2.5.2. Número de golfistas por ano B.2.5.3. Capacidade dos portos e marinas (número de barcos a motor) B.2.5.4. Número de motas de água ou de outros

Descrição do indicador		Medida
		equipamentos similares relacionados com desportos na água
	B.2.6.% de costa natural	B.2.6.1. % do comprimento de costa natural (sem construção a um 1 km da água) em relação ao total de comprimento de costa
B.3. Uso de energia	B.3.1. % de consumo de energia renovável em relação ao total de consumo de energia	B.3.1.1. % de energia renovável consumida por ano
	B.3.2. Energia consumida por tipo de serviços turísticos	B.3.2.1. Total do consumo de energia por ano, por tipo de serviço turístico (alojamento, serviços, turismo, meios de transporte turísticos), e por nº de utilizadores
B.4. Uso da água	B.4.1. Uso sustentável da água	B.4.1.1. % de água tratada e reutilizada face ao consumo total de água
	B.4.2. % de casas e serviços turísticos com ligação a sistemas de tratamentos de águas residuais	B.4.2.1. % de casas e serviços turísticos com ligação a sistemas de tratamento de águas residuais
B.5. Gestão de resíduos sólidos	B.5.1. % de resíduos sólidos separados para reciclagem	B.5.1.1.% de domicílios onde os resíduos sólidos são separados para reciclagem B.5.1.2. % de recolha de resíduos sólidos separados em relação ao total de resíduos sólidos
	B.5.2. Total de resíduos sólidos enterrados e/ou incinerados (toneladas)	B.5.2.1. Total de resíduos sólidos enterrados e/ou incinerados (toneladas)
	B.5.3. Tabela mensal com a produção de resíduos	B.5.3.1. Tabela mensal com a produção de resíduos

Fonte: ECOTRANS, 2004:10-12

Quadro XLVII – Indicadores de desempenho social e cultural, segundo a VISIT

Descrição do indicador	Medida
C.1. % de empregados não residentes no sector do turismo em relação ao número total de empregos no sector do turismo	C.1.1. % sazonal de empregados não residentes em relação ao n.º total de empregos no turismo
C.2. Duração média dos contratos de trabalho no turismo	
C.3. % de residentes em relação aos não residentes	
C.4. Número de furtos registados	
C.5. Ratio entre o número de turistas e o nº de população hospedeira	

Fonte: ECOTRANS, 2004:12

Quadro XLVIII – Indicadores de desempenho económico, segundo a VISIT

Descrição do indicador	Medida
D.1. Variação sazonal dos empregos relacionados com o turismo	Nº de empregos relacionados com o turismo na época alta/época baixa em relação ao total de emprego no destino
D.2. Cota do turismo no PIB da região	
D.3. Variação sazonal da taxa de ocupação do alojamento	
D.4. Capacidade total de alojamento <i>per capita</i> da população residente	
D.5. Duração média da estada dos turistas	

Fonte: ECOTRANS, 2004:12

Em suma, o Observatório para a Sustentabilidade Turística será uma unidade técnico-científica constituindo um instrumento orientado para o estudo sistemático, investigação, organização e difusão de informação e conhecimentos sobre o modelo de turismo sustentável, e os processos de planeamento e desenvolvimento a ele conducentes, com o objectivo de contribuir para a sua operacionalização no Município de Sines. O seu funcionamento deverá ocorrer em estreita colaboração com o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Município de Sines (CEDTMS), num modelo biunívoco, devendo constituir uma ferramenta de suporte à consecução dos objectivos, e à tomada de decisão por parte deste organismo.

A sua missão consistirá essencialmente em identificar, caracterizar, analisar e avaliar as políticas e práticas de planeamento e desenvolvimento turístico, mas também disponibilizar aos actores regionais (autarcas, empresários, estabelecimentos de ensino, empreendedores), directa e/ou indirectamente relacionados com o sistema turístico, um cenário de excelência para a troca de experiências e de conhecimentos, que permita que o turismo sustentável seja um motor para o desenvolvimento desta unidade territorial.

No âmbito desta proposta, reafirma-se a ideia de que é essencial a existência de um sistema de monitorização da sustentabilidade no Município de Sines, que contribua para a continuidade do próprio sistema turístico. O conjunto de indicadores e índices que se apresenta é exemplificativo, devendo servir de base para uma discussão aprofundada sobre a construção e implementação de um sistema de monitorização adequado a esta unidade territorial, uma vez que, apesar da análise do estado da arte e de boas práticas ser sempre inspiradora, a concepção e operacionalização de um mecanismo desta natureza exige uma contextualização espacial e temporal, que lhe permita funcionar de acordo com as especificidades de cada destino turístico. A importação de modelos não é neste caso uma solução que nos pareça aconselhável, sobretudo se o objectivo for realmente monitorizar a sustentabilidade e não criar mais uma estrutura ineficiente, sendo que a Organização Mundial de Turismo, a este propósito, refere que os indicadores que são relevantes para a tomada de decisão dos gestores turísticos dependem das características de cada destino e da sua importância relativa para o turismo (WTO, 1996:9).

CONCLUSÃO

A constatação de que o Município de Sines não possui uma estratégia clara para o desenvolvimento turístico, vertida num documento de orientação estratégica que vincule os inúmeros *stakeholders*, os públicos, os privados, os individuais e os institucionais, e que potencie os seus inúmeros recursos turísticos, levou-nos a desenvolver esforços no sentido de elaborar uma proposta de políticas, práticas e estratégias que suportassem uma actuação concertada para o médio e longo prazo, num contexto de sustentabilidade. Uma intenção dificultada pelo facto do turismo ser apenas um dos sectores de actividade em que assenta a economia local, concorrendo em situação de desigualdade com outros, nomeadamente a indústria e a logística, o que pode constituir uma ameaça à sua afirmação, dificultando o retorno ao protagonismo que já assumiu no passado.

A situação actual, na perspectiva do turismo, constitui um desafio para os investigadores, planeadores e decisores, na medida que impõe um exercício em que os recursos turísticos terão que dar lugar a produtos, alguns dos quais pouco convencionais, destinados a nichos, mas que se revelam fundamentais para transformar os pontos fracos em pontos fortes e as ameaças em oportunidades, num contexto de forte concorrência global, marcado por uma profunda sazonalidade, e em que a imagem industrial camufla a riqueza e a diversidade cultural e paisagística. Trata-se de uma situação de partida pouco favorável, que apela à criatividade, ao bom senso, mas sobretudo a conhecimentos técnicos e científicos que confirmem aos resultados a validação por parte de quem os avalia e também o reconhecimento por quem possui legitimidade para os operacionalizar.

Perante esta realidade, encaminhámos a nossa investigação no sentido de identificarmos um paradigma de planeamento turístico, que pelas suas características privilegiasse um modelo de desenvolvimento sustentável, que fosse compatível com as características muito *sui generis* deste território, e cuja operacionalização permitisse identificar percursos que promovessem a coabitação entre sectores de actividade que aparentemente se revelavam incompatíveis.

Neste sentido, iniciámos o longo percurso que constitui uma investigação desta natureza, e cujo término surge com a resposta às questões que a nortearam, numa lógica circular, em que a consecução faseada dos objectivos específicos, no cumprimento dos gerais, permite progressivamente consumir as etapas intermédias conducentes à conclusão. Trata-se de um processo mesclado de múltiplas dúvidas metodológicas e científicas, de um forte sentimento de insuficiência e de uma constante incerteza quanto ao momento e aos requisitos do término. Ainda assim, perante o cumprimento do plano de trabalhos e perante

a maturidade do processo, reconhecemos que neste momento estão reunidas as condições para responder às questões de partida, uma etapa que agora se cumpre.

As duas perguntas em torno das quais se desenvolveu a presente investigação orientaram a sua própria estrutura organizativa, encontrando-se a resposta para uma na contextualização teórica e para a outra no estudo de caso que materializou a sua dimensão prática. Nesta sequência iremos, num exercício de síntese, responder a ambas as questões:

1.Qual o modelo de planeamento e desenvolvimento turístico conducente ao turismo sustentável?

A concretização do primeiro objectivo geral da investigação, “Compreender o desenvolvimento turístico sustentável na sua relação com o paradigma de planeamento em que se contextualiza, com base num quadro conceptual encimado pela definição de turismo sustentável”, operacionalizado através de dois objectivos específicos: (1) Conceptualizar o turismo sustentável, identificando as dimensões subjacentes à sua operacionalização, (2) Articular o desenvolvimento turístico sustentável com um modelo de planeamento turístico que viabilize a sua concretização, permitiu apresentar um conjunto de conclusões que respondem à presente questão.

O conceito de turismo sustentável é complexo e multidimensional, encontrando-se a sua operacionalização, independentemente do contexto-alvo, subordinada à intervenção de inúmeros factores e actores. Na realidade, a rentabilização e o usufruto dos recursos turísticos, na óptica da oferta e da procura, pelas actuais gerações, sem minimizar ou eliminar as probabilidades que as gerações vindouras têm de o fazer, exige um equilíbrio entre as vertentes social, cultural, ambiental e económica, que apenas é possível quando da implementação de um modelo de planeamento direccionado para o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos. O turismo é um motor e uma oportunidade de desenvolvimento para as populações mas, face à sua capacidade de autodestruição, pressupõe uma actuação concertada entre todos os *stakeholders*, no sentido de permitir a conservação da sua “matéria-prima” e de garantir o retorno das mais-valias do processo às comunidades hospedeiras, promovendo o seu desenvolvimento económico e social. O fomento dos impactes positivos do desenvolvimento turístico e a redução das suas consequências negativas impõem, em primeiro lugar, a decisão e a atitude de planear e seguidamente a escolha e a operacionalização de um paradigma de planeamento que contemple as premissas subjacentes ao conceito de turismo sustentável, lidando em simultâneo com a complexidade da realidade, com as interacções que os sistemas

estabelecem entre si, e com as suas mudanças e imprevisibilidades que caracterizam o mundo actual.

O turismo sustentável pressupõe a implementação de uma estratégia de desenvolvimento norteada pelos seguintes princípios: (1) Desenvolvimento paralelo do sistema económico e dos restantes sistemas; (2) Implementação de uma visão de desenvolvimento a longo prazo; (3) Educação do consumidor; (4) Promoção da conservação; (5) Gestão dos processos de mudança; (6) Construção de uma forte coesão; (7) Participação dos *stakeholders*; (8) Gestão estratégica dos destinos (ELIGH *et al*, 2002). Sendo que o reconhecimento da necessidade de implementar um modelo de desenvolvimento conducente ao turismo sustentável remete-nos para a questão do planeamento turístico, na medida em que turismo, sustentabilidade e planeamento, constituem uma trilogia indissociável perante a realidade actual, face a destinos que se encontram preservados e em que os erros cometidos ainda se revelam reversíveis.

O desconhecimento do fenómeno e do processo turístico, e dos seus impactes, conduziu ao recurso sucessivo a múltiplas paradigmas de planeamento numa tentativa de pensar e agir de acordo com um ritmo de desenvolvimento turístico que passou de gradual a descontrolado. Numa primeira fase, considerou-se que o modelo e os instrumentos utilizados no planeamento urbano responderiam a esta necessidade, uma vez que a concentração turística, fortemente sazonal em determinadas localidades, levantava desafios e problemas em tudo similares aos subjacentes às cidades em crescimento. Rapidamente se percebeu que este não era o caminho, o turismo, pelas suas particularidades, pela indústria a que deu origem e pela sua responsabilidade na circulação anual de milhões de pessoas de e para todo o mundo, exigia um processo de planeamento específico que defendesse os interesses das comunidades receptoras, sobretudo nos destinos localizados em países em vias de desenvolvimento, e que garantisse às gerações vindouras o usufruto e a rentabilização dos recursos que no presente se verificavam tão valiosos.

Após um longo percurso iniciado em meados do séc. XIX, o planeamento turístico amadureceu enquanto disciplina, e novos paradigmas emergiram, entre eles o da “Terceira Via para o Planeamento Turístico” de BURNS (2004a), um modelo que pressupõe a decisão política de planificar para o turismo sustentável, assente numa lógica de interactividade entre todos os envolvidos (sector público e privado), norteado por objectivos de sustentabilidade, definidos a partir de um profundo diagnóstico da situação de partida, em que a correcta espacialização dos produtos turísticos e identificação dos segmentos de mercado fazem parte de uma estratégia sujeita a uma constante monitorização, em que os desvios são corrigidos em tempo útil, e a própria adequação do plano é consecutivamente objecto de avaliação.

Numa resposta objectiva à questão que encima as presentes conclusões, há que dizer que a “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, é o modelo que mais garantia apresenta de nortear um processo de desenvolvimento conducente ao turismo sustentável, definindo-se este como aquele que é ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais, exigindo a integração no ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitos destinos turísticos, em particular as pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis (OMT, 1995).

Pelas razões elencadas, foi o considerado adequado para suportar um processo que culmina numa proposta de políticas e práticas de desenvolvimento turístico para o Município de Sines, o caso de estudo na presente investigação, acrescentando-se-lhe o facto da pluralidade sectorial pressupor, ainda que se tratando de turismo, o envolvimento de vários actores, pela partilha da responsabilidade na gestão territorial, o que obriga, mesmo na ausência de um pressuposto desta natureza, ao envolvimento formal de vários actores.

No entanto, ainda que a nossa leitura e interpretação da produção teórica desenvolvida em torno destas questões permita a afirmação anterior, há que ressaltar que o modelo de referência tem subjacente algum grau de incerteza, na medida em que tem uma dimensão intangível, de natureza ideológica, que se materializa na decisão política de planear para o turismo sustentável, e que ao não verificar-se enviesa os resultados do processo de planeamento e confere uma configuração distinta ao desenvolvimento turístico. Por conseguinte, para além do modelo e das condições físicas e humanas, planear para o turismo sustentável é antes de mais uma questão de atitude e o reflexo de um determinado sistema de valores individuais e colectivos. Perante esta realidade, e atendendo ao estudo empírico realizado, consideramos que modelo de governança e os princípios ideológicos poderão comprometer os resultados da proposta de políticas e práticas apresentada, caso esta seja implementada, ainda que a natureza desta se revele propícia ao desenvolvimento turístico sustentável.

Ainda assim, consideramos que a presente investigação poderá contribuir para despertar as consciências dos diferentes *stakeholders* para a necessidade de planear, nomeadamente quando está em causa o desenvolvimento turístico, mesmo que o modelo seja distinto do proposto, que a sua operacionalização conduza a resultados diversos e que o nosso trabalho seja apenas uma plataforma para um debate em torno destas questões, em que a contradição do proposto, conduza, mesmo que através de outras vias a percursos de sustentabilidade.

2) Que políticas e práticas poderão conduzir ao desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines, tendo em conta o seu percurso histórico e a sua actual situação?

A segunda das duas questões encontraria resposta através da concretização de um outro objectivo geral: “Apontar caminhos para o desenvolvimento turístico do Município de Sines, aplicando o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, da autoria de Peter Burns, cuja principal característica diferenciadora é o envolvimento de todos os *stakeholders*, fragmentado, tanto na formulação como na operacionalização, em três objectivos específicos: (1) Analisar diacronicamente o turismo do Município de Sines ao longo do séc. XX; (2) Realizar o diagnóstico do actual sistema turístico do Município de Sines; (3) Propor políticas e práticas para o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Sines tendo como referência teórica o modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, de Peter Burns.

A escolha do modelo foi precedida pela sua operacionalização, num processo que visava a elaboração de uma proposta de políticas e práticas conducentes ao turismo sustentável para o Município de Sines, caso de estudo a quem foi dedicado uma breve caracterização genérica envolvendo o território, a história e a actualidade. Um processo com carácter inovador, na medida em que nos encontramos num contexto sobre o qual nunca foi elaborado um plano de desenvolvimento turístico, que não possui um plano estratégico, que embora mais abrangente poderia reflectir uma estratégia para este sector, nem possui uma intenção plural formalizada nesse sentido. Deste modo, ainda que existam algumas intenções avulsas protagonizadas pela Câmara Municipal no sentido do desenvolvimento turístico deste território, não existe um diagnóstico do seu sistema turístico, nem um inventário dos seus recursos turísticos, e ainda menos um referencial de políticas e práticas que norteiem a actuação conjunta dos diversos agentes públicos e privados.

A caracterização do Município de Sines, realizada no âmbito de um diagnóstico genérico, destinado à apresentação do caso em estudo, permite-nos concluir que o projecto industrial, iniciado nos anos setenta, constituiu um ponto de viragem nesta realidade, induzindo a passagem de uma sociedade rural para um estágio industrial. O turismo, a pesca e a indústria de carácter artesanal, foram suplantados por um complexo industrial liderado pela indústria química e petroquímica, e pela logística desenvolvida em torno de um porto de águas profundas. Este processo de transformação conferiu a esta unidade territorial características que até hoje a diferenciam do seu contexto, sendo que o diagnóstico da actualidade, na perspectiva demográfica, social, económica e cultural corrobora este distanciamento. O comportamento da maioria dos indicadores revela uma situação mais favorável do que a que caracteriza o Alentejo e o Alentejo Litoral, unidades administrativas em que se encontra integrado, aproximando-se da média nacional ou ultrapassando-a.

Simultaneamente, as variáveis demográficas e sociais são reveladoras das características típicas dos meios urbanos, evidenciando que o modelo de desenvolvimento se quer mais sustentável.

Por outro lado, a análise retrospectiva sobre o turismo no Município de Sines ao longo do séc. XX leva-nos a concluir que Sines, na altura vila, constituía o destino turístico das famílias abastadas do Alentejo, existindo por parte da Câmara Municipal um forte investimento no sector, nomeadamente na animação turística, nas infra-estruturas e equipamentos, e na publicidade. Os banhos quentes, prática no âmbito do Turismo de Saúde e de Bem-estar, em muito contribuíram para a afirmação deste destino turístico, num contexto nacional em que a prática turística era um privilégio de um grupo restrito. O desenvolvimento industrial veio conflitar com as práticas turísticas, e a partir da década de oitenta o protagonismo turístico passou a ser assumido pela Aldeia de Porto Covo, uma situação que prevalece até à actualidade.

Já no âmbito da operacionalização do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, e no cumprimento das suas etapas, impôs-se que iniciássemos com um diagnóstico aprofundado sobre a dimensão turística da unidade territorial em estudo e dos aspectos que, directa ou indirectamente, têm impacto sobre o seu comportamento, do qual concluímos:

- Estamos perante um território de dimensões reduzidas mas com um património natural, cultural e arquitectónico numeroso e diversificado, em que se destaca o mar, mas onde a indústria e porto podem igualmente protagonizar um papel relevante. No que respeita à oferta e à procura turística, existe um desequilíbrio significativo entre estas duas variáveis, o que contribui para uma situação de insustentabilidade. A escassez de alojamento e de actividades de animação turística, e o seu comportamento dissonante face à procura crescente, traduz-se numa procura concentrada na época alta, em estadas com uma duração média muito inferior à média nacional, e numa sazonalidade que compromete o desenvolvimento turístico sustentável.
- O enquadramento técnico-jurídico, materializado nos instrumentos de gestão territorial e nos documentos de orientação estratégica, condiciona largamente o planeamento e o desenvolvimento turístico no Município de Sines sobretudo o PROTA, o PDM e o POPNSACV, este último pela integração parcial no Parque Natural do Sudoeste Alentejo e Costa Vicentina. Consideramos que o turismo sustentável é um paradigma coerente com estas determinações legais, ainda assim é necessário um exercício de criatividade, por parte dos vários *stakeholders*, para que estas condicionantes não constituam um entrave ao desenvolvimento turístico

deste território, na medida em que a resposta a muitas das insuficiências se encontra na construção de infra-estruturas e equipamentos.

- Os investimentos de proximidade, os turísticos e os de impacte turístico, indicam-nos que o momento actual, ainda que ensombrado pela conjuntura nacional e internacional, pode ser propício ao desenvolvimento turístico, na medida em que, sob a égide financeira do QREN, encontram-se em desenvolvimento um conjunto de projectos no âmbito das acessibilidades rodoviárias e aéreas, da regeneração urbana, da valorização territorial, da requalificação e valorização do litoral e do turismo, propriamente dito, que capacitarão o território para esse fim. Estes investimentos permitirão no médio prazo, um horizonte temporal determinado pela própria vigência do quadro de apoio, responder a algumas das fragilidades identificadas no sistema turístico ou nos que com ele confluem, fomentando as potencialidades, reduzindo o tempo necessário para confirmar a vocação turística deste território e aumentando a sua competitividade enquanto destino.
- Os inquiridos, visitantes e *stakeholders*, consideram que existe uma situação de partida favorável à implementação de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, ainda que para o efeito seja fundamental ultrapassar algumas insuficiências, sobretudo relacionadas com o alojamento e as actividades de animação turística, trabalhar a imagem do território, valorizando uma das suas principais potencialidades que é o património natural, sem descuidar os restantes recursos turísticos, até os menos convencionais, como a indústria e o Porto de Sines.

Realizado o diagnóstico, em que se inventariou os recursos turísticos, se caracterizou a oferta e a procura, se analisou os instrumentos de gestão territorial e os documentos de orientação estratégica que vinculam ou influenciam este Município, se apresentou os projectos e os investimentos de proximidade com carácter ou impacto turístico, e se auscultou uma amostra representativa de visitantes e de agentes públicos e privados, estávamos na posse de informação cuja síntese, leitura e interpretações, permitiria dar mais um passo no longo caminho da nossa investigação.

O exercício de síntese, materializado numa análise SWOT genérica e numa matriz de avaliação global do Município de Sines, na perspectiva do turismo, antecedeu a análise teórico prática dos quatro produtos turísticos, que perante os recursos existentes, foram apontados como possíveis pilares para o desenvolvimento turístico sustentável, ainda que considerando as particularidades de um sistema cujas características internas e externas foram agregadas numa análise SWOT na sua perspectiva individual. A leitura e as interpretações destes instrumentos permitem-nos concluir que estamos perante uma

unidade territorial *sui generis*, em que o turismo coabita, nem sempre pacificamente, com outros sectores de actividade, mas que existem condições para a promoção de um desenvolvimento conducente ao turismo sustentável, pois a multiplicidade e diversidade de recursos turísticos a isso são propícios, os erros cometidos no passado são reversíveis, a aposta no desenvolvimento turístico é uma vontade declarada por todos os *stakeholders*, ainda que o modelo possa não ser consensual.

Por outro lado, concluímos que estamos perante um território em que a tradição no Turismo de Saúde e de Bem-estar pode ser recuperada, o Turismo Costeiro pode agregar subprodutos que aumentem a atractividade do destino, diminuindo a sazonalidade que lhe é característica, os negócios e os eventos podem tender para a especialização assumindo o carácter de um produto turístico, a *Meeting Industry*, e a indústria pode aliar-se ao turismo dando forma a um produto não convencional, o Turismo Industrial, destinado a um nicho de mercado, mas que poderá contribuir para melhorar a imagem, aliando dois sectores apontados, recorrentemente, como antagónicos.

Concluimos que, no contexto do Município de Sines, se os pontos fracos forem ultrapassados, os pontos fortes rentabilizados, as potencialidades valorizadas, as ameaças, ainda que incontroláveis, forem precavidas e os seus impactes minimizados, poder-se-á encontrar um caminho para o turismo sustentável, ainda que tal imponha o envolvimento dos *stakeholders* públicos e privados em projectos e investimentos que visem responder às inúmeras insuficiências detectadas, e que contribuam para a diminuição da sazonalidade, umas das principais ameaças à operacionalização deste conceito. A complementaridade entre produtos turísticos, uma oferta diferenciada e uma experiência turística de elevada qualidade poderão ser vias para aumentar a atractividade deste destino turístico, por longos períodos ao longo do ano, um estímulo ao investimento turístico e consequentemente uma maior aposta neste território.

No âmbito do processo de planeamento, a fase que se segue ao diagnóstico no âmbito do modelo da “Terceira Via para o Planeamento Turístico”, norteados por uma visão estratégica de longo prazo, que percepciona o Município de Sines como um destino turístico sustentável, pólo de atracção crescente de turistas nacionais e internacionais, com uma oferta de qualidade, onde a complementaridade entre produtos (Turismo Costeiro, *Meeting Industry*, Turismo de Saúde e de Bem-estar e Turismo Industrial) reduz a sazonalidade, e a integração estratégica com os restantes sectores de actividade (indústria, logística e pesca) contribui para a competitividade do território e para a qualidade de vida da população, e respeitando a lógica hierárquica dos objectivos, definimos um conjunto de objectivos, genéricos e específicos, operacionalizados através de estratégias e práticas que constituem vias para a concretização da visão e, consequentemente, para o desenvolvimento turístico sustentável deste território.

Neste contexto, sem as elencar de forma exaustiva, e numa resposta objectiva à questão que antecedeu esta reflexão podemos concluir que as políticas e as práticas que poderão conduzir ao desenvolvimento sustentável do Município de Sines, são aquelas que, promovendo a complementaridade entre produtos, estimulando o investimento público e privado no sentido da resposta às inúmeras lacunas detectadas, rentabilizando os recursos turísticos inventariados, responsabilizando os agentes públicos pela regulação e pela catalisação, contribuirão para aumentar a atractividade do destino, diminuir a sazonalidade, captar o interesse dos investidores, valorizar as profissões ligadas ao turismo, para que tal contribua para a qualidade de vida das populações, para a preservação do património natural e cultural, garantindo às gerações vindouras a possibilidade de usufruir e rentabilizar as mais-valias que para as presentes constituem uma oportunidade.

Concluimos também, não só porque o paradigma o pressupõe, mas porque o diagnóstico assim o aconselha, que tal só será viável numa conjunta em que os agentes públicos e privados sejam formalmente envolvidos no processo de planeamento e de desenvolvimento turístico, no âmbito de uma estrutura desenhada para reflectir e agir sobre estes processos, e intimamente ligada à monitorização e avaliação dos seus impactes, devendo estas ser igualmente objecto de uma actuação estruturada, devidamente credenciada e fundamentada cientificamente. A resposta a esta conclusão materializa-se na proposta de criação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Município de Sines (CEDTMS) e do Observatório para a Sustentabilidade Turística (OST), duas estruturas interligadas, com uma natureza plural, destinadas ao planeamento, à promoção, à monitorização e à avaliação do desenvolvimento turístico do Município de Sines, no âmbito de um paradigma de sustentabilidade.

Por último, devemos concluir que planear para o desenvolvimento turístico sustentável é o reflexo de um sistema de valores colectivo, de uma intenção plural e de uma atitude político-ideológica, sendo que apenas o consenso entre os diversos agentes, a sua concertação de esforços e uma atitude individual desinteressada, poderá possibilitar a materialização do conceito de turismo sustentável. O contributo da presente investigação poder-se-á materializar num plano de desenvolvimento turístico, no pressuposto de que a proposta de políticas e práticas que apresentamos constitui uma via para o turismo sustentável, decorrendo da operacionalização de um paradigma que enfatiza a visão política como um factor determinante para se prosseguir na senda da sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

Livros, Artigos e Relatórios de Investigação

- ALBARELLO, L; DIGNEFFE, F; HIERNAUX, J.P.; RUQUOY, D. e SAINT-GEORGES, P.(1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- AMABILE, T., CONTI, R., COON, H., LAZENBY, J. and HERRON, M. (1996), «Assessing the work environment for creativity», *Academy Journal*, 39(5): 1154-1184.
- ARDELL, D. B. (1986), *High Level Wellness* (2nd ed.), Berkeley, Ten Speed Press.
- BARDIN, L. (2009), *Análise de Conteúdo* (5ªed.), Lisboa: Edições 70.
- BARRETTO, M. (2001), *Planejamento e Organização em Turismo* (6ªed.), Campinas: Papirus.
- BARRON, P. and PRIDEAUX, B. (1998), «Hospitality education in Tanzania: is there a need to develop environmental awareness?», *Journal of Sustainable Tourism*, 6(3): 224–237.
- BAUD-BOVY, M. (1982), «New concepts in planning for tourism and recreation», *Tourism Management*, 3(4): 308-313.
- BAUM T. (1994), «National tourism policies: implementing the human resource dimension», *Tourism Management*, 15(4): 259-266.
- BAUM, T. (1995), *Managing Human Resources for the European Tourism and Hospitality Industry: a Strategic Approach*, London: Chapman & Hall.
- BEETON, S. (2005), «The Case Study in Tourism Research: a Multi-method Case Study Approach», B.W. Ritchie, P. Burns e C. Palmer (eds), *Tourism Research Methods – Integrating Theory With Practice*, Oxfordshire: Cabi, 37-48.
- BELL, J. (1993). *Como Realizar um Projecto de Investigação - Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*, Lisboa: Gradiva.
- BENI, M. C. (1998), *Análise Estrutural do Turismo*, São Paulo: Senac.
- BENI, M. C. (2004), Como certificar o Turismo Sustentável? *Revista Espaço Académico*, 37, <http://www.espacoacademico.com.br> (acesso em 30-04-2010).
- BENI, M. C. (2006), *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*, São Paulo: Aleph.
- BENTLEY, T.A. and PAGE, S.J. (2001), «Scoping the extent of adventure tourism accidents», *Annals of Tourism Research*, 28 (3): 705-726.

- BLANCO, M.R. (1992), *Teoría General del Turismo*, México: Diana.
- BORMAN, E. (2004), «Health tourism. Where healthcare, ethics, and the state collide», *British Medical Journal*, 328: 60–61.
- BRAMWELL, B. and RAWDING, L. (1996), «Tourism Marketing Images of Industrial Cities», *Annals of Tourism Research*, 3(1):201-221.
- BRITO, B.R. (2004), *Turismo Ecológico: Uma Via Para o Desenvolvimento Sustentável Em São Tomé e Príncipe*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- BRITO, M. e SILVA, C. (2005), «Turismo e planeamento: a continuidade ou a auto-destruição», *Revista de Turismo & Desenvolvimento*, 2(2):11-25.
- BRUNDTLAND COMMISSION (1987), *World Commission on Environment and Development: our common future*, New York: Oxford University Press.
- BURKART, A. and MEDLIK, S. (1981), *Tourism: Past, Present and Future*, London: Heinemann.
- BURNS, P. and HOLDEN, A. (1995), *Tourism: A New Perspective*, Hemel Hempstead: Prentice Hall.
- BURNS, P. M. (2004a), «Tourism Planning – A Third Way?», *Annals of Tourism Research*, 30(1), 24-43.
- BURNS, P. M. (2004b), «The 1990 Solomon Islands Tourism Plan: a Critical Discourse Analysis, in Tourism and Hospitality», *Planning & Development*, 1 (1), 57-78.
- BURNS, P. M. and SANCHO, M. M. (2003), «Local perceptions of tourism planning: the case of Cuéllar, Spain», *Tourism Management*, 24(3): 331-339.
- BUTLER, R. (1980), «The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources», *Canadian Geographer*, 24 (1): 5-12.
- BUTLER, R.W. (1991), «Tourism, environment, and sustainable development», *Environmental Conservation*, 18(3): 201-209.
- CATER, E. and GOODALL, B. (1997), «Must tourism destroy its resource base», L. France, *Sustainable Tourism*, (ed.), London: Earthscan, 85-89.
- CAVALINHOS, J. M. (s.d.), *Retalhos da Vila de Sines*. Sines: Câmara Municipal de Sines.
- CLARKE, J. (1997), «A framework of approaches to sustainable tourism», *Journal of Sustainable Tourism*, 5(3): 224-233.

- COHEN, E. (1982), «Marginal paradises: bungalow tourism on the islands of southern Thailand», *Annals of Tourism Research*, 9 (2): 189-228.
- COLES, T. (2003), «A local reading of a global disaster: some lessons on the tourism management from an *annus horribilis* in south west England», *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 15(2/3): 173-197.
- COOPER (2011), «Tourism Area Life Cycle», *Contemporary Tourism Reviews*, Oxford: Goodfellow, <http://www.goodfellowpublishers.com>, acesso em 29/02/2012.
- COOPER, C. P., FLETCHER, J., NOBLE, A. and WESTLAKE, J. N. (1995), «Changing Tourism Demand in Central Europe: The Case of Romanian Tourist SPAS», *The Journal of Tourism Studies*, 6 (2): 30-44.
- COSTA, C. (2001), «An emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative analysis Between Town and Tourism Planning», *International Journal of Tourism Research*, 3: 425-441.
- COSTA, C. (2006), «Tourism Planning, Development and the Territory», D. Buhalis and C. Costa (eds), *Tourism management dynamics – trends, management an tools*, Oxford: Elsevier, 236-243.
- COUTINHO, C.P. e CHAVES, J. H. (2002), «O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal», *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1): 221-243.
- CRAIK, J. (1991), *Resorting to Tourism: Cultural Policies for Tourist Development in Austrália*, North Sydney: Allen and Unwin.
- CRAVIDÃO, F. (2004), «Turismo e Cultura. O lugar dos lugares», *Revista Turismo – Visão e Ação*, 6(3): 309-316.
- CRAVIDÃO, F. (2006), «Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar os lugares», M. L. Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 269-279.
- CUNHA, L. (1997), *Introdução ao estudo do turismo*, Lisboa: Verbo
- DE LA TORRE, Ó. (1992), *El turismo, fenómeno social*, Cidade do México: Fundo de Cultura Económico.
- DODIER, N. (1994), «Les Livres: Ragin, Becker – What is a case?», *Revue Française de Sociologie*, 35 (1): 125-128.
- DRUCKER, P. (1998), «The discipline of Innovation», *Harvard Business Review* November-December: 149-157.

- DUNN, H. L. (1959), «High-level Wellness for man and society», *American Journal of Public Health*, 49 (6): 786-792.
- ECHTNER, C. M. (1995), «Entrepreneurial training in developing countries», *Annals of Tourism Research*, 22 (1): 119–134.
- ECHTNER, C. M. and JAMAL, T. B. (1997), «The Disciplinary Dilemma of Tourism Studies», *Annals of Tourism Research*, 24(4): 868-883.
- ELIGH, J.; WELFORD, R. and YTTERHUS, B. (2002), «The Production of Sustainable Tourism: Concepts and Examples from Norway», *Sustainable Development*, 10: 223-234.
- ENGLISH TOURIST BOARD - Employment Development Group (1991), *Tourism and the Environment: Maintaining the Balance*, London: English Tourist Board.
- FILHO, J. S. (2003). «Turismo Ciência ou Técnica?», Revista de Turismo da Faculdade de Turismo Nobel - Maringá, <http://www.nobel.br/?action=revista&id=27>, acesso em 11-03-2010.
- FORTES, V. M., e SILVA, J. L. (s.d.). Turismo Industrial - uma experiência criadora de emprego sustentável nos territórios. Caldas da Rainha, Portugal: Cencal.
- FREIXO, M.J.V (2009), Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas. Lisboa: Instituto Piaget.
- FUSTER, L. F. (1974), *Teoria y técnica del turismo*, Vol. I e II, Madrid: Nacional.
- GARROD, B. and FYALL, A. (1998), «Beyond the rhetoric of sustainable tourism?», *Tourism Management*, 19(3): 199-212.
- GASTAL, S. (2002), «Turismo: Investigação e Crítica», S. Gastal (org.), *Turismo: Investigação e Crítica*, São Paulo: Contexto, 7-10.
- GETZ, D. (1986), «Models in tourism planning: towards integration of theory and practice», *Tourism Management* 7(1):21-32.
- GHIGLIONE, R. e MATALON, B. (1993) *O Inquérito - Teoria e prática*, Oeiras: Celta.
- GLASER, B. and STRAUSS, A. (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, New York: Aldine Publishing Company.
- GOELDNER, C.R and RITCHIE, J.R.B (2009), *Tourism – Principles, Practices, Philosophies*, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- GUIMARÃES, P. (2006), *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Colibri.

- HALL, C. M. (2001), *Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos*, São Paulo: Contexto.
- HALL, C. M. and MÜLLER, D. (eds) (2004), *Tourism, Mobility and Second Homes*, Clevedon, UK: Channel View Publications.
- HALL, C. M. and LEW, A.A. (2009), *Understanding and Managing Tourism Impacts: An Integrated Approach*, Oxon: Routledge.
- HALLAL, D. e MÜLLER, D. (2004), «Planejamento Turístico: algumas reflexões», *Revista Electrónica de Turismo*, 3 (1), <http://www.presidentekennedy.br/retur/>, acesso em 31-01-2010.
- HARRIS, R. and LEIPER, N. (1995), *Sustainable Tourism: An Australian Perspective*, Chatswood: Butterworth-Heinemann
- HEDIGER W. (2000), «Sustainable development and social welfare», *Ecological Economics*, 32: 481–492.
- HILL, M.M. e HILL, A. (2000), *Investigação por Questionário*, Lisboa: Sílabo.
- HJALAGER, A.M. (1999), *Tourism destinations and the concept of industrial district*, Aarhus: Science Park.
- HOLDEN, A. (2008) *Environment and Tourism*, Oxon: Routledge.
- HOLLOWAY, J. C. (1998). *The Business of Tourism* (5ªed.), Essex: Longman.
- HULTSMAN J. (1995), «Just tourism an ethical framework», *Annals of Tourism Research* 22(3): 553-567.
- HUNT, J.D. and LAYNE, D. (1991), «Evolution of Travel and Tourism Terminology and Definitions», *Journal of Travel Research*, 30: 7-11.
- IGNARRA, L. R. (2003), *Fundamentos do Turismo* (2ª ed.), São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- INSKEEP, E. (1991a), *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*, London: Routledge.
- INSKEEP, E. (1991b), *Tourism planning: an emerging specialization*, New York: Van Nostrand Reinhold.
- INSKEEP, E. (1994), «Training for tourism in developing countries», A. V. Seaton, C. L. Jenkins, R. Wood, P. Dieke, M. Bennet, L.R. MacLellan and R. Smith (eds), *Tourism: The State of the Art*, Chichester: Wiley, 563-570.
- JENNINGS, G. (2000), *Tourism Research*, Milton - Austrália: Wiley and Sons.

- JITHENDRAN, K. J. and BAUM, T. (2000), «Human Resources Development and Sustainability – The case of Indian Tourism», *International Journal of Tourism Research*, 2: 403-421.
- JOAQUIM, G. (1997), «Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do “Turismo Sustentável”», *Sociologia - Problemas e Práticas*, 23:74.
- KIRK, D. (1998), «Attitudes to environmental management held by a group of hotel managers in Edinburgh», *International Journal of Hospitality Management*, 17: 33-47.
- KRIPPENDORF, J. (1997), «Behaviour and experiences while travelling», L. France (ed.), *Sustainable Tourism*, London: Earthscan, 45-46.
- KRIPPENDORF, J. (2001), *Sociologia do Turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens* (2ª ed.), São Paulo: Aleph.
- KRIPPENDORF, J. (2002), «Desenvolvendo o turismo em harmonia com os seres humanos e o ambiente natural», S. Gastal (org.), *Turismo: Investigação e Crítica*, São Paulo: Contexto, 11-24.
- LADKIN, A. (2006) «Conference tourism – MICE market and business tourism», D. Buhalis and C. Costa (eds), *Tourism business frontiers – consumers, products and industry*, Oxford: Elsevier, 56-66.
- LEWIS, R. C., CHAMBERS, R. E. and CHACKO, I. E. (1995), *Marketing: Leadership in Hospitality*, New York: Van Nostrand Reinhold.
- LIU, A. and WALL, G. (2006), «Planning tourism employment: a developing country perspective», *Tourism Management*, 27: 159-170.
- LOPES, F. I. (1985), *Breve Notícia de Sines, Patria de Vasco da Gama*. Nota introdutória de João Madeira (2ª ed.). Sines: Câmara Municipal de Sines.
- LUCHIARI, M. T. (2000), «Urbanização Turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo», C. Serrano, M.T. Luchiari, e T. Heloisa (eds), *Olhares Contemporâneos sobre o Turismo*, Campinas: Papirus, 105-130.
- MADEIRA, J. (1991), «Os Corticeiros e o sindicalismo em Sines (1910 - 1914)», *História*, 1ª série, 142:38-41.
- MADEIRA, J. (1986), «A greve dos corticeiros em sines em 1908», *História*, 1ª série, 87: 49-50.
- MADEIRA, João (2003), «Chegada do Comboio a Sines», *Historia*, dir. de Fernando Rosas, 3ª Série, 52: 44-49.

- MATHIESON, A. and WALI, G. (1982), *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, London: Longman.
- MAZÓN, T. (2001), *Sociología del Turismo*, Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces.
- MCBOYLE, G. (1996), «Green tourism and Scottish distilleries», *Tourism Management*, 17(4):255-263.
- MCINTOSH, A. J. and PRENTICE, R. C. (1999), «Affirming Authenticity - Consuming Cultural Heritage», *Annals of Tourism Research*, 26(3):589-612.
- MCINTOSH, G. e RITCHIE, J. R. (2000), *Turismo – planeación, administración y perspectivas*, México: Editorial Limusa.
- MCKEAN, P. F. (1989), «Toward a Theoretical Analysis of Tourism: economic dualism and cultural involution in Bali», V. Smith (org.), *Host and Guest: the anthropology of tourism*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 119-138.
- MCKERCHER, B. (1993), «The unrecognized threat to tourism: can tourism survive “sustainability”?» *Tourism Management*, 14(2): 131-136.
- MCKERCHER, B. and HUI, E.L. (2003), «Terrorism, economic uncertainty and outbound travel from Hong Kong», *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 15(2/3): 99-115.
- MIDDLETON, V. and HAWKINS, R. (1998), *Sustainable Tourism*, Oxford: Butterworth-Heinemann.
- MILL, R.C. and MORRISON A.M. (1985), *The Tourism System: an Introductory Text*, New Jersey: Prentice-Hall.
- MILLER, G. and TWINING-WARD, L. (2006), «Monitoring as an Approach to Sustainable Tourism», C. Costa and D. Buhalis (eds), *Tourism management dynamics – trends, management and tools*, Oxford: Elsevier, 51-57.
- MINAYO, M. C. (1994), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*, Rio de Janeiro: Vozes.
- MOESCH, M. (2002), *A Produção do Saber Turístico*, São Paulo: Contexto
- MORLEY, C. (1990), «What is Tourism? Definitions, Concepts and Characteristics», *Journal of Tourism Studies*, 1:3-8.
- MOWFORTH, A. and MUNT, I. (1998), *Tourism and Sustainability: New Tourism In The Third World*, London: Routledge.
- MUELLER, H. and KAUFMANN, E.L. (2001), «Wellness Tourism: Market analysis of a special health tourism segment and implications for the hotel industry», *Journal of Vacation Marketing*, 7(1): 5-17.

- MURPHY, P.E. (1985), *Tourism: a Community Approach*, New York: Methuen.
- MURPHY, P.E. (1991), «Data gathering for community-oriented tourism planning: a case study of Vancouver Island, British Colombia», *Leisure Studies*, 10 (1): 68-80.
- NETTO, A. P. (2005), *Filosofia do Turismo – Teoria e Epistemologia*, São Paulo: Aleph.
- OLIVEIRA, A. P. (2000), *Turismo e desenvolvimento: Planejamento e organização* (2ª ed.), São Paulo: Atlas.
- OMT – Organização Mundial de Turismo (1993), *Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais*, Madrid: OMT.
- OMT – Organização Mundial Turismo (1998), *Introducción al turismo*, Madrid: Egraf.
- OMT – Organização Mundial de Turismo (1999), *Código de Ética Mundial para o Turismo*, <http://world-tourism.org>, acesso em 15/07/2010.
- PARRINHA (2008), «Banhos Salinos Quentes», INFARMED, *Remédios do Mar*, Lisboa: INFARMED.
- PARSONS D. 1996, «Education and training policy», R.Thomas (ed.), *The Hospitality Industry, Tourism and European Perspectives on Policies*, London: Capsules, 153-166.
- PATRIARCA, F. (2000), *Sindicatos conta Salazar: a revolta de 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa: Instituto das Ciências Sociais
- PEARCE, D. and BUTLER R. (1993), *Tourism Research: Critiques and Challenges*, London: Routledge.
- PEARCE, D. and TURNER, R. K. (1993), «Defining sustainable development» in D. Pearce (ed.), *Blueprint 3: Measuring Sustainable Development*, London: Earthscan, 3-14.
- PEARCE, P.L. (1995), «From culture shock and culture arrogance to culture exchange. Ideas towards sustainable socio-cultural tourism», *Journal of Sustainable Tourism*, 3 (3): 143-153.
- PEREIRA, M. (2009a), «Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s)», *Prospectiva e Planeamento*, 16:77-102.
- PEREIRA, M. (2009b), *Cultura de Planeamento e Governação: contributos para a coesão territorial*, Actas 15º Congresso da APDR, Cabo Verde.
- PIGRAM, J. (1983), *Outdoor recreation and Resource Management*, New York: St. Martins Press.
- POON, A. (1993), *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, Oxford: Cab.

- QUARESMA, A. M. (1988), *Porto Covo: um exemplo de Urbanismo das Luzes*, (1ª Ed), Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 205-212.
- QUARESMA, A. M. (2009), *Fortificação da Costa de Sines – Forte do Pessegueiro*, Sines: Câmara Municipal de Sines.
- QUINTANA, M. V. M. (2002), «Tipologias en el Turismo de Nueva Era», J. A. M. Díaz e M. V. M. Quintana (eds), *Sociologia Del Turismo*, Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 157-346.
- RAGIN, C. C. and BECKER, H. S. (1992), *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*, Cambridge: Cambridge University Press.
- RAPOPORT, R. and RAPOPORT, R.N. (1975), *Leisure and the Family Life Cycle*, London: Routledge.
- REID, D. G. (2003), *Tourism, Globalization and Development – responsible Tourism Planning*, London: Pluto Press.
- RICHARDSON, R. J. (1989), *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*, São Paulo: Atlas.
- RICHTER, L. K. (1983), «Political implications of Chinese tourism policy», *Annals of Tourism Research*, 10(3): 395–413.
- RILEY, R. W. and LOVE, L. L. (2000), «The State of Qualitative Tourism Research», *Annals of Tourism Research*, 27 (1): 164-187.
- RITCHIE, B.W., DORRELL, H., MILLER, D. and MILLER, G.A. (2003), «Crisis communication and recovery for the tourism industry: lessons from the 2001 foot and mouth disease outbreak in the United Kingdom», *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 15(2/3): 199-216.
- ROSS, K. (2001), «Health Tourism: An Overview», *HSMAI Marketing Review*, <http://www.hospitalitynet.org>, acesso em 29/05/2006.
- RUSCHMANN, D. (2007), *Turismo e Planejamento Sustentável. A protecção do meio ambiente* (13ª ed.), Campinas: Papirus.
- SACHS, I. (2000), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTOS, F. (2002), *Turismo Mosaico de Sonhos: incursões sociológicas pela cultura turística*, Lisboa: Colibri.
- SEATON, A.W. (1991) *Quality tourisme sustained – a small island case from the Shetland*, Actas do 41º Congrès de l'AIEST, Berna: AIEST.

- SEATON, A.V. e BENNETT, M.M. (2000), *Marketing Tourism Products: Concepts, Issues and Cases*, London: Thomson Learning.
- SILVA, C.P. DA (2002) *Gestão Litoral. Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais na Definição da Capacidade de Carga de Praias o Troço Litoral S. Torpes - Ilha do Pessegueiro*, Dissertação de Doutoramento no ramo de Geografia e Planeamento Regional, Especialidade de Novas Tecnologias em Geografia, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, T.F. (2004), «Rede de cooperação entre pequenas empresas do sector turístico», *PASOS – Revista de Turismo y Património Cultural*, 2 (2): 267-279.
- SILVA, C. T e SOARES, J. (1993), *Ilha do Pessegueiro – Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T. e SOARES, J. (1981), *Pré-História na Área de Sines – Trabalhos Arqueológicos*, Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T. e SOARES, J.(1998), Para uma arqueologia do Castelo de Sines. *Em SILVA, C. T. e SOARES, J. et al, Da Ocidental Praia Lusitana – Vasco da Gama e o seu Tempo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Administração do Porto de Sines.*
- SINGH, T.V. and SINGH, S. (1999), «Coastal tourism, conservation, and the community: case of Goa», T.V. Singh and S. Singh (eds) *Tourism Development in Critical Environments*, New York: Cognizant Communication Corporation, 65-76.
- SIRAKAYA, E., JAMAL, T.B. and CHOI, H.S. (2001), «Developing indicators for destination sustainability», D.B. Weaver (ed.), *The Encyclopedia of Ecotourism*, Oxford: AB International, 411-431.
- SMITH, V. L. (1994), «Privatization in the Third World: small-scale tourism enterprises», W. Theobald (ed.), *Global tourism: the next Decade*, Oxford: Butterworth, 163-173.
- SOLEDADE, A. F. (1999), *Sines, Terra de Vasco da Gama* (4ª ed.), Sines: Câmara Municipal de Sines.
- SOLEDADE, A. F. (2002), *Carta de Foral da Vila de Sines 1512* (1ª ed.). Sines: Câmara Municipal de Sines.
- SOUZA, R. de e BRITO, M. (2008), Estudo Prospectivo das Necessidades de Formação na Região de Setúbal, Sines: Sines Tecnopolo.
- SOWMAN, M. R. (1987), «A procedure for assessing recreational carrying capacity of coastal resort áreas», *Landscape and Urban Planning* 14: 331-344.

- SPANGENBERG, J. (2004), «Reconciling Sustainability and Growth: Criteria, Indicators, Policies», *Sustainable Development*, 12: 74-86.
- SWARBROOKE, J. (1999), *Sustainable Tourism Management*, London: CABI Publishing.
- THEUNS, H. L. and RASHEED, A. (1983), «Alternative approaches to tertiary tourism education with special reference to developing countries», *Tourism Management*, 4(1): 42–51.
- THORBURN, A. (1986), «Marketing Cultural Heritage: does it work within Europe?», *Travel and Tourism Analyst*, December: 39-48.
- TOWNER, J. (1985), «The Grand Tour: a key phase in the history of Tourism», *Annals of Tourism Research*, 12 (3): 297-333.
- TOWNER, J. (1994), «Tourism history: past, present and future», A.V. Seaton (eds), *Tourism the State of the Art*, Chichester: John Wiley & Sons, 721-728.
- TRAVIS, J. W. (1984), «The Relationship of Wellness Education and Holistic Health», J.S. Gordon (ed.), *Mind, Body and Health*, New York: Sciences Press, 188-198.
- TRIBE, J. (1997), «The Indiscipline of Tourism», *Annals of Tourism Research*, 24(23): 638-657.
- TRIBE, J. (2006), «The Truth About Tourism», *Annals of Tourism Research*, 33(2): 360-381.
- TYMOTHY, D. J. (2006), «Safety and Security Issues in Tourism», C. Costa and D. Buhalis, *Tourism management dynamics – trends, management and tools*, Oxford: Elsevier, 19-27.
- VALENTIN A and SPANGENBERG J.H. (2000). «A guide to community sustainability indicators», *Environmental Impact Assessment Review*, 20: 381– 392.
- VIEIRA, J. M. (2004) «O novo turismo», *Cadernos de Economia*, 69: 136-140.
- WALLE, A. H. (1996), «Habits of Thought and Cultural Tourism», *Annals of Tourism Research*, 23(4): 874-890.
- WALLE, A. H. (1997), «Quantitative versus Qualitative Tourism Research», *Annals of Tourism Research*, 24(3): 524-536.
- WEAVER, D. (1998), «Introduction to ecotourism», D.B. Weaver (ed.) *Ecotourism in the Less Developed World*, Oxford: CAB International, 1-33.
- WEAVER, D. (2000) «A broad context model of destination development scenarios.», *Tourism Management*, 21(3): 217-224.

- WEAVER, D. and OPPERMAN, M. (2000), *Tourism Management*, Milton: John Wiley & Sons Australia.
- WILLIAMS, A. and MICALLEF, M. (2009), *Beach Management - Principles & Practice*, London: Earthcan.
- WTO - World Tourism Organisation (1996), *What Tourism Managers Need to Know - A Practical Guide to the Development and Use of Indicators of Sustainable Tourism*. Madrid: WTO.
- WTO – World Tourism Organization (2004), *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations – A Guidebook*. Madrid: WTO.
- XIE, P. F. (2006), «Developing industrial heritage tourism: A case study of the proposed jeep Museum in Toledo, Ohio», *Tourism Management*, 27:1321-1330.
- YIN, R. F. (1994), *Case study research. Design and methods* (2nd ed.), Thousand Oaks: Sage Publications.

Outros Documentos

- ASSOCIAÇÃO DOS RESORTS DO ALENTEJO LITORAL (2007), *Dossier de caracterização de um Centro de Formação Profissional de Gestão Participada no Alentejo Litoral – Relatório Final*. Grândola: AREAL.
- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO LITORAL ALENTEJANO (2008), *Alentejo Litoral – Programa Territorial de Desenvolvimento 2008-2013*, <http://www.cimal.pt/>, acesso em 30-03-2011.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM (2007), *Plano de Pormenor da Planície do Cercal*, <http://www.cm-santiagocacem.pt/>, acesso em 30-05-2011.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SINES (2009), *GOP 2010/2013 – Grandes Opções do Plano*. Sines: Câmara Municipal de Sines.
- CASAS BRANCAS - ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE QUALIDADE DO LITORAL ALENTEJANO E COSTA VICENTINA (2011), *Rota Vicentina*, <http://www.casasbrancas.pt/>, acesso em 27-07-2011.
- COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL (2011), *Memória descritiva do PROVERE do Alentejo Litoral e Costa Vicentina*, http://www.cimal.pt, acesso em 16-05-2011.
- CAMPOS, M. M. e SILVA, V. da (1985), *Monografia de Sines* (1^a Ed.). Sines: Escola Primária nº 1 de Sines.

- CCDRA – Comissão de Coordenação regional do Alentejo (2010), Programa Regional de Ordenamento Territorial do Alentejo – Relatório Fundamental – versão final para aprovação pelo Conselho de Ministros: Évora: CCDRA.
- COMISSÃO DE INQUÉRITO ÀS ACTIVIDADES DO GABINETE DA ÁREA DE SINES (1975), *Comissão de Inquérito às actividades do Gabinete da Área de Sines: conclusões definitivas*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).
- COMISSÃO EUROPEIA (1998), *Relatório do Grupo de Alto Nível sobre o Turismo e o Emprego*, <http://ec.europa.eu/>, acesso em 20/10/2010.
- COMISSÃO EUROPEIA (2002), *Agenda 21-Sustainability in the European Tourism sector* (Discussion document), apresentado no European Tourism Forum 2002, Bruxelas, Dezembro.
- COMISSÃO EUROPEIA (2003), *Basic orientations for the sustainability of European tourism*, Bruxelas: Comissão Europeia.
- DELGADO, A. (2007), Meeting Industry a sucessora do MICE, *Publituris*, <http://www.publituris.pt>, acesso em 25/06/2010.
- DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais (2003), *Finanças Locais 2004*, Lisboa: DGAL
- EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DO AEROPORTO DE BEJA (2006), *Plano de Marketing do Aeroporto de Beja*, Beja: EDAB
- ECOTRANS (2004), *The VISIT Initiative: Tourism eco-labelling in Europe – moving the market towards sustainability*. Saarbrücken: ECOTRANS
- FAYOS-SOLÁ, E. (1994), «Conference on Eurotourism. Research and Perspectives», Greece: European Commission (Directorate General XXIII), 15-16 May.
- FOLHA DE SINES (1919), nº2, 15 de Julho de 1919
- FREITAS, H. (2011), *180 graus*, em www.180graus.com, acesso em 09 /02/2011
- GABINETE DA ÁREA DE SINES (1974), *Relatório de Execução – 1973*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).
- GABINETE DA ÁREA DE SINES (1975), *Programa de Trabalhos – 1976*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines, (documento policopiado).
- GABINETE DA ÁREA DE SINES (1981) *Report of the Board of Directors 1980* Lisboa: Gabinete da Área de Sines, (documento policopiado).
- GABINETE DA ÁREA DE SINES (1983), *Relatório do Conselho de Gestão: exercício de 1982*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).

GABINETE DA ÁREA DE SINES (1987), *Relatório de Gestão 1986*. Santo André: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).

GABINETE DA ÁREA DE SINES (1988), *Relatório do Conselho de gestão 1987*. Santo André: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).

GABINETE DA ÁREA DE SINES (1990), *Relatório do Conselho de Gestão 1989*. Santo André: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).

GABINETE DA ÁREA DE SINES (s.d), *Relatório do Conselho de Gestão 1990: 1º trimestre*, Santo André: Gabinete da Área de Sines (documento policopiado).

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional (2012), Concelhos – Estatísticas Mensais, <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais/Paginas/Home.aspx>, acesso em 17/03/2012.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2001a), *Censos 2001: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação - Portugal*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2001b), *Censos 2001: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação - Alentejo*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2001c), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2000*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2002), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2001*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2003), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2002*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2004a), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2003*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2004b), *Estatísticas do Turismo*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2005), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2006), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2005*, Lisboa: INE.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2006a), *Séries cronológicas*, <http://www.ine.pt>, acesso em 14/03/11.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2006b), *Conceitos estatísticos*, <http://www.ine.pt>, acesso em 15/03/06.

- INE – Instituto Nacional de Estatística (2006c), *Estatísticas do Turismo*, informação disponível não publicada, Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2007), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2006*, Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2008), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007*, Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009a), *50 Anos de Estatística da Educação – Volume I*. Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009b), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008*, Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2010a), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2009*, Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2010b), *Estatísticas do Emprego 2009*, Lisboa: INE.
- INE- Instituto Nacional de Estatística (2010c), *ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO- Documento Metodológico*, <http://metaweb.ine.pt>, acesso em 12-07-2011
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011a), *Censos 2011: XV recenseamento Geral da População: V recenseamento geral da habitação – Resultados provisórios*, Lisboa: INE
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011b), *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2010*, Lisboa: INE.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011c), *Conceitos estatísticos*, <http://www.ine.pt>, acesso em 15/03/2011.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2012), *Base de dados*, <http://www.ine.pt>, acesso em 17/04/2012.
- IQF- Instituto para a Qualidade na Formação (2005), *O Turismo Em Portugal*, Lisboa: IQF.
- LOBO, M.da C. (coord.) (2009), *Revisão do Plano Director Municipal de Sines – Volume I – Enquadramento*, em <http://www.sines.pt/PT/Viver/Urbanismo/revisaopdm/documentos>, acesso em 30/06/2010.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO (2007). *Plano Estratégico Nacional do turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- MUNICÍPIO DE SINES (2011a), *História*, em <http://www.sines.pt/PT/Concelho/Historia>, acesso em 08/02/2011.

- MUNICÍPIO DE SINES (2011b), *Património Arquitectónico*, em <http://www.sines.pt/PT/Concelho/Patrimonioarquitectonico>, acesso em 08/02/2011
- MUNICÍPIO DE SINES (2011c), *Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Sines – Valorizar o passado, qualificar o futuro*, <http://www.sinesregenera.com>, acesso em 15-05-2011.
- OMT - Organização Mundial de Turismo (1995), *Carta del Turismo Sostenible*, em <http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>, acesso em 30/10/2010,
- PARDELLAS, X. e PADÍN, C. (2001), *El Patrimonio Etnográfico e el Desarrollo Local: El Baixo Miño como Destino Turístico en Galicia*, IV Congresso de Turismo, Universidad y Empresa, Castellón.
- PATRÍCIO, S. (2008), Sines, “a alma encantada do Alentejo”, Texto dos painéis 16-18 da exposição *No Frigor da Mudança: os antecedentes do 25 de Abril em Portugal e em Sines*, patente no Centro de Artes de Sines entre 21 de Abril e 21 de Maio de 2008.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO (1973), *Plano Geral da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2006), *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015 Portugal, Parte I – Estratégia*. Lisboa: 2006
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional*, <http://www.portugal.gov.pt>, acesso em 15 de Julho.
- SILVA, C., CARVALHO, D. T. e RODRIGUES, L. (2002, Abril), *Estudo de caso aplicado à avaliação em tecnologias da saúde*, Lisboa: Comunicação apresentada na Conferência SINDITE.
- SOCIEDADE PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO LITORAL SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA, S.A (2009), *Litoral sudoeste alentejano e costa vicentina - intervenção de requalificação e valorização – proposta de plano estratégico*.
- CAMPOS, A. (2010), *Maria Delmira Ferreira – Vizinha dos Banhos Quentes*, Sineense, Abril-Maio.
- THR - ASESORES EN TURISMO HOTELERÍA Y RECREACIÓN, S.A. (2006a), *Dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Sol e Mar*. Lisboa: Turismo de Portugal.

- THR - ASESORES EN TURISMO HOTELERÍA Y RECREACIÓN, S.A. (2006b), *Dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- THR - ASESORES EN TURISMO HOTELERÍA Y RECREACIÓN, S.A. (2006c), *Dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Saúde e Bem-estar*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- TITRE, J., VOGEL, J. DUNK, W., CHILMAN, K., KILLELEA, J. (1996), *A study of boater recreation on Beaver lake, Arkansas*, Relatório do U.S. Army Corps of Engineers.
- VALLES, M. (2001), *Improving the quality of tourist products, Tourism an Employment – follow-up given to the Council Conclusions of 21 June 1999 – Final Report of Working Group C*, Brussels: European Union.
- VIEIRA, C. C. (2006), *Importância da certificação ambiental como meio para assegurar a sustentabilidade e aumentar a competitividade da indústria do Turismo em Portugal*, Conferência Internacional sobre Turismo, Certificação Ambiental e Eco-labels, Estoril, 16 Fevereiro.
- WTO - World Tourism Organization (1999b), *Tourism challenges in the 21st century: human resource development in Asia and the Pacific*. A report on the ESCAP/WTO high-level technical seminar on challenges for human resource development in tourism in the Asia – Pacific Region in the new millennium, Macau, 12–13 May, 1999, Madrid: World Tourism Organization.
- WTO – World Tourism Organization (2005), *Facts & Figures – World Top Tourism Destinations*, <http://www.world-tourism.org>, acesso em 20/09/2011.
- WTO – World Tourism Organization (2006), *International Tourism Arrivals, 1950-2005*, <http://www.world-tourism.org>, acesso em 20/06/11.
- WTO – World Tourism Organization (2011), *Report on the Outcome of the Seminar on "Industrial Heritage in Tourism Policies for Sustainable Development"*, <http://europe.unwto.org>, acesso em 07/03/2011.

Legislação

- Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto (Estabelece as bases das políticas públicas de turismo e define os instrumentos para a respectiva execução)
- Decreto-lei N.º 67/2008, de 10 de Abril (Aprova o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento)

turístico, a delimitação e características, e o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo)

- Lei N.º 58/2007, de 4 de Setembro (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – PN POT)
- Portaria N.º 200/2004, de 4 de Fevereiro (Publica os Índices de Desenvolvimento Social)
- Portaria N.º 623/1990, de 4 de Agosto (Plano Director Municipal de Sines)
- Resolução de Conselho de Ministros N.º 11-B/2011, de 4 de Fevereiro (Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina)
- Resolução de Conselho de Ministros N.º 53/2010, de 2 de Agosto (Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo – PROTA)
- Resolução do Conselho de Ministros N.º 82/2009 (Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira)
- Resolução do Conselho de Ministros N.º 115-A/2008, de 21 de Julho (Plano Sectorial da Rede Natura 2000)
- Resolução de Conselho de Ministros N.º 117/2007, de 23 de Agosto (Plano de Ordenamento do Parque Natural das Lagoas da Sancha e de Santo André)
- Resolução do Conselho de Ministros N.º 152/2001 (Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade)
- Resolução de Conselho de Ministros N.º 136/1999, de 29 de Outubro (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines)
- Resolução de Conselho de Ministros N.º 152/1998, de 30 de Dezembro (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines – Burgau)

ANEXO I – FORMULÁRIO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO
